

# ÁLTERA

Revista de antropologia

*v. 1, n. 8: jan./jun. 2019*

DOSSIÊ

Antropologia com bebês  
e suas cuidadoras

**PPGA**  
Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia da UFPB

© 2019 UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

Reitora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Margareth de Fátima Formiga Diniz Melo

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Nóbrega

**CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO**

Diretora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Angeluce Soares Perônico Barbotin

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

Coordenadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alexandra Barbosa

**COMITÊ EDITORIAL**

**Editores**

Prof. Dr. Marcos Carvalho  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Franch  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia dos Santos Pinheiro  
Prof. Dr. Pedro Guedes do Nascimento

**Equipe**

Caio Nobre Lisboa  
Rianna de Carvalho Feitosa

**DIAGRAMAÇÃO**

Caio Nobre Lisboa  
Patrícia dos Santos Pinheiro

**IMAGEM DE CAPA**

Amanda Antunes

**DESIGNER GRÁFICO DE CAPA**

Pedro Cardoso Saraiva Marques

Áltera Revista de Antropologia, João Pessoa, v. 1, n. 8, jan./jun. 2019

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

[revistaaltera@gmail.com](mailto:revistaaltera@gmail.com)

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Alfredo W. B. de Almeida (UFAM)	José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional/UFRJ)
Antonella M. I. Tassinari (UFSC)	José Vega (Univ. de Holguín)
Antônio C. de Souza Lima (Museu Nacional/UFRJ)	Lady Selma Albernaz (UFPE)
Beatriz C. Labate (CIESAS-MX)	Lea Freitas Perez (UFMG)
Bela Feldman-Bianco (Unicamp)	Leila Sollberger Jeolás (UEL)
Carmem Rial (UFSC)	Lisabete Coradini (UFRN)
Clarice Peixoto (UERJ)	Luis F. Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ)
Cláudia Fonseca (UFRGS)	Luis R. Cardoso de Oliveira (UnB)
Cornelia Eckert (UFRGS)	Mariza Veloso (UnB)
Cristina Larrea Killinger (Universidade de Barcelona)	Maya Mayblin (Univ. of Aberdeen)
Elisete Shwade (UFRN)	Renato Athias (UFPE)
Jane Beltrão (UFPA)	Roberta B. C. Campos (UFPE)
João Pacheco (Museu Nacional/UFRJ)	Russel Parry Scott (UFPE)
	Sergio Carrara (UFRJ)
	Soraya Fleischer (UnB)

# Áltera

João Pessoa, v. 1, n. 8, jan./jun. 2019

Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Universidade Federal da Paraíba

ISSN 2447-9837

Catálogo da Publicação na Fonte  
Universidade Federal da Paraíba  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA)

Áltera: revista de Antropologia - UFPB.

Publicação do PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
da UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, v. 1, n. 8, jan./jun. 2019.

Semestral

271 p.:il.

ISSN: 2447-9837

Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/altera>

1. Antropologia - periódico. 2. Antropologia com bebês. I. Título.

CDU 39

# SUMÁRIO

## EDITORIAL

Marcos Carvalho, Mónica Franch, Patrícia dos Santos Pinheiro e Pedro Guedes do Nascimento ..... 6

## Artigos

### DOSSIÊ ANTROPOLOGIA COM BEBÊS E SUAS CUIDADORAS

#### APRESENTAÇÃO

Flávia Pires e Marina Rebeca Saraiva ..... 9

#### ONDE ESTÃO OS BEBÊS? Reflexões para sua construção conceitual a partir de um debate interdisciplinar

Nazareth Salutto e Anelise Monteiro do Nascimento ..... 14

#### CRIAÇÃO DE FILHOS, RECRIAÇÃO DE PAIS: práticas e discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil

Alessandra Rivero Hernandez e Ceres Gomes Víctora ..... 38

#### NORMATIZAÇÕES E RESISTÊNCIA: as representações sociais sobre alimentação para bebês entre trabalhadores da saúde na atenção básica

Verônica Lima Ramos, Claudia Choma Bettega Almeida e Rubia Carla Formighieri Giordani ..... 61

#### INTERPRETANDO CUIDADOS: narrativas maternas acerca do desenvolvimento de bebês nascidos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em Recife/PE

Thais Maria Valim ..... 94

#### “MÃES DE MICRO” – Perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da SCZV, RECIFE/PE

Raquel Lustosa da Costa Alves e Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle ..... 115

## ESPAÇO ABERTO

#### A MÚSICA RELIGIOSA DA ROMARIA DO SENHOR DIVINO ESPÍRITO SANTO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA

Hagner Malon da Costa Silva ..... 146

#### A VARGEM DO MANGUE DE RIO TINTO: tradicionalidade, comunitarização e luta pela terra no Vale do Mamanguape

Sérgio Góes Telles Brissac ..... 178

**O OUTRO INVISÍVEL: o papel do branco na construção e manutenção do racismo no Brasil**

*Ana Maria Guedes Nascimento* ..... 214

**A LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: notas sobre o lugar da antropologia**

*Krislane de Andrade Matias e Nicholas Moreira Borges de Castro* ..... 230

**Ensaio visual**

**AS MÃES SÃO AS MAIORES TERAPEUTAS**

*Amanda Antunes*..... 246

**OLHARES À COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO:  
percepções para o cuidado cultural**

*Nádile Juliane Costa de Castro*..... 256

**Resenha**

**BUBANDT, Nils. 2014. *The empty seashell. Witchcraft and doubt in an Indonesian island*. Ithaca: Cornell University Press.**

*Marcelo Moura Mello*..... 264

## EDITORIAL

Em seu oitavo número, a Revista *Áltera*, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPB, apresenta mais um dossiê temático, desta vez dedicado à *Antropologia dos Bebês e de suas Cuidadoras*. Detentoras de longas trajetórias de pesquisa no campo da antropologia das crianças, as organizadoras do dossiê, Flávia Ferreira Pires (Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional e professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPB) e Marina Rebeca Saraiva (Doutora em Ciências Sociais pela USP e Professora do Centro de Educação da UFAL), lançam um olhar específico para as complexas e instigantes relações sociais criadas em torno e com as crianças em seus primeiros tempos de vida. Esforço inédito no Brasil que trouxe como resultado um panorama variado tanto do ponto de vista disciplinar como das dinâmicas em torno daquele que já foi apelidado de *Sua Majestade, o Bebê*.

Se, na história da antropologia, a infância tem sido recorrentemente percebida como folha em branco sobre a qual a marca da sociedade e da cultura viria se imprimir, essa percepção é, se cabe, mais aguda no caso dos bebês, cuja existência, como as autoras mostram, costuma ser apreendida a partir das noções de falta e de irracionalidade.

Na contramão dessas percepções, cinco artigos, oriundos de instituições de diversas regiões do país, trazem à tona questões conceituais e também resultados de pesquisas sobre modos sensíveis de criação infantil, cuidados e politização atreladas a bebês com a Síndrome da Zika Congênita, e alimentação de bebês. Nesse intuito, ganham relevância não apenas as questões teóricas, éticas e metodológicas em torno de se fazer uma antropologia com bebês, como o fundamental e inextricável lugar que as suas cuidadoras haverão de jogar nessa empreitada. Uma descrição mais detalhada de cada um dos artigos e autorias do dossiê pode ser encontrada na apresentação, escrita pelas suas organizadoras.

No Espaço Aberto, quatro artigos compõem um painel diverso tanto em temas como em abordagens. O primeiro deles, intitulado *A música religiosa da Romaria do Senhor Divino Espírito Santo como instrumento de construção da infância*,



de autoria de Hagner Malon da Costa Silva, transporta o leitor para o Vale do Rio Guaporé, região de fronteira entre o Brasil e a Colômbia, onde anualmente é realizada uma procissão fluvial em comemoração ao Divino Espírito Santo. O autor, graduado em História pela UNIRON e mestre em Música pela UFMG, mostra a importância da música religiosa nos festejos, destacando a participação das crianças na procissão e seu envolvimento com a musicalidade da Romaria.

Ainda sob o signo das águas, chegamos ao artigo *A Vargem do Mangue de Rio Tinto: tradicionalidade, comunitarização e luta pela terra no Vale do Mamanguape*, escrito por Sérgio Góes Telles Brissac, doutor em Antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ) e perito no Ministério Público Federal. O texto relata os desafios que acompanharam a realização de um laudo antropológico no Vale do Mamanguape, na Paraíba, envolvendo conflito de terras entre uma comunidade de agricultores e a Companhia de Tecidos Rio Tinto. A solução teórica encontrada pelo autor se afasta de visões essencialistas sobre o que sejam as comunidades tradicionais e aposta no conceito weberiano de comunitarização. Em tempos de acirramento dos conflitos pela terra e de questionamento do papel dos antropólogos nessas querelas, o artigo de Brissac é um bom exemplo da complexidade que embasa o trabalho do antropólogo na posição de perito.

O terceiro artigo, de autoria de Ana Maria Guedes Nascimento (doutoranda em Sociologia pela UFPB), tem por título *O outro invisível: o papel do branco na construção e manutenção do racismo no Brasil*. Traçando uma possível trajetória dos estudos raciais no Brasil, a autora defende a urgência de se problematizar a branquitude como elemento fundamental na produção e continuidade das hierarquias de raça no país, questionando o silenciamento feito em cima dos privilégios, inclusive acadêmicos, de ser branco.

O quarto e último artigo da seção, *A licenciatura em Ciências Sociais: notas sobre o lugar da antropologia*, propõe um debate sobre a formação dos cientistas sociais, problematizando o espaço que a antropologia ocupa efetivamente no curso de licenciatura. Os autores, Krislane de Andrade Matias e Nicholas Moreira Borges de Castro, são mestres em Antropologia pela UnB e baseiam suas reflexões no curso ministrado naquela instituição. O tema vem a calhar na atual conjuntura, em





que amargamos a retirada da obrigatoriedade do ensino de Sociologia no nível médio, impactando diretamente os cursos de licenciatura em Ciências Sociais.

Na seção dedicada aos Ensaios Visuais, a primeira contribuição, em consonância com o presente dossiê, vem da mão de Amanda Antunes, mestranda em Antropologia pela UnB, que nos brinda com o ensaio *As mães são as maiores terapeutas*. Denotando um olhar sensível e atento aos detalhes, a autora apresenta um registro fotoetnográfico de visita de pesquisa a um centro de reabilitação na cidade do Recife, onde interagiu com mães e crianças acometidas pela Síndrome Congênita da Zika. É de Amanda, inclusive, a fotografia que ilustra a capa deste número, em alusão aos gestos íntimos que permeiam as relações de cuidado entre mulheres e crianças.

O segundo e último ensaio da seção, intitulado *Olhares à comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento: percepções para o cuidado cultural*, é de autoria de Nádile Juliane Costa de Castro, da Universidade Federal do Pará. Com o objetivo de revelar, através da fotografia, aspectos da vida cotidiana de uma população remanescente de quilombola, o ensaio se detém em objetos de uso corriqueiro encontrados numa comunidade situada na Rota Turística Belém-Bragança.

Além disso, neste número inauguramos mais uma nova seção para resenhas, com a excelente contribuição de Marcelo Moura Mello (UFBA) sobre o livro *The empty seashell. Witchcraft and doubt in an Indonesian island*, de Nils Bubandt. Convidamos todas e todos a mandarem suas contribuições.

Por fim, gostaríamos de compartilhar com vocês nossa satisfação em lançar, neste número, o novo layout da Revista *Áltera*. Graças à colaboração de Maria Eduarda Braga, estagiária do Curso de Design da UFPB, atualizamos a logomarca da revista e investimos nos aspectos tipológicos buscando melhorar a visibilidade e favorecer a leitura e localização dos artigos. Esperamos que apreciem o resultado.

Uma boa leitura!



# DOSSIÊ: ANTROPOLOGIA COM BEBÊS E SUAS CUIDADORAS

# DOSSIÊ ANTROPOLOGIA COM BEBÊS E SUAS CUIDADORAS

## APRESENTAÇÃO

### ENQUANTO HOVER BEBÊS, HÁ ESPERANÇA

*As long as there are babies, there is hope*

Flávia Ferreira Pires

Professora na Pós-Graduação em Sociologia e Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Antropologia Social no Museu Nacional – UFRJ. E-mail: ffp23279@gmail.com

Marina Rebeca Saraiva

Professora do Centro de Educação-UFAL, pesquisadora de Desenvolvimento Científico Regional-c/CNPq-FAPEAL. Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: marinarebeca@yahoo.com.br

João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 9-13, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

São poucos os estudos antropológicos que se debruçam a compreender como bebês e crianças pequenas fazem-se sujeitos ao longo da sua trajetória. A Antropologia, reconhecida pelo esforço de descortinar as construções humanas supostamente “naturais”, em suas agendas de pesquisa, especialmente no Brasil, pouco tem se ocupado de refletir sobre os bebês. Apesar de ultimamente percebermos um avanço nas pesquisas com crianças, ainda são raras as investigações com bebês nas Ciências Sociais.

Já temos no Brasil uma produção importante que incorpora as crianças como principais interlocutores, articulando temas os mais diversos e abrangentes, como participação política, direitos, família, religião e educação. Nesses estudos, as crianças que falam e sobretudo as alfabetizadas são privilegiadas. Mas em relação aos bebês ainda não podemos afirmar que exista uma produção antropológica estabelecida. A que devemos essa ausência? Quais são as especificidades desses pequenos sujeitos?

Acreditamos que a ausência dos bebês nas pesquisas antropológicas se deve principalmente pela forma como construímos uma compreensão sobre o que é o “bebê”. Por um lado, são percebidos pela falta (falta de comunicação, falta de racionalidade, falta de autonomia etc.) e, por outro, como seres irracionais que não simbolizam e, portanto, estão mais próximos dos animais ou dos não-humanos. Não é à toa, portanto, que ciências médicas como a Pediatria e as ciências Psi sejam as áreas hegemônicas na construção de conhecimento sobre os bebês no Brasil.

Os poucos estudos etnográficos com bebês, como o da antropóloga norte-americana Alma Gottlieb sobre a cultura dos recém-nascidos Beng (Oeste da África), demonstram que as concepções hegemônicas sobre os bebês são específicas do mundo ocidental, urbano e industrializado. Esses estudos revelam que há muito o que se pensar sociologicamente sobre e com os bebês, ou seja, a construção de suas trajetórias passa pela produção social e cultural do que se define e se espera deles. Ao mesmo tempo, nós, enquanto antropólogas sociais, estamos preparadas metodologicamente para incluir os bebês nas pesquisas? Nosso método tradicional – a observação participante – é adequado para realizar uma pesquisa sobre os bebês e, sobretudo, com eles?

Quando lançamos a chamada para este dossiê tínhamos uma dupla intenção. Em primeiro lugar gostaríamos de provocar o debate. Sabemos que a pesquisa com crianças ainda não impacta a antropologia *mainstream* como gostaríamos. O que dizer então dos bebês? Em segundo lugar, o intento era averiguar a permeabilidade do tema entre o público brasileiro e compilar o que estivesse disponível.

Embora os bebês tenham suas especificidades e demandem um olhar cuidadoso, rigor metodológico e científico, elas podem ser consideradas a partir das teorias e metodologias desenvolvidas para a pesquisa com crianças? Em que medida os Estudos da Infância, área iminentemente interdisciplinar, a Sociologia da Infância e finalmente a Antropologia da Criança, trazem contribuições para a pesquisa com bebês?

Outro fator crucial a ser levado em conta na pesquisa com bebês é a ética. Esse ponto merece especial atenção quando tratamos de crianças de modo geral. Afinal, nossos sujeitos não são sujeitos plenos, mas tutelados pelos seus responsáveis, sejam os pais ou o próprio Estado. As crianças maiores expressam seu consentimento a partir da fala e da escrita, mas e os bebês? Por exemplo, pode o choro ser considerado um não consentimento?

A pesquisa com bebês coloca muitos desafios e por isso pode promover a inovação de teorias e métodos de pesquisa para as Ciências Sociais, além de tensionar perspectivas epistemológicas que não reconhecem os bebês como sujeitos sociais. Estamos convencidas de que a antropologia sozinha não tem condições de acessar o sujeito bebê. Margaret Mead e Gregory Bateson usaram a arte para captar imagens de bebês Balineses, produzindo um dos mais inspiradores livros já publicados na história da antropologia. Dessa forma, é na medida em que abrimos nossas fronteiras para as outras disciplinas, abraçando-as e aprendendo com elas, que conseguiremos avançar no conhecimento antropológico dos bebês.

Neste dossiê contamos com a colaboração das colegas Nazareth Salutto (UFF) e Anelise Monteiro do Nascimento (UFRJ) que escreveram o artigo *Onde estão os Bebês? Reflexões para sua construção conceitual a partir de um debate interdisciplinar*. Por meio de revisão bibliográfica da área de Educação Infantil, as autoras apontam o caráter interdisciplinar das pesquisas que, por sua vez, contribuem com a constituição de uma categoria conceitual *bebê*, podendo

colaborar para o debate político e acadêmico em torno da visibilidade social do bebê como pessoa.

Alessandra Rivero Hernandez (UFRGS) e Ceres Gomes Víctora (UFRGS), em *Criação de filhos, recriação de pais: práticas e discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil*, mostram como homens e mulheres, pais, buscam uma recriação de si mesmos através da criação de seus filhos. Isso se dá no bojo de uma crescente psicologização das camadas médias urbanas brasileiras decorrida nas últimas décadas. O artigo analisa um conjunto variado de discursos e práticas que constituem modos sensíveis de criação infantil que valorizam os sentidos.

Verônica Lima Ramos, Claudia Choma Bettega Almeida e Rubia Carla Formighieri Giordani, da UFPR, escreveram o texto *Normatizações e resistência: as representações sociais sobre alimentação para bebês entre trabalhadores da saúde na atenção básica*. Nesse artigo as autoras identificam como as técnicas de enfermagem e agentes comunitários acionam e trabalham o tema das práticas alimentares infantis, com foco em alguns aspectos da alimentação complementar: como as concepções do uso do açúcar e do sal na comida de bebês; bem como as principais ideias sobre alimentos capazes de prevenir a anemia.

Thais Maria Valim (UFRN), em *Interpretando cuidados: narrativas maternas acerca do desenvolvimento de bebês nascidos com a Síndrome Congênita do Zika Vírus em Recife/PE*, traz narrativas etnográficas formuladas por mães de crianças afetadas pela Zika Vírus em suas tentativas de interpretar, dar sentido e manejar o desenvolvimento de seus filhos. Nessas narrativas o preconceito e discriminação parecem ter um forte peso.

No bojo dos cuidados com as crianças diagnosticados com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, o artigo “*Mães de Micro*” – *Perspectivas e desdobramentos sobre cuidado no contexto da SCZV, Recife/PE* escrito por Raquel Lustosa da Costa Alves (UFPE) e Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle (UnB) foca sobre a identidade política das mães de crianças que nasceram com microcefalia em decorrência da epidemia de Zika em 2016. Nesse contexto, a categoria *cuidado* é redimensionada a partir de relatos de solidão e cansaço.

Gostaríamos de agradecer às colegas que contribuíram com artigos, aceitando o desafio de pensar tema tão complexo. Agradecemos aos colegas



pareceristas por poder contar com vocês nesse momento de tempos escassos. Agradecemos aos Editores da Revista *Áltera*, assim como a Comissão Editorial e os estagiários que foram primorosos em todas as etapas do processo de publicação desse dossiê. Nosso caloroso muito obrigada!

Gostaríamos de terminar essa breve apresentação lembrando o que parece muitas vezes esquecido em tempos de crescente individualismo. As sociedades sobrevivem porque existem bebês. Sem bebês não há reprodução material ou cultural de um povo. O lugar dos bebês na sociedade é crucial. Os pesquisadores precisam compreender esse fato e suas implicações para essa realidade.

É através do cumprimento do pacto geracional que as crianças e idosos são cuidados. O pacto geracional implica no comprometimento entre as gerações para a realização dos cuidados com as crianças e os idosos. Nada mais falacioso do que o discurso que se abstém de dividir as responsabilidades e custos com os cuidados essenciais aos seres humanos no início e no final da vida. Mesmo que do ponto de vista individual uma pessoa possa arcar financeiramente com sua aposentadoria, ela não se cuidou sozinha quando bebê e vai necessitar da mão de obra de jovens e adultos no mercado de trabalho produzindo os bens e serviços que necessitamos para sobreviver, quando se aposentar.

O que queremos enfatizar é que o cuidado com os bebês não deve ser responsabilidade unicamente de uma família, muito menos de uma única mulher, mas de toda uma sociedade comprometida com o bem-estar coletivo. Nesse sentido, pesquisadoras amigas, não estamos tratando de um tema doméstico, muito menos exclusivamente feminino ou bonitinho, mas de um tema central para a sociedade e por isso, para a ciência.



**ONDE ESTÃO OS BEBÊS? REFLEXÕES PARA SUA CONSTRUÇÃO  
CONCEITUAL A PARTIR DE UM DEBATE INTERDISCIPLINAR**

***Where are the babies? Reflections for its conceptual  
construction from an interdisciplinary debate***

Nazareth Salutto

Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. E-mail: nazarethssalutto@gmail.com

Anelise Monteiro do Nascimento

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil. E-mail: anelise.ufrrj@yahoo.com.br

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 14-37, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837



**RESUMO.** Este texto tem como objetivo apresentar reflexões que visam compreender o bebê como categoria de análise nas Ciências Humanas. Para tanto, partimos do debate no interior do campo da Educação Infantil, por meio de revisão de literatura, na qual é possível identificar avanços no que diz respeito aos estudos sobre, com, para se pensar os bebês. Ressalta-se o caráter interdisciplinar das pesquisas que, por sua vez, contribuem para avançarmos da questão “onde estão os bebês?”, para se pensar a constituição de uma categoria conceitual *bebê*, que possa colaborar para o debate político, acadêmico em torno da visibilidade social do bebê como *pessoa*.

**PALAVRAS-CHAVE.** Bebês.  
Interdisciplinaridade. Pesquisa.  
Ciências Humanas.

**ABSTRACT.** This text aims to present reflections that aim to understand the baby as a category of studies in the Human Sciences. To do so, we start from the debate within the studies of Early Childhood Education, through a literature review, where it is possible to identify advances in studies on, with, to think babies. We emphasize the interdisciplinary nature of the research that, in turn, can contribute to the advancement of the question "where are the babies?", To think about the constitution of a conceptual baby category that can contribute to the political, academic debate around the social visibility of the baby as a person.

**KEYWORDS.** Babies.  
Interdisciplinarity. Research. Human Sciences.

## PALAVRAS INICIAIS

*Cada coisa tem um jeito de começar. Têm muitas coisas que começam só por causa de uma vontade (TAVANO, 2009, s/n).*

O presente artigo tem por objetivo socializar parte dos caminhos percorridos no mapeamento, por meio da revisão de literatura, sobre como o bebê vem sendo constituído como categoria de estudo no campo da Educação Infantil<sup>1</sup>. Esse movimento de pesquisa diz respeito à intenção de construir interfaces, especialmente no debate interdisciplinar, que possibilitem delimitar uma conceituação para o bebê que subsidie investigações teórico-metodológicas que impactem política, acadêmica e socialmente na visibilidade do bebê como *pessoa* a partir de suas manifestações e singularidades.

As análises preliminares atestam a ampliação dos estudos *sobre, para e com* os bebês, bem como o caráter interdisciplinar que atravessa as investigações, com destaque para os campos da Educação, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Estudos da Infância (TRISTÃO, 2004; GUIMARÃES, 2008; SCHMITT, 2008; COUTINHO, 2010; TEBET, 2013; MATTOS, 2018). Contudo, se por um lado as pesquisas sobre bebês no campo da Educação Infantil avançam gradativamente, ainda se faz necessário ampliar desdobramentos sobre a conceituação da categoria *bebê* (ver Verbete a seguir), bem como o impacto que pode advir dessa proposta conceitual.

As discussões apresentadas estão estruturadas do seguinte modo: (i) Bebês na Educação Infantil: dimensão política e técnica; (ii) Diálogos interdisciplinares: caminhos para se chegar aos bebês?; (iii) os bebês como categoria conceitual de estudo: em busca de um lugar.

---

<sup>1</sup> Lócus de atuação das autoras no ensino, na pesquisa e na extensão.

## OS BEBÊS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS POLÍTICOS E TÉCNICOS

*Certas coisas nem sempre começam sendo o que são (TAVANO, 2009, s/n).*

Inserir o bebê como categoria de estudo no campo da Educação, em especial no interior da Educação Infantil, tem mobilizado esforços investigativos de diferentes grupos de pesquisa no cenário brasileiro. A expressividade dos estudos resulta tanto das pesquisas, quanto do debate social em torno da institucionalização dos bebês, procedente da luta e engajamento de diferentes setores da sociedade nas últimas quatro décadas, resultando na representatividade legal e no reconhecimento social dos bebês, que têm a Educação Infantil como um de seus direitos.

Esse cenário não descarta, contudo, a necessidade de ampliação do debate que tome o bebê a partir de suas especificidades, seus modos próprios de se comunicarem com o mundo (processos de subjetivação, relações, expressões, linguagem, manifestação dos desejos e necessidades), de se relacionarem com o entorno (espaços, materiais, outras pessoas, tempo, ritmo, cultura, sociedade), de modo a enfrentar a invisibilidade que o discurso genérico e tangencial sobre o bebê tem sido pautado na agenda política (ROSEMBERG, 2015; GOBBATO e BARBOSA, 2017). Nesse sentido, produção de pesquisa e políticas nem sempre se coadunam e, para sustentar a posição do bebê na estrutura das políticas públicas para educação, faz-se necessário compreender caminhos e pautas da Educação Infantil.

Nunes et al. (2011) demonstram que a construção histórica da ideia de Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica teve duas dimensões, uma político-administrativa, com a criação de organizações sociais, órgãos governamentais, leis; e outra técnico-científica, constituída pelas apostas advindas de diferentes campos de estudos da criança, como Psicologia, Antropologia, Filosofia, Sociologia, entre outros. Estas duas dimensões, a partir da Constituição Federal de 1988, “[...] se juntam para formar, ao menos no propósito das leis e das diretrizes técnicas e na definição da política de atenção integral à criança, um caminho cuja pista central passa a ser a educação” (NUNES et al., 2011, p. 14). O

movimento de luta das mulheres trabalhadoras, com movimentos sociais conjugados à abertura política a partir da década de 1980, cumpriu importante papel para o grupo etário compreendido por 0 a 3 anos frente às políticas de atendimento do Estado, entre as quais destacam-se:

- i) Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que define o direito à educação desde o nascimento como dever do Estado e da família;
- ii) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (BRASIL, 1996), que define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, sendo a creche destinada ao atendimento de 0 a 3 anos e a pré-escola de 4 a 6 anos<sup>2</sup>;
- iii) Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)<sup>3</sup>.

O que nos leva a buscar o marco da entrada dos bebês na dimensão político-administrativa e, conseqüentemente, a definição de sua vinculação à Educação diz respeito à necessidade histórica do atendimento aos bebês, que surge como resposta às demandas das mães trabalhadoras. Isso impôs à Educação o desafio de constituir, no nível político e prático, princípios para o trabalho cotidiano no atendimento ao grupo etário compreendido por 0 a 3 anos.

Antes da definição de que o atendimento às crianças até três anos teria caráter educacional, a creche como lugar de guarda já existia no Brasil e estava vinculada à Assistência Social. Tal origem, assim como a passagem para a Educação, impactam tanto na construção da identidade da creche como espaço educativo, quanto num trabalho que se constituiu, em grande parte, de forma exterior às motivações e manifestações dos bebês (KRAMER, 1987; VIEIRA, 1988; ROSEMBERG, 1989; HADAD, 1991; CAMPOS et al., 1995; ROCHA, 2002)<sup>4</sup>. Conceber

---

<sup>2</sup> Sobre corte etário para matrícula ver resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98311-rceb002-18&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98311-rceb002-18&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192)>.

<sup>3</sup> Outros documentos que norteiam políticas e práticas na Educação Infantil no Brasil: Brasil (1998, 2009a, 2009b, 2009c, 2010b, 2017). No portal do Ministério da Educação/MEC estão disponibilizados outros documentos que permitem compreender a trajetória da Educação Infantil nos últimos quarenta anos (BRASIL, 2017).

<sup>4</sup> Rosemberg (1989, p. 90) afirma que: “A proposta de creche, portanto, até época bastante recente, não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida como instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora”. Na Educação Infantil, os debates em torno da constituição de sua identidade enquanto campo de estudo, como espaço educacional, vem se dando ao longo dos últimos 40 anos, revelando nuances que esbarram, além da especificidade do seu fazer, com questões de ordem estrutural na sociedade brasileira, como a pobreza, a vulnerabilidade, as condições sociais a que estão submetidos os sujeitos

uma prática voltada para as especificidades dos bebês desafia a Educação porque os bebês possuem experiências de viver, conhecer, relacionarem-se com os outros e com o mundo diferente das crianças de quatro, cinco, seis, dez anos, ou dos adultos. A proposição de um atendimento educacional para essa faixa etária tem sido desafio enfrentado, mas não resolvido, como revelam algumas pesquisas.

Outro destaque na constituição dos bebês como campo de estudo na Educação diz respeito aos embates presentes tanto na dimensão político-administrativa, como na técnico-científica. Na dimensão político-administrativa o embate pode ser verificado pela distância de tempo entre a promulgação das leis e a elaboração de normativas que delineiem e normatizem o atendimento nesse segmento da Educação Básica (BRASIL, 2010; BRASIL, 1998). No que se refere à dimensão técnico-científica, os embates relativos à concepção, objetivos e finalidades, travados sobre a creche, têm forjado a trama das pesquisas sobre bebês na Educação Infantil. De acordo com Silva et al. (2010), Rocha e Buss-Simão (2013) e Buss-Simão et al. (2015), no que concerne à especificidade dos estudos sobre bebês e creches, ainda que haja avanços na área, são tímidos diante do volume de estudos sobre temas do outro segmento da Educação Infantil: a pré-escola.

A mesma realidade ocorre com relação às linhas de pesquisa. Silva et al., a partir do levantamento sobre os grupos de pesquisa com ênfase nos estudos da Educação Infantil, destacam a centralidade das pesquisas com crianças de 3 a 4 anos, no segmento da pré-escola, o que faz com “que as pesquisas sobre educação infantil continuem priorizando estudos com ou sobre crianças com idade imediatamente anterior à entrada no ensino fundamental” (SILVA et al., 2010, p. 88). Isso revela que a pesquisa em Educação Infantil está mais centrada na produção e desafios que cercam a escolarização das crianças, ou a produção do aluno, do que em outros aspectos que cercam a experiência da infância que é entrecortada pela inserção das crianças em uma instituição educacional.

Buss-Simão et al. (2015) apontam para a ampliação de estudos com a temática dos bebês, quando se analisam os trabalhos apresentados na reunião nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), instituição que tem um grupo de trabalhos específico para a divulgação de

---

que compõem o grupo atendido.



pesquisa na Educação Infantil. De acordo com os autores, foram publicados no GT 07 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos), no período de 2003 a 2013, 175 trabalhos, dos quais 23 apresentavam ênfase na pesquisa de 0 a 3: “gradativamente, as pesquisas passaram de uma perspectiva que procurava incluir marginalmente os bebês, para uma perspectiva que passa a privilegiar ou priorizar os bebês” (Buss-Simão et al., 2015, p. 105)<sup>5</sup>.

A multiplicidade das estratégias de pesquisa, do espectro teórico-metodológico, revela que o campo dos estudos dos bebês vem se constituindo no hibridismo das linguagens entre áreas do conhecimento ao longo das últimas décadas, apontando para uma complexa e necessária circularidade. De um lado, as pesquisas se tecem na esteira da tradição da Educação, caracterizada pela dimensão *multidisciplinar* (ROCHA, 2002). Por outro, sinalizam que vêm alargando seu próprio tecido, convergindo campos de modo que torne possível apontar para uma dada concepção de bebês como categoria de estudo – no interior da Educação de modo geral, e da Educação Infantil em particular, num diálogo *interdisciplinar*, buscando situar e dar visibilidade aos estudos com os bebês a partir de suas singulares manifestações, item que será discutido a seguir.

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o levantamento de pesquisa com bebês, ver Mattos (2018).

## DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES: CAMINHOS PARA SE CHEGAR AOS BEBÊS?

*O que parece complicado quase sempre começa simples (TAVANO, 2009, s/d).*

Situar o debate sobre os bebês como categoria de estudo entre campos de conhecimento equivale a um exercício de escavação<sup>6</sup>, uma vez que não se encontram construções lineares ou claramente delimitadas para os bebês. O que a revisão de literatura tem possibilitado identificar na Educação Infantil trata do diálogo que emerge da interdisciplinaridade que vem conferindo visibilidade ao bebê como categoria de estudo no desdobramento dos estudos que envolvem as categorias *infância(s)* e *criança(s)*. Esse processo de “pesquisa das pesquisas” (ROCHA, 2002) tem tornado possível mapear de que modo os conceitos de criança e de infância vêm constituindo a Pedagogia da Infância, respaldando políticas e práticas, enfatizando necessárias distinções sobre a perspectiva educação x ensino, por exemplo.

De acordo com Rocha e Buss-Simão, nos últimos 20 anos “a consolidação dos estudos da infância vem aproximando fronteiras disciplinares e, como resultado desse movimento científico e político, tem reafirmado a necessidade de análises que considerem a complexidade das relações que envolvem a infância e sua educação” (ROCHA e BUSS-SIMÃO, 2013, p. 6). De maneira tangencial, acreditamos ser possível observar pistas que levam aos bebês no interior dessas discussões (sem, contudo, os tomarem como objeto de estudos). Vejamos algumas delas.

Pediatria, Psicologia, Biologia são áreas que parecem ter circunscrevido um lugar para o bebê durante longo período, na produção intelectual e nas práticas pedagógicas. Uma dimensão evolutiva, desenvolvimentista, linear, inscrita por algumas cartilhas no início do século XX, pautou práticas, artefatos e fundamentou concepções que impactaram em práticas e discursos sobre as necessidades de educação e acolhimento para os bebês. De acordo com Rossetti-Ferreira et al.:

A maioria dos Manuais de Psicologia do Desenvolvimento reflete bem a predominância de uma visão fragmentada e descontextualizada na área. Fala-se no desenvolvimento linear do indivíduo, agrupando os fatos de tal

---

<sup>6</sup> Esse mapeamento vem sendo construído e não seria possível esgotá-lo aqui.



processo em estágios, etapas ou fases. No entanto, vale destacar que entre os diferentes autores que têm trabalhado com a concepção de estágios e fases, há diferenças importantes, traduzindo concepções de estágios muito diversas e até mesmo opostas. Apesar disso, os autores esforçam-se por definir os estágios e sua sucessão; por discutir o problema da passagem de um estágio a outro e, ainda, por colocar a questão sobre a continuidade/descontinuidade do desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2009, p. 439).

No entender das autoras, a perspectiva evolutiva impactou modos de recepção e o discurso de educadoras, gestoras e famílias, nos contextos coletivos de educação. Essa compreensão não se deu desvinculada do discurso econômico, social, político desenhado nas primeiras décadas do século XX, que visava combater desigualdades produzidas sob perspectiva compensatória, em que se ressaltava o caráter de responsabilização individual do sujeito e não as causas estruturais que levavam às desigualdades (ROCHA, 2002; FREITAS e BICCAS, 2009).

Não se trata, portanto, de negar a contribuição epistemológica e conceitual dessas disciplinas na constituição do indivíduo, mas das formas de apropriação e uso dessas teorias no contexto sócio educacional, bem como de sua inarticulação com as dimensões social e afetiva que também constituem o indivíduo. Isso, porque:

[...] embora a constituição genética, a anatomia e a fisiologia sejam humanas, o aspecto orgânico por si não é capaz de estabelecer as sequências e os percursos de desenvolvimento e, muito menos, de humanizar o bebê a partir do nascimento. O que se coloca é a necessidade de compreender o lugar do “outro social”, ou seja, os diferentes parceiros da criança, adultos ou outras crianças, não como elemento que pode modificar o curso e percurso do desenvolvimento geneticamente programado, mas como inerentemente constituindo aquele desenvolvimento, a partir de uma intrínseca interação pessoa-meio. Isso traz à Psicologia do Desenvolvimento a necessidade de incorporar a noção de que, para que o desenvolvimento promova a humanização, o aspecto biológico deva ser considerado de maneira integrada com os aspectos relacional, contextual e cultural (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2009, p. 440-1).

Discussões como essas vêm sedimentando novas possibilidades de estudo, uma vez que convocam à reconsideração dos quadros de apropriação e interlocução *intra* e *entre* campos disciplinares, convergindo para necessária revisão das Ciências Humanas<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Não caberia aqui extenso aprofundamento do debate intracampos científicos, contudo, pode-se afirmar que a batalha mais contundente travada nas ciências humanas se dá entre objetividade e



Um dos caminhos apontados na superação de dicotomias diz respeito à necessidade do debate interdisciplinar. É na interdisciplinaridade que cerca a construção da infância como objeto de pesquisa dentro das ciências sociais que Danic, Delalande e Rayou (2006) propõem a realização de pesquisas do tipo sócio-etnográficas, nas quais os pesquisadores que adotam a infância como objeto de análise nesse campo se opõem a: (1) uma visão restritiva da socialização como um processo unilateral em que as crianças se adaptariam aos dispositivos das instituições e dos agentes sociais; (2) uma visão de criança como receptáculo vazio a ser preenchido; (3) uma concepção de criança como *ser futuro*, *vir-a-ser*, negativo da adultez; (4) o processo de constituição do sujeito como um percurso linear, sendo a infância a primeira etapa da progressão da irracionalidade para a racionalidade, da imaturidade para a maturidade. Por outro lado, em relação às proposições, consideram que: (1) a criança é uma construção social; (2) os modos de construção da infância são variáveis, tanto diacronicamente quanto sincronicamente; (3) a infância é um componente da cultura e da sociedade; é uma forma estrutural que não desaparece; (4) as crianças são atores sociais, sendo ao mesmo tempo produtoras e produtos dos processos sociais; (5) a infância é uma variável de análise sociológica que deve ser considerada em sentido pleno, articulando-se a outras variáveis clássicas como classe social, gênero e etnia.

De acordo com Coutinho, os estudos sociais da infância “[...] existem desde o século XIX, mas o que difere do movimento atual é justamente o caráter que esses estudos possuem na contemporaneidade, a interdisciplinaridade e a presença mais incidente de áreas das ciências sociais e humanas” (COUTINHO, 2016, p. 763). Nesse sentido, a Sociologia da Infância – entre outras<sup>8</sup> – vem cumprindo papel

---

relativismo; caráter de verdade e normatização em torno de formular e validar sua *cientificidade* epistemológica como produção de conhecimento (JAPIASSU, 1981, 1982, 1989). Segundo Japiassu, a complexidade se dá na medida em que, ao operar com o caráter de verdade e concepção do real no interior dos diferentes campos, “o interesse de cada tipo pode ser medido por sua maior ou menor fecundidade” (JAPIASSU, 1981, p. 4). Como medir fecundidade em ciências humanas? Para o autor, isso se torna possível se o interesse do debate se “fundamenta no material fornecido pela história das ciências, na medida em que esta é analisada, não em sua dinâmica interna apenas, mas em seu modo real e efetivo de realização” (JAPIASSU, 1981, p. 4). Isso porque, pensar epistemologicamente as ciências humanas significa considerá-las como um saber que se dá na fronteira da história não como disciplina, mas como indagação do próprio tempo, que exige “mostrar que as pesquisas e as descobertas científicas encontram-se vinculadas a uma concepção de mundo historicamente determinada” (JAPIASSU, 1981, p. 5).

<sup>8</sup> Podem ser mencionados: História da Infância (Mary Del Priori e Moysés Kuhlmann Jr.); Filosofia da Infância (Walter Kohan); Geografia da Infância (Jader Jane); Psicologia Social (Fúlvvia Rosemberg).

determinante na posição ocupada pelas crianças no interior das pesquisas em Ciências Humanas. Interessa, pois, compreender como as áreas não se isolam como disciplinas, mas contribuem como campo articulado e híbrido para pensar as questões da infância, da criança e, o que nos interessa, os bebês e suas especificidades.

Os primeiros registros do surgimento do campo da Sociologia da Infância nas ciências humanas estão apresentados no dossiê dedicado ao tema publicado em 1998 na França, na revista internacional de sociologia *Éducation et Sociétés*, com dois números temáticos organizados. No editorial do primeiro número desse dossiê, Sirota (2001) aponta que a escolha do tema *sociologia da infância* afina-se com os objetivos fundadores da revista: desenvolver uma sociologia da educação que ultrapasse a sociologia da escola, estar atenta às evoluções do meio científico e exprimir as ‘recomposições do campo’ onde a sociologia encontra disciplinas vizinhas: filosofia, psicologia, história, demografia, ciências políticas etc. Destacamos dois artigos nessa publicação que analisam o surgimento da Sociologia da Infância como um campo específico, um deles focalizando a literatura em língua francesa, de autoria da própria Régine Sirota, e o outro a de língua inglesa escrito por Cléopatre Montandon. Em 2001, esses dois artigos foram publicados no Brasil. O que mostra que no Brasil tem se constituído um espaço de conhecimento, penetração e diálogo com a Sociologia da Infância.

Embora Sirota considere que para compor a Sociologia da Infância tenha sido necessária a aproximação com outros campos, analisando os trabalhos realizados com a vertente americana do campo, Prout chama atenção para a ineficácia do antagonismo muitas vezes assumido pela Sociologia da Infância em relação à Psicologia como forma de se distinguir como campo, polarizando a perspectiva das “crianças como indivíduos versus crianças como seres sociais” (PROUT, 2010, p. 739). Para este autor, a Sociologia da Infância passa por momento de redefinição de seus fundamentos, de modo a abarcar as transformações que realinham a dinâmica dos constructos na Sociologia, bem como o hibridismo das categorias infância e criança ao longo do percurso de constituição dessas categorias até à contemporaneidade, sem reduzi-las, pois “[...] vista globalmente, a cultura da

infância e da juventude está se tornando cada vez mais homogênea” (PROUT, 2010, p. 743).

A Antropologia também apresenta estudos que visam mapear, compreender, analisar as categorias *infância* e *criança* no interior de suas investigações – ver Cohn (2001, 2005), Pires (2010), Sousa (2014), entre outros. Indagações sobre “O que é a criança? O que é ser criança? Como vivem e pensam as crianças? O que significa a infância? Quando ela acaba?” (COHN, 2005, p. 7). De acordo com Cohn (2001), os estudos pioneiros sobre o tema datam dos anos de 1920, 1930, “por antropólogos norte-americanos ligados à Escola de Cultura e Personalidade, especialmente os de Margaret Mead [...], que preocupavam-se em entender o que significa ser criança e adolescente em outras realidades socioculturais [...]” (COHN, 2005, p. 11).

De modo gradativo, a criança se constitui como sujeito de investigação, informante capaz de dizer de si, a partir do seu lugar, da posição que ocupa diante da realidade da qual participa, “porque não há imagem produzida sobre a criança e a infância, ou pela criança, que não seja, de algum modo, produto de um contexto sociocultural e histórico específico, do qual o antropólogo deve dar conta” (COHN, 2005, p. 50). Do mesmo modo que não há uma imagem produzida sobre a criança, também não há sobre o bebê que não seja contextual, fruto de processos históricos. De acordo com Pires (2010), os constructos que envolvem categorias como infância, criança, adulto, socialização também não estão resolvidos na Antropologia. Ao indagar “o que as crianças podem fazer pela antropologia?”, a autora responde que, ao estudar a criança, pode-se justamente se promover uma reconstrução teórica no interior da Antropologia Cultural, problematizando a perspectiva da passividade da criança diante do saber adulto. Para a autora:

[...] essa maneira de pensar repousa sobre a definição do adulto portador de cultura, do *bebê enquanto ser associal* e da criança enquanto ser se tornando social à medida da inculcação dos padrões de comportamento culturais de sua região natal [...]. A cultura teria um remetente e destinatário, assim como um endereço fixo (PIRES, 2010, p.147. Destaque nosso).

A ideia que ronda o bebê como ser associal, puro receptáculo à espera da atuação da cultura, por meio da inculcação do outro, impregna discursos e práticas,

contribui para sua invisibilidade, e é algo que precisa ser enfrentado no terreno teórico e propositivo. Destacadas brevemente algumas interlocuções em torno dos conceitos de infância e de criança em distintas áreas, verificaremos, a partir de alguns estudos, aspectos que apontam para a potência dos bebês como categoria analítica.

## **OS BEBÊS COMO CATEGORIA CONCEITUAL DE ESTUDO: EM BUSCA DE UM LUGAR**

*Para saber onde as coisas vão dar, só tem um jeito: começar!*  
(TAVANO, 2009, s/d).

A discussão deste tópico busca entrecruzar pesquisas da revisão bibliográfica anunciada anteriormente com outros estudos que contribuem para pensar uma dada conceituação do bebê. Após a leitura de seus resumos e palavras-chave, destacamos três pesquisas que apontam uma determinada revisão conceitual interdisciplinar para a investigação e porque usam a expressão *bebês* como uma de suas palavras-chave<sup>9</sup>. Também trazemos para este tópico, aspectos do trabalho da antropóloga Alma Gottlieb (2009, 2012). Ainda que não componha o *cópus* da revisão bibliográfica, apresenta consistente contribuição no escopo deste artigo.

Tebet (2013), examina as bases teóricas da Sociologia da Infância de língua inglesa, na intenção de compreender o que este campo pode dizer e propor para pensar conceitual e metodologicamente o bebê. Sua análise conclui que os conceitos de *criança*, *geração*, *cultura de pares*, como construções narrativas, não são suficientes para abarcar definir o bebê, isso porque:

[...] a condição vivida pelo bebê é distinta da condição da criança, uma vez que a criança é um *ser* que, de algum modo, já foi individuado, já constituiu para si uma identidade geracional, de gênero, de raça, de pertencimento a um grupo de amigos, enquanto o bebê é um *ser* ainda totalmente preenchido pela sua condição pré-individual, o bebê não construiu ainda a sua identidade, ele é o *devir*, é a singularidade da

---

<sup>9</sup> Um grande número das pesquisas se refere ao grupo etário compreendido como o a 3 anos com expressões como *pequeninos*, *crianças bem pequenas*, *crianças pequenas*. Não descartamos o uso dessas expressões. Contudo, nesse primeiro movimento de análise, nosso esforço está em impulsionar o debate sobre/para a categoria conceitual para o termo bebê, sem desconsiderar que, ao fazê-lo, nos colocamos diante do desafio de pensar a dinâmica interna para essa proposta: como definir critérios internos ao termo para qualificar/repensar, dinamizar distinções que o movimento de vida dos bebês coloca na fronteira entre meses e idades? De que modo definir sem restringir?

diferença e a potencialidade de fazer emergir novas formas de ser e relacionar-se (TEBET, 2013, p. 5-6. Grifos nossos).

Embora possamos compreender que sua tese convida a cruzar uma fronteira de certo modo generalizada – afinal, um bebê de colo, ou de um ano, de dois pode ser definido como uma *criança* tal como essa categoria vem sendo assumida no discurso social? –, há elementos que também parecem reduzir o bebê, como os conceitos de *ser e devir*.

Para Prout (2010), faz-se necessário o reexame das categorias *ação e estrutura, natureza e cultura, ser e devir*, como reconsideração de algumas bases da Sociologia da Infância, em busca de superar dicotomias. Para o autor, as categorias *ser e devir* foram tomadas de forma pragmática, acentuando o antagonismo que visavam superar. Na sua leitura, essas categorias, na contemporaneidade, aplicam-se tanto às crianças, quanto aos adultos no que sugerem não de completude ou incompletude, mas de inacabamento. *Ser e devir*, portanto, parecem ser categorias mais alargadas, não binárias.

Na interface entre Psicanálise (WINNICOTT, 1975, 1990, 2000, 2011, 2014) e Antropologia Filosófica (BUBER, 1949, 1974, 2003, 2009), Mattos (2018) conceitua o *bebê como pessoa de relação na sua atualidade*. Na articulação reflexiva entre esses autores, propõe compreender e conceituar o bebê a partir de quatro categorias conceituais que se interdependem e acionam ações dos adultos em direção aos bebês e destes, em direção aos adultos de modo cúmplice, dialógico, não passivo:

**Relação** – estado de ser para além de si mesmo. Seus componentes: solidariedade e semelhança; **Sutileza** – marca do que se faz no *entre*, no *espaço-potencial*. Envolve agir, olhar, escutar, acolher; **Vínculo e reciprocidade** – encontro instaurado *pela e na relação, pela e na sutileza* (MATTOS, 2018, p.73. Destaques nossos).

Para a autora, a posição do adulto – ou da criança de mais idade – frente ao bebê é radicalmente distinta dada a natureza dos gestos corporais, da linguagem<sup>10</sup> (olhares, balbucios), mas não antagônica, uma vez que todos – bebês, crianças, adultos – já pertenceram a essa condição, embora nem sempre se lembrem ou dela nunca estivessem conscientes (WINNICOTT, 2012). A categoria *entre* sustenta essa formulação: em Buber (1974), é a categoria ontológica que funda a possibilidade do

---

<sup>10</sup> Contribui nesse sentido a pesquisa de Guimarães (2008).

diálogo *interhumano*; em Winnicott (1975) *in-between*, espaço potencial, área de transição do mundo subjetivo ao objetivo. Interessou à autora compreender bases antropológicas e psicanalíticas que colocassem o bebê numa condição atual, como aquele que age, altera, provocada pela presença que ocupa no tempo, no espaço e, por isso, reordena o sentido dos ambientes e das relações. A partir dessas considerações, Mattos – que é também uma das autoras do presente artigo, propõe o verbete a seguir:

### **VERBETE – BEBÊ**

Ser humano para quem o mundo é a inauguração da vida e, por isso, aquele que atualiza o mundo com sua chegada. Inicia sua jornada na condição de dependência absoluta do outro. Portanto, desde seus estágios iniciais, carrega a relação como marca definidora que tornará possível o contorno de suas ações sobre si mesmo, sobre o mundo e sua inserção na cultura. É aquele com o qual se faz necessário construir semelhança (pela natureza de sua condição humana), estado de dedicação e, ao mesmo tempo, deslocamento, de modo a assegurar-lhe cuidados básicos responsáveis pela manutenção de sua saúde (material, física, psíquica), condições para existir, imaginar-se e constituir-se como *pessoa*. Na perspectiva antropológica-filosófica de Martin Buber e na psicanálise de Donald. W. Winnicott, o bebê nasce como ser humano e, ao longo do seu processo de amadurecimento pessoal, constitui-se como ser de relação, o que se dá no encontro com o outro. No primeiro e primitivo gesto de olhar e ser olhado por outrem, por alguém que lhe é semelhante e o acolhe, o bebê inaugura a sua vida como pessoa. Além do olhar, um conjunto de ações (sutileza e relação envolvem agir) sustentam e apoiam a capacidade de construir contorno sobre si mesmo (subjetividade) e, de posse disso, ir ao encontro da realidade externa (objetividade e intersubjetividade). O bebê responde a essas manifestações por meio de gestos expressivos e de linguagem como o riso, o choro, a tensão corporal, que revelam a *centelha de vida* como capacidade de inteireza. Os ritos de passagem, marcados por ações do cotidiano, constituem-se como ponte para que o bebê possa transitar, devagar, com tempo, sustentado pela confiança construída com o outro, da dependência absoluta à dependência relativa, constituindo, desse modo, relações marcadas pelo encontro, pelo vínculo, pela reciprocidade. Ao ingressar em contextos e círculos de convivência mais amplos, o bebê precisa ser tomado em sua singularidade, de modo que seja acolhido em seus processos subjetivos, com respeito aos seus estados de integração, na previsibilidade e continuidade de ações que o confirmem na prerrogativa de ser considerado *pessoa*. Ainda, e sobretudo, o *bebê* assim compreendido, é essa coisa atual e, por isso, pessoa sobre quem não cabe fechar definições, mas, em estado de dedicação solidária e generosa, em cumplicidade operante, caminhar com ele (MATTOS, 2018, p. 98-99).

Ao propor uma conceituação para os bebês nesses termos, acentua-se a potência do entrecruzamento (filosofia, psicanálise, educação) entre campos, que possa incluir os bebês na dinâmica das pesquisas como categoria de estudo. A autora toma a perspectiva dos ritos de passagem como referência simbólica e material com a qual os bebês vão constituindo sentido entre aquilo que é do universo objetivo e do subjetivo, inscrevendo-se na malha social e por ela sendo afetado, instaurando dinâmica de interdependência na produção de sentido das coisas do mundo.

No diálogo com Michael Foucault, Hanna Arendt, Emmi Pikler, entre outros autores, Arruda (2019) busca conceituar o bebê sob os constructos *desejo, liberdade, autonomia*, a partir de sua *condição, situação e lugar*. Ao analisar condições políticas de atendimento aos bebês de zero a três anos de idade, na Baixada Fluminense, a autora conceitua o bebê, com vistas a sustentar sua posição de olhar e respeito a ele, sem desconsiderar o paradigma que esse movimento coloca, uma vez que conceituar o bebê, não significa conhecê-lo ou defini-lo totalmente, uma vez que ele carrega a gênese da novidade do mundo e, anuncia assim, o inescapável. Na sua análise, a situação política não é favorável a esse olhar para o bebê e, desse modo, não contribui nem impacta na sua condição de ser e existir. Ainda assim, diante da invisibilidade das políticas, defende que o bebê é “[...] aquele que, apesar de suscetível e passível de alguém ou alguma coisa, é também um ser humano autônomo, que tem sua vontade, suas escolhas, seus desejos e possui direito à liberdade” (ARRUDA, 2019, p. 29).

Ao cruzar as três pesquisas, encontram-se indagações sobre o lugar ocupado pelos bebês no interior das disciplinas e campos (TEBET, 2013) e apostas que caminham na defesa de que conceituar a categoria *bebê* se faz necessário para tornar visível sua existência (MATTOS, 2018; ARRUDA, 2019).

A antropóloga norte-americana Alma Gottlieb (2009, 2010, 2012) indaga sobre os caminhos de investigação sobre os bebês na Antropologia Cultural. De modo parecido com Tebet (2013), reconhece os avanços da Sociologia, disciplina vizinha, na discussão sobre criança e infância como categorias de estudo e análise,

reconhece a resistência desse movimento em direção aos bebês e aponta para a emergência de se ampliar o estudo sobre o bebê como categoria:

[...] ainda que esse trabalho em desenvolvimento tenda a sub-representar as experiências dos bebês em comparação com as das crianças mais velhas, o desenvolvimento acadêmico é notável. Juntos, esses autores da Antropologia e de disciplinas correlatas indicam caminhos encorajadores [...]. Até agora, foram utilizados os termos “bebê” e “primeira infância” de uma forma um tanto indiscriminada, como se fossem por si só evidentes (GOTTLIEB, 2009, p. 316-7).

Desse modo, a autora reconhece a ampliação dos estudos, mas também sinaliza para a necessidade de ampliação, ressaltando como a categoria bebê está à margem, *sub-representada* nesse campo de estudos.

Seu trabalho sobre os bebês Beng (GOTTLIEB, 2012) vem se constituindo como referência em vários sentidos. Como referencial teórico (a autora destaca ao longo do estudo trabalhos de pesquisadores que vêm se debruçando sobre o tema); como metodologia de pesquisa, por fazer do bebê um *informante potente* da etnografia empreendida, porque “no nível teórico, os bebês constituem, para a maioria de nós, um não sujeito, ocupando um espaço negativo que é virtualmente impenetrável para o olhar antropológico” (GOTTLIEB, 2012, p. 81). Reflexão que revela, seja na Antropologia ou em outro campo, que se acostumou a olhar para os bebês a partir da sua posição com um outro (a mãe, o pai, outros cuidadores). Onde estão os bebês? No colo de alguém, colocado por alguém em determinada postura ou lugar, sob os cuidados de alguém. Se fizermos essa mesma pergunta – *onde estão os bebês?* – a partir de seus movimentos, da posição ocupada e experimentada por eles no lócus social, que respostas serão possíveis?

Indagações que não implicam excluir o outro da relação com o bebê, o que seria impossível, porque o bebê necessita dessa relação para constituir-se no mundo. Contudo, o que a Antropologia pode ensinar é tirar o bebê da periferia no momento em que se possa assumi-lo como sujeito a partir de seus termos, pois “[...] como sugeri, ainda que muitos antropólogos tenham mencionado sucintamente hábitos culturais variados a respeito dos bebês, poucos os levaram a sério como sujeito adequado para uma investigação antropológica mais extensa” (GOTTLIEB, 2012, p. 93).



O que se impõe como desafio parece ser tomar os *bebês como sujeitos* que têm o que dizer a partir de si próprios, o que significa reconsiderar estratégias de escuta e observação que o tome *informante* capaz, em oposição à imagem de ser *associal* (PIRES, 2010)? Como propõe Gottlieb (2012), não há um Outro tão radicalmente oposto ao adulto quanto um bebê. Radicalidade esta que poderia ser observada a partir da posição subjetiva ocupada por adultos e bebês marcada por distinções de tempo-espço; dada a condição ocupada por cada um, mas semelhantes no que se refere à condição humana de ambos (MATTOS, 2018; ARRUDA, 2019). Para Winnicott (2012), todos os adultos já pertenceram à condição de serem bebês, embora possam não se lembrarem ou, dessa condição jamais tivessem tomado consciência. Para conhecê-lo, portanto, faz-se necessário aproximar-se do bebê a partir de suas formas de expressão, redimensionando a imagem que “[...] apresenta um passivo bebê como objeto em vez de um ativo bebê como sujeito [...]” (GOTTLIEB, 2012, p. 96).

## PONDERAÇÕES FINAIS

Sintetizando as discussões propostas, sem pretensão de concluí-las, elencamos alguns pontos que visam subsidiar a ampliação das argumentações do artigo, tendo em vista que, mais do que identificar *onde estão os bebês*, seja possível ampliar focos de investigação que proponham agendas e práticas que os tornem visíveis, a partir de sua posição (subjetiva, singular, *radicalmente* oposta a um outro) no contexto social: (i) A partir do debate dos estudos da infância, das discussões sobre infância e criança, torna-se possível situar marcas que marcam a condição de ser bebê da de ser criança?; (ii) Que marcas definem a infância para o bebê ou a infância do bebê?; (iii); O bebê, tomado como *pessoa de relação* convida a que reformulação de princípios teóricos ou de reformulação de práticas?; (iv) De que modo as teorias (sociais, psicológicas, médicas, biológicas) podem contribuir na fundamentação teórica do estudo sobre, com, para os bebês, sem reduzi-los ou determiná-los?

Coadunamos com a proposição de Tebet (2013), de que “[...] olhar para os bebês, a partir da Sociologia da Infância (ou da Antropologia, da Geografia, da Filosofia etc.) implica reconhecer a especificidade dos bebês na tessitura social” e que essa tarefa “[...] implica ultrapassar a fase de ‘extensão conceitual’ e inaugurar uma fase de ‘reconstrução teórica’” (TEBET, 2013, p. 140-1), que extrapole fronteiras etárias, lógico-temporais, narrativas lineares sobre infância e criança, ou mesmo as lógicas vigentes que regem reduzidas concepções sobre ser bebê.

Se a dimensão político-administrativa trouxe o bebê para o campo da Educação, as análises aqui propostas tensionam reforçar articulações entre diferentes campos do conhecimento, que possam contribuir na definição conceitual que contemple os modos singulares de expressão, necessidades, constituição dos bebês, desde o início de sua vida, até os processos de entrada, abertura, imersão, apropriação das formas relacionais e culturais das quais participa.

*Onde estão os bebês?* visa provocar um debate epistêmico sobre quem é o bebê. Se, por um lado, o contexto da Educação apresenta expressividade nos estudos sobre os bebês, por outro, anuncia a interdisciplinaridade como potente aposta nesse sentido. A partir de posição como a de Gottlieb (2012), compreende-se que o campo da Antropologia pode fundamentar um conhecimento sobre ser bebê a partir do que manifesta de suas expressões, sob muitas possibilidades de inserção na cultura, não como *ser associal, passivo*, mas potente e fundante da/na sociedade.

Os estudos da infância e da criança na Antropologia tratam de investigar os processos de sociabilidade da criança inserida no *cópus social*. Nesse ponto, o trabalho de Gottlieb (2012) provoca uma fissura, porque visa reconhecer o bebê como *sujeito* não só de investigação, mas capaz de ser *informante*. Sendo assim, mapear seus itinerários pode impactar no modo como as culturas compreendem e recebem os bebês nos seus contextos de vida e na sociedade. Assim, seria a cultura, o *cópus social*, quem aprenderia com os bebês. Isso é o que o bebê pode fazer pelos adultos como sociedade.

Como categoria social, cultural, antropológica, humana, não deveriam os bebês serem de responsabilidade da sociedade como um todo, incluindo diferentes setores de modo articulado e integrado? Assumir o compromisso por compreender *quem é o bebê?* pode instituir uma agenda comprometida com a ampliação da luta e

manutenção dos seus direitos, por melhores condições para suas vidas e visibilidade do seu papel como sujeito social.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Glacione R. da Silva. **Quem são e onde estão os bebês?** Conceito, Políticas e Atendimento na Baixada Fluminense. 2019. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular para a Educação Infantil.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** CAMPOS Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). Brasília: MEC, SEB, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Parecer Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** BRASÍLIA: 2009c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf)>. Acesso em: dez. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei nº 8.069, de 13/09/1990. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2010c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf)>. Acesso em: dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017

BUBER, Martin. **¿Qué es el hombre?** Tradução de Eugenio Ímaz. México: FCE, 1949.

\_\_\_\_\_. **Eu e Tu.** Tradução, introdução e notas de Newton Aquiles Von Zuben. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1974.

\_\_\_\_\_. **El camino Del ser humano y otros escritos.** DÍAZ, Carlos (tradução e notas). Madri: Fundación Emmanuel Mounier, 2003.

\_\_\_\_\_. **Do diálogo e do dialógico.** Campinas: Perspectiva, 2009.

BUSS-SIMÃO Márcia; ROCHA Eloisa A. Candal, GONÇALVES, Fernanda. Percursos e tendências da produção científica sobre crianças de 0 a 3 anos na Anped. **Rev. bras. Estud. pedagóg.** [Online], Brasília, v. 96, n. 242, p. 96-111, jan./abr. 2015.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e Pré-Escolas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1995.

COHN, Clarice. Noções sociais de infância e desenvolvimento infantil. **Cadernos de Campo**, n. 9, p. 13-26, 2001.

\_\_\_\_\_. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

COUTINHO, Ângela Maria Scalabrin. **A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche**. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga.

\_\_\_\_\_. Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. **Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 762-773, set./dez. 2016.

DANIC, Isabelle; DELALANDE, Julie; RAYOU, Patrick. **Enquêter auprès d'enfants et de jeunes: objets, méthodes et terrains de recherche en sciences sociales**. Rennes: PUR, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza e. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOBBATO, Carolina; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. A (dupla) invisibilidade dos bebês e das crianças bem pequenas na educação infantil: tão perto, tão longe. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 1, p. 21-36, 2017.

GONÇALVES, Fernanda; ROCHA, Eloisa Acires Candal. Indicativos da produção científica para a educação dos bebês e crianças bem pequenas no contexto da educação infantil. **Revista zero a seis**. v. 19, n. 36, p. 397-410, jul./dez. 2017.

GOTTLIEB, Alma. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336 jul./set. 2009.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: MÜLLER, Fernanda (org.). **Infância em perspectiva: pesquisas e instituições**. 1. ed. São Paulo: CORTEZ, 2010.

\_\_\_\_\_. **Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.

GUIMARÃES, Daniela. **Relações entre Crianças e Adultos no Berçário de uma Creche Pública na Cidade do Rio de Janeiro: técnicas corporais, responsividade, cuidado**. 2008. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HADAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

\_\_\_\_\_. **Nascimento e morte das ciências humanas**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

- \_\_\_\_\_. **Psicanálise: ciência ou “contraciência”?** Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- KRAMER, Sonia. **A política do Pré-Escolar no Brasil.** A arte do disfarce. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987.
- MATTOS, Maria Nazareth de S. Salutto de. **Bebês e livros: relação, sutileza, reciprocidade e vínculo.** 2018. 200 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, Rio de Janeiro.
- MONTANDON, Cléopatre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.
- NUNES, Maria Fernanda R., CORSINO, Patrícia, DIDONET, Vital. **Educação Infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO/Ministério da Educação/Fundação Orsa, 2011.
- PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010.
- \_\_\_\_\_. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 133-151, 2008.
- PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 729-750, set./dez. 2010
- ROCHA, Eloisa A. Candal. Infância e Educação: delimitações de um campo de pesquisa. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 17, p. 67-88, 2002.
- \_\_\_\_\_. 30 anos da educação infantil na Anped: caminhos da pesquisa. **Zero a Seis**, Florianópolis, v. 1, n. 17, p. 52-65, jan./jun. 2008.
- \_\_\_\_\_; BUSS-SIMÃO, Márcia. Infância e educação: novos estudos e velhos dilemas da pesquisa educacional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 943-954, 2013.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A cidadania dos bebês e os direitos dos pais e mães trabalhadoras. In: FINCO, Daniela; GOBBI, Marcia Aparecida; FARIA Ana Lúcia Goulart de (Orgs). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora.** Campinas, SP: Edições Leitura Crítica/Associação de Leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, 2015.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria C.; AMORIM, Katia de S.; OLIVEIRA, Zilma de Moraes R. de. Olhando a criança e seus outros: uma trajetória de pesquisa em educação infantil. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 437-464, jul./set. 2009.
- SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.
- SCHMITT, Rosinete Valdeci. **“Mas eu não falo a língua deles!”: as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil.** 2008. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, Isabel de Oliveira e; LUZ, Iza Rodrigues da; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Grupos de pesquisa sobre infância, criança e educação infantil no Brasil: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 43, p. 84-98, jan./abr. 2010.

SOUSA, Emilene Leite de. **Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade capuxu através da infância**. 2014. 422 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TAVANO, Silvana. Ilustrações: Elma. **Como começa?** 2. ed. São Paulo: Callis Ed., 2009.

TEBET, Gabriela G. **Isto não é uma criança!** Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. 2013. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

TRISTÃO, Fernanda. **Ser professora de bebês: um estudo de caso de uma creche conveniada**. 2004. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VIEIRA, Lívia Maria Fraga. Mal necessário: creches no Departamento de Nacional da Criança (1940-1970). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 3-16, nov. 1988.

WINNICOTT, Donald W. **O brincar e a realidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; Revisão técnica Helena Souza Patto. 4. ed. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

\_\_\_\_\_. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

\_\_\_\_\_. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

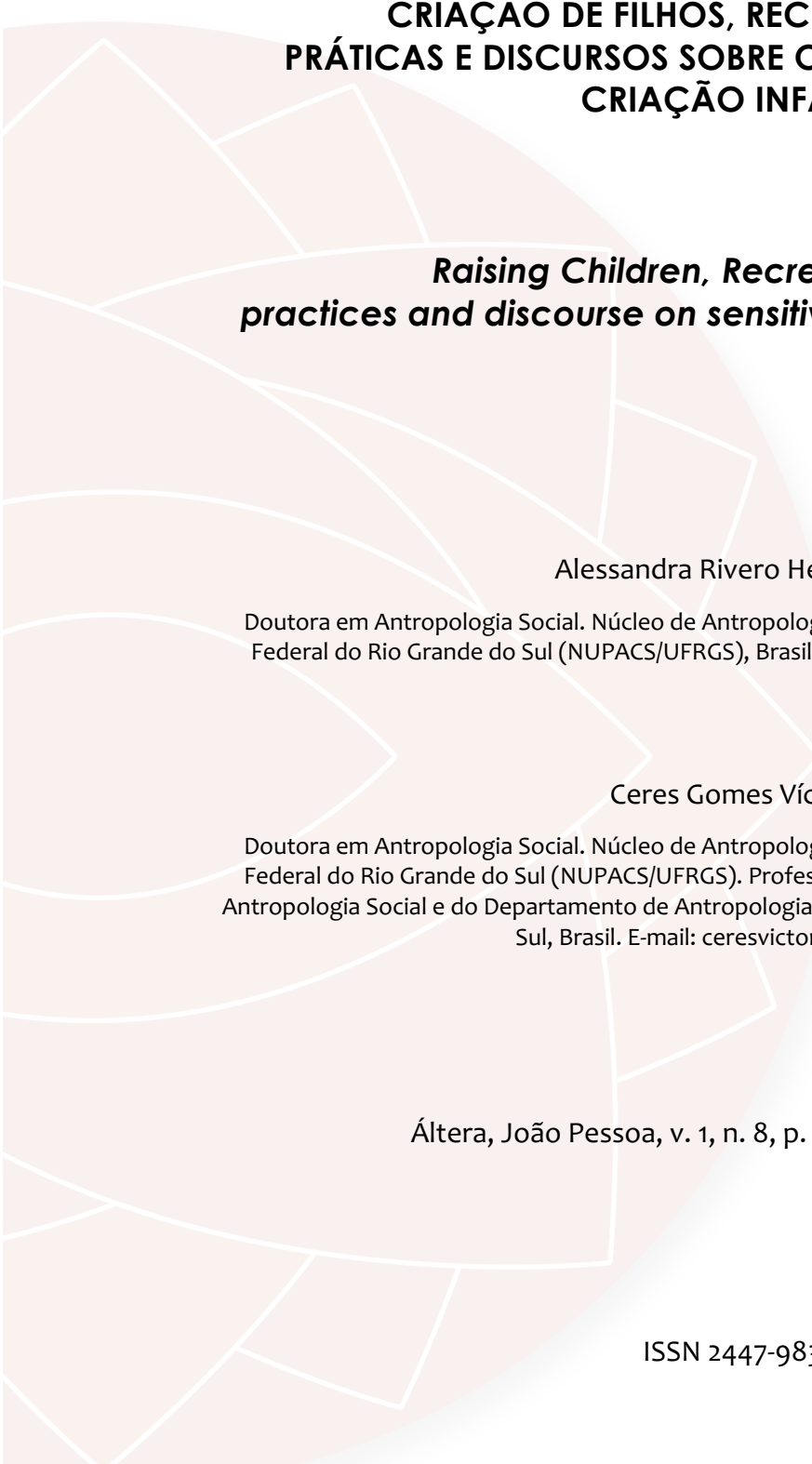
\_\_\_\_\_. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LCT, 2014.

Recebido em: 26/01/2018

Aceito para publicação em: 28/02/2019



**CRIAÇÃO DE FILHOS, RECRIAÇÃO DE PAIS:  
PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE OS MODOS SENSÍVEIS DE  
CRIAÇÃO INFANTIL**

***Raising Children, Recreating Parents:  
practices and discourse on sensitive modes of child rearing***

Alessandra Rivero Hernandez

Doutora em Antropologia Social. Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPACS/UFRGS), Brasil. E-mail: riverohernandez@hotmail.com

Ceres Gomes VÍctora

Doutora em Antropologia Social. Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NUPACS/UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ceresvictora@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 38-60, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837



**RESUMO.** O presente trabalho analisa um conjunto variado de discursos e práticas que constituem modos sensíveis de criação infantil, os quais se inserem em um processo mais amplo de psicologização das camadas médias urbanas ocorrido nas últimas décadas no Brasil. Trata-se de práticas discursivas que colocam em evidência os sentidos, que exaltam as experiências, as percepções, os afetos, as emoções, a intuição, a empatia. Inicia-se com uma breve exposição acerca de alguns dos aspectos mais relevantes presentes em tais discursos. Em um segundo momento, busca-se tensionar esses discursos para então problematizar as noções de indivíduo e de natureza a partir da pesquisa etnográfica. Por fim, argumenta-se que mulheres e homens buscam cotidianamente tornarem-se indivíduos em um processo de recriação concomitante à criação de seus filhos, que é operado em meio a arranjos cotidianos para dar conta desses discursos, à composição de “escolhas conscientes” e ao consumo de determinados bens e serviços.

**PALAVRAS-CHAVE.** Criação infantil. Corpo. Emoções. Individualismo.

**ABSTRACT.** The paper presents an analysis of a set of discourses and practices that constitute what we have called “sensitive modes of child rearing”, and that form part of a broader psychologization process of urban middle classes in Brazil in the last decades. These are discursive practices that highlight the senses, and exalt experiences, perceptions, affections, emotions, intuition and empathy. We start with a brief presentation of the most relevant aspects of these discourses. In the second section, based on ethnographic research, we discuss the notions of the “individual” and the “natural”, which are important parts of these discourses. Finally, we argue that parents - women and men – seek to become “individuals” in everyday attempts at self-recreation, which are carried out along with their children’s upbringing. Their attempts to live up to these discourses also consist in making “conscious choices” and in consuming certain goods and services.

**KEYWORDS.** Children's upbringing. Body. Emotions. Individualism.

O presente trabalho<sup>1</sup> faz parte de uma pesquisa maior na qual foi investigado um conjunto variado de discursos e práticas que constituem o que nomeamos de *modos sensíveis* de criação infantil, os quais se inserem em um processo mais amplo de psicologização das camadas médias urbanas ocorrido nas últimas décadas no Brasil. Com isto não se quer dizer que outros modos sejam insensíveis ou menos sensíveis, mas chamar a atenção para práticas discursivas de criação infantil que colocam em evidência os sentidos, que exaltam as experiências, as percepções, os afetos, as emoções, a intuição, a empatia, ao mesmo tempo em que animam e conformam uma sensibilidade romântica.

Dentre essas práticas estão: o “parto ativo”<sup>2</sup>; a prática da amamentação em regime de “livre demanda”<sup>3</sup> e ao longo dos primeiros anos de vida da criança; o *baby led-weaning* (BLW)<sup>4</sup>; o coleito ou compartilhamento da cama entre filhos e pais; o carregar o bebê em um pano (*sling*) amarrado junto ao corpo do cuidador; o uso de fraldas de pano; o banho de balde; a massagem para bebês *shantala*; a disciplina positiva<sup>5</sup> e diferentes práticas de “educação engajada”<sup>6</sup>.

Os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil não apenas valorizam a ação a partir dos gostos, desejos, necessidades, percepções e sentimentos das crianças e dos adultos, mas também buscam concretamente promover o engajamento ativo, seja pela oferta de um ambiente preparado com múltiplas possibilidades lúdicas para as crianças, seja por fomentarem a realização de

---

<sup>1</sup> Este texto deriva da tese de doutorado “O corpo e a vida: uma etnografia dos modos sensíveis de criação infantil” da primeira autora com a orientação da segunda autora e defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradecemos às professoras Maria Claudia Coelho (ICS/UERJ) e Fernanda Bittencourt Ribeiro (PPGCS/PUCRS) pelos comentários, críticas e sugestões feitos na ocasião, alguns dos quais incorporados ao presente trabalho.

<sup>2</sup> Conceito criado por Janet Balaskas (2008) que aponta para a participação ativa da mulher no parto, tendo a fisiologia do parto e suas escolhas respeitadas pela equipe de profissionais que a assistem.

<sup>3</sup> Sempre que o bebê quiser mamar, e não em horários regulados.

<sup>4</sup> Um modo de introduzir a alimentação sólida em porções que permitem com que o bebê possa pegar os alimentos com suas mãos, comendo assim o que, o quanto e na velocidade que quiser. Para maior detalhamento, ver Rapley e Murkett (2012).

<sup>5</sup> Em oposição a uma disciplina “negativa” em que a aprendizagem se daria por meio de proibições, castigos e punições.

<sup>6</sup> Utilizou-se a expressão “educação engajada” para agrupar diferentes práticas educativas que têm em comum o fato de concebem a aprendizagem como um processo que ocorre a partir da brincadeira e do envolvimento ativo da criança com o ambiente, em oposição à ideia de transmissão de conhecimentos.

escolhas recobertas de um caráter de espontaneidade e de reflexividade para os adultos, em oposição à ideia de obrigatoriedade. Ainda sobre a égide da tensão entre indivíduo e sociedade, também é central a noção de natureza, a qual ora remete a uma concepção pré-social de Indivíduo, ora diz respeito à biologia dos corpos humanos, ou, ainda, a um ambiente considerado natural, seja este um espaço de matas e riachos, seja o próprio corpo da mãe.

Se por um lado, há todo um investimento em torno da criação dos filhos, tendo-se no horizonte a ideia de que as experiências vividas nos primeiros anos de vida suscitam um efeito indelével na constituição da personalidade, por outro, a experiência da maternidade/paternidade se constitui nesse ideário como a possibilidade dos pais se recriarem. O sentido atribuído a tal recriação é a de uma trajetória, por vezes nomeada de “jornada transformadora” ou de “caminho de Santiago”, na qual se radicaliza a noção de Indivíduo, o que nessa configuração implica na busca por libertar-se das coerções sociais para que então possa florescer o que é tido como o verdadeiro “eu”.

No presente trabalho, inicialmente faz-se uma breve exposição acerca de alguns dos aspectos mais relevantes presentes nos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil. Em um segundo momento, busca-se tensionar esses discursos para então problematizar as noções de indivíduo e de natureza a partir da pesquisa etnográfica. Argumenta-se que mulheres e homens buscam se recriar enquanto criam seus filhos em um processo que se inicia antes e se intensifica depois do parto e que, antes de dizer respeito à expressão de certa essência interior, é operado em meio a arranjos cotidianos para dar conta desses discursos.

Esse debate encontra-se em consonância com as críticas dos estudos sociais da infância à concepção dominante de socialização nas teorias sociais (SIROTA, 2001; MOLLO-BOUVIER, 2005; CORSARO, 2011). Em seu sentido clássico, herança do pensamento durkheimiano, a socialização é entendida como um processo de transmissão de normas e valores por parte dos adultos e das instituições às crianças, vistas como passivas nesse processo e como seres em devir, que estão em formação. Contrariamente, no presente artigo, os adultos é que são compreendidos como seres, ao mesmo tempo, em sentido pleno e em devir, que se remodelam em um

processo de “parentalização” (MARCHI, 2009) suscitado pela existência (ou pela perspectiva de existência) das crianças.

A discussão que se segue fundamenta-se na pesquisa etnográfica realizada em diversas atividades relacionadas aos discursos e práticas anteriormente referidos ocorridas na cidade de Porto Alegre, como encontros de grupos, palestras, cursos, espaços voltados para a educação de crianças, grupos em redes sociais, bazares, marcha pela humanização do parto, audiências públicas sobre humanização da assistência ao parto, entre outros. Entre 2013 e 2016, transitou-se por diversos espaços que, embora não estivessem previamente relacionados entre si, iam se conectando na medida em que se seguia o trânsito das pessoas por aqueles espaços. Assim, o campo empírico desta pesquisa se constituiu de uma seleção de espaços de que se foi tomando conhecimento, mas em diálogo como as conexões feitas pelos próprios interlocutores.

## **OS DISCURSOS SOBRE OS MODOS SENSÍVEIS DE CRIAÇÃO INFANTIL**

Algumas das práticas e dos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil constituem um estilo de cuidados parentais que começou a despontar a partir da década de 1990 e que tem sido denominado de diferentes formas, entre elas: maternagem/paternagem/maternidade/paternidade consciente, ativa ou, ainda, criação com apego. As duas primeiras denominações chamam a atenção para uma ação protagonista, fruto de uma prévia apreciação dessas práticas e não da mera reprodução das mesmas. Em outras palavras, praticar este estilo de criação parental seria o resultado de uma “escolha individual”. Já o termo apego, presente na última expressão, remete à teoria do apego, proposta pelo médico psiquiatra e psicanalista britânico John Bowlby (1907-1990). Sucintamente, pode-se dizer que esta teoria aponta para os laços afetivos nos primeiros anos de vida como condição para o desenvolvimento normal dos seres humanos.

Entre os praticantes dos modos sensíveis de criação infantil é comum a consideração de que esta forma de cuidado não tem nada de novo. Contudo, ao tratar esse conjunto de práticas de criação infantil como novas, não nos referimos



tanto às práticas em si, algumas delas de fato desempenhadas em sociedades tradicionais, mas aos pressupostos e sentidos que informam sobre tais práticas na atualidade. Afinal de contas, o que permitiu que em um determinado momento fizesse sentido juntar toda uma diversidade de práticas e criar algo novo, uma bricolagem capaz de entrelaçar, por exemplo, o uso de *sling*, de fraldas de pano e o método de introdução alimentar BLW? É preciso ter em conta que, diferentemente do que ocorre em sociedades tradicionais, estas práticas emergem a partir de críticas a certos elementos constitutivos da vida contemporânea, tais como o processo de medicalização da infância, o consumo nos padrões atuais, o papel normalizador da escola e da medicina e as abordagens cognitivistas da aprendizagem. Por outro lado, recebe uma conotação positiva aquilo que é visto como um retorno ao “instintivo”, “primitivo”, “ancestral” e “natural”. Esses atributos são conferidos às práticas de cuidado em questão, assim como o de serem práticas saudáveis.

Assim, por exemplo, são abundantes nesse universo as críticas ao aumento de crianças diagnosticadas com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH); à publicidade dirigida às crianças; ao consumismo cotidiano e relacionado a eventos como o Natal e a Páscoa, o qual estaria distorcendo o sentido de celebração e de comunhão familiar dessas datas comemorativas; ao excesso de brinquedos tecnológicos e de horas passadas pelas crianças em frente à televisão ou ao computador, que prejudicariam a criatividade; e à “terceirização” da criação infantil. Frequentemente algumas dessas apreciações trazem consigo um certo sentimento de nostalgia em relação a costumes que com o tempo estariam sendo abandonados, junto a memórias como as de que antes as crianças brincavam mais na rua e de que as pessoas se alimentavam com comida caseira e não com alimentos industrializados como nos dias de hoje.

Os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil tratam muitas vezes de promover um contato corporal intenso, em especial com o corpo materno, o qual é configurado como o “ambiente natural” da criança, principalmente nos primeiros meses de vida, a partir de argumentos cientificistas. Essa intensa vinculação corporal com a criança se produz em meio a práticas como a amamentação; o coleito, ou compartilhamento da cama entre filhos e pais; e o carregar o bebê em um pano (*sling*) amarrado junto ao corpo. Apesar de incidir sobre a mulher a figura de apego, ao



homem também é atribuído um papel afetivo e no cuidado com seu filho que não é o de mero provedor financeiro ou ajudante. Esse ideal de paternidade se articula ao ideal de conjugalidade nomeado “casal igualitário” por Tania Salem (2007) em sua etnografia sobre o fenômeno denominado “casal grávido”, o qual começou a despontar no Brasil a partir dos anos 1980 e se caracteriza tanto pelo envolvimento do cônjuge no pré-natal e no parto como pela procura de um “parto natural”. A busca por um homem sensível dialoga com a valorização de uma relação marital mais igualitária no cuidado com os filhos e a casa, em uma configuração de valores que também coloca ênfase na família nuclear.

A dissertação de mestrado de Mariana Pulhez (2015) permite identificar conexões entre os modos sensíveis de criação infantil e um feminismo de matizes particulares. Sua investigação etnográfica trata da “maternidade ativa” e suas articulações com a temática feminista a partir de textos publicados e discussões virtuais no *blog Mamíferas* e entrevistas com as autoras. Dentre os diversos feminismos existentes, ela identifica proximidades entre a valorização da maternidade e o feminismo da diferença, corrente que defende o empoderamento feminino via maternidade. As feministas da diferença se opunham a outras correntes feministas que proclamavam a igualdade por meio da identificação das mulheres com a figura masculina, ao passo em que defendiam o feminino enquanto essência. Apesar das semelhanças com o feminismo da diferença, Pulhez observa que na “maternidade ativa” outra forma de feminismo está em cena, a qual nomeou de “feminismo mamífero”. Este se vincularia aos princípios do individualismo-igualitário à medida que busca a valorização do espaço doméstico e o compartilhamento entre o casal das tarefas da casa e o cuidado com os filhos.

Ainda vinculado ao preceito da igualdade, esse regime de discurso, como foi possível perceber na realização desta pesquisa, também promove um modo de se relacionar com a criança (expressa em termos de “acolhimento das necessidades”, “empatia” e “respeito pela criança”) que dá margem em alguma medida para que ela agencie sua própria ação. Ao mesmo tempo, contudo, reforça a responsabilidade dos pais quanto às “escolhas conscientes” relativas à criação dos filhos, as quais conformam em parte a ação infantil. Desta forma, mesmo quando é possibilitado que

as crianças tomem a iniciativa em relação ao que comer ou brincar, antes disso um conjunto de alimentos e de brinquedos já foi selecionado por seus pais.

Outro aspecto desse regime de discurso, presente em livros ou expresso por autoridades nos diversos espaços etnografados, é a contestação frequente de que o mesmo deva ser tomado como prescrição de como criar um filho. Contrariamente, os enunciados são apresentados como “sugestões”, “princípios”, ou ainda a forma mais adequada de cuidar das crianças (embora isto pareça suficientemente categórico) cabendo, portanto, a cada um fazer suas escolhas, seguir sua “intuição”. Apesar da possibilidade de esses discursos serem interpretados como normativos ser visto como um problema para seus enunciadores, mais recentemente percebe-se a ocorrência de um processo de afastamento do caráter marginal concomitante à legitimação, e até mesmo institucionalização, desses discursos, o que lhes confere maior autoridade.

Apona nessa direção o englobamento da expressão “parto natural”, vinculada à contracultura, pelo de “parto humanizado” e a própria criação da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) em 1993, a partir de um grupo embrionário que se automeava “Ginecologistas Marginais” (TORNQUIST, 2004). Ainda, desde 2011 ocorre um processo de institucionalização de um modelo de atenção ao parto e ao nascimento pautado no cuidado humanizado pelo governo federal. Nesse mesmo sentido, pode-se destacar também a inserção em 2017 da massagem indiana para bebês *Shantala*, difundida na década de 1970 pelo obstetra francês adepto do ideário do parto natural Frédérick Leboyer, à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

Desta forma, observa-se nos materiais publicitários do Ministério da Saúde o apelo para que mulheres sejam *protagonistas* de seu parto, realizando a *escolha* pelo método mais adequado (Figura 1-A); homens exerçam a paternidade de maneira *ativa* e *consciente* (Figura 1-B); mulheres realizem atividade física após o parto mantendo contato corporal com seus filhos mediante o uso de *slings* (Figura 1-C); realize-se a massagem corporal *Shantala* (Figura 1-D). Embora não seja o objetivo aqui fazer uma análise detalhada dessas imagens, gostaríamos de elencar alguns elementos que se fazem presentes nesses materiais e que constituem os modos sensíveis de criação infantil, como: a valorização do protagonismo, da realização de escolhas, do

engajamento ativo, da reflexividade, do intenso vínculo corporal entre mãe e bebê e da ideia de natureza (paisagem bucólica como pano de fundo das figuras 1-A e 1-B).

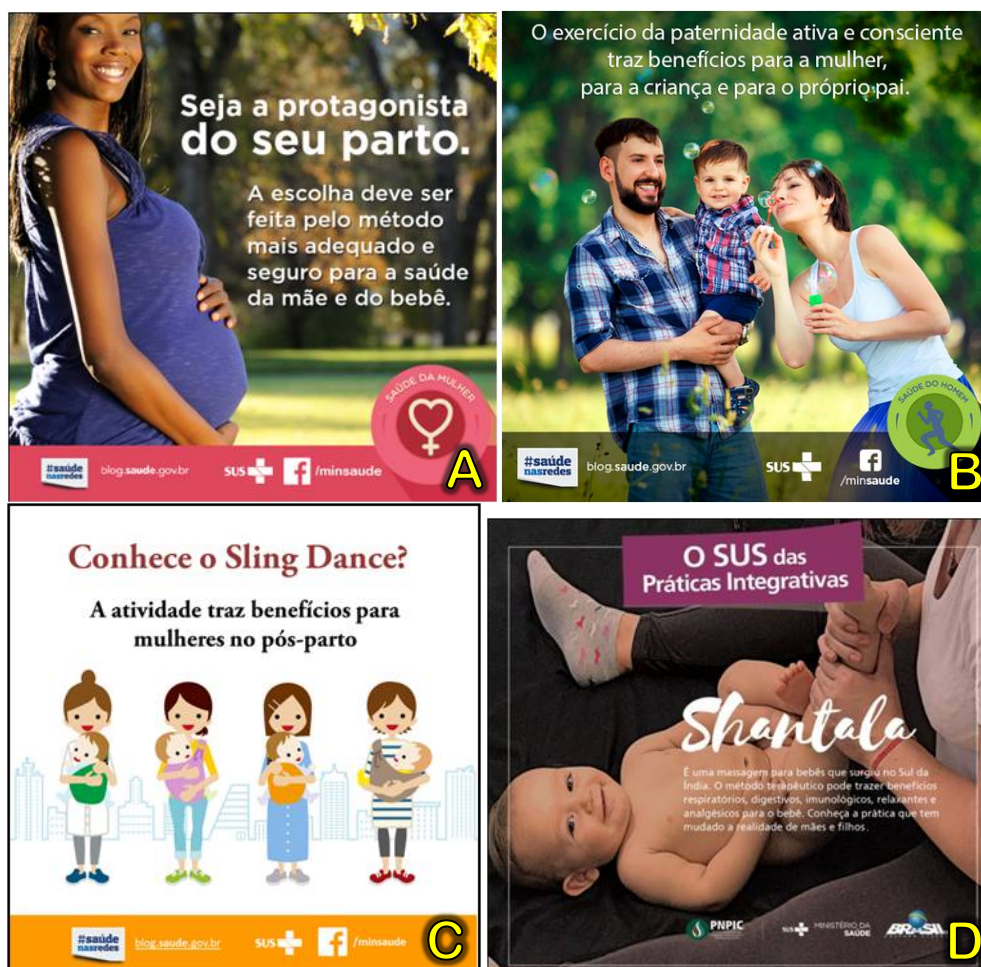


Figura 1 – Materiais de divulgação do Ministério da Saúde na rede social Facebook: (A) Seja a protagonista do seu parto, a escolha deve ser feita pelo método mais adequado e seguro para a saúde da mãe e do bebê (publicado em 19/06/15); (B) O exercício da paternidade ativa e consciente traz benefícios para a mulher, para a criança e para o próprio pai (publicado em 04/08/15); (C) Conhece o Sling Dance? A atividade traz benefícios para mulheres no pós-parto (publicado em 06/10/16); (D) Shantala é uma massagem para bebês que surgiu no Sul da Índia. O método terapêutico pode trazer benefícios respiratórios, digestivos, imunológicos, relaxantes e analgésicos para o bebê. Conheça a prática que tem mudado a realidade de mães e filhos (publicado em 20/06/17).

## NO CORPO A CORPO COM O BEBÊ

A experiência corporal das mulheres, sobre quem recai o papel de figura do apego, não parece ser tão simples ou “natural” como os discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil podem fazer acreditar. Relatos de dificuldades com a



prática da amamentação não são raros entre as adeptas desse estilo de criação infantil, assim como de carregar o filho junto ao corpo em dias quentes ou de conseguir se acomodar confortavelmente na cama ao se praticar o coleito. Mas essa experiência corporal intensa traz também dilemas de outra ordem, que dizem respeito à tensão entre a totalidade do apego e a individualidade das mulheres.

Alguns relatos sobre a decisão por desmamar se relacionam com a percepção de uma fase de apego excessivo dos filhos, em que bebês passavam a mamar mais frequentemente, levando suas mães à exaustão e ao esgotamento. Essa tensão se fez presente, por exemplo, em uma conversa informal entre duas mulheres após o encerramento de um encontro de um grupo de apoio ao “parto ativo”, quando uma comentou com outra já ter pensado em dar chupeta<sup>7</sup> à filha para que ela “desgrudasse” um pouco do seu peito, ao que a outra mulher, com seu filho no *sling*, respondeu que certa vez também pensou no mesmo, mas acabou não fazendo.

Um artigo de Viveiros de Castro e Benzaquen de Araújo (1977), no qual analisam o clássico romance entre Romeu e Julieta como o mito de origem da noção moderna de amor paralelamente ao surgimento do Estado Moderno, contribui para compreender essa ambiguidade. A partir de uma perspectiva estruturalista, os autores buscam evidenciar a articulação entre a concepção desse sentimento, como se apresenta na obra em questão, e uma configuração individualista particular.

A análise se complexifica ao passo em que tanto o sentimento de amor é capaz de tornar Romeu e Julieta em indivíduos, ao separá-los de suas famílias de origem [Julieta: “Tu [Romeu] não és Montecchio, mas tu mesmo!” (p. 150)], como também de levar a uma fusão com o outro e à perda da identidade pessoal, pondo em questão a noção de indivíduo [Romeu: “Não, minha bela, nem Montecchio nem Romeu! Já que meu nome não te agrada, eu não sou eu!” (p. 150)]. De modo semelhante ao que ocorre na tragédia shakespeariana, o paradoxo entre a totalidade do apego e a individualidade materna, ou entre enfatizar a dimensão holista (deslizando para um individualismo de matizes românticos) e valores iluministas como liberdade e

---

<sup>7</sup> Durante o trabalho de campo observou-se poucas crianças fazendo uso desse artefato, o que aponta para uma diferenciação do universo pesquisado, haja vista o uso de chupeta ser muito comum, especialmente em Porto Alegre, capital com maior prevalência dessa prática (59,5%) entre crianças com menos de 12 meses de idade, conforme pesquisa realizada em 2008 (BRASIL, 2009).

autonomia, não somente se faz presente em menor ou maior grau como é constitutivo dos modos sensíveis de criação infantil.

Ainda, a partir de uma abordagem fenomenológica, pode-se pensar que a fusão amorosa promovida pela totalidade do apego torna-se um dilema em meio a uma configuração individualista (a qual justamente é a condição de possibilidade para sua emergência) à medida que coloca em jogo os limites do corpo individual, o que pode se tornar uma experiência perturbadora. Em um estudo sobre experiências corporais de mulheres inglesas, Ceres VÍctora (1996) identificou como principais razões alegadas para não amamentar, entre as informantes de classe trabalhadora, a dificuldade de saber ao certo a quantidade de leite ingerido pelo bebê e a impossibilidade de o pai participar na alimentação da criança caso esta fosse amamentada.

Apesar da alegação baseada na ideia de que amamentar negaria a participação paterna na alimentação da criança, a participação dos pais na atividade mostrou-se irrelevante ou inexistente em outras partes da entrevista e através de observação participante. Esta razão socialmente aceitável em uma configuração de igualdade de gêneros parecia encobrir razões secundárias, as quais “estavam invariavelmente relacionadas aos limites do corpo individual no sentido de que a conexão estabelecida entre o corpo da mãe e o do bebê era uma experiência perturbadora para elas” (VÍCTORA, 1996, p. 18).

A autora argumenta ainda que a “noção de um corpo individual com limites claros e rígidos, coincidentes com os limites do corpo físico (conforme identificado pela biomedicina), está mais sujeito a sentimentos de invasão em diferentes graus do que um corpo com limites mais fluidos” (VÍCTORA, 1996, p. 21). Cabe pontuar que essas razões não foram mencionadas pelas entrevistadas de classe média também participantes do estudo, e que, particularmente aquelas que tiveram parto em casa, sentiram-se mais motivadas a amamentar. Nesse sentido, o parto domiciliar pareceu tornar os limites do corpo um pouco mais fluidos, mesmo que temporariamente.

Essa experiência de fronteiras corporais fluídas, de um corpo que ora estende-se e incorpora a criança, ora parece se tornar mais circunscrito ao corpo físico individual, não é somente uma experiência do corpo no espaço, mas também do corpo no tempo. Em outro encontro do grupo de preparação para o “parto ativo”, a

doula<sup>8</sup> que coordena a atividade comentou que nos primeiros meses os bebês precisam muito de suas mães, de quem eles não são capazes ainda de se diferenciarem. Conta que para algumas mulheres essa experiência provocava angústia, sentimento que, como referem Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010) a partir do trabalho do ensaísta português Eduardo Lourenço, estabelece uma forma de relação com a temporalidade, mais precisamente com um tempo presente que é percebido como sem dimensões, no qual não se consegue vislumbrar um futuro. Talvez por aí possam ser compreendidos os anseios confessos de algumas mulheres a sua doula de “quererem suas vidas de volta”.

## **PRODUZINDO ESCOLHAS... E RESPONSABILIDADES**

Como referido anteriormente, a realização de escolhas é central nos modos sensíveis de criação infantil enquanto elemento fundamental na construção de uma trajetória na qual se radicaliza a noção de Indivíduo a partir da experiência de maternidade/paternidade. Pois, além de fazerem escolhas para si, mulheres e homens fazem “escolhas conscientes” em nome da criança no que tange a toda uma variedade de elementos que perpassam o corpo e a vida de seus filhos, como alimentos, remédios e brinquedos.

A partir da pesquisa sobre fazer compras do antropólogo Daniel Miller realizada junto a mulheres de classe média inglesa na década de 1990<sup>9</sup>, Marilyn Strathern (2005) argumenta que essas mulheres compartilham seus corpos com o filho duas vezes mais. Isto porque, além da ideia de um corpo herdado geneticamente, sobre o qual não há o que fazer, o corpo infantil é tomado também como efeito da dedicação (ou do descuido) das mães, e nesse sentido muito pode ser

---

<sup>8</sup> A palavra doula tem origem na Antiga Grécia e significa mulher que serve. Atualmente, nomeia as mulheres que dão suporte físico e emocional a outras mulheres antes, durante e após o parto.

<sup>9</sup> Na descrição que Miller (2013) faz sobre os cuidados desempenhados pelas interlocutoras de sua pesquisa, percebem-se proximidades com o campo empírico da presente investigação. O autor refere que entre essas mulheres havia uma grande preocupação em torno do conceito de natureza no que diz respeito tanto ao parto como aos cuidados com os filhos. Além de buscarem ter um parto considerado natural, elas, por exemplo, amamentavam seus filhos; evitavam comidas com açúcar e brinquedos com marcas de gênero; e acreditavam que as crianças superariam naturalmente o fato de acordarem várias vezes durante a noite, não devendo ser disciplinadas com esse intuito.

feito a fim de conformar o corpo infantil. De acordo com a autora, parece que a criança incorpora o estado de consciência com que a mãe atua à medida que a condição da criança depende de como a mãe age com base em seus conhecimentos até quando a criança possa fazê-lo por si mesma. De modo semelhante, as interlocutoras da presente investigação, ao “compartilharem” sua consciência com os filhos, potencializam o ato da escolha.

Este empenho implica em alguma medida na aquisição de conhecimentos sobre “parto ativo”, desenvolvimento e comportamento infantil, amamentação, uso do *sling*, vacinas, entre tantos outros temas. Esses conhecimentos são aprendidos através de diversos meios e envolvem diferentes autoridades, tais como livros, textos, vídeos e grupos de discussão na internet, participação em grupos de apoio e em cursos, junto a doulas e consultoras em amamentação e em *sling*. Não raramente, muitas das mulheres que transitam por essas diversas atividades acabam se tornando elas também autoridades e passam a difundir e até mesmo comercializar algum serviço ou produto correlato.

A participação nessas diferentes atividades (bem como a sociabilidade com outros “casais grávidos”, mães, pais e profissionais envolvidos que decorre dessa participação) é fundamental na produção de um leque de escolhas e, por conseguinte, na conformação da experiência de maternidade/paternidade em foco. Exemplo disto foi um dos encontros de preparação para o “parto ativo” de que se participou durante a pesquisa, no qual foi discutida a necessidade de elaborar um plano de parto. Um plano de parto é uma espécie de lista em que é arrolada toda uma variedade de procedimentos e aspectos pertinentes à ocasião do parto que a mulher, ou o “casal grávido”, deseja (ou não) que ocorram. Tal documento deve ser tratado durante o pré-natal com o médico obstetra, parteira e/ou equipe de profissionais que irá assistir ao parto, como parte do processo de empoderamento feminino, de tornar-se protagonista de seu parto, não sendo considerada suficiente a simples contratação de uma equipe de profissionais favorável ao parto natural.

No encontro em questão, foi utilizado um modelo de plano de parto baixado de uma página da internet como dispositivo motivador para a discussão de cada um dos itens nele elencados, esclarecendo as opções, os riscos e benefícios de cada um. Assim, abordou-se, por exemplo, a não necessidade rotineira de se permanecer em



jejum durante o trabalho de parto; de realizar de tricotomia (raspagem de pelos pubianos), enema (lavagem intestinal), amniotomia (ruptura intencional das membranas amnióticas para aceleração do parto) e episiotomia (corte na região do períneo); de permanecer na posição decúbito dorsal durante o trabalho de parto; de usar ocitocina para aceleração do parto; e do recém-nascido receber uma injeção de vitamina K imediatamente após o parto (podendo opcionalmente ser administrada por via oral) e colírio de nitrato de prata.

Embora estivessem ali porque desejavam ter um parto humanizado, muitos desses procedimentos vinculados à prática médica eram desconhecidos para os participantes neófitos, de modo que para eles a possibilidade de realizar todas essas escolhas nem sequer estava dada antes do encontro. Contudo, se a ampliação dos atos de “escolha consciente” é vista como a possibilidade de se tornar mais autônomo, consiste também em tomar para si a responsabilidade por um leque crescente de decisões, que devem ser baseadas em informações, a tal ponto que em algum momento torna-se impraticável dar conta da busca por toda uma diversidade conhecimentos para lidar com tantas decisões cotidianas. Assim, por exemplo, uma das coordenadoras do grupo, quando questionada acerca da vacinação de sua filha de aproximadamente um ano de idade (haja vista que discursos críticos à vacinação não são incomuns nesse campo de práticas), referiu que a estava levando no posto de saúde para receber *apenas* as vacinas do calendário nacional<sup>10</sup> e ponderou: “Esse negócio de vacina, pra eu tomar uma decisão sobre ela eu teria que estudar mais e eu não fiz isso”. Nesse sentido, parece que a autopercepção de que se está permanentemente escolhendo pode ser sentida em algum momento como uma sobrecarga de responsabilidades para quem adere à lógica da escolha.

## CONSUMO CONSCIENTE E ESPÍRITO EMPREENDEDOR

O empenho em realizar “escolhas conscientes” para si e para os filhos implica também tanto no consumo de bens e serviços como na produção de circuitos

---

<sup>10</sup> Em clínicas particulares são oferecidas mais vacinas que aquelas que estão previstas pelo calendário nacional proposto pelo Ministério da Saúde.



comerciais nos quais são oferecidos bens como fraldas de pano; *slings*; roupas infantis “sem apelo sexista”; elementos para decoração de quarto e festa infantil; produtos orgânicos; refeições veganas congeladas; serviços como de *doulagem* (parto e pós-parto); consultoria em amamentação e em *sling*; aulas de ioga, *shantala* mais banho de balde e musicalização infantil; espaços para atividades lúdicas; *coaching* para mães; serviços de fotografia para a ocasião do parto; entre outros.

Embora fossem frequentes os discursos que condenavam o consumismo (concebido como um antivalor), ao longo do trabalho de campo não se percebeu qualquer tipo de constrangimento no consumo desses bens e serviços. Pelo contrário, argumentava-se em favor de consumir mercadorias que prezassem pela sustentabilidade ambiental; de comprar diretamente de quem faz, como forma de contrapor-se à preeminência das grandes empresas; de contribuir para o empoderamento feminino (no caso de ser oferecido/produzido por uma mulher); bem como de adquirir bens não massificados que frequentemente são apresentados junto a informações acerca do modo como foram criados e sobre suas criadoras: “feito com amor”, “apaixonada pelo que faz”, “decidiu se dedicar a uma paixão”, “deixou o emprego formal e decidiu trabalhar por conta para conciliar com a maternidade”, “ficar com as crianças em casa e ainda garantir uma renda”.

Esses dados dialogam com um processo crescente na atualidade de “comoditização” e de consumo das relações de produção, no qual as relações de produção de uma mercadoria passam a ser parte integrante da mesma, como referem Livia Barbosa e Colin Campbell (2006). Se como argumenta Colin Campbell (2001), o movimento romântico teve um papel fundamental no desenvolvimento do consumismo moderno, parece que esta relação se adensa no caso do consumo dessas mercadorias à medida que as relações de produção incorporadas às mesmas estão permeadas por “uma ética hedonista de trabalho, que o privilegia enquanto expressão da criatividade e individualidade de cada um” (BARBOSA; CAMPBELL, 2006, p. 24).

De uma maneira mais ampla, associa-se também a um fenômeno de politização do consumo e da vida cotidiana. Em sua etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos, Castañeda (2012) argumenta que a compra destes produtos é uma das formas de dar concretude ao processo de ambientalização e politização



do consumo e da vida cotidiana, no qual o ato de escolher o que se consome é visto como uma forma de participação na esfera pública. Como chama a atenção o autor, este uso político do consumo é uma forma de ação política do tipo romântico-individualista, que se tornou mais intenso a partir da década de 1990, em detrimento de um ativismo radical-coletivista, mas preponderante nas décadas de 1960 e 1970. Nessa conformação mais atual de ação política, pretende-se que pela mudança individual, a conscientização individual, possa-se alcançar a transformação da sociedade. Para além do que se refere ao consumo de orgânicos, a politização da vida cotidiana também pode ser percebida na preocupação com o meio ambiente presente no consumo de fraldas de pano e nas “escolhas conscientes” que constituem essa forma de criação infantil.

Contudo, faz-se um parêntese para esclarecer que com isto não se está afirmando que outras formas de ativismo social não se fizessem presentes. Mesmo sem constituírem formalmente um coletivo de ativistas, em determinadas ocasiões, algumas das quais se participou ao longo do trabalho de campo, inúmeras adeptas do parto humanizado e do modos sensíveis de criação infantil se articularam via redes sociais para participar em massa em diferentes eventos, tais como: marcha pela humanização do parto, ocorrida em 2013; audiências públicas sobre humanização do parto, uma em 2014 e outra em 2015<sup>11</sup>; seminário da frente parlamentar “Mães Empoderadas, Pais Participativos e Primeira Infância Respeitada”, em 2016<sup>12</sup>.

Retornando ao tema da presente subseção, queremos destacar o fato de haver uma chamada não só para o consumo dessas mercadorias e serviços, mas também para a produção dos mesmos, para embrenhar-se no nomeado “empreendedorismo materno”. Conforme salientado por uma palestrante em um evento sobre o tema, o empreendedorismo materno se diferenciaria de empreendedorismo realizado por mulheres que são mães, pois diz respeito a

---

<sup>11</sup> A primeira audiência foi organizada pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul a fim de subsidiar o trabalho dos mesmos com vistas à implementação das normas sobre o parto humanizado. A segunda audiência teve como proponente a deputada estadual Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) junto às comissões de Cidadania e Direitos Humanos e de Saúde e Meio Ambiente. Contou com a participação do Deputado Federal Jean Wyllys (PSOL), autor de um projeto de lei sobre o tema em parceria com a ONG Artemis, voltada para a erradicação de toda forma de violência contra a mulher.

<sup>12</sup> Presidida pela deputada estadual Manuela d'Ávila.

mulheres que resolveram empreender em virtude de terem se tornado mães e buscarem uma alternativa de trabalho que lhes possibilite permanecer junto aos filhos. Durante o trabalho de campo conheceu-se mulheres que deixaram seus empregos após o nascimento dos filhos, dentre as quais algumas se tornaram empreendedoras ao passar a oferecer bens e serviços frequentemente vinculados aos circuitos comerciais anteriormente referidos.

O trabalho de Nikolas Rose (2011) contribui na compreensão da articulação entre o empreendedorismo e os modos sensíveis de criação infantil. O autor chama a atenção para a aspiração de criar uma “cultura empreendedora” associada à lógica neoliberal<sup>13</sup> no final dos anos 1980 em países como Inglaterra, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, entre outros. Para ele, o empreendedorismo não nomeia apenas um tipo de forma organizacional, mas, de forma mais geral, fornece uma imagem única de “self empreendedor” (ou seja, com elevada capacidade de autocondução) para toda uma diversidade de âmbitos da vida, como a escola, a família, a fábrica e a empresa. Essa imagem ressoa com a concepção de ser humano enquanto Indivíduo livre e com poder de escolha operada no regime de discurso dos modos sensíveis de criação infantil.

## O SENTIMENTO DE CULPA E A QUESTÃO DA AUTORIDADE

Durante o trabalho de campo, pôde-se ouvir em diferentes oportunidades a expressão “*menas mãe*”, cujo uso se popularizou a partir das redes sociais para ironizar a contestação de mulheres de não serem menos mãe por terem feito cesárea,

---

<sup>13</sup> Intrigadas pelo fato da “cultura empreendedora” estar associada à ideologia neoliberal e ao mesmo tempo considerar a maioria das pessoas participantes dos espaços investigados como tendo um pensamento político de esquerda, defensores dos direitos individuais e das minorias e contrários à política neoliberal, encontrou-se no trabalho de Colin Campbell (1997) possíveis conexões entre ambas as ideologias. Dentre a série de mudanças que possibilitaram a emergência de uma nova teodiceia em um processo que nomeia de “orientalização”, o autor aponta para um deslocamento, nos anos 1960, da noção de *telos* como concebida anteriormente pelo socialismo e pelo marxismo, a partir do surgimento da Nova Esquerda: “No caso da Nova Esquerda, o desenvolvimento significativo foi a rejeição do tradicional evangelho social de ‘salvação’ através da revolução política ou reforma em favor de uma crença na autoperfeição através da ‘revolução’ pessoal ou da consciência intensificada. Essa mudança foi realizada substituindo-se os ensinamentos de Marx pelos de Freud (ou, mais propriamente, Reich), com a consequente redefinição de ‘alienação’ e ‘repressão’ como aplicáveis em um contexto pessoal e sexual, e não coletivo e econômico-político” (CAMPBELL, 1997, p. 17).



não amamentarem, darem alimentos industrializados aos filhos, entre outros. A expressão era usada também em uma espécie de confissão sobre esses ou outros aspectos da criação de seus próprios filhos pelas quais se sentiam culpadas. O sentimento de culpa é suscitado, portanto, tanto pela desaprovação dos outros, como por uma consideração da própria pessoa a respeito de um ato por ela praticado (ou que deixou de praticar), sendo que neste último caso a culpa recobra a aparência de uma emoção autoinfringida. Exemplo disso é o relato de uma jovem mulher em uma conversa informal durante um evento sobre maternidade, ocasião em que contou estar sempre procurando algo para fazer em casa (lavar roupa, lavar os pratos), pois como havia deixado o trabalho para cuidar do filho, sentia que estava sempre “devendo”. Ela então tinha começado a trabalhar com artesanato em casa, mas desde esse momento passara então a se sentir culpada por estar em casa, mas não estar dando atenção integral para o filho.

Mas o que o sentimento de culpa revela sobre os modos sensíveis de criação infantil? Pretende-se responder a essa questão partindo do entendimento que os sentimentos são pautados por uma “gramática”, com regras e sentidos socialmente definidos a partir dos quais emergem, enfatizando desse modo o caráter sociocultural da experiência emocional (REZENDE; COELHO, 2010). Um primeiro aspecto a destacar dessa “gramática” é quem pode sentir culpa. Pois esse sentimento é experimentado especificamente por mulheres, enquanto homens não costumam se sentirem *menas* pai. Isto evidencia que, apesar do regime de discurso sobre os modos sensíveis de criação infantil ter como valor a igualdade, que incide também sobre o ideal de conjugalidade, a responsabilidade pela criação infantil recai largamente sobre as mulheres.

Ainda, a “gramática” da culpa materna estabelece uma hierarquia ao produzir fronteiras morais entre *menas* e *mais* mães que põe em xeque tanto o princípio de igualdade como o de liberdade. Apesar da atribuição de um caráter normativo aos enunciados sobre os modos sensíveis de criação infantil ser vista como um problema, o sentimento de culpa permite pensar que por mais que os mesmos sejam apresentados como escolhas, o acento recai paradoxalmente sobre o caráter prescritivo dessas escolhas, uma vez que não se trata simplesmente de escolhas, mas sim de “escolhas conscientes”, com base em informações que terminam por regê-

las. As reflexões do antropólogo Massimo Canevacci (1990) sobre a comunicação de massa a partir do conceito de “duplo vínculo” proposto por Gregory Bateson podem ser úteis para compreender as ambiguidades presentes nesse regime de discurso. Como refere Canevacci (1990), citado por Maria Claudia Coelho (2011), o “duplo vínculo” diz respeito a uma forma de relacionamento na qual coexistem demandas contraditórias. As mensagens da comunicação de massa operam com duplo vínculo na medida em que, por exemplo, incitam de modo concomitante a consumir e a poupar; a pensar por conta própria, o que em si é uma contradição pela necessidade de persuasão; à singularidade mediante um apelo massificado.

Ainda, outro trabalho de Coelho e colaboradores (2016) contribui para pensar acerca da aparente recusa ao exercício da autoridade nesse regime de discurso quando seus enunciados são apresentados como “sugestões” ou “princípios”. No texto em questão são examinados os relatos de pessoas de camadas médias e altas que foram abordadas em blitz da Lei Seca no Estado do Rio de Janeiro. O exercício da autoridade policial nessa operação se diferencia de outras, caracterizando-se, entre outros aspectos, pela não utilização de fuzil e farda, elementos constitutivos da identidade policial e presentes em outras abordagens, que são substituídos pelo uso de colete e um revólver em um coldre na perna, bem como a demonstração do conhecimento da lei e o recurso à polidez. Os policiais referiram utilizar, na interação com os cidadãos durante as abordagens, preferencialmente verbos como “orientar”, “instruir” ou “convidar”, ao invés de “ordenar” ou “obrigar”. Para interpretar o recurso à polidez na performance da autoridade policial, os autores recorrem à teoria dos atos de fala de Searle, a partir da qual pontuam que: “‘convidar’ e ‘ordenar’ estão lado a lado na categoria dos verbos diretivos, ou seja, aqueles cuja ação no mundo é levar o outro a fazer algo; diferem, contudo, em sua ‘força ilocucionária’, com o primeiro sendo brando e o segundo incisivo” (COELHO et al., 2016, p. 155). Os autores concluem que o ato de convidar, sugerir ou aconselhar, em substituição a dar uma ordem, ao mesmo tempo instaura e oculta o exercício da autoridade. O que se está sugerindo com esse exemplo é que os enunciados sobre os modos sensíveis de criação infantil, embora se apresentem como “sugestões” ou “princípios”, não deixam de ser um conjunto de prescrições que, por estarem permeados de grande exigência, são muitas vezes de difícil realização.

## CONCLUSÃO

Visualizar o exercício da autoridade nos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil, que se distinguem por fomentarem a ação a partir dos gostos, desejos, necessidades, percepções e sentimentos, possibilita compreender que os mesmos também animam e conformam uma sensibilidade romântica. Nesse sentido, vai-se ao encontro do conceito de poder como concebido por Foucault (1979, p. 8), enquanto uma força positiva e produtiva, para além de ter um caráter repressivo e coercitivo: “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Ainda, esta perspectiva permite tensionar a dicotomia autoridade/afeto, tão presente na tradição antropológica, como pontuado por Viveiros de Castro e Benzaquen (1977)<sup>14</sup>, e que tem como implicação a concepção de que os sentimentos fogem às regras.

A discussão elaborada ao longo do artigo sobre as dualidades presentes nos discursos e práticas em foco (autoridade/afeto, obrigatoriedade/espontâneo), as quais replicam a dicotomia sociedade/indivíduo, leva a problematizar a ideia de que o Indivíduo seja imanente à pessoa, para pensá-lo como efeito do envolvimento em determinados contextos, relações e práticas cotidianas. Em seu trabalho etnográfico junto a ocupantes ilegais na ilha caribenha de Trinidad, Daniel Miller (2013) observou que, mesmo morando em acampamentos urbanos sem água nem eletricidade, as pessoas tinham uma grande devoção à vestimenta. Uma prática de lazer corriqueira era realizar desfiles no acampamento. Mais que seguir a moda, interessava aos trinitários construir um estilo, uma estética individual através da combinação da indumentária e da forma de andar e falar. Como argumenta o autor, para os trinitários, o verdadeiro “eu” residia na superfície, onde os outros podiam vê-lo com facilidade. A aparência não era um reflexo do “eu”, mas quem a pessoa era de

---

<sup>14</sup> Os autores referem os trabalhos clássicos de Malinowski (1983) sobre o direito da mãe e o amor do pai entre os Trobriandeses e de Radcliffe-Brown (1973) sobre o irmão da mãe na África do Sul e as relações jocosas.

verdade, o que lhes possibilitava a liberdade de criar a si mesmos. O autor então se questiona quanto à universalidade do pressuposto que o verdadeiro “eu” situa-se na profundidade interior.

Para além de localizar o lócus do “eu” no interior ou na superfície do corpo (discussão que o próprio Miller descarta), cabe questionar de que forma analiticamente os adultos buscam cotidianamente tornarem-se Indivíduos no campo empírico investigado. Se esse processo de recriação concomitante à (e dependente da) criação de seus filhos não passaria justamente pelos arranjos cotidianos para dar conta dos discursos sobre os modos sensíveis de criação infantil, pela composição de “escolhas conscientes” e pelo consumo de bens e serviços (por exemplo, uma pessoa tem parto domiciliar, mas não faz coleito, deseja usar *sling*, mas não quer utilizar fraldas de pano). Nesta perspectiva, adultos não se diferenciariam das crianças por serem pessoas “criadas” em busca de uma essência interior, mas estariam também em constante devir.

## REFERÊNCIAS

- BALASKAS, Janet. **Parto ativo**. São Paulo: Ground, 2008.
- BARBOSA, Lívia; CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 21-44.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas Capitais Brasileiras e Distrito Federal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- \_\_\_\_\_. A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 5-22, 1997.
- CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da Comunicação Visual**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- CASTAÑEDA, Marcelo. Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 147-160, 2012.
- COELHO, Maria Claudia. O dilema do fã: a experiência emocional da idolatria. In: TORRES, Eduardo Cintra; ZÚQUETE, José Pedro (Coord.). **A vida como um filme: fama e celebridade no século XXI**. Alfragide: Texto Editores, 2011. p. 199-216.
- COELHO, Maria Claudia et al. A experiência da sujeição à autoridade policial: notas sobre a articulação entre cognição e emoção na vida pública. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 31, n. 90, p. 151-166, 2016.
- CORSARO, William. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.
- MARCHI, Rita de Cássia. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos da infância. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 227-246, 2009.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- MOLLO-BOUVIER, Suzanne. Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 391-403, 2005.
- PULHEZ, Mariana Marques. **Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa**. 2015. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAPLEY, Gill; MURKETT, Tracey. **El niño ya come solo**: consiga que su bebé disfrute de la buena comida. Barcelona: Omega, 2012.

REZENDE, Claudia; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ROSE, Nikolas. Administrando indivíduos empreendedores. In: \_\_\_\_\_. **Inventando nossos selfs**: psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 209-233.

SALEM, Tania. **O casal grávido**: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, 2001.

STRATHERN, Marilyn. Introduction: divides origins. In: \_\_\_\_\_. **Kinship, Law and the Unexpected**: Relatives Are Always a Surprise. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 3-14.

TORNQUIST, Carmen Susana. **Parto e poder**: o movimento pela humanização do parto no Brasil. 2004. 376 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VÍCTORA, Ceres Gomes. Os limites do corpo sexual: um estudo sobre experiências corporais de mulheres inglesas. **Cadernos do NUPACS 2**, Porto Alegre: Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto (Org.). **Arte e sociedade**: ensaios de sociologia a arte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977. p. 130-169.

Recebido em: 01/03/2018

Aceito para publicação em: 29/07/2018



**NORMATIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS:  
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALIMENTAÇÃO PARA  
BEBÊS ENTRE TRABALHADORAS DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA**

***Standardization and resistance: social representations on  
baby feeding among health workers in primary care***

Rubia Carla Formighieri Giordani

Professora do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: rubiagiordani@gmail.com

Verônica Lima Ramos

Nutricionista especialista, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: nutricionista.veronicaramos@gmail.com

Claudia Choma Bettega Almeida<sup>1</sup>

Professora do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil. E-mail: clauchoma@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 61-93, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

---

<sup>1</sup> R.C.F.G. trabalhou na concepção teórica e metodológica da pesquisa, análise e interpretação dos dados, redação do artigo e revisão final. V.L.R. trabalhou no delineamento prático da pesquisa, na coleta e análise dos dados e na redação; C.C.B.A. auxiliou no delineamento do trabalho de campo e atuou diretamente na aprovação da versão a ser publicada. Agradecemos as sugestões para o aprimoramento do texto de ambos/as pareceristas. As fragilidades são de inteira responsabilidade das autoras.

**RESUMO.** O objetivo do presente estudo foi identificar como trabalhadoras da saúde na atenção básica, a saber, técnicas de enfermagem e agentes comunitárias, elaboram o tema das práticas alimentares infantis. Teve como foco alguns aspectos da alimentação complementar como as concepções do uso do açúcar e do sal na comida de bebês, bem como as principais ideias sobre alimentos capazes de prevenir a anemia, como carnes e leguminosas. Foi realizada pesquisa social com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico. A identificação e sistematização das Representações Sociais (RS), enunciadas nas entrevistas obtidas, foram operacionalizadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Observou-se as práticas discursivas que perpassam as normatizações técnicas e científicas, mesclando alguns conceitos do conhecimento leigo por meio de sistema representacional, que contém ideias concernentes à construção de uma condição de saúde para a criança. As RS conciliam um conceito de saúde constituído pelo saber biomédico, mas igualmente confluem sentidos culturais para o corpo e a comida.

**PALAVRAS-CHAVE.** Alimentação de bebês. Representações Sociais. Discurso do Sujeito Coletivo.

**ABSTRACT.** The aim of this study was to identify how health workers in primary care, namely, nursing technicians and community workers, develop the subject of children's eating habits. The focus was on some aspects of complementary feeding, like the conceptions of use of sugar and salt in baby food, as well as the main ideas regarding foods that can prevent anemia, such as meat and leguminous plants. A social survey with qualitative and descriptive approach and analytical character was conducted. The identification and systematization of social representations (SR), described in the interviews, were operationalized through the Collective Subject Discourse (CSD). It was observed that the discursive practices pervade the technical-scientific norms, making use of some concepts that merge to lay knowledge through representational system, challenging insights on the construction of health condition for the infant. The SR contain some ideas related to the creation of a health condition for the child, reconciling the concept of health elaborated by biomedicine, but also converging cultural senses of body and food.

**KEYWORDS.** Baby feeding. Social Representations. Collective Subject Discourse.



## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

Alimentar crianças, do ponto de vista socioantropológico, abriga uma diversidade de ideias e opiniões. Os cuidados no desenvolvimento e crescimento infantil compreendem atividades culturalmente produtivas e centrais na vida social; de modo que a criação de seres humanos e sua formação compreendem processos complexos de socialização e imersão em sistemas culturais específicos, dentre os quais a alimentação e seus aspectos representacionais e simbólicos, que servem para estruturar lógicas e sentidos de cuidado à pessoa (ELIAS, 1994).

A alimentação, no contexto do cuidado infantil, agrega experiências sociais relativas à constituição de identidades e papéis, além de ser uma atividade humana que atua como um canal poderoso para expressão de sentimentos e emoções. Envolve, ainda, a intimidade e conexões com a expressão do afeto na esfera doméstica (MINTZ, 2001; OGDEN, 2010).

Esta produtividade da alimentação no campo simbólico e representacional atende às construções de laços sociais; 'o que' e 'como comer' sustentam as tramas sociais da experiência alimentar. Uma das funções sociais da alimentação – afirmação de pertencimento – demonstra sua potência nos primeiros anos da vida humana ao ligar bebês ao seu grupo, à sua mãe, em um sentido de continuidade da vida e da cultura (DANZIGER, 1992).

A alimentação infantil, do ponto de vista biológico, afeta todo o processo de desenvolvimento físico do ser humano, pois é nesta fase que o indivíduo apresenta uma intensa vulnerabilidade e está sujeito a muitas alterações nutricionais. A transição entre a amamentação exclusiva e a introdução de outros alimentos recebe especial cuidado – tanto do ponto de vista médico e nutricional quanto nas práticas e saberes populares, voltados ao cuidado infantil.

Do ponto de vista biomédico, a alimentação complementar é a introdução de novos alimentos na dieta do lactente, que até então recebia somente o leite materno, de forma a complementá-lo, e não substituí-lo. Essa nova etapa, além de suprir as

---

<sup>2</sup> Este artigo é parte dos resultados da pesquisa "Sociabilidade e emoção na experiência alimentar" financiada pelo CNPq, processo 407391/2016-9.



necessidades nutricionais, possibilita realizar a aproximação da alimentação da família/cuidador(a) com a criança, exigindo um esforço para a adaptação (BRASIL, 2009a).

Os requerimentos nutricionais e a composição química dos alimentos não são os critérios exclusivos para as decisões alimentares nesta etapa do ciclo da vida humana. Há sentidos culturais de perceber o corpo infantil como um organismo que está em fase de formação e desenvolvimento, o qual exige uma introdução ao mundo dos alimentos ordenado por uma “equação que apresenta de um lado a classificaçãoêmica dos alimentos e de outro as representações sobre as características e constituição das crianças nas diferentes fases” (VICTORA; KNAUTH; ALMEIDA, 2007, p. 20).

O sentido envolvido na ingestão de substâncias comestíveis é polissêmico. Ao comer faz-se algo descer ao interior do corpo, convertendo-se em nossa substância íntima (FISCHLER, 1990). Assim, além de comer ser vital (porque comer é poder existir), “o que comer” é igualmente importante, pois diz respeito a um tema muito sério: o ato de incorporar algo ao próprio corpo. O adágio popular “você é o que você come” revela a potência na relação corpo-alimento e como elementos simbólicos estão envolvidos no consumo de matérias comestíveis. Ao se alimentar, o humano consome, além de nutrientes, substâncias imaginárias. Roberto DaMatta (1986, p. 56) traz uma distinção entre comida e alimento, que se mostra importante e central para o debate sobre a alimentação infantil: “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”.

Não obstante, a esta espontaneidade e subjetividade da experiência alimentar, uma nova racionalidade científica (LUZ, 1988) sobre a comida tem sido progressivamente incorporada ao cuidado infantil. Gracia Arnáiz (2007, p. 238) analisa que na sociedade moderna “[...] la normalización dietética se ha concretado en torno a la dieta equilibrada, esto es, un patrón alimentario basado en la restricción o promoción del consumo de ciertos alimentos [...] y la prescripción de un conjunto de pautas [...]”. Em uma perspectiva moderna da apropriação da alimentação pela biomedicina e a progressiva relevância dos aspectos nutricionais da comida, esses efeitos do discurso biomédico produzem a normatização e a normalização das

práticas alimentares, corporais e dos hábitos de vida. A dominância da razão nas escolhas alimentares e o controle sobre o prazer e a transformação da sensação em percepção são atravessadas pelas normas biomédicas (SANTOS, 2008).

Para Foucault (1996), trata-se da governabilidade da vida a serviço do Estado que opera pelo gerenciamento das condutas, constituindo biopolíticas orientadas para potencializar a vida por meio da promoção da saúde e do bem-estar das populações. Um dos mecanismos mais fundamentais nesta “governamentalidade” é a gênese do conhecimento sobre as coisas (FOUCAULT, 1996), então há um processo de apropriação da vida, do corpo, do adoecimento pelo campo disciplinar da biologia, um saber que “constitui a representação oficial do corpo humano no mundo ocidental contemporâneo, não apenas no âmbito do ‘campo científico’ [...] mas como referência cultural para toda a sociedade” (SARTI, 2010, p. 78).

Progressivamente no Ocidente expande-se e intensifica-se a função da técnica e do papel dos especialistas na busca e manutenção de uma condição idealizada de saúde, implicada nas mais diversas áreas legitimadas e reconhecidas como competentes nos cuidados corporais. Martins (2008), ao analisar o lugar dos/as médicos/as puericultores/as na formação de uma pedagogia materna, assinala a existência de uma polifonia de opiniões de especialistas frente a uma situação que poderia, noutros tempos, ser considerada inusitada, a saber: novos pais e mães se questionando sobre as competências e tarefas em seu novo papel social e as formas cientificamente adequadas de cuidar de seus bebês.

No Brasil, a alimentação infantil tem sido objeto de investimentos de políticas públicas com a finalidade de melhorar os indicadores de alimentação e de nutrição em crianças menores de dois anos. De acordo com a II Pesquisa de Prevalência de Aleitamento Materno nas capitais brasileiras e no Distrito Federal e com a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), o Brasil está muito aquém das recomendações nacionais e internacionais sobre práticas alimentares saudáveis, dentre elas a alimentação complementar (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). Dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde apontam que apenas 12,7% das crianças de 6 a 59 meses consumiam diariamente verduras de folhas, 21,8% legumes e 44,6% frutas (BORTOLINI; GUBERT; SANTOS, 2012). De outro lado, as alterações nutricionais nos primeiros anos de vida mais comuns são desnutrição



energético-proteica, deficiência de vitamina A e anemia. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (2003) referenciados por Batista Filho, Souza e Bresani (2008), no Brasil observa-se em torno de 30% das crianças menores de cinco anos com anemia.

Neste contexto extremamente complexo, a "Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil", lançada em 2012 pelo Ministério da Saúde, teve como objetivo qualificar o processo de trabalho dos/as profissionais da atenção básica com o intuito de reforçar e incentivar a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de dois anos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2013).

Sabe-se que o/a Agente Comunitário/a de Saúde (ACS), dentro do rol das suas atribuições, deve: desenvolver ações que integrem a equipe de saúde e a comunidade; realizar atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e vigilância à saúde; realizar o acompanhamento da situação alimentar e nutricional das crianças nas famílias que assiste (BRASIL, 2009b; 2012). Assim também deve fazer o/a técnico/a ou auxiliar de enfermagem, cujo trabalho está constantemente atrelado ao cuidado infantil, principalmente na prática da puericultura. Destes/as, espera-se que: realizem procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão dentro da Unidade de Saúde (US), nos domicílios, ou outros espaços comunitários quando necessário; façam atividades de educação em saúde à população adstrita - dentro do planejado pela equipe; participem de atividades de educação permanente, entre outros (BRASIL, 2012).

Muitas das ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos junto às famílias usuárias do serviço público brasileiro, o SUS, são executadas por agentes comunitários/as de saúde, além de técnicos/as de enfermagem (BRASIL, 2009c, 2012). Pesquisas no Brasil sobre percepções e práticas de cuidado na área da alimentação infantil com estes/as trabalhadores/as ainda são escassas e, neste sentido, o objetivo do presente estudo foi identificar as representações sociais sobre a alimentação infantil entre estes/as profissionais.

Considerando os principais problemas nutricionais em crianças pequenas como desnutrição energético-proteica, anemia ferropriva, bem como o impacto da

industrialização dos alimentos com os incrementos progressivos no consumo alimentar de produtos alimentícios processados e a conseqüente homogeneização do paladar, esta pesquisa esteve focada em aspectos problemáticos da alimentação complementar com as concepções do uso do açúcar e do sal na comida de bebês, bem como as principais ideias sobre alimentos capazes de prevenir a anemia, como carnes e leguminosas.

O texto está dividido em três partes. Na primeira sessão, intitulada “*Métodos e técnicas de pesquisa: a construção de um discurso do sujeito coletivo com trabalhadores/as da saúde*”, apresentamos o desenho do estudo com o modelo teórico e o método. Neste momento se introduz brevemente a proposta analítica que amparou a recolha de dados, localizando o quadro de referência do conceito de representações sociais aqui adotado. De forma a instruir e subsidiar o/a leitor/a acerca das inferências realizadas, descreve-se a composição e a delimitação do campo empírico, como as entrevistas ocorreram e como foi constituído o grupo de participantes da pesquisa.

Noutro momento do texto, que compreende a segunda e a terceira sessões, são apresentados os resultados provenientes do campo. No tópico “*Os discursos sobre a alimentação complementar*”, demonstra-se como as falas individuais, ao receberem tratamento analítico, podem ser reagrupadas e reconfiguradas em unidades de sentido para as elaborações acerca da alimentação dos bebês. Os esforços analíticos são finalmente complementados pelas inferências teóricas no último tópico “*As representações sociais sobre a comida para bebês*”, o qual conta com o subitem “*Normatizações e resistências*” a fim de sustentar a hipótese desta pesquisa: que as representações sociais têm uma arquitetura complexa e dinamizam noções de saúde erigidas pela biomedicina e também abrigam sentidos culturais para o corpo e a comida.

## **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO COM TRABALHADORES/AS DA SAÚDE**

Trata-se de uma pesquisa social em saúde com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico - modalidade de pesquisa em saúde que permite a compreensão das representações sociais, seus conteúdos e formas envolvidas em esquemas de pensamento (MOSCOVICI, 1978; 2013). No caso desta pesquisa, tal abordagem permitiu explorar como o grupo de indivíduos entrevistados (trabalhadores/as da saúde) elabora o tema das práticas alimentares infantis.

De acordo com Minayo (2014), o método qualitativo em saúde possibilita reconhecer processos sociais particulares a cada grupo social estudado. Procura visualizar o social como um universo de significados que permitem ser investigados e analisados, tendo a linguagem comum como objeto principal.

A linguagem, a cognição e a comunicação na vida cotidiana são teorizadas no campo das Representações Sociais atravessando o interesse de diferentes áreas como a Sociologia, Psicanálise e a Psicologia Social (DUARTE; MAMEDE; ANDRADE, 2009). Moscovici (2013, p. 46), ao teorizar as Representações Sociais, afirma que “As representações sociais têm como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa.”. Sua aplicação nos estudos no campo da saúde pode trazer avanços, pois as representações permitem analisar não só como o conhecimento é construído, mas também como as representações influem nas práticas sociais, ao mesmo tempo em que este compartilhamento do conhecimento cria uma realidade comum às pessoas (OLIVEIRA, 2004). Mora (2002), em seu trabalho de análise sobre as representações sociais, diz que estas são uma modalidade particular de conhecimento, cuja função é a elaboração dos comportamentos e a comunicação entre indivíduos membros de uma sociedade.

Spink (1993) aponta a representação social como uma forma de conhecimento prático e uma maneira de permitir aos sujeitos realizarem interpretações da realidade, além de possuir estruturas dotadas de dinamicidade e flexibilidade. Ela possibilita conhecer aquilo que antes era desconhecido. Esta transformação é definida pela linguagem, por imagens e ideias que são elaboradas e divididas pelo

grupo social. É um sistema de ideias compartilhadas que possibilita interpretações, comunica e também produz conhecimento (HOROCHOVSKI, 2004).

A identificação, organização e sistematização das Representações Sociais, no marco desta pesquisa, foram operacionalizadas por meio do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica apresentada por Lefèvre e Lefèvre (2005). Sua fundamentação teórica está amparada na Teoria das Representações Sociais na medida em que pretende resgatar as ideias socialmente compartilhadas, possibilitando a construção de opiniões coletivas (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009). Utilizam-se frequentemente entrevistas individuais com questões abertas que permitem a livre expressão de ideias e opiniões. Lefèvre e Lefèvre assim definem o DSC:

O DSC consiste, então, numa forma não matemática nem metalinguística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade; o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005, p. 25).

Um DSC busca expressar e descrever uma determinada opinião sobre um assunto e as atribuições de sentido presentes em uma dada formação sociocultural, resgatando o semelhante e o diferente próprios das representações sociais (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

A técnica consiste em analisar os dados coletados, verbais e depois transcritos, extraindo de cada um deles algumas figuras centrais de importância metodológica: Expressões Chaves (ECHs) - trechos literais, tal como aparecem no discurso obtido que revelam a essência do conteúdo do depoimento; Ancoragem (AC) - expressão de uma teoria ou uma ideologia, que nem sempre estão presentes nos discursos analisados; Ideias Centrais (IC) – expressão linguística que precisa o sentido; e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), um discurso síntese redigido em primeira pessoa (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012).

Inicialmente se agrupam as ECH que tenham teor semelhante de IC ou AC, para então serem compostos um ou vários discursos-síntese. Estes são redigidos na primeira pessoa do singular, com a finalidade do "eu" responder em nome do coletivo, para cada categoria identificada pelo/a pesquisador/a. Desta forma, nasce

um conjunto de DSC que representa as opiniões do grupo existentes sobre o tema pesquisado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012; FIGUEIREDO; CHIARI; GOULART, 2013).

O cenário da pesquisa foi uma Unidade de Saúde (US), integrante da Estratégia Saúde da Família (ESF), localizada em município na região metropolitana de Curitiba/PR. O município em questão possui 212.967 habitantes e 95% residem na área urbana. O rendimento médio mensal dos/as trabalhadores/as formais é de 2.4 salários mínimos; e um nível médio de desenvolvimento com IDH de 0,764 (IBGE, 2016). Localizada em um bairro popular, a população adscrita ao território da unidade enfrenta um conjunto de problemas sociais relativos às transformações nos espaços da região metropolitana da capital (CARMO, 2017). A periferização com a informalidade habitacional e as demandas de infraestrutura não atendidas têm implicações diretas e indiretas na determinação social da saúde desta população.

A US em que ocorreu a pesquisa participa do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família, ofertado pela Universidade Federal do Paraná, em parceria com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Como cenário de aprendizagem em que são configuradas Redes de Atenção à Saúde, ao disponibilizar preceptores/as profissionais de saúde e receber residentes em processo de formação, a unidade de saúde acaba se constituindo em um espaço propício para a prática da educação permanente em saúde, com a articulação do ensino-aprendizagem ampliado para todos/as trabalhadores/as que ali atuam (BRASIL, 2006).

O campo da pesquisa se construiu na perspectiva de pesquisa-ação, com inserção direta e cotidiana de uma das pesquisadoras na equipe local de assistência à saúde. À despeito da racionalização do objeto de estudo, da vigilância epistemológica e pressupostos metodológicos para o estudo social da realidade, como a rotinização, distanciamento e transparência e equidistância (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBOREDON, 1999; CORREIA, 2013), deve-se considerar o engajamento da pesquisadora de campo nos arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, dado seu pertencimento ao grupo de residentes.

Após o período de 01 (um) ano inserida na rotina dos serviços, naturalizada sua presença no espaço das relações sociais e afetivas, com a contínua reflexão sobre o saber-fazer na atenção básica com a apreensão de certos elementos simbólicos



constituintes das práticas em saúde no terreno, delinear-se as questões centrais e norteadoras para serem aprofundadas em interações face a face em momentos específicos por meio de entrevistas semiestruturadas. Desta forma, o corpus da pesquisa foi sendo constituído ao longo de seis meses por material de observação participante oriundo de registros em diário de campo e um conjunto de transcrições de entrevistas dialogadas.

Participaram voluntariamente desta pesquisa cinco técnicas de enfermagem e 15 agentes comunitárias de saúde (ACS), todas<sup>3</sup> trabalhavam na US na época da coleta de dados. No universo da pesquisa, apenas um indivíduo é do sexo masculino, a maioria das mulheres (19) é mãe; a média de idade foi de 40,9 anos, com desvio-padrão de 9,8 anos, sendo a menor idade de 21 e a maior de 59 anos. Predominaram profissionais que haviam completado o Ensino Médio (13), três tinham o Ensino Fundamental Completo, uma pessoa com o Ensino Superior Completo e três não haviam concluído na época da pesquisa. Essas trabalhadoras da saúde também eram moradoras do município, provenientes de classes populares e sua origem social marcada pela cultura da colonização italiana, e sobretudo, pelas migrações rural-urbana e pendularidade populacional tão características nas configurações urbanas da região metropolitana de Curitiba (MOURA, 2010; MOURA; DELGADO; CINTRA, 2014). Em relação ao tempo de serviço na Unidade de Saúde, a média foi de cinco anos e dois meses, sendo o menor tempo de um mês, e o maior de 24 anos. Quando indagadas sobre a participação em cursos de Aleitamento Materno e/ou Alimentação Complementar, 50% responderam afirmativamente, 45% não participaram e 5% preferiram não responder ou desviaram do assunto.

Ressalta-se que a pesquisa seguiu as normativas da Resolução 466/2012, com a participação voluntária na pesquisa, a preservação da confidencialidade e o anonimato e as participantes não tiveram nenhum tipo de ônus ou benefício direto para participar da pesquisa.

As entrevistas com questões semiestruturadas foram realizadas pela pesquisadora (profissional residente) em horários combinados com as participantes e ocorreram na própria Unidade. As conversas foram dirigidas por roteiro que

---

<sup>3</sup> A partir daqui, sempre que nos referirmos ao coletivo de participantes da pesquisa usaremos o feminino no plural “trabalhadoras” e/ou “agentes comunitárias”.

tematizava a oferta de carnes, leguminosas/feijão, sal e açúcar para crianças menores de dois anos. Obtiveram-se relatos coletados por áudio gravação que, posteriormente, foram transcritos integralmente. Cada resposta gerou um depoimento, do qual foram extraídas uma ou mais expressões-chave (ECHs) com as ideias principais. As ECHs de teores semelhantes foram agrupadas, formando diferentes categorias de respostas que por sua vez deram origem a um DSC elaborado com as próprias palavras e expressões originais contidas na ECH.

O exemplo a seguir demonstra como foi realizada a construção de um DSC, em etapas:

**Quadro 1.** Exemplo das etapas seguidas para elaboração de um DSC.

<b>Etapa 1</b>	<b>Pergunta</b>	A partir de que idade a criança pode comer carne?
<b>Etapa 2</b>	<b>Categoria de resposta</b>	A partir dos seis meses, quando começar a dar comida.
<b>Etapa 3</b>	<b>Expressões-Chave (ECH) das respostas e suas Ideias Centrais (IC)</b>	Sujeito 3 ECH: ... acho que a partir dos seis meses você pode começar a introduzir numa comidinha... IC: A partir dos seis meses.
		Sujeito 6 ECH: ... acima de seis meses eu acredito... IC: A partir de seis meses.
		Sujeito 7 ECH: ... a partir dos seis meses já dá pra dar uns pedacinhos de carne... IC: A partir dos seis meses.
		Sujeito 13 ECH: ... já deve ser incluído na alimentação quando começar a comer papinha... IC: Quando começar a comer papinha.
<b>Etapa 4</b>	<b>Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (n*=4)</b>	"A partir dos seis meses você pode começar a introduzir numa comidinha... já dá pra dar uns pedacinhos de carne, eu acredito. Deve ser incluído na alimentação a partir do momento que começar a comer papinha."

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

## OS DISCURSOS SOBRE A ALIMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Em relação à oferta de carnes, as seguintes perguntas foram realizadas: "A partir de que idade a criança pode comer carne?", "Por quê?" e "Com que

frequência?". As categorias e os DSCs formados por estas questões podem ser observados nos Quadro 2, 3 e 4.

**Quadro 2.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para a pergunta: **A partir de que idade a criança pode comer carne? Por quê? Com que frequência?**

<b>Categorias e Ideias Centrais (IC)/Ancoragens(AC)</b>	<b>DSC</b>
<p><b>Categoria 1</b> A partir dos seis meses / quando começar a dar comida.</p> <p><b>IC(3), IC(6), IC(7):</b> <i>A partir dos seis meses</i> <b>IC(13):</b> <i>Quando começar a comer a papinha</i></p>	<p><b>DSC 1 (n*=4)</b> "A partir dos seis meses você pode começar a introduzir numa comidinha... já dá pra dar uns pedacinhos de carne, eu acredito. Deve ser incluído na alimentação a partir do momento que começar a comer papinha."</p>
<p><b>Categoria 2</b> A partir do sexto mês, o suco, caldo ou sopa de carne.</p> <p><b>IC(2), IC(9), IC(11), IC(12), IC(20)</b> <i>A partir dos seis meses, somente o suco, caldo ou sopa da carne</i></p>	<p><b>DSC 2 (n=5)</b> "Acho que a partir do sexto mês você pode introduzir a carne como fonte de vitamina... mas você não pode dar a carne, deve introduzir na sopinha, no caldinho. Ali vai saindo o suco... ou então você dá um pedaço de carne que ela fique só sugando... a criança não vai mastigar."</p>
<p><b>Categoria 3</b> A partir de oito a 10 meses</p> <p><b>IC(1) e IC(10):</b> <i>A partir de oito meses</i> <b>IC(5):</b> <i>Chupar bife com 10 meses</i></p>	<p><b>DSC 3 (n=3)</b> "Acho que a partir de uns oito meses...10 meses, já dá assim pra ela, chupar bife, ou sendo desfiado. "</p>
<p><b>Categoria 4</b> A partir de um ano a dois anos</p> <p><b>IC(8), IC(14), IC(15),IC(19):</b> <i>A partir de um ano</i> <b>IC(16):</b> <i>De um ano e meio a dois anos</i></p>	<p><b>DSC 4 (n=5)</b> "Acho que pode comer a partir de um ano... acho que é interessante assim a partir que tiver os dentinhos, um ano e meio a dois anos... geralmente eles não engolem nessa idade. O mais certo... acho que é a partir de um ano."</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

**Quadro 3.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para a pergunta: A partir de que idade a criança pode comer carne? **Por quê?** Com que frequência?

<p><b>Categoria 5</b>                  Não sabe mastigar/ ainda não tem dentes</p> <p><i>IC(1): Não sabe mastigar ainda</i>  <i>IC(8): Por causa da mastigação, ausência dos dentes</i>  <i>IC(9): Dentição para ajudar</i>  <i>IC(14): Porque consegue mastigar</i>  <i>IC(15): Porque já tem dentes</i></p>	<p><b>DSC 5 (n*=5)</b>                  "Acho que por causa da mastigação... sem dentinhos, não sabe mastigar direitinho ainda. Até pode dar a carne, mas para chupar o caldinho. A dentição vai ajudar. A partir que tiver os dentinhos é o mais certo introduzir a carne."</p>
<p><b>Categoria 6</b>                  Por causa dos nutrientes</p> <p><i>IC(3): Devido a proteínas, vitaminas, ferro</i>  <i>IC(5): Porque tem ferro e vitamina</i>  <i>IC(6), IC(10), IC(12): Por causa da proteína</i>  <i>IC(11): O nutriente é o necessário</i>  <i>IC(13): Porque tem proteína e os nutrientes que a criança precisa</i></p>	<p><b>DSC 6 (n=7)</b>                  "A gente já começa a inserir a carne na sopa... quando você cozinha sai na água. Tem os nutrientes que a criança precisa para sobrevivência, o que for básico e necessário para o organismo dela... tem proteína, vitamina, ferro."</p>
<p><b>Categoria 7</b>                  Para aprender o costume de comer e conhecer os alimentos.</p> <p><i>IC(7): Para aprender acostumar a comer</i>  <i>IC(16): Para aprender a conhecer o gosto dos alimentos</i></p>	<p><b>DSC 7 (n=2)</b>                  "Acho que é interessante... é importante que a criança aprenda a conhecer o gosto dos alimentos, e também pra eles aprenderem a acostumar a comer."</p>
<p><b>Categoria 8</b>                  Porque é uma tradição - alimentação do brasileiro.</p> <p><i>IC(10): Porque é uma tradição, alimentação do brasileiro</i></p>	<p><b>DSC 8 (n=1)</b>                  "Acho que tem que começar na alimentação... se a comida do brasileiro é arroz, feijão, carne e salada... então é uma tradição."</p>
<p><b>Categoria 9</b>                  Não lembro.</p> <p><i>IC(2): Não lembro</i></p>	<p><b>DSC 9 (n=1)</b>                  "Não lembro."</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

**Quadro 4.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para a pergunta: A partir de que idade a criança pode comer carne? Por quê? **Com que frequência?**

<p><b>Categoria 10</b> Todos os dias.</p> <p><b>IC(1), IC(4), IC(12), IC(13), IC(18):</b> Todos os dias</p> <p><b>IC(5):</b> Direto</p> <p><b>IC(7), IC(8), IC(15):</b> Nas duas principais refeições do dia</p> <p><b>IC(14):</b> Igual a gente</p>	<p><b>DSC 10 (n*=10)</b></p> <p>"Acho que direto... quando a gente já vai comer, dá um pedacinho... Nas duas principais refeições do dia acho. Acredito que pode ser sim dado diariamente, assim igual a gente."</p>
<p><b>Categoria 11</b> De duas a três vezes na semana.</p> <p><b>IC(2) e IC(10):</b> Três vezes na semana</p> <p><b>IC(3):</b> Mínimo duas vezes na semana</p> <p><b>IC(16):</b> Duas vezes na semana</p> <p><b>IC(20):</b> Duas ou três vezes na semana</p>	<p><b>DSC 11 (n=5)</b></p> <p>"Eu acho que é pelo menos duas vezes na semana... umas duas ou três durante a semana, carne não é tão necessário comer todos os dias, né?"</p>
<p><b>Categoria 12</b> Uma vez por semana.</p> <p><b>IC(6) e IC(19):</b> Uma vez por semana</p>	<p><b>DSC 12 (n=2)</b></p> <p>"Acredito que deve ser pouco... acho que uma vez por semana... a criança não tá adaptada, o sistema digestório dela não está completamente formado."</p>
<p><b>Categoria 13</b> Depende das condições (financeiras)</p> <p><b>IC(12):</b> Depende das condições</p>	<p><b>DSC 13 (n=1)</b></p> <p>"Acho que deveria ser todos os dias... mas também depende das condições né... "</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

Nos discursos, verifica-se grande diferença entre as idades recomendadas para se introduzir a carne, os motivos para a sua oferta e a frequência necessária. Se as recomendações sobre o tema nos Cadernos de Atenção Básica e no Guia Alimentar do Ministério da Saúde (BRASIL, 2015, 2010) referem que a introdução da carne deve ocorrer aos seis meses, ou seja, no início da introdução da alimentação complementar, grande parte das trabalhadoras da saúde, entretanto, acreditam que esta prática deve ser postergada.

É marcante a preocupação com a mastigação-deglutição da criança, apontando a ausência dos dentes como um fator dificultador na introdução da carne, como observado no DSC5 do Quadro 3: "Acho que por causa da mastigação... sem

dentinhos, não sabe mastigar direitinho ainda. Até pode dar a carne, mas para chupar o caldinho... ", explicando a opinião referente à oferta tardia entre oito meses e um ano de idade.

Observa-se também o discurso acerca da necessidade de oferecer a carne assim que possível, logo que a criança inicia o consumo dos alimentos complementares, pois em suas palavras: "[...] básico e necessário para o organismo dela... tem proteína, vitamina, ferro." (DSC6). Nesses discursos citados, emergem as inter-relações entre o conhecimento leigo e a experiência pessoal de imersão em um universo em que circula e se produz o discurso técnico-científico. Ainda que muitos/as agentes comunitários/as de saúde não possuam formação específica, o processo de trabalho em saúde na atenção básica lhes permite apreender ao longo da carreira profissional uma bagagem de conceitos que são domesticados e familiarizados pelo senso comum (MOSCOVICI, 1978, 2013; SÁ, 1996).

Nesta mesma pergunta percebem-se outros significados para o consumo/oferta da carne. No discurso 7 e 8 do Quadro 3, a oferta deste novo alimento é importante para que "[...]a criança aprenda a conhecer o gosto dos alimentos, e também pra eles aprenderem a acostumar a comer", pois "[...]a comida do brasileiro é arroz, feijão, carne e salada... então é uma tradição". Surgiram ainda respostas como 'não fazer bem', 'não está preparado', 'não é necessário', e o fator econômico, expresso como 'condições da família', enquanto determinante na aquisição e consumo de alimentos.

As participantes foram também inquiridas sobre se "A criança menor de dois anos pode comer leguminosas (como exemplo, o feijão)? Se não, por quê? Como deve ser oferecido o feijão?", o que possibilitou a identificação das categorias e construção dos DSCs apresentados a seguir:

**Quadro 5.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para a pergunta: **A criança menor de dois anos pode comer leguminosas (como exemplo o feijão)? Se não, por quê?** Como deve ser oferecido o feijão?

<b>Categorias</b>	<b>DSC</b>
<p><b>Categoria 1</b> Sim</p> <p><i>IC(1), IC(2), IC(3), IC(4), IC(5), IC(6), IC(7), IC(8), IC(9), IC(10), IC(11), IC(14), IC(15), IC(16), IC(17), IC(18), IC(19), IC(20): Sim</i> <i>IC(12): Deve comer</i></p>	<p><b>DSC 1 (n*=19)</b> "Sim, acho que feijão pode, se for amassado, na forma de sopinha... a princípio dá ele amassadinho."</p>
<p><b>Categoria 2</b> Não</p> <p><i>IC(13): Somente depois de um ano e meio</i></p>	<p><b>DSC 2 (n=1)</b> " Olha... eu não daria... eu acho que não. "</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

**Quadro 6.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para a pergunta: **A criança menor de dois anos pode comer leguminosas (como exemplo o feijão)? Se não, por quê? Como deve ser oferecido o feijão?**

<p><b>Categoria 3</b> Caldo, sopa ou liquidificado.</p> <p><i>IC(7), IC(11), IC(18), IC(19), IC(20): Caldo</i> <i>IC(8): Caldo liquidificado</i> <i>IC(14): Caldo ou sopa</i></p>	<p><b>DSC 3 (n*=7)</b> "Pode ser o caldo, tira a casquinha, dá como caldinho ou sopa, pode ser batido no liquidificador. Mas de preferência mais caldo, porque a criança tem dificuldade, ela não tem dentição e o grão é pesado."</p>
<p><b>Categoria 4</b> Amassado.</p> <p><i>IC(1), IC(4): Amassado</i> <i>IC(5), IC(6), IC(8), IC(11), IC(12), IC(15), IC(16): Amassado</i> <i>IC(10): Depois dos oito meses amassado</i></p>	<p><b>DSC 4 (n=10)</b> "Acho que com seis meses tem que amassar primeiro. Primeiro amassadinho, depois que vem o grão inteiro, por causa dos gases... e da textura, a criança tem dificuldade pra mastigar."</p>
<p><b>Categoria 5</b> Inteiro, em grãos.</p> <p><i>IC(1): Inteiro, em grãos</i> <i>IC(3): Oferecido bem cozido, sem separar</i> <i>IC(7): O grão, se estiver bem cozido</i> <i>IC(9): Normal</i> <i>IC(17): Sólido</i></p>	<p><b>DSC 5 (n=5)</b> "Acho que ele deve ser oferecido bem cozido, inteiro em grãos... Pode ser no formato sólido mesmo. Não sou a favor de que você tem que pegar e separar... oferece normal."</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

Assim, como a carne, o consumo do feijão possui representações associadas a certas restrições. Acreditando-se que o feijão deva ser introduzido antes dos dois anos de idade (19 DCS), alguns discursos comunicam a necessidade de alterações na consistência e textura de modo a ajustar a maneira da oferta à fase específica que compreende a imaturidade biológica do indivíduo (oral-mastigação-engasgos; intestinal-digestão/absorção-pesado/gases).

Nota-se que as práticas discursivas perpassam pelas normativas técnico-científicas, apropriando-se de alguns conceitos que se mesclam ao conhecimento leigo por meio de um sistema de representações vigente. Novamente, ressaltam-se as orientações nos manuais da atenção básica (BRASIL, 2015; 2010), que fazem referência à consistência da alimentação complementar, devendo ser espessa desde o início, com alimentos pastosos, evitando as preparações diluídas como sopa ou suco. No entanto, ainda existem incertezas por parte das profissionais sobre a consistência da refeição, o uso do liquidificador, bem como a oferta de sopa, caldos, ou a necessidade de se retirar a casca: "Pode ser o caldo, tira a casquinha, dá como caldinho ou sopa, pode ser batido no liquidificador. Mas, de preferência, mais caldo, porque a criança tem dificuldade, ela não tem dentição e o grão é pesado." (DSC3). Contudo, para a mesma pergunta, alguns informantes opinam "[...] Não sou a favor de que você tem que pegar e separar... oferece normal." (DSC5 – Quadro 6).

No Quadro abaixo, são apresentados as Categorias e os DSC para a pergunta "A criança menor de dois anos deve receber sal adicionado ao alimento? Por quê?".

**Quadro 7.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para as perguntas: **A criança menor de dois anos deve receber sal adicionado ao alimento? Por quê?**

<b>Categorias</b>	<b>DSC</b>
<p><b>Categoria 1</b> Sim.  <i>IC(1), IC(3), IC(4), IC(7), IC(9), IC(10), IC(14): Sim, pouco</i> <i>IC(5): Dou comida com sal</i> <i>IC(8) e IC (15): Sim</i></p>	<p><b>DSC1 (n*=12)</b> "Acho que sim... em menor quantidade, mínima, pouco, bem pouquinho... não tem como evitar."</p>
<p><b>Categoria 2</b> Não. <i>IC(2), IC(6), IC(11), IC(13), IC(16), IC(20): Não</i></p>	<p><b>DSC 2 (n=6)</b> "Eu acredito que não deve receber sal... tem que evitar, se puder tirar, de preferência... "</p>



<b>Categoria 3</b> Não sei.  <b>IC(17):</b> Não sei	<b>DSC 3 (n=1)</b> "Não sei."
--	----------------------------------

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

**Quadro 8.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para as perguntas: A criança menor de dois anos deve receber sal adicionado ao alimento? **Por quê?**

<b>Categorias</b>	<b>DSC</b>
<b>Categoria 1</b> Costume, temperar a comida, dar gosto, aumentar a aceitação.  <b>IC(1):</b> Costume <b>IC(4):</b> Quando a comida tem baixa aceitação <b>IC(13):</b> Para temperar a comida <b>IC(15):</b> Sem sal fica sem gosto <b>IC(18):</b> Pelo paladar <b>IC(19):</b> Deixa a comida mais saborosa e aceitável	<b>DSC 1 (n*=6)</b> "É pelo sabor, tem que temperar o alimento da criança. Você cuida de um lado... vai ficar sem gosto, a criança não tem muita aceitação... daí começa a rejeitar a comida. A gente já tem o sabor incorporado... acha que tem que ter sal."
<b>Categoria 2</b> Evitar confundir o paladar, recusa do sal.  <b>IC(2):</b> Evita confundir o paladar <b>IC(12):</b> Criança pequena não sabe diferenciar doce de salgado <b>IC(20):</b> Criança recusa o sal	<b>DSC 2 (n=3)</b> "Acho que é pra não confundir o paladar. No começo a criança não tem essa percepção do doce e do salgado... aprendi isso que o sal ela vai recusar, tem que ser introduzido aos poucos. Então, do jeito que você fizer vai..."
<b>Categoria 3</b> Porque é essencial, contém iodo.  <b>IC(3) e IC(7):</b> Porque contém iodo, necessário para o organismo <b>IC(8):</b> Porque é essencial para o corpo	<b>DSC 3 (n=3)</b> "Acho que deve receber porque é essencial pro nosso organismo, precisa... porque contém o iodo, e o iodo é importante."
<b>Categoria 4</b> O sódio está presente naturalmente no alimento.  <b>IC(6):</b> Alimento já contém sódio	<b>DSC 4 (n=1)</b> "Para mim acho que não precisa... na alimentação mesmo já tem o sódio..."
<b>Categoria 5</b> Pode causar danos ao organismo.  <b>IC(9) e IC(11):</b> Pode causar danos ao organismo	<b>DSC 5 (n=5)</b> "Acho que se puder tirar o sal... bem mais saudável assim. O sal faz mal, tem que saber ser usado... toda a função renal, por causa da hipertensão... pode causar lesão..."

<p><b>IC(10):</b> Por risco à saúde, hipertensão</p> <p><b>IC(13):</b> O sal faz mal</p> <p><b>IC(16):</b> Mais saudável sem o sal</p>	
<p><b>Categoria 6</b></p> <p>Não sei.</p> <p><b>IC(17):</b> Não sei</p>	<p><b>DSC 6 (n=1)</b></p> <p>"Não sei."</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

O DSC1 (Quadro 07), que expressa uma ideia afirmativa em relação à oferta de sal, foi mais significativo: "Acho que sim...[...] não tem como evitar". A preocupação com o sabor da comida é destacada: "[...] vai ficar sem gosto, a criança não tem muita aceitação... daí começa a rejeitar a comida. A gente já tem o sabor incorporado... acha que tem que ter sal". Elementos da biomedicina também são acionados ainda que contenham incoerências: "Acho que deve receber porque é essencial pro nosso organismo, precisa... porque contém o iodo, e o iodo é importante.". Essas ressignificações da ciência mostram-se da mesma forma no pensamento coletivo que concerne ao aconselhamento de não emprego do sal na alimentação infantil: "Acho que se puder tirar o sal... bem mais saudável assim. O sal faz mal... tem que saber ser usado, toda a função renal, por causa da hipertensão... pode causar lesão..." (DSC 5, Quadro 08).

A seguir, no Quadro 5, encontram-se as perguntas "A criança menor de dois anos deve receber açúcar adicionado ao alimento? Por quê?"

**Quadro 9.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para as perguntas: **A criança menor de dois anos deve receber açúcar adicionado ao alimento? Por quê?**

<b>Categorias</b>	<b>DSC</b>
<p><b>Categoria 1</b></p> <p>Não.</p> <p><b>IC(1), IC(2), IC(3), IC(4), IC(5), IC(6), IC(7), IC(8), IC(9), IC(10), IC(11), IC(12), IC(13), IC(15), IC(16), IC(17), IC(18), IC(19), IC (20):</b> Não</p>	<p><b>DSC 1 (n*=19)</b></p> <p>"Acho que deveria evitar o açúcar... não é necessário adicionar ao alimento, de preferência deve ser evitado."</p>
<p><b>Categoria 2</b></p> <p>Sim.</p>	<p><b>DSC 2 (n=2)</b></p>

<b>IC(14) e IC(18):</b> <i>Sim, pouco</i>	"Poder... pode. Acredito que tem que acrescentar sim, mas tem que ser pouco."
---	---

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

**Quadro 10.** Categorias de respostas e seus respectivos DSC para as perguntas: A criança menor de dois anos deve receber açúcar adicionado ao alimento? **Por quê?**

<b>Categorias</b>	<b>DSC</b>
<p><b>Categoria 3</b> Não tem necessidade.</p> <p><b>IC(1), IC(8), IC(9), IC(10):</b> <i>Porque frutas já tem açúcar naturalmente</i> <b>IC(2), IC(4) IC(6):</b> <i>Alimento já tem açúcar naturalmente</i> <b>IC(17):</b> <i>Não é necessário</i></p>	<p><b>DSC 3 (n=8)</b> "Acho que deveria evitar... o açúcar não é necessário, já o recebe na alimentação. As frutas já vêm com açúcar próprio. Você vai dar um suco, tem que ser natural, da fruta. Tem alguma coisa ou outra que já vem doce."</p>
<p><b>Categoria 4</b> Prevenção de agravos à saúde.</p> <p><b>IC(3), IC(5) IC(7), IC(13) e IC(18):</b> <i>Causa danos aos dentes</i> <b>IC(9):</b> <i>Não faz bem</i> <b>IC(10) e IC(20):</b> <i>Evitar doenças</i> <b>IC(11):</b> <i>Por causa da fermentação</i></p>	<p><b>DSC 4 (n=9)</b> "Acho que nessa idade faz mal... por causa da cárie... a saúde dos dentes, né. Não faz bem pra criança... tem essa influência no caso das doenças, vai retirando esses vícios. Por uma questão de prevenção mesmo."</p>
<p><b>Categoria 5</b> Praticidade.</p> <p><b>IC(12):</b> <i>Porque é mais prático</i></p>	<p><b>DSC 5 (n=1)</b> "Porque acho que é mais prático... entre você pegar uma fruta, descascar, amassar e dar pra criança, mais fácil você pegar um pote de 'danone'."</p>
<p><b>Categoria 6</b> Paladar.</p> <p><b>IC(14):</b> <i>Por causa do paladar</i> <b>IC(15):</b> <i>Não come sem açúcar</i></p>	<p><b>DSC 6 (n=2)</b> "Acredito que sim... deve colocar açúcar. Tem que ser pouco, se não colocar um pouquinho, às vezes não acaba nem aceitando... por causa do paladar."</p>

\*n= número de ECH que deram origem ao discurso.

Diferentemente do observado para o sal, nesta pergunta foram obtidos depoimentos, em sua maioria, restritivos em relação à adição do açúcar na alimentação antes dos dois anos de idade, como mostra o DSC 1, Quadro 09 (n=19) "[...] não é necessário adicionar ao alimento, de preferência deve ser evitado."

Os motivos para evitá-lo sugerem uma relação com a ideia de saúde: "não tem necessidade", "por prevenção, evitar doenças": "Acho que nessa idade faz mal... por



causa da cárie [...] tem essa influência no caso das doenças, vai retirando esses vícios. Por uma questão de prevenção mesmo." DSC 4, Quadro 09 (n=9). De outro lado, há opiniões favoráveis: "Acredito que sim... deve colocar açúcar. Tem que ser pouco, se não colocar um pouquinho, às vezes não acaba nem aceitando... por causa do paladar" DSC 6 (n=2).

## **AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A COMIDA PARA BEBÊS**

O sujeito erige suas opiniões, forma suas ideias sobre saúde e doença se ancorando em símbolos e conceitos (científicos e mítico-religiosos) para compreender, explicar e atribuir significados aos fenômenos orgânicos (ADAM; HERZLICH, 2000). Contendo ideias que concernem à construção de uma condição de saúde para a criança, as práticas discursivas dos/as agentes e técnicos/as conciliam um conceito de saúde constituído pelo saber biomédico; mas, igualmente, confluem sentidos culturais de corpo, usos e relações dadas socialmente (HELMAN, 2009; CANESQUI, 2007).

À percepção do bebê como um ser em formação, alinham-se os princípios da alimentação como um processo gradual e a necessidade de ajustes entre as demandas físicas de crescimento, a falta de maturidade biológica e as características específicas atribuídas aos alimentos.

Isso se reflete, por exemplo, na ideia da imaturidade fisiológica do sistema digestório, na importância atribuída à falta da dentição para o consumo de certos alimentos, na percepção de exigências alimentares específicas. São pontos de identificação e avaliação do que é ser um bebê e que sustentam um “modelo de pensamento que conceitua e define a relação entre o alimento com o organismo que o consome, identificando simbolicamente a posição social do indivíduo” (CANESQUI, 2005, p. 27).

As preocupações de ordem biológica estão envoltas em uma quase moralidade implicada no cultivo da vida. Predominam prescrições sobre formas de vida adequadas e uma “preocupação com as crianças e a transformação desta fase

da vida em algo especial por si mesma, digna de respeito e de cuidados específicos” (MARTINS, 2008, p. 138).

Subjacente aos discursos, encontrou-se a noção dicotômica presente na categoria clássica da dietética popular forte/fraco, além da noção de pesado (WOORTMAN, 1978; CANESQUI, 2007). Há uma preocupação com a condição da criança que se encontra em formação, ainda não completa e pronta para suportar e utilizar certos alimentos (fortes e pesados) como a carne e o feijão: “A gente já começar a inserir a carne na sopa... quando você cozinha sai na água. Tem os nutrientes que a criança precisa para sobrevivência, o que for básico e necessário para o organismo dela... tem proteína, vitamina, ferro.”

A apresentação do mundo dos alimentos ao bebê é entendida como uma fase de transição. Se na biomedicina ela recebe o termo “alimentação complementar” e segue preceitos rígidos de necessidades nutricionais, nesta pesquisa, nos saberes populares acessados nos discursos de trabalhadoras em saúde, a maioria de mães, e provenientes de classes populares, esta fase - ao que parece - se refere às etapas sequenciais que conjugam, concomitantemente, as classificações êmicas dos alimentos com as particularidades físicas dos bebês e idiosincrasias percebidas.

O feijão e a carne são definidos como alimentos fortes e pesados pela presença de elementos provenientes de uma gramática científica já incorporada ao cotidiano, como as vitaminas, o ferro e as proteínas. O contexto de uso destes termos (feijão e carne contêm ferro, vitamina e proteína) serve para indicar à interlocutora a importância do alimento na rotina alimentar da criança. No entanto, a sua administração na dieta infantil obedece a regras: precisa diluir em forma de sopa, amassar, descascar, ferver/cozinhar para extrair caldo, dar para chupação do bebê (ao invés de pedaços para serem consumidos inteiros). Alimentos fortes, ao serem apresentados para bebês, que têm corpos incompletos porque ainda estão em formação, pedem uma transformação e adequação por técnicas culinárias e modos de preparo e oferta que amenizem a força presente no alimento.

Se, de um lado, a característica do alimento precisa ser avaliada em consonância às características de quem o consome, de outro, este sistema cognitivo e simbólico apresenta certa plasticidade no comensalismo habitual do grupo estudado (trabalhadoras oriundas de classes populares) e que também opera



segundo uma racionalidade econômica visando condições de sobrevivência e de reprodução social (WOORTMAN, 1978): "Acho que deveria ser todos os dias... mas também depende das condições né..." ou então "carne não é tão necessário comer todos os dias, né?" e "Acho que tem que começar na alimentação... se a comida do brasileiro é arroz, feijão, carne e salada... então é uma tradição."

A comida alimenta o corpo e ao mesmo tempo não deixa de atuar como canal para imersão do indivíduo em um microcosmo social, uma representação da refeição como sistema de símbolos com os quais os indivíduos se identificam. Nessa ótica, orientam escolhas, segundo o que seria uma composição alimentar típica brasileira, como é o caso do feijão com arroz, ou então a imersão no gosto familiar (ao acomodar-se com um sabor familiar costumeiramente consumido no ambiente doméstico), como o uso do sal e do açúcar na alimentação infantil. Para estes dois itens – aliás, ambos com restrição indicada pelos manuais científicos – os DSCs sugerem que provavelmente estas trabalhadoras orientem de modo menos rígido e ajustável aos contextos de vida e às particularidades das crianças. Possivelmente, as percepções sobre os períodos relativos às diferentes etapas de introdução/permissão de determinados alimentos e componentes na dieta infantil sejam mais maleáveis.

A combinação dos alimentos e dos sabores atua como uma tábula rasa na formação do gosto na criança. Gosto ou fórmula que representa a reprodução de um *habitus* de classe. Este *habitus* que, segundo Bourdieu (1983), respondendo a forças sociais, elege para o consumo alimentar determinadas composições no interior de um conjunto de alimentos oferecidos no espaço social segundo lógicas próprias internas ao grupo em questão, e que o predispõem para tais escolhas e decisões (POULAIN, 2013).

## **NORMATIZAÇÕES E RESISTÊNCIAS**

No cenário de atuação destas profissionais da atenção básica, o saber biomédico e nutricional provoca tensões sobre as práticas rotineiras de cuidado das crianças pequenas. Há provavelmente uma ligação entre uma história dos sentimentos em relação à infância, a valorização social deste momento da vida e



importância de uma formação humana considerada adequada, com a progressiva medicalização da família que alia a força moral dos aconselhamentos na criação de filhos e a importância crescente de um discurso que visa à produção da saúde física (LIMA, 2007).

Entende-se da abordagem foucaultiana que a potência do governo da vida está no adestramento das práticas corporais, incluindo os cuidados de saúde, requerendo, portanto, a conversão das mentalidades e dos pensamentos ao operar a ‘governamentalidade’ manifestada primeiramente nos sujeitos (re) produtores de um discurso do biopoder.

No entanto, os sujeitos sociais – trabalhadores/as da saúde - como acento do biopoder e *lócus* das transformações da sociedade disciplinar também se configuram em um *lócus* de pronúncia da resistência ao sistema oficial de saúde, de toda sorte de pensamentos heterogêneos, e da manifestação de outros discursos contra-hegemônicos, ou da medicina popular (BOLTANSKI, 1989).

Dito de outro modo, se a linguagem médico-científica é a expressão da governança dos corpos e da vida na modernidade, os sujeitos sociais também se contrapõem à realidade normalizadora. De certo modo desenvolvem estratégias para processar experiências sociais mesmo diante de normatizações, assimilando-as e reinterpretando-as.

Ressalta-se que este repertório tributário da racionalidade médica não anula outros saberes produzidos ao longo da trajetória pessoal dos sujeitos e nem enfraquece suas referências culturais; senão vem se agregar e (re)criar outras representações e práticas, implicando em uma reatualização de sua matriz de percepções que os predispõe a determinações, ações e julgamentos (BOURDIEU, 1983). O/a profissional da saúde, ao passar por uma formação, incorpora e assimila um novo conjunto de conhecimentos e técnicas que fazem parte de uma cultura profissional específica (BOEHS et al., 2007).

O saber e o fazer no processo de trabalho em saúde são tanto afetados pela subjetividade que as relações próprias do cuidado e atenção à saúde humana requerem, quanto são permeáveis aos valores culturais originários dos meios sociais em que estão dadas determinadas relações (ALVES; RABELO, 1998). Pode-se dizer que o cuidado e a assistência à saúde são ressignificados por conteúdos culturais e

que estes, por sua vez, estão implicados na comunicação e nas trocas sociais constituintes do trabalho na saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem social qualitativa por meio do emprego das entrevistas semiestruturadas conseguiu captar algumas das maneiras pelas quais agentes comunitárias de saúde e técnicas de enfermagem tematizam a alimentação saudável nos primeiros anos de vida. As análises permitiram, pela identificação dos discursos enunciados por diferentes indivíduos, a agrupação por sentidos semelhantes, o que possibilitou sua categorização para a produção de um Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Este discurso engendra representações sociais sobre a alimentação infantil para as profissionais participantes desta pesquisa (MOSCOVICI, 1978, 2013; LEFÈVRE, LEFÈVRE, 2005, 2012).

A representação social incorpora, fixa e transforma conhecimentos e objetos oriundos da ciência, da religião, e do senso comum na tentativa de construir explicações plausíveis para a realidade e torná-la familiar. De um lado, são mecanismos para interpretar o mundo, as coisas e a experiência, mas, de outro, constituem constructos que agem na produção de novos conhecimentos e práticas sociais (MOSCOVICI, 1978).

Neste trabalho foram notados dois eixos na elaboração das profissionais acerca da alimentação infantil. O primeiro diz respeito ao fato de que as trabalhadoras da saúde entrevistadas expressaram representações construídas pelas articulações entre o conhecimento popular, e o discurso normativo que faz parte do seu cotidiano de trabalho, além de suas vivências pessoais em relação ao tema. Spink (1994) discute o assunto das representações sociais na dinâmica de uma relação dialética entre o contexto social e histórico do indivíduo, seu grupo de pertencimento e uma realidade intraindividual. Portanto, os conteúdos culturais são acionados e postos em ação pelos indivíduos e marcados também pela trajetória social de cada um.



No segundo eixo, ao debruçar-se sobre estas falas desconstruídas e, posteriormente, realinhadas, percebeu-se que as entrevistadas enunciam conflitos, contradições e, por vezes, uma dificuldade em manejar conhecimentos científicos relativos à alimentação infantil saudável. Seriam, portanto, os dois eixos: movimentos de permanências e confluências entre o saber popular e a biomedicina.

Os valores e questões inerentes ao cuidado em saúde integram e são mediados pela cultura e, desta forma, não podem ser analisados separadamente das realidades sociais que os produzem. As atribuições de significados compartilhados entre os indivíduos em seu grupo derivam de suas experiências em contextos e espaços determinados (LANGDON; WIJK, 2010). Esta afirmação reforça a importância de se descobrir ou investigar as ressignificações e representações do discurso científico adotadas e/ou construídas pelos/as trabalhadores/as da saúde.

Na área da alimentação e nutrição, a utilização da abordagem qualitativa pode levar a uma compreensão dos saberes populares na medida em que investiga o pensamento coletivo enquanto realidade empírica reprodutora e produtora de práticas (LEFÈVRE; LEFÈVRE; MARQUES, 2009). Neste sentido, Gazzinelli et al. (2005, p. 202) analisam que “à medida que se observa a progressiva importância conferida às representações e saberes do senso comum na relação dos sujeitos com a doença, mais apurada é a crítica ao absolutismo e autonomia do saber científico”. E elaboram a crítica ao modelo pedagógico hegemônico na formação e educação em saúde, considerando que “as práticas constituem a expressão de um sistema coerente de representações e, nestas condições, o resultado de esquemas de pensamento passíveis de elaboração” (GAZZINELLI et al., 2005, p. 203). Sua abordagem permite, portanto, reconhecer as matrizes culturais fundamentais envolvidas na simbologia e nas práticas sociais em saúde.

Há uma inquestionável relevância de estudos que permitem identificar e compreender outras formas de conhecimento, sendo importante estarem presentes tanto nos espaços de ensino em saúde, quanto serem incorporados nas relações entre serviço e usuários/as do Sistema Único de Saúde (SUS). Certamente isto representaria avanços no SUS, seja por meio do questionamento da ordem pela experiência social, seja construindo saúde de modo inclusivo, dialógico e

emancipador a partir de um conjunto de simbologias e representações acessíveis ao conjunto dos/as ACS e da população usuária do sistema público (BRASIL, 2007).

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Phillipe.; HERZLICH, Claudine. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.
- ALVES, P. C.; RABELO, M. C. **Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora Relume Dumará, 1998. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/by55h/pdf/alves-9788575414040.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- BATISTA FILHO, Malaquias.; SOUZA, Ariani Impieri; BRESANI, Cristiane Campello. Anemia como problema de saúde pública: uma realidade atual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1917 – 1922, 2008.
- BOEHS, Astrid Eggert; MONTICELLI, Marisa.; WOSNY, Antônio de Miranda; HEIDEMANN, Ivonete B. S.; GRISOTTI, Márcia. A interface necessária entre enfermagem, educação em saúde e o conceito de cultura. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 16, n. 2, p. 307-314, 2007.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- BORTOLINI, Gisele Ane; GUBERT, Muriel Bauermann; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. Consumo alimentar entre crianças brasileiras com idade de 6 a 59 meses. **Cad. Saúde Pública**, v. 28 n. 9, p. 1759-1771, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria prática**. In: ORTIZ, Renato (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. Rio de Janeiro: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_.; PASSERON; J. C. e CHAMBOREDON, J. C. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Básica n. 23). Disponível em: <[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_nutricao\\_aleitamento\\_alimentacao.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.920, de 5 de setembro de 2013. Institui a Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde (SUS) -Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF., 6 set. 2013, Seção 1.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **PNAB - Política Nacional de Atenção Básica**. Série E, Legislação em Saúde, 2012. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pnab.php>>. Acesso em: 23 mai. 2019.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos - um guia para o profissional da saúde na atenção básica**. 2. ed, 2010. Disponível em:

<[http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/enpacs\\_1opassos](http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/enpacs_1opassos)>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Cadernos de Atenção Básica, n. 23. Editora do Ministério da Saúde, 2009A. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_nutricao\\_aleitamento\\_alimentacao.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf)>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do agente comunitário de saúde**, 2009b. Disponível em: <[http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia\\_acs.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia_acs.pdf)>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do agente comunitário de saúde**, 2009c. Disponível em <[http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia\\_acs.pdf](http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/geral/guia_acs.pdf)>. Acesso em:

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Residência multiprofissional em saúde: experiências, avanços e desafios** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 414 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

CANESQUI, Ana Maria. A qualidade dos alimentos: análise de algumas categorias da dietética popular. **Revista de Nutrição**, v. 20, n. 2, p. 203-216, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v22n1/12.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Comentários sobre os Estudos Antropológicos da alimentação. In: Canesqui, Ana Maria e Garcia, Rosa Wanda Diez (Org.) **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** (Coleção Antropologia e Saúde). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p.

CARMO, Julio Cesar Botega do. Planejamento da Região Metropolitana de Curitiba como objeto de estudo: análise sobre a produção bibliográfica no período de 1974-2006. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, n. 1 p. 7-18, 2017.

CORREIA, Tiago. Interpretation and scientific validation in qualitative research. **Interface** (Botucatu), v. 17, n. 45, p. 263-74, abr./jun. 2013.

DaMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANZIGER, Claudie. Devenir grand. Nourritures d'enfance. Souvenirs aigres-doux. **Autrement, Coll. Mutations/Mangeurs**. n. 129, 1992.



DUARTE, Sebastião Júnior Henrique; MAMEDE, Marli Villela; ANDRADE, Sônia Maria Oliveria de. Opções Teórico- Metodológicas em Pesquisas Qualitativas: Representações Sociais e Discurso do Sujeito Coletivo. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. 4, p. 620-626, 2009.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Marília Z. A.; CHIARI, Brasília. M.; GOULART, Bárbara N.G de. Discurso do sujeito coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. **Revista Distúrbios da Comunicação**, v. 25, n. 1, p. 129-136, 2013.

FISCHLER, Claude. **L'Omnivore**. Paris: Editions Odile Jacob, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GAZZINELLI, Maria Flávia; GAZZINELLI Andréa; REIS, Dener Carlos dos.; PENNA, Cláudia Maria de Mattos. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Caderno de Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 200-206, 2005.

GRACIA ARNÁIZ, Mabel. Comer bien, comer mal: la medicalización del comportamiento alimentario. **Salud Pública de México**, v. 49, n. 3, p. 236-242, 2007.

HELMAN, Cecil. G. **Cultura, saúde e doença**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha Hoffmann. Representações sociais: delineamentos de uma categoria analítica. **Em Tese**- Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n. 1, p. 92-106, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. **Evolução populacional e pirâmide etária**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=410580&search=paran%E1|colombo>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LANGDON, Esther Jean; WIJK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 173-181, 2010.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e Discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Série pesquisa, vol. 12. Brasília: Liber Livro, 2005.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo**: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Série Pesquisa, vol. 20. Brasília: Liber Livro, 2012.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; MARQUES, Maria Cristina da Costa. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1193-1204, 2009.

LIMA, Ana Laura Godinho. Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. **História: Questões & Debates**, n. 47, p. 95-122, Curitiba: Editora UFPR, 2007.

LUZ, Madel T. **Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 35-154, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia. Uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 16, n. 47, p. 31-41, 2001.

MORA, Martín. La teoría de las representaciones sociales de Serge Moscovici. **Athenea Digital-Revista de pensamiento e investigación social**, v. 2, p. 1-25, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 10. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MOURA, Rosa. Movimento pendular da população do Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 43-64, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_; DELGADO, Paulo Roberto; CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. A metrópole de Curitiba na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: FURKOWSKI, O; MOURA, R. (Orgs.). **Curitiba: transformações na ordem urbana**. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2014. Observatório das metrópoles, p. 63-94.

OGDEN, Jane. **The Psychology of Eating From Healthy to Disordered Behavior**. 2. ed. Oxford: Wiley-BlackWell, 2010.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S de. Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 180-186, 2004.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SÁ, Celso Pereira. **Núcleo central de representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. **O Corpo, o comer, e a comida: um estudo sobre as práticas corporais alimentares cotidianas a partir da cidade de Salvador – Bahia** [Online]. Salvador: EDUFBA, 2008, 330 p. Disponível em: SciELO Books.

SARTI, Cynthia. Corpo e Doença no trânsito de saberes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 77-90, 2010.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

\_\_\_\_\_. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOBVITCH, S. (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VÍCTORA, C. KNAUTH, D. R. ALMEIDA, C.C.B. Hábitos alimentares e cultura: um estudo de concepções sobre alimentação infantil. In: MACIEL, M.E. GOMBERG, E. (Orgs). **Temas em cultura e alimentação**. São Cristóvão: Editora Universidade Federal de Sergipe, 2007.

WOORTMAN, Klaas. **Hábitos e ideologia alimentares em grupos de baixa renda**. Relatório final de pesquisa. Brasília: Universidade de Brasília, 1978. (Mimeo.)

Recebido em: 21/02/2019

Aceito para publicação em: 31/03/2019



**INTERPRETANDO CUIDADOS: NARRATIVAS MATERNAS ACERCA DO  
DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS NASCIDOS COM A SÍNDROME  
CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS EM RECIFE/PE**

***Interpreting care: mother's narratives about the development of  
children diagnosed with Zika Virus Congenital Syndrome in  
Recife/PE, Brazil***

Thais Valim

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte (PPGAS/UFRN), Brasil. E-mail: [thaismvalim@gmail.com](mailto:thaismvalim@gmail.com)

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 94-114, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837



**RESUMO.** Após terem filhos diagnosticados com a Síndrome Congênita do Zika Vírus, mulheres da capital pernambucana tiveram que reajustar suas expectativas acerca da maternidade e do cuidado. Além dos desafios envolvidos na criação de crianças com alterações congênitas – como medicamentos e possíveis hospitalizações –, mães e filhos frequentemente experienciam manifestações de preconceito. Neste artigo, persigo narrativas formuladas por mães afetadas pela Zika Vírus em suas tentativas de interpretar, dar sentido e manejar o desenvolvimento de seus filhos. Também procuro pensar como tais narrativas podem ser pensadas como alternativas para lutar contra e resistir à discriminação.

**PALAVRAS-CHAVE.** Deficiência. Cuidado. Desenvolvimento. Narrativas.

**ABSTRACT.** After delivering babies diagnosed with Zika Virus Congenital Syndrome, women in Recife/Pernambuco had to readjust motherhood and care into their lives and expectations. Besides the practical challenges involved in raising a child with congenital alteration - such as medication, hospitalization –, mothers caring for disabled children often experience clear manifestations of prejudice. In this article, I pursue narratives formulated by women to interpret and deal with their children development. I also try to think how these narratives are options to fight against and resist discrimination.

**KEYWORDS.** Disability. Care. Development. Narratives.

## BREVE INTRODUÇÃO E NOTA METODOLÓGICA

Em novembro de 2015, o Ministério da Saúde anunciou oficialmente que o “surto” de microcefalia observado no Brasil no início daquele ano, especialmente no Nordeste do país, era uma decorrência da infecção pelo Zika Vírus (ZIKV) durante o período gestacional. Até aquele momento, as manifestações clínicas conhecidas do contágio pelo arbovírus se resumiam a febre, dores nas articulações, exantemas e, nos casos mais graves, foram registradas ocorrências da síndrome de guillain-barré<sup>1</sup>. Com a descoberta da associação entre o aumento de bebês diagnosticados com microcefalia e a infecção pelo vírus, no entanto, a epidemia foi alçada à categoria de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin)<sup>2</sup>.

Após divulgação da Espin, notou-se, com relação ao fenômeno epidêmico, uma ampla visibilidade, tanto na agenda da mídia quanto do Estado. Uma das estratégias governamentais adotadas para enfrentar a questão retratava, discursivamente, a realidade da microcefalia em tons extremamente depreciativos, algumas vezes apelando para metáforas de desgraça e tristeza na vida das famílias. Marcelo Castro, ministro da saúde à época, chegou a sugerir que mulheres em idade reprodutiva simplesmente não ficassem grávidas para impedir que uma “geração de sequelados” se alastrasse pelo país (MARIZ, 2016). Da mesma forma, o policiamento contra a proliferação do mosquito *Aedes Aegypt*, vetor de transmissão do ZIKV, girava em torno da emergência colocada pelo surto de alterações congênitas.

Para as mulheres que, naquele período, encontravam-se em meio a uma gestação, o exame de ultrassonografia passou a ser vivenciado com muita angústia e ansiedade. Como nos mostra Lilian Chazan, as dinâmicas de classificação e

---

<sup>1</sup> Segundo a Organização Mundial da Saúde, a Síndrome de Guillain-Barré (SGB) “é uma condição rara em que o sistema imunitário de uma pessoa ataca os nervos periféricos” (OMS, 2016a). No Brasil, alguns casos da síndrome foram identificados em pacientes contaminados pelo ZIKV. Também foram notificados casos associados à epidemia na Colômbia, República Dominicana, Guiana Francesa, Polinésia Francesa, Suriname, Honduras e Venezuela (OMS, 2016b).

<sup>2</sup> A Espin foi declarada por meio da Portaria n. 1.813, a 11 de novembro de 2015, sendo encerrada em a 30 de julho de 2017 por meio da Portaria n. 1.682.

reconhecimento de que algo não vai como o esperado no desenvolvimento do feto envolvem, sobretudo, a fabricação de uma verdade por meio das imagens técnicas produzidas pelo exame (CHAZAN, 2007).

Nesse sentido, quando há um desvio do que é considerado normal pelos padrões biomédicos de saúde e corpo, a interpretação da imagem ultrassonográfica é utilizada para construir o que Lilian Chazan chama de “verdades dolorosas”: produzem, pela classificação da imagem técnica, uma anormalidade. Naquele período, o medo de escutar uma “verdade dolorosa” fez com que “[...] a felicidade do pré-natal desaparecesse do sertão nordestino”, narra a antropóloga Débora Diniz (MANIR, 2016; DINIZ, 2016).

Desde a declaração da ESPIN, em novembro de 2015, até o último boletim epidemiológico liberado para monitorar alterações no crescimento decorrentes da infecção pelo Vírus Zika, referente a maio de 2018, o Ministério da Saúde registrou 3.194 casos confirmados (BRASIL, 2018). As crianças têm apresentado um complexo conjunto de sintomas para além da microcefalia: distúrbios de ordem ortopédica, oftalmológica, odontológica, cardíaca, motora, dificuldade de alimentação e respiração, paralisias cerebrais e a ocorrência de convulsões estão entre os traços mais observados (FEITOSA et al., 2016). Devido a esse quadro de manifestações clínicas, especialistas têm entendido o fenômeno como uma síndrome, que passou, por isso, a ser chamada de “Síndrome Congênita do Zika Vírus” (SCZV).

Muitas das mães ou cuidadoras principais desses bebês – e ênfase os substantivos femininos por entender que, devido ao modelo hegemônico da maternidade integral, é sobre as mulheres que recai a responsabilidade do cuidado – passaram pela experiência da gestação sem receber um diagnóstico contundente sobre a situação de seus filhos: muitas informações difusas e insuficientemente elucidativas, em parte pelo caráter inédito da síndrome para comunidade científica, em parte pela reprodução da tradicional hierarquia entre médicos e pacientes. À tal ausência de informação, somavam-se ao quadro interpretativo das gestantes as

representações calamitosas da epidemia, difundidas por importantes órgãos formadores de opinião.

Foi em meio a essa economia simbólica que muitas mães gestaram e pariram seus rebentos. Desde a gravidez, escutavam palavras como “deformação”, “anormalidade”, “irregularidade”, termos que, apesar da presumida objetividade científica, carregam conotações profundamente desabonadoras. Após o nascimento dos filhos, no entanto, a convivência e as trocas afetivas do cotidiano foram embaçando, aos poucos, as fronteiras entre a normalidade e a anormalidade. Na parceria estabelecida entre mãe e bebê, em suas descobertas mútuas, novas possibilidades, narrativas e significações acerca da síndrome foram fomentadas, proporcionando deslocamentos no entendimento do que é um desenvolvimento normal, da patologia, da diferença e da vulnerabilidade. Neste texto, procuro acompanhar algumas dessas formulações e interpretações promovidas por mães e outras cuidadoras acerca da síndrome e perceber como esse diagnóstico – objetivo, distante e desincorporado da biomedicina – vem sendo preenchido de sentido na vida cotidiana de nossas interlocutoras.

Os dados aqui utilizados provêm da minha participação no projeto de pesquisa “Microcefalia, deficiência e cuidados: Um estudo antropológico sobre os impactos da síndrome congênita do vírus Zika no estado de Pernambuco”, coordenado pela professora Soraya Fleischer (DAN/UnB) com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O projeto, iniciado em 2015, tem como objetivo principal acompanhar as mulheres e crianças afetadas pela epidemia em sua vida cotidiana: no deslocamento pelos serviços de saúde, nos núcleos domésticos, nas reuniões realizadas em ONGs, na circulação por ônibus e metrô. Até o momento, a equipe realizou quatro imersões em Recife: outubro de 2016, abril de 2017, setembro de 2017 e fevereiro de 2018. Cada temporada de pesquisa resultou na produção de diários de campo organizados, até o momento, em quatro tomos. Esse material, após edição e consentimento das autoras,

foi circulado pela equipe e utilizado para a produção de artigos, monografias, resenhas e pequenas laudas para jornais e mídias digitais<sup>3</sup>.

Com exceção de uma interlocutora conhecida durante um evento, também conectado ao projeto, realizado na Universidade de Brasília, todos os materiais etnográficos foram analisados a partir de dados secundários, ou seja, dados que não foram produzidos por mim<sup>4</sup>. Há momentos no texto em que faço uma descrição do material lido e absorvido dos diários a partir de citações indiretas. Em outros, aciono trechos específicos dos diários para construir meu pensamento. No último caso, haverá creditação explícita do nome da autora do diário, seguido pelo número do tomo em questão, do ano de produção e a numeração exata da página em que o excerto se encontra no conjunto original de diários. Por exemplo, o acrônimo “DCSF, tomo 1, 2016, p. 24” refere-se ao Diário de Campo de Soraya Fleischer do tomo I, produzido em 2016 e encontrado na página 24. No caso das demais pesquisadoras citadas, segue-se o mesmo modelo, com devida alteração de autoria: Raquel Lustosa aparecerá como RL, Lays Lira como LL, e Yasmin Reis como YR. Aproveito para novamente agradecer-las pelo consentimento no uso do material, e estendo os agradecimentos às demais pesquisadoras que cruzaram o nosso projeto: Thais Souza, Rosamaria Carneiro Giatti, Fernanda Vieira, Mariah Albuquerque, Beatriz Lima, Aissa Simas, Lucivânia Gosaves. Também agradeço às mulheres e famílias com quem estabeleci essa locução indireta.

No presente artigo, busco pensar essas novas formulações fabricadas na experiência de mães e crianças diretamente implicadas no surto tomando como referência três tipos de narrativas identificadas por Pamela Fisher e Dan Goodley (2007) em suas pesquisas acerca do cuidado de bebês deficientes: narrativas lineares, discutidas na primeira sessão, narrativas de desafio, abordadas na segunda parte do

---

<sup>3</sup> O projeto conta com um blog para circulação das laudas produzidas pela equipe e pode ser acessado pelo seguinte link: <<https://microhistorias.wixsite.com/microhistorias>>, último acesso em: 15/03/2019

<sup>4</sup> Nesse sentido, é importante frisar que uma parte essencial da construção e interpretação de dados – o encontro etnográfico – faz-se ausente nas linhas aqui escritas. Há muitas especificidades no manejo com dados secundários que ultrapassam os limites da proposta desse texto, mas sugiro a leitura da Monografia de graduação de Ana Clara Damásio (2016), “Entre tempos, espaços e relações: uma etnografia sobre o envelhecimento e o envelheceres na Guariroba, Ceilândia (DF)”, na qual a autora explora um pouco as possibilidades e limitações dos dados secundários.

texto, e narrativas do presente, que aciono ao final do artigo para repensar o conceito de vulnerabilidade.

## **BEBÊS E(M) DESENVOLVIMENTO: NARRATIVAS LINEARES, NARRATIVAS DE DESAFIO**

Foi em Nova Descoberta, bairro popular de Recife/PE, que as pesquisadoras Lays Lira, Soraya Fleischer e Fernanda Vieira conheceram Neusa, a primeira mãe com quem estabeleceram interlocução no âmbito do projeto. Era um dia quente na capital pernambucana e o esforço de subir a longa e inclinada escadaria da rua de Neusa intensificava o calor. Como o ônibus que as pesquisadoras pegaram para se deslocar até o bairro em questão havia adiantado, as três já estavam no local algum tempo antes do combinado, o que parece ter surpreendido Neusa.

Apesar da surpresa, assim que percebeu a presença das pesquisadoras na porta, convidou-as para entrar. Sugeriu que esperassem sentadas na sala enquanto ela acabava de dar um banho em Cadu, seu filho caçula, diagnosticado com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e que, à época da viagem, realizada em outubro de 2016, estava com 1 ano e 2 meses. Na sala, estavam Maurício e Rodrigo, irmãos mais velhos de Cadu, de 4 e 3 anos, respectivamente.

As pesquisadoras sentaram-se no sofá e esperaram pelo retorno da anfitriã; após alguns minutos, Neusa já estava com minhas colegas e com o pequeno Cadu – que depois de um tempo passou para o colo de Lays Lira. Em seu diário, Lira o descreve como um bebê encorpado, de braços e pernas compridas. Anotou que o corpo era durinho, mas não havia firmeza para sustentar o pescoço, o que fazia a criança encarar o chão constantemente. Ficou quietinho no colo de Lira enquanto Neusa conversava e compartilhava informações com a equipe. Ora as pesquisadoras faziam perguntas, ora a própria Neusa conduzia a conversa a partir de assuntos que mais lhe interessavam no momento. Quando perguntada sobre a gravidez, revelou que foi um período difícil. A gestação de Cadu foi complicada, com muitas idas e vindas do hospital.



Aos seis meses, realizou uma ultrassonografia de rotina. Durante o exame, o médico chamou um assistente. Os dois trocaram informações sem incluir Neusa na conversa. Ela estranhou aquilo. Insistiu com o médico, que lhe disse: “Não se preocupe, não, mãe, é que seu neném está com a cabeça pequenininha, mas vai ficar tudo bem” (DCLL, Tomo I, 2016, p. 13). No dia 2 de agosto de 2015, deu à luz Cadu.

O parto não foi um procedimento fácil. Exigiu tanto do corpo da jovem que ela entrou em coma por cinco dias. Quando despertou, levaram o filho para sua companhia e anunciaram, pela primeira vez, o diagnóstico de microcefalia. Como a correspondência com o ZIKV só seria divulgada pelo governo em novembro, ou seja, três meses após o nascimento de Cadu, os médicos não sabiam explicar satisfatoriamente o quadro para Neusa: “Eu saí de lá e fui fuçar na internet. Ninguém me explicou nada no hospital. Saí de lá sem saber nada” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 24). Ingrid, outra mãe que as pesquisadoras conheceram na primeira temporada de campo e também moradora de Nova Descoberta, compartilha de uma narrativa semelhante de informações difusas e pouco elucidativas por parte dos médicos após o nascimento de Otávio, seu primeiro filho: “Eu vivia me perguntando, ‘o que meu filho tem? Como ele vai ser?’” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 143).

Muitas mulheres conhecidas na pesquisa, especialmente aquelas que tiveram filhos logo no início do surto, denunciaram uma ausência genérica de informações por parte da biomedicina. Tinham que insistir muito para que os profissionais lhe esclarecessem alguma coisa, e muitas vezes recebiam informações contraditórias. A lacuna inicial entre o diagnóstico e o entendimento social (GINSBURG; RAPP, 2001)<sup>5</sup> do que era a microcefalia foi sendo preenchida no cotidiano num processo de produção de significado oriundo da experiência e do convívio entre mães e filhos. Quem ensinou e explicou o que era a microcefalia pra Neusa foi o próprio Cadu, no convívio diário da maternidade e do cuidado, na companhia que fazem um para o outro. A forma como a

---

<sup>5</sup> Faye Ginsburg e Rayna Rapp vão pensar o entendimento social enquanto a compreensão prática do que significa cuidar de pessoas deficientes. O diagnóstico por si só é insuficiente para a adaptação e manejo da diferença.

deficiência foi compreendida por Neusa e por Cadu, no entanto, promove certos deslocamentos da ótica biomédica hegemônica.

Dentro do discurso da biomedicina, a deficiência é percebida em termos de desvios que devem ser, na medida do possível, reabilitados e normalizados (FISHER; GOODLEY, 2007). A ideia de que o desenvolvimento dos bebês nascidos com a síndrome é atrasado se estabelece a partir de um critério de normalidade constituído por determinadas etapas e passagens consideradas intrínsecas à formação. No caso dos bebês diagnosticados com microcefalia e outras deficiências, é constantemente enfatizado que eles precisam aprender até as habilidades mais básicas, como mastigar e engolir. A dinâmica de aquisição de técnicas corporais (MAUSS, 2003) é evidenciada no discurso, ao passo que no caso das crianças consideradas normais, tudo se passa como se todas essas habilidades fossem intrínsecas à condição humana. A diferença dos bebês é compreendida, na visão biomédica, enquanto um atraso biológico.

Neusa, no entanto, não concorda com esse modelo. Para ela, o importante é que o filho se desenvolva em seus próprios termos: “ele tem o jeito dele de ir se desenvolvendo” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 27), comentou com as pesquisadoras. A criança deve ser avaliada a partir de suas próprias possibilidades. Cada um tem seu próprio “trajeto temporal” (WILLIAMSON, 2018), e Neusa não aceita quando os médicos fazem comparações entre Cadu e as outras crianças. Contou às pesquisadoras que certa vez a fisioterapeuta responsável pela terapia de seu filho lhe chamou atenção para o fato de que Cadu estava muito atrasado, mesmo com relação às outras crianças com microcefalia. Neusa foi categórica: “Eu achei extremamente antiética a atitude dela” (DCLL, Tomo I, 2016 p. 15), desabafou.

O que Neusa parece defender é a necessidade de construir um padrão individual para compreender o desenvolvimento de cada criança, e não estipular um desenvolvimento universal a partir do qual todos serão avaliados. Desenvolvimento, aqui, não se refere a uma “uma especificação formal” (INGOLD, 2010, p. 11) do que deve vir a ser um organismo, e sim o próprio desenrolar da vida. Nesse sentido, a observação atenta e a fina sintonia do cuidado diário é mais útil às mães no





acompanhamento de seus filhos do que cartilhas padronizadas acerca do desenvolvimento infantil (WILLIAMSON, 2018). Esse tipo de estratégia narrativa é pensado por Fisher e Goodley (2007) como um deslocamento da linearidade universal para uma linearidade particular.

Apesar de ser utilizada como uma narrativa de inclusão pelas mães ao pensarem os processos de desenvolvimento dos bebês, a linearidade particular também pode ser, em alguns contextos, problemática e frustrante. Cadu, por exemplo, vinha, como Neusa coloca, desenvolvendo-se e evoluindo à sua maneira. A mãe vinha se adaptando a ele, aprendendo sobre o filho, descobrindo quais posições lhe aliviam a dor, que tipo de mamadeira mais lhe agradava: “Ele gosta só gosta dessas baratas, que junta tudo no bico e não sai direito o leite” (DCSF, Tomo 1, 2016, p. 30), comentou com as pesquisadoras enquanto desentupia o recipiente.

O filho, no entanto, começou a ter crises convulsivas que modificaram o cenário ao qual Neusa havia se acostumado: “Ele já estava comendo comidinha sólida e parou. Eu já fazia feijão amassadinho para ele com macarrão e tudo. E ele parou, desaprendeu” (DCSF, Tomo 1, 2016, p. 26). Percebe-se, na fala de Neusa uma ruptura de linearidade, um regresso, uma “involução”, que é recebida com muita dificuldade, pois exige mais uma readaptação em meio a um cenário de muita instabilidade. Outro ponto sensível da noção de regressão é apontado pelas interlocutoras com relação aos profissionais de saúde, que reforçam, no discurso, a dimensão do atraso, ou ainda ampliam os prognósticos desanimadores.

Ainda seguindo Fisher e Goodley (2007), uma “narrativa do desafio” é colocada como uma alternativa às elaborações lineares. Por exemplo, diante das crises vivenciadas por muitas das crianças, os profissionais de saúde estipulam certos prognósticos que, em termos de assistência e cuidado, envolvem a aquisição de cadeiras de rodas ou ainda inserção de alimentação via sonda endogástrica. Embora em casos específicos as intervenções sugeridas se tratem de urgências terapêuticas, isso não é verdadeiro para todos os bebês.



Luca que, à época, estava com dois anos, por exemplo, coabita com Karolina, sua mãe, e Bruno, seu pai. Apesar de a mãe desempenhar o papel de cuidadora principal, a família conta com uma participação ativa de Regina, avó do menino. No dia que as pesquisadoras foram visitar a casa de Luca era a avó que estava lá prestando auxílio e ajuda à Karolina. O bebê também possui um quadro clínico delicado, toma muitos remédios e já foi internado em diversas ocasiões. Após uma das crises, os profissionais de saúde sugeriram a possibilidade da sonda:

Depois disso, o médico ficou teimando que ele não comia antes. Como não comia? Ele comia de tudo! Verdura, brócolis, carinha, macarrão. Eu não aceitava o médico colocar a sonda nele depois da crise. Eu não aceitava. Se ele comia antes, por que começar a comer por sonda? Se desaprendeu, vai aprender de novo. Foi uma guerra naquele hospital, eu não deixei de jeito nenhum. Então, a gente ensinou de novo a comer. Ensinamos o Luca a sugar de novo (DCSF, Tomo 1, 2016, p. 190).

Para Regina, é a família quem deve colocar altas expectativas para a criança, apostar nela: “Mas médico é assim, Soraya. Eles não dão expectativa de futuro para os nossos filhos, netos. Não dão. Quem dá expectativa, quem tem expectativa somos nós. Nós é que sonhamos com o futuro” (DCSF, Tomo 1, 2016, p. 191).

O ‘desafio’ aparece como uma forma de questionar os prognósticos desesperançosos dos médicos. Apesar de dominante, nem todos os profissionais de saúde utilizam-se majoritariamente de uma narrativa linear. É o caso, por exemplo, de Dra. Adriana, uma das fisioterapeutas que têm prestado serviços às crianças nascidas com a SCZV em Recife. Para a médica, cada criança tem um compasso próprio e uma cadência particular. Durante uma consulta observada pelas pesquisadoras, Adriana colocou a terapia nos seguintes termos:

A gente trabalha o desenvolvimento do potencial humano. Cada um tem uma escala, cada um busca se superar na sua escala. A gente tem que trabalhar dentro disso. Já pensou teu marido chegando em casa toda noite e dizendo que a sua comida não presta? Já imaginou isso? Tu ia conseguir continuar cozinhando para ele? Não ia. A mesma coisa com essas crianças. Não pode colocar pra baixo, não pode dizer que não vai conseguir, que não vai evoluir. Não pode isso, gente! Ela ouve, ela sente, ela se desanima, claro! Tem que estimular essa criança. (DCSF, Tomo III, 2017, p. 41).



Curiosamente, a fisioterapeuta foi mãe de uma garota com paralisia cerebral, já falecida. Quando a filha estava viva, Adriana apostava também na narrativa do desafio:

Quando a minha filha estava viva, eu tinha um quarto em casa que mais parecia essa sala aqui. Tinha bola, tinha tatame, tinha era de tudo. Eu fazia o tempo todo com ela. Meu marido comentava, “Mas você acabou de chegar do hospital, passou a manhã toda lá e já vai fazer de novo aqui, é?”. Vou, eu dizia para ele. Vou sim. Eu fazia o tempo todo que eu podia (DCSF, Tomo III, 2017, p. 41).

Fisher e Goodley sugerem que a narrativa do desafio, embora mais flexível do que interpretações lineares, pode gerar um superinvestimento por parte das mães em terapias, e tecnologias de saúde, o que sobrecarrega ainda mais as tarefas e atividades de mulheres que assumem quase integralmente o papel de cuidadoras, além de acentuarem ainda mais os gastos direcionados para o cuidado. Ainda assim, uma “narrativa do desafio” continua sendo uma estratégia de significação valiosa, pois permite, como veremos na próxima sessão, que as cuidadoras construam significados questionando noções convencionais de “normalidade”, e afastando a experiência vital de seus filhos de uma perspectiva patologizante (FISHER; GOODLEY, 2007).

### **“ELE NASCEU ÓTIMO, É TUDO NORMAL”: RECONSTRUÇÕES E REELABORAÇÕES DA NORMALIDADE**

É possível perceber deslocamentos e reelaborações da normalidade nas narrativas que temos acompanhado ao longo do projeto. A primeira vez que Ingrid, interlocutora conhecida na primeira temporada de pesquisa, soube da microcefalia do filho foi ainda durante a gestação, após uma ultrassonografia: “O médico disse que ele tinha um problema na cabeça. Que ele demoraria pra aprender as coisas” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 143). Nesse período, a jovem contou às pesquisadoras que passava o dia inteiro chorando. A “deformação” na cabeça era algo incrivelmente assustador. Após o nascimento do Otávio, no entanto, o discurso de Ingrid mudou: “Ele nasceu ótimo. Só



tem essa deformação na cabeça mesmo. Não foi para UTI, não precisou ficar internado. Logo veio para casa comigo [...] É tudo normal” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 143).

A fala de Ingrid se alinha a teóricos que pensam a deficiência não a partir do modelo médico que pressupõe uma essência anatomopatológica, mas como um conceito socialmente construído e negociado. Otávio, por exemplo, sofre de árduas crises de prisão de ventre que lhe exigem muito do corpo e da habilidade de cuidado da mãe. A crise, apesar de constituir uma dificuldade cotidiana, não é explicada pela chave da deficiência: “todo mundo na família tem isso” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 55), conclui Dona Lidiane, avó do menino. Ao construir a crise de prisão de ventre enquanto uma “normalidade”, Dona Lidiane ajuda a despatologizar a vida do neto, propõe e interpreta que nem tudo está associado à microcefalia.

É importante ressaltar que o modelo do desafio não é adotado integral e exclusivamente pelas cuidadoras. Justamente por ser o modelo hegemônico, a narrativa de linearidade não se ausenta da perspectiva das famílias. Ao mesmo tempo que Dona Lidiane identifica a crise de prisão de ventre do neto com características comuns da família, a avó também se questiona sobre sua saúde de um ponto de vista marcado tanto pela perspectiva da patologia quanto pela narrativa da linearidade. Perguntou às pesquisadoras, um pouco cabisbaixa: “A senhora acha que tem cura? Tem cura isso que Otávio tem? Ele vai melhorar disso, minha filha? Vai se curar dessa microcefalia?” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 146).

A todo momento, a deficiência enquanto distúrbio compõe os enunciados negociados e produzidos no dia a dia. Vale lembrar a fala mencionada no início deste artigo do então ministro da saúde, Marcelo Castro, que, no ápice da epidemia, especulou que as crianças diagnosticadas com a síndrome configurariam uma “geração perdida”, destinada a cuidados pelo resto da vida. De acordo com Marcelo Castro, dependência e vulnerabilidade são interpretados como condições limitantes e destituídas de dignidade.

A composição da dependência enquanto uma característica não-desejável é abordada por Eva Kittay, filósofa feminista e mãe de uma jovem com paralisia cerebral.



A autora enfatiza como nas teorias de justiça ocidentais a independência aparece no discurso como um sinal de integridade e valor (KITTAI, 2011). A dependência, por sua vez, é estigmatizada e recai sobre a vida das pessoas que dependem de cuidado e daquelas que cuidam como uma vida menos completa e sem perspectiva de felicidade. Dessa maneira, a relação entre mães e bebês deficientes envolve um deslocamento não só da noção de normalidade, como também da noção de vulnerabilidade.

## **VULNERABILIDADE: DE ESTIGMA A POTÊNCIA**

Além das dificuldades advindas do manejo terapêutico – que pode exigir, dentre outros elementos, leites especiais, remédios, bandagens, sondas, cadeiras de roda, óculos, corretores ortopédicos - um dos maiores problemas apontados pelas interlocutoras no decorrer do projeto é o preconceito. Idosos, bebês, crianças e pessoas que vivem com deficiências severas são automaticamente enquadradas na categoria de vulnerabilidade, como no caso dos bebês conhecidos no âmbito de nosso projeto de pesquisa, frequentemente chamados de “coitadinhos”.

O ônibus, espaço central para o ir-e-vir entre hospitais, cartórios, farmácias e instituições, é também um lócus para toda sorte de abuso, segregação, preconceito e violência contra as crianças e suas mães. Neusa, por exemplo, contou às pesquisadoras que os motoristas não são muito solidários com a presença do carrinho de bebê, que “não deixam subir com o carrinho pela porta da frente, tem que entrar pela dos fundos [...] e outros nem deixam subir em porta nenhuma” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 21).

A falta de empatia é tanta que ela e Cadu já chegaram ao extremo de serem arrastados pelo ônibus porque o motorista havia fechado a porta enquanto ela tentava subir com o carrinho. Apesar de o ocorrido ter gerado revolta entre aqueles que presenciaram a cena, a hostilidade vem de todos os lados: já escutou de outros passageiros o filho sendo chamado de “E.T” e de “monstro” e “coitado”, por exemplo.



Esse estigma voltado para a deficiência dialoga, entre outras coisas, com a qualificação do cuidado e da vulnerabilidade enquanto elementos negativos e desvalorizados. Quando pensamos em vulnerabilidade, as imagens acionadas usualmente giram em torno de um senso de “susceptibilidade corporal à injúria, de ser ameaçado ou ferido – estando, portanto, predominantemente associadas à violência, finitude ou mortalidade” (PETHERBRIDGE, 2017, p. 148). Pessoas consideradas vulneráveis são posicionadas enquanto sujeitos fracos e incapacitados de autonomia. Levando em conta que o ideal ocidental de dignidade parte da premissa do sujeito soberano e independente (KITTAI, 2011), pessoas que dependem marcadamente de outrem e demandam um tipo de cuidado integral são desvalorizadas enquanto sujeitos sociais, tendo suas imagens associadas à passividade e à inatividade.

Os primeiros estudiosos da deficiência não chamaram atenção para o problema da vulnerabilidade. Tentaram, na verdade, deslocar-se dele. Para estes pensadores, era preciso superar o modelo médico que encerrava a deficiência na lesão e nos aspectos patológicos e perceber que as dificuldades vivenciadas por pessoas lesionadas partem da própria organização social, inadequada para conviver com a diversidade (DINIZ, 2007). A solução proposta por esses teóricos passava por uma reestruturação “econômica, arquitetônica, política, social, histórica, biomédica, educacional” (JUSTINO, 2017, p. 49) que teria como consequência a independência das pessoas deficientes. A preocupação desses estudiosos, portanto, era uma forma de garantir a independência para todos.

Como ficariam, então, aquelas pessoas para quem o ideal de independência configura uma impossibilidade? Essa foi uma das bases críticas da revisão feminista acerca dos estudos sobre deficiência. Embora concordassem com a análise social, denunciavam que aquele modelo, em sua maioria proposto por homens brancos e intelectuais com lesões medulares, não englobava a deficiência em sua diversidade (DINIZ, 2007; MELLO; NUERNBERG, 2012). As teóricas feministas enfatizaram que em certos casos a mudança estrutural não seria suficiente para lançar alguns indivíduos a uma vida independente (DINIZ, 2007).

A preocupação inicial dos estudos da deficiência era desassociá-la da noção de cuidado e caridade (JUSTINO, 2017). Para eles, portanto, a crítica feminista apresentava-se como um risco à autonomia conquistada pelo movimento. A estratégia lançada pela revisão feminista foi a de propor uma nova compreensão acerca dos valores de autonomia e dignidade. Para Eva Kittay (2011), são exatamente as relações de cuidado e dependência que promovem qualquer possibilidade de dignidade humana. Existe, no ser humano, uma “condição primária de vulnerabilidade” (BUTLER, 2004 apud PETHERBRIDGE, 2017), que, embora seja evidenciada em contextos de assimetria de poder, desigualdade e violência, não se restringe a eles.

Para pensar adequadamente na vulnerabilidade é preciso superar a antinomia entre independência e dependência, e navegar por um novo paradigma, qual seja, o paradigma da interdependência. Dona Regina, por exemplo, defende o neto contra as acusações de pena que recebe, enfatizando, justamente, como o menino é amado e bem cuidado:

O que é mais difícil para mim é as pessoas terem pena dele, terem dó, ‘Coitadinho dele, tadinho, bichinho’. Por que pena, por que tadinho? Ele tá bem, ele é tão bem cuidadinho, a gente zela tanto por ele, cuida tanto, não deixa adoecer, come tudo certinho, na hora certa de comer, dá banho e tá sempre limpinho. Por que sentem dó dele? Não é digno de pena, não tem nada disso (DCSF, Tomo I, 2016, p. 140).

Em sua fala, Regina está valorizando o cuidado, as relações entre o bebê e sua família e o papel de cuidadora desempenhado por ela e pela filha. Está reconhecendo a dependência como um valor positivo na vida de seu neto, evidenciando como sua rede de apoio é forte e bem construída. A vulnerabilidade, indica Petherbridge (2017), pode ser compreendida em termos de fraqueza, mas pode também ser pensada como uma expansão da relacionalidade, uma abertura para o outro que possibilita o entendimento do que ele necessita e precisa.

## ABERTURA PARA O OUTRO: CUIDAR E APRENDER

A afinidade construída entre mãe e bebê implica em uma reconstrução da sensibilidade por parte da cuidadora para captar os sinais e a linguagem que o bebê ensina e comunica. O treino diário propiciado pelo convívio permite às mães que reconheçam novas camadas de diferença e apreciem sutilezas que antes não eram distinguíveis. É o caso, por exemplo, das diferentes entonações classificadas dentro do choro do bebê. Para uma pessoa alheia àquela relação, o choro é sempre o mesmo, mas com atenção é possível perceber variações e sistematizá-las.

Também é a partir desse tipo de atenção que as narrativas de linearidade particular, mencionadas acima, são construídas e observadas. Neusa diz que conhece tão bem o filho, que, muitas vezes, sabe mais do que os médicos sobre os tipos de intervenção que funcionam e não funcionam em Cadu: “é a gente que cuida que sabe, né?” (DCRL, Tomo IV, 2018, p. 19). Abrir-se significa estar atento para o outro, respondê-lo, reconhecê-lo, observá-lo.

Dessa observação, outros tipos de construções e significações são criados em torno da deficiência. Recuperando o argumento de Fisher e Goodley (2007), além das narrativas lineares e de desafio, uma terceira articulação reconhecida pelos autores nos discursos de suas interlocutoras é a “narrativa do presente”, em que as diferenças e novidades trazidas pelas crianças são positivadas no discurso: “Hoje, eu acho que é tudo mais normal. Eu tenho um olhar normal para ele. Eu aceito o diferente” (DCSF, Tomo I, 2016, p. 191), disse Regina.

A positivação da experiência da maternidade e da deficiência é uma das produções de significado que circulam no contexto da epidemia. Muitas mães frisam a necessidade de não se isolar, de passear, ir à praia, a shows, à igreja, enfim, expandir os canais de manifestação do prazer da vida. Segundo Rita, também interlocutora em nossa pesquisa, as pessoas, em geral, “pensam que a gente não tem como ser feliz numa situação dessas, esperam a nossa tristeza e eu quebro a expectativa deles com minha alegria”, e emendou com um exemplo:





Um neuro uma vez me perguntou: “por que nunca te vejo triste? Tu sabe o quadro clínico de seu filho? Como não te vejo triste?” Rita respondeu ao médico com firmeza: “Olhe, doutor, vocês mesmos não dizem que tudo o que a gente sente a gente passa também pra eles? Como vou passar um quadro de tristeza pro meu filho? Gabriel pode ficar comigo um dia ou 100 anos, mas ele vai ser feliz (Anotações minhas de palestra realizada na Universidade de Brasília, campus Planaltina, em setembro de 2017).

Além disso, muitas mães comentam também que foi a partir do convívio com os filhos deficientes, de sua abertura para eles, que aprenderam novas habilidades: “Ela é a pessoa que mais me ensinou na vida” (DCYR, Tomo II, 2017, p. 15), diz Cecília, mãe de uma jovem bebê com microcefalia, “Eu não sabia andar nos lugares, pegar os ônibus tudo, não ficava sabendo das coisas... Agora eu sei. Por causa dela. Ela foi que me ensinou” (DCYR, Tomo II, 2017, p. 15). A fala de Cecília entra em consonância com revisões atuais acerca da deficiência, que pensam a diferença corporal não como uma restrição, mas uma possibilidade nova, uma relacionalidade construída na abertura e na vulnerabilidade. A narrativa do presente ajuda a assinalar o prazer e as potencialidades do convívio com o diferente.

## **BREVE CONSIDERAÇÃO FINAL**

Neste artigo, procurei traçar narrativas e enunciados elaborados pelas famílias implicadas na epidemia do ZIKV em seus próprios processos – e como eu os compreendi – de assimilação, interpretação e negociação do que a deficiência significa ou não. As três formulações aqui citadas – narrativas lineares, narrativas de desafio e narrativas do presente –, tomadas de empréstimo das autoras Pamela Fisher e Daniel Goodley, são tentativas de analisar e recortar dinâmicas altamente complexas.

O acionamento de um tipo de narrativa não significa que aquela seja a perspectiva exclusiva a partir da qual a deficiência vem sendo pensada, vivida, negociada e narrada: ora a narrativa linear hegemônica é enfatizada, ora as particularidades entram em cena. A própria instabilidade do cotidiano vivenciado pelas famílias aqui apresentadas demanda readequações constantes.



Minha intenção foi rastrear alguns desses fluxos e pensá-los a partir da prática cotidiana do cuidado. Por fim, gostaria de terminar o artigo sublinhando como todas essas tentativas, criações e construções são formas de encontrar canais de efetuação da vida. No contexto do cuidado associado a essa epidemia, é sempre em resguardo da vida que essas famílias se movimentam.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. **Monitoramento integrado de alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas**. Semana Epidemiológica, 20 de 2018.

Disponível em:

<<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/29/Monitoramento-integrado-de-alteracoes-no-crescimento-e-desenvolvimento-relacionadas-a-infeccao-pelo-virus-Zika.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

CHAZAN, Lilian. **“Meio quilo de gente”**: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. Disponível em:

<<http://books.scielo.org/id/x78qr/pdf/chazan-9788575413388.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DINIZ, Débora. **Do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é deficiência?**. São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos), 2007.

FEITOSA, Ian et al. Aspectos importantes da Síndrome da Zika Congênita para o pediatra e o neonatologista. **Boletim Científico de Pediatria**. v. 5, n. 3, 2016. Disponível em:

<[http://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/170118173954bcped\\_05\\_03\\_a02.pdf](http://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/170118173954bcped_05_03_a02.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

FISHER, Pamela; GOODLEY, Dan. The linear medical model of disability: mothers of disabled babies resist with counter-narratives, **Sociology of Health & Illness**, v. 29, n. 1, 2007.

GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna. Enabling Disability: Renarrating Kinship, Reimagining Citizenship. **Public Culture**, v. 13, n. 3, 2001.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, v. 33, n. 1, 2010.

JUSTINO, André Filipe. **Por uma abordagem antropológica da infância e da deficiência**: duas categorias sob o olhar de um antropólogo. 2017. 90 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília.

KITTAY, Eva. The Ethics of Care, Dependence, and Disability. **Ratio Juris**, v. 24, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <<http://evafederkittay.com/wp-content/uploads/2015/01/The-ethics-of-care.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.



MANIR, Mônica. As fronteiras da zika: 'Só atentaremos à epidemia quando chegar a grandes centros', diz antropóloga. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 10 de setembro de 2016.

Disponível em: <<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,as-fronteiras-da-zika,10000075150>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MARIZ, Renata. **Zika**: Ministro defende mobilização para evitar geração de sequelados. Jornal eletrônico O GLOBO, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/zika-ministro-defende-mobilizacao-para-evitar-geracao-de-sequelados-18465397>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MAUSS, Marcel. As técnicas do Corpo. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**, São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Anahi; NUERNBERG, Adriano. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003)>. Acesso em: 25 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ficha Descritiva da Síndrome de Guillain Barré**. 2016a. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/guillain-barre-syndrome/pt/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Situation Report: Zika Virus, Microcephaly and Guillain-Barré Syndrome**, 2016b.

Disponível em: <<http://origin.searo.who.int/bhutan/who-zika-28-7-16.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

PETHERBRIDGE, Danielle. O que há de crítico na vulnerabilidade? Repensando interdependência, reconhecimento e poder. **Dissonância**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/2992>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

WILLIAMSON, Eliza. Cuidado nos tempos de Zika: notas da pós-epidemia em Salvador (Bahia), Brasil. **Interface (Botucatu)** [Online], v. 22, n. 66, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v22n66/1807-5762-icse-22-66-0685.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Recebido em: 01/04/2018

Aceito para publicação em: 29/07/2018



**“MÃES DE MICRO”: PERSPECTIVAS E DESDOBRAMENTOS SOBRE  
CUIDADO NO CONTEXTO DA SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA  
VÍRUS (SCZV) EM RECIFE/PE**

***“Maes de micro”: perspectives and deployments on care in the  
context of the Congenital Syndrom  
of Zika Virus (SCZV) in Recife/PE***

Raquel Lustosa da Costa Alves

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. E-mail: lusraquel@gmail.com

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Universidade de Brasília, Brasil.  
E-mail: yazmin.safatle@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 115-145, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

**RESUMO.** Pernambuco foi um dos estados com maior ocorrência da síndrome congênita do Zika. A síndrome foi associada ao vírus em 2016 e desde seu surgimento tem gerado repercussões em várias esferas do Brasil contemporâneo. Neste artigo, buscamos compreender como as mulheres, que se auto afirmam como “mães de micro”, têm lidado com os efeitos da epidemia em suas vidas. A expressão “mães de micro” é utilizada em referência à microcefalia, condição de boa parte das crianças com a síndrome, e torna-se uma identidade política, acionada também para fins de reivindicação. Juntas, elas se organizam com o apoio de duas ONGs presentes neste contexto. Com o trabalho etnográfico realizado neste cenário foi possível observar alguns elementos que se inter-relacionam nessa temática e que surgem do enfrentamento cotidiano dessas famílias, compostas majoritariamente por jovens e negras pertencentes às camadas populares de Pernambuco. O cotidiano dessas mulheres, agora traçados por vários itinerários até os centros terapêuticos e clínicas especializadas; pela luta por informação; por direitos e tratamentos para seus/suas filhos/as, reacende o debate sobre a organização social do cuidado à luz de novas perspectivas que se desenvolvem através de categorias como cansaço e solidão, constantemente evocadas em suas narrativas. Nesse sentido, provoca-nos traçar as interfaces que o cenário da SCZV mobiliza no debate sobre cuidado.

**PALAVRAS-CHAVE.** Cuidado. Cansaço. Solidão. Enfrentamento. Mães de micro.

**ABSTRACT.** Pernambuco was one of the states with the highest occurrence of Congenital Zika Syndrome. The syndrome was associated with the virus in 2016. Since its inception the syndrome has generated repercussions in several spheres of contemporary Brazil. In this article, we intend to understand how women, who call themselves "micro mothers" (“mães de micro”) have dealt with the effects of the epidemic in their lives. They apply the term "micro mothers" in reference to microcephaly, the condition of most children with the syndrome. To be "mãe de micro" becomes a political identity, employed for purposes of claims of rights. They join each other and organize themselves with the support of two NGOs. The ethnographic field work made it possible to observe some elements that are interrelated in this context. These elements originate from the daily confrontation of these families, composed mostly by young and black women, who also belong to the popular strata of Pernambuco. The daily life of these women are now determined by new elements, such as long itineraries to the therapeutic centers and specialized clinics, the struggle for information, for rights and for treatments for their children. This situation revives the debate about the social organization of care through new perspectives that includes categories such as tiredness and loneliness, which appear constantly in their narratives. Therefore, we intent to look deeper into the interfaces that the SCZV scenario mobilizes in the care debate.

**KEYWORDS.** Care. Tiredness. Loneliness. Coping. “Mães de micro”.



## INTRODUÇÃO

No ano de 2015, o Brasil sofreu com um surto do vírus Zika, transmitido pelo mosquito *Aedes Aegypti*, já conhecido no país. Entre as questões mais preocupantes do Zika está sua associação com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), que corresponde a malformações fetais, das quais a microcefalia recebe destaque. Segundo o boletim epidemiológico de microcefalia de junho de 2016, Pernambuco foi o Estado mais afetado (COES – Microcefalias, Informe epidemiológico n. 29, 2016)<sup>1</sup>.

Ao contrário da visibilidade que o fenômeno obteve no início das descobertas da correlação entre Zika Vírus e as malformações congênitas, ultimamente observa-se uma perda de interesse por parte das grandes mídias e do Estado nos bebês com microcefalia e suas famílias. Interessante pensar que Pernambuco, enquanto epicentro<sup>2</sup>, ainda recebe maior atenção por parte do poder público e de instituições de pesquisa, diferentemente de outros estados que também foram afetados pela epidemia e estão mais à margem desse tipo de atuação. Esses estados contam com menos visibilidade e políticas públicas.

Porém, mesmo no auge da atenção midiática da epidemia e suas consequências, as mães das crianças portadoras da síndrome permaneceram silenciadas por discursos públicos que colocavam o mosquito no centro do debate sobre a epidemia. Geralmente quando a imagem dessas mulheres se sobressaía, esta era associada a narrativas que as apresentavam como “miseráveis, esgotadas e sem escolha” (MOREIRA et al., 2018, p. 698), desconsiderando as trajetórias que têm sido construídas a partir da organização dessas mulheres, que demandam a atuação do Estado mediante os impactos da epidemia em suas vidas e nas de suas famílias (MOREIRA et al., 2018). De acordo com Porto e Moura (2017), essas narrativas também foram construídas a partir de um “um corpo marcado”. Como afirmam as autoras:

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://combateaedes.saude.gov.br/images/boletins-epidemiologicos/informe\\_microcefalia\\_epidemiologico29.pdf](http://combateaedes.saude.gov.br/images/boletins-epidemiologicos/informe_microcefalia_epidemiologico29.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2018.

<sup>2</sup> Nos referimos ao epicentro no sentido de local geográfico com maior concentração de ocorrências de uma epidemia.



[...] o corpo da mulher surge no noticiário marcado por hipóteses, justificativas e conclusões que antepõem à mesma ora como vítima, ora como culpada, mas nunca considerada como sujeito que detém potencialidades nas tomadas de decisão que dizem respeito ao seu corpo (PORTO; MOURA, 2017, p. 163).

Durante nossos diálogos, as mulheres manifestaram seu repúdio a esse tipo de representação delas e de suas crianças por terceiros. Isso ficou nítido para nós através de frases como: “não sou coitadinha, eu corro atrás” ou “eu cuido do que é meu”, ou ainda “ele [meu filho com microcefalia] não é coitadinho, porque eu cuido e amo ele”. No entanto, é importante enfatizar que a epidemia do Zika descortinou problemas já vivenciados por mulheres e por crianças com deficiência (DINIZ, 2016) na esfera dos direitos e no acesso a serviços básicos, como saúde – tão elementar nesse debate. Deparamo-nos com uma série de reproduções das desigualdades sociais neste contexto, refletidas no enfrentamento cotidiano das famílias que lutam por melhorias no seu acesso à saúde, mobilidade urbana e tratamento equânime para seus filhos com deficiência. É a partir dessas questões que procuramos compreender as nuances da epidemia no Brasil contemporâneo, ressaltando a região Nordeste – por ter concentrado mais casos relacionados ao Zika diante de um histórico de negligência do Estado que falha com as políticas de saneamento básico e de urbanização adequadas para a população mais vulnerável<sup>3</sup>.

Dessa forma, questionamo-nos acerca dos impactos do Zika no bem-estar, na saúde mental e física das mães de micro. As narrativas dessas mulheres e de pessoas próximas a elas revelam um impacto considerável. Pollyana Dias<sup>4</sup>, presidente da Associação de Mães Raras (AMAR)<sup>5</sup>, nos relatou que muitas mães estavam sofrendo

---

<sup>3</sup> É a região que mais convive com os impactos da proliferação de doenças transmitidas pelo *Aedes Aegypti*, como a dengue, a Chikungunya e a febre amarela, além do zika.

<sup>4</sup> Todos os nomes das nossas interlocutoras são fictícios para resguardar suas identidades, com exceção de Pollyana Dias e Germana Soares por serem figuras públicas na sua posição de coordenadoras da Associação de Mães Raras (AMAR) e União de Mães de Anjos (UMA), respectivamente.

<sup>5</sup> A AMAR surgiu a partir da criação de uma rede de mães que enfrentavam dificuldades semelhantes e sofriam com a falta de informação acerca das síndromes raras e deficiências de seus filhos e suas filhas. De acordo com sua página oficial do Facebook, sua "missão é cuidar de quem cuida, promovendo acolhimento". Fonte: <https://www.facebook.com/AmarAliancadeMaeseFamiliasRaras/>, último acesso 23/03/2019.





com depressão e ataques de pânico. Não coube no escopo desse artigo uma reflexão mais aprofundada acerca desses tipos de adoecimentos psíquicos e suas relações com o cotidiano das mães de micro. As mães nos relatavam muito de suas dores e de seu cansaço físico que, de acordo com uma delas, também impacta “os seus psicológicos”.

O cotidiano dessas mulheres, agora traçados por longos itinerários até os centros terapêuticos e clínicas especializadas; pela luta por informação; por direitos e tratamentos para seus/suas filhos/as, reacende o debate sobre a organização social do cuidado à luz de novas perspectivas que se desenvolvem através de categorias como cansaço e solidão, constantemente evocadas em suas narrativas. Nesse sentido, provoca-nos a traçar as interfaces que o cenário da SCZV mobiliza no debate sobre cuidado. Portanto, priorizaremos as experiências que se erguem em prol dessa categoria no aspecto da deficiência e que são reproduzidas pelas iniquidades de gênero, raça e classe. A solidão e o cansaço emergem nas narrativas e trajetórias como manifestações da sobreposição dessas iniquidades, apontando para um excesso de responsabilidades e de trabalhos vinculados ao cuidado que recaem sobre essas mulheres.

A condição de ser mãe de criança com síndrome congênita relacionada ao Zika, “mãe de micro”, torna-se uma identidade política acionada pelas mulheres na construção de redes de solidariedade e nas suas reivindicações por direitos. Portanto, pode ser encarado como um dispositivo de agência que ilustra uma forma de “protagonismo simbólico das mães” (FARIAS; VIANNA, 2011)<sup>6</sup>, em que mesmo diante de um contexto de muito cansaço, como veremos no decorrer do texto, elas intensificam vínculos afetivos entre si e cobram do Estado brasileiro o direito à cidadania de seus filhos com deficiência (MOREIRA et al., 2018). A concepção de cidadania dessas famílias envolve o direito a um tratamento condizente com as condições das crianças, respeito e dignidade. Nos dias atuais, em que muitas das crianças estão completando três anos, as mulheres têm reforçado seus encontros com outras mães, avós e tias nos espaços de convivência em clínicas, centros terapêuticos e associações, além de reuniões com entidades do poder público.

---

<sup>6</sup> Ver Vianna e Farias (2011) e Scott et al. (2017).

A Associação de Mães Raras (AMAR) e a União de Mães de Anjos (UMA)<sup>7</sup> são organizações de destaque neste cenário. Em resposta às falhas do Estado, elas têm promovido o acolhimento a essas mulheres em várias instâncias, apoiando-as em suas necessidades financeiras e materiais, tanto através de doações e de cursos profissionalizantes, como mediante o compartilhamento de conhecimento, por meio de palestras. É por essa fresta que as “mães de micro” passam a se sentir pertencentes às redes das mães de crianças com outros tipos de deficiências e síndromes, as chamadas “mães raras”, no caso da primeira ONG, mas também formaram a sua própria como a União Mães de Anjos (UMA), criada por mães de micro. Além dos encontros presenciais, essas mulheres mantêm contato diário através de grupos do aplicativo WhatsApp. Por meio desses grupos virtuais, elas se organizam de acordo com a região que habitam (isto é, além de um grupo geral, é criado um outro grupo: "Mães de Micro - Olinda".) Dessa forma, elas também nutrem redes de solidariedade e apoio mútuo (CARNEIRO; FLEISCHER, 2018). Por meio dessas redes, o cuidado, responsabilidade na maioria dos casos assumida por mulheres, mães e avós, também é compartilhado entre elas. As cuidadoras também passam a cuidar umas das outras.

Enquanto categoria analítica, o cuidado pode ser compreendido dentro de um extenso quadro de atividades que denotam responsabilidade, trabalho e atenção, e envolvem o bem-estar humano e social (FAUR, 2014). É uma categoria complexa e ampla, que com frequência está relacionada a atividades que exigem manutenção e habilidade. Trata-se de uma categoria relacional que, nesta ocasião, pretende ser trabalhada de maneira situada e dialógica (HIRATA, 2016a,) sobretudo pelo entendimento de que está dividida desproporcionalmente entre gêneros, reforça hierarquias de poder e reproduz as desigualdades sociais. Além disso, é uma categoria que se relaciona ao modo como as mulheres vivenciam os (vários) itinerários, de forma a criar estratégias de interação entre as redes em que estão envolvidas. Nesse sentido,

---

<sup>7</sup> De acordo com a sua página no Facebook: “A UMA presta assistência para famílias de bebês com microcefalia, vítimas do Zika Vírus, elas lutam pela inclusão deles na sociedade, também por uma construção na assistência no atendimento de saúde com qualidade, além arrecadar doações”. A presidente da UMA se chama Germana Soares. A ONG surgiu em 2015 e possui um enfoque maior nas necessidades de mães de micro. Fonte: <https://www.facebook.com/pg/uniaodemaesdeanjos/> último acesso: 20/03/2019.



dialogamos com o conceito de “itineranças” elaborado por Bonet (2014) a partir de suas interpretações das obras de Tim Ingold. A itinerância é o conceito complementar ao de “flâneur”. “Flâneur” diz respeito a um movimento em que se “busca continuar andando” (INGOLD, 2012 apud BONET, 2014, p. 330). A itinerância seria um movimento para frente, que envolve criatividade e improvisação; trata-se de um sistema aberto e não fechado em um único polo, como, por exemplo, “serviços biomédicos de saúde”. Quando falamos em itinerância de cuidado: “Já não estamos aludindo meramente a uma dimensão biológica ou terapêutica no sentido biomédico, associada à saúde, mas a ações realizadas pelos usuários e que não são consideradas como ações de saúde, mas de cuidado” (BONET, 2014, p. 337).

Por isso se justifica a inclusão das redes de mulheres cuidadoras de crianças com deficiência nessas itinerâncias de cuidado; que para as mães de micro envolvem “se mover” (correr atrás, caminhar) para cuidar de si e cuidar das suas crianças. Para pensar o cuidado, faz-se necessário localizá-lo em uma larga dimensão, primeiro, pelo seu potencial em estar relacionado com outras esferas e, segundo, porque está permeado por uma “multiplicidade de agenciamentos” (BONET, 2014), que nos torna possível enxergar a dinamicidade das relações estabelecidas por este fluxo. A ênfase passa a estar nas relações entre os agentes e não nas entidades biomédicas. O cuidado, nesse sentido, relaciona-se a uma passagem da dicotomia entre autonomia e dependência para a interdependência (TRONTO, 2009 apud BONET, 2014).

## **METODOLOGIA**

Este artigo foi inspirado em um dos trabalhos de campo realizados na pesquisa “Microcefalia, deficiência e cuidados: Um estudo antropológico sobre os impactos da síndrome congênita do vírus Zika no estado de Pernambuco” em abril de 2017, coordenada pela antropóloga Soraya Fleischer, da qual participamos<sup>8</sup>. Nesse contexto,

---

<sup>8</sup> Aproveitamos para agradecer às queridas parceiras de pesquisa, a professora Soraya Fleischer e a colega Thais Souza pelo trabalho colaborativo intenso e produtivo. Agradecemos também ao apoio financeiro da Finatec, CNPq, Pro-IC e DAN/UNB.

realizamos um trabalho etnográfico com as “mães de micro”, acompanhando-as em seus itinerários de cuidado, na circulação pelos bairros e em eventos e realizando visitas em seus domicílios.

Buscamos, neste artigo, priorizar as narrativas de mães do interior de Pernambuco, sem, no entanto, restringir-nos a estas, por entender que elas estão geograficamente mais afastadas das redes de apoio e em condições mais precárias do que as moradoras da cidade. As dificuldades de deslocamentos e longas distâncias a serem percorridas semanalmente fazem com que elas tenham que efetuar um maior esforço, que se manifesta em outros cansaços. Compreendemos ser muito importante pensar as categorias de raça e classe nesse contexto, um desafio teórico e metodológico. O desafio maior se dá pela escassez de elaborações acerca da temática da saúde da população negra em geral no campo da saúde, como afirma Werneck (2016). De acordo com a autora:

Tais ausências ou insuficiências podem indicar a não consolidação da saúde da população negra e da saúde da mulher negra com campos temáticos e de pesquisa, relacionada ao baixo grau de penetração nas instituições de pesquisa dos debates sobre o racismo, seus impactos na saúde e suas formas de enfrentamento (WERNECK, 2016, p. 536).

É também por essa razão que destacamos a abordagem étnico racial na compreensão das relações de cuidado produzidas pela epidemia, em função de sua interseccionalidade, conceito oriundo do seio de movimentos de feministas negras dos Estados Unidos e formulado na academia por Kimberlé Crenshaw (1991). Esse conceito diz respeito à sobreposição de identidades e da impossibilidade de analisar os diferentes elementos identitários que compõem, por exemplo, uma mulher negra, nordestina, pobre, jovem e mãe de criança com deficiência separadamente, pois estão inter-relacionados<sup>9</sup>. O item cor/raça não foi considerado em 2015, primeiro ano da epidemia, pelos serviços de saúde que atenderam as “mães de micro”, aspecto que realça a necessidade de pontuarmos as especificidades desses grupos.

Por último, optamos por abraçar um referencial teórico recente, que privilegia

---

<sup>9</sup> Para mais elaborações acerca de interseccionalidade, principalmente entre gênero, raça, classe e sexualidade ver Angela Davis (1981) e Audre Lorde (1984).

publicações acerca desses três anos pós-epidemia de áreas distintas do conhecimento e priorizamos abordagens feministas, pois nos permitem pensar o cuidado de modo relacional “primeiro, por atentar à questão da violência de gênero manifesta na invisibilidade das cuidadoras, em segundo, por abrir espaço para pensar o cuidado para além da vida doméstica, ou para além das relações de deficiência e doença” (VALIM, 2017, p. 16). No decorrer do texto vamos elaborando novas perspectivas do cuidado e como este preenche a rotina das “mães de micro”, por vezes determinando e ocasionando o cansaço e a solidão.

## **A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR EM TERMOS DE GÊNERO E RAÇA**

Uma matéria da Folha de São Paulo (MAISONNAVE, 2018) revelou que oito em cada dez mulheres que tiveram crianças com síndrome congênita do Zika são negras. Esses números se referem a 44,2% das notificações – 8.703 até então (23 de julho de 2016) –, coletadas pelo Ministério da Saúde. Porém, na sua maioria, o quesito cor/raça não tinha sido preenchido, desrespeitando o Estatuto de Igualdade Racial e a Portaria 992 do Ministério de Saúde. Em Pernambuco, 58,8% da população se autodeclara preta/parda segundo o IBGE. Esse estado também foi o que mais falhou em prover dados sobre raça e cor. Somente a partir de primeiro de agosto de 2016 tal variável foi considerada.

Compreendemos a variável raça/cor como extremamente relevante para se determinar grupos sociais mais afetados e mais vulneráveis de determinada epidemia/surto e para poder aplicar políticas públicas focalizadas. Historicamente, a população negra é a mais afetada por epidemias como o Zika, por todo um histórico de vulnerabilização e descaso por parte do Estado (NASCIMENTO, 1978; LANGUARDIA, 2004; WERNECK, 2016). De acordo com Carvalho (2017, p. 144), a restrição de acesso a saneamento básico acaba por submeter grupos populacionais específicos a diferentes epidemias ao longo do tempo. Muitas vezes a existência de um vetor é percebida como principal problema e não a falta de uma estrutura ambiental que promova



efetivamente a saúde dessas populações. Essa situação consiste em racismo ambiental. Ainda de acordo com Carvalho (2017):

O racismo ambiental, no caso brasileiro, pode ser entendido como um padrão recorrente das políticas públicas de saneamento básico na medida em que sistematicamente os mesmos grupos populacionais sofrem a falta de acesso a esses serviços. A separação entre as políticas de saúde e saneamento básico põe em risco a saúde desses grupos na medida em que são sempre os principais expostos a quaisquer epidemias cujos vetores – como o mosquito *Aedes Aegypti* – usam a falta de saneamento básico como mecanismo de reprodução. No contexto da epidemia do vírus Zika, o racismo ambiental tem consequências relevantes no exercício do direito reprodutivo das mulheres negras (CARVALHO, 2017, p. 144).

Além das maneiras como as consequências da epidemia do vírus Zika recaem principalmente sobre as mulheres negras, elas também correm maior risco de sofrerem violência obstétrica e são maioria na estatística de mortes maternas (LEAL, 2014; Parto do Princípio, 2012). Tivemos diversos relatos de violência obstétrica vindo de mães de micro negras. Muitas vezes elas se viam abandonadas no hospital em estado de angústia, vivência vinculada ao fato de muitas das mães de micro serem “mães solo”<sup>10</sup>. Isso se intensifica no caso das mulheres negras, grande parte das mães de micro em Recife.

Lélia Gonzalez (1984) descreve a construção histórica e simbólica específica da mulher negra enquanto um ser que cuida dos outros e negligencia suas próprias necessidades. Gonzalez (1984) analisa a figura da mulher negra no imaginário social brasileiro a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta. Em todas essas construções a mulher negra aparece como prestadora de bens e serviços e como mãe preta, ela é a cuidadora. Segundo Pacheco (2013) mulheres negras têm menos chances de encontrar um parceiro no “mercado matrimonial” do que as mulheres brancas, devido às marcas do racismo nas estruturas da sociedade. As mães de micro negras, sua maioria, são afetadas pelo racismo em todos os âmbitos de sua vida, muitas sofrem o abandono afetivo, a solidão da mulher negra. O desdobramento do descaso de vários

---

<sup>10</sup> O termo “mãe solo” descreve mulheres que são as principais responsáveis pelas suas crianças. Esse conceito substitui o de “mãe solteira”, visando desconectar a condição de “ser mãe” à de “ser esposa” de um homem, ou seja, não mais perceber a maternagem a partir da relação com o progenitor da criança. Trata-se de um conceito recente que tem sua origem no seio dos movimentos feministas.

pais para com as crianças com SCZV é uma das ausências através da qual podemos pensar o cansaço das mães de micro.

### **"A GENTE VIVE UMA ROTINA DE MUITO CANSAÇO" - QUANDO O CANSAÇO INESPERADO SE TORNA ROTINEIRO**

Quando conhecemos Eduarda, uma das mães com quem conversamos durante a pesquisa em um dos centros terapêuticos, ela nos contou um pouco sobre a sua rotina após “descansar” de Mateus. Eduarda é uma mulher de 32 anos, é negra e tem três filhos. Descansar<sup>11</sup> foi uma das primeiras palavras que Eduarda utilizou para se referir ao puerpério, e correspondia à fase de repouso dos momentos vividos antes e durante o parto, “descansar é quando você tem (pare) um filho, e aí você descansa”, ela explicava. Simboliza uma passagem de um estado para outro. Contudo, quando Mateus, seu último filho entre outros dois, foi diagnosticado com microcefalia, alguns dias depois do nascimento, esse “descansar” veio acompanhado de um sentimento de estranhamento em relação à deficiência (GARDOU, 2006), transformando-se em uma nova rotina que demandava mais tempo e cuidados mais intensivos à criança. Sobretudo, despertava uma sensação muito diferente da que ela experienciou com o nascimento de seus outros dois filhos. Mateus agora demandava um cotidiano diferente e particular.

Em uma instituição que oferece terapias e atendimento psicológico às mães conhecemos Nayara, uma mulher negra de 42 anos de idade, que mora em um bairro contíguo a Recife. Sua filha mais nova, Ana, tem microcefalia relacionada ao Zika. Ao descobrir que Ana tinha um “probleminha na cabeça”, Nayara nos contou que “não quis encarar a realidade”, inclusive contou ao marido que “estava tudo bem”. Naquele instante, ela ainda tinha esperança de o diagnóstico ter sido um equívoco. Mas quando, no segundo exame de ultrassonografia, a criança foi diagnosticada com microcefalia, não tinha mais como negar a realidade. “Aí eu entrei em pânico, chorei, chorei. Mas aí

<sup>11</sup> É também uma expressão comumente usada por moradoras de regiões rurais, mas pela falta de fonte sobre esse dado, optamos por não nos aprofundarmos aqui.



eu pensei que era Deus que deu né, então eu me acalmei”, ela nos explicava.

Há solidão na desinformação, pois a mãe não entende do que se trata e se vê desamparada. Há vários questionamentos acerca do futuro de sua criança. “É luta. É muita luta uma criança especial.” Nayara repetia palavras que já escutamos em outros contextos das mães de micro: “No início era desespero, depois fica menos ruim porque a gente acostuma”.

A gestação é um período marcado por idealizações, no qual, frequentemente, imagina-se a chegada de um bebê “normal” (BASTOS; DESLANDES, 2008). Essa idealização reflete na maneira com que famílias, como a de Eduarda e Nayara, reagem ao diagnóstico de um bebê com especificidades. Muitas são as atribuições destinadas ao indivíduo que foge do padrão normativo esperado pela sociedade – aquele de um corpo sem lesão (MELLO; NUERNBERG, 2012), essas atribuições percorrem momentos que oscilam entre a negação e aceitação da particularidade do bebê.

Outras pesquisas, como Alves et al. (2016) descrevem sentimentos e vivências parecidas de famílias ao receber o diagnóstico de deficiência ou transtorno do/da filho/a, como choque, negação, raiva e, por fim, aceitação. Quando perguntamos se a médica explicou para Nayara o que era microcefalia, ela sacudiu a cabeça. “Explicou nada. Não sabia nada. Eu pensei que era só eu. Depois que a minha filha viu na televisão e me chamou para ver também, que eu vi que era epidemia. Que não era só eu”.

O momento que remete à gestação dessas mulheres se desenvolveu em um período bastante incerto, porque muito pouco se sabia sobre a síndrome (CARNEIRO; FLEISCHER, 2018). Além disso, os casos em que o médico dava o diagnóstico de microcefalia, este era pouco revelador e da mesma forma acontecia na realização do prognóstico – como muito escutado nas salas de convivência. A fase inicial da lida com a SCZV exigiu muito dessas mulheres que buscavam cada vez mais se informar sobre o universo da deficiência, além de entender este cenário pouco revelador. Nesse horizonte, para Fleischer e Carneiro: “é certo que o assunto era novo e desconhecido pela biomedicina, mas nada parece justificar o modo como as mulheres foram comunicadas e, depois do diagnóstico, tão parcamente acolhidas” (CARNEIRO;





FLEISCHER, 2016, p. 174).

Afora importantes reações, que geralmente são compartilhadas por outras mães que têm filhos com deficiência, Eduarda se viu em uma drástica mudança de rotina e adaptação, ou mesmo de “ruptura biográfica”<sup>12</sup>, com a chegada do bebê. Esta rotina, por sua vez, agora é baseada em idas aos itinerários terapêuticos que chegam a tomar cinco dias da semana. Esses trajetos, à época, eram realizados de ônibus, de uma cidade da região metropolitana de Recife, onde reside Eduarda, até outra cidade do bairro de Recife. A duração desse trajeto soma, no mínimo, cinco horas de deslocamento total.

Além da rotina, a família precisa se adaptar a uma série de despesas imprescindíveis, como uma alimentação diferenciada; remédios, transporte, utensílios terapêuticos e outros. Em suma, há uma nova organização econômica e temporal que gira em torno deste novo integrante da família (ALVES; FLEISCHER, 2019). A mudança de vida a qual Eduarda nos mostra pode ser interpretada como um “ponto de virada”, como pontuado nos estudos de Bastos e Deslandes (2008, p. 214), no qual: “a constatação de um problema de saúde de um filho que vá demandar cuidados constantes funciona como um ponto de virada ou de mudança, ou seja, como um divisor entre o antes e o depois do evento [...]”. O ponto de virada ressignifica a experiência do “descanso” puerpério, no caso de mulheres como Eduarda, nossa primeira interlocutora, e levanta tantas outras questões relacionadas a um tipo de maternidade específica.

É esse ponto de virada que se associa a particularidade do cansaço na seara do SCZV, e também no caso de outras síndromes e deficiências. Agora há uma dedicação integral aos cuidados do filho mais novo, algo que reflete na relação com os outros filhos, como Eduarda problematiza. Para nossa interlocutora, a filha mais velha se sentiu deixada de lado e passou a ter ciúmes de Mateus. Ela não compreendia os motivos de uma atenção exclusiva dada ao irmão mais novo, mas “com o tempo ela entendeu que ele era uma criança especial”, afirmava Eduarda. O tempo da percepção da filha em relação ao irmão também serviu para que ela partilhasse os cuidados do

---

<sup>12</sup> Sobre esse conceito: ver Zorzanelli et al. (2016).

irmão com a mãe. Esse aspecto é também comum na realidade de outras famílias, em que as irmãs e irmãos mais velhos precisam cuidar dos mais novos para ajudar a mãe.

Entender a deficiência, aceitar o filho, fazer com que os filhos mais velhos entendam e partilhem do cuidado com o mais novo e se dividir entre várias funções foram etapas na maternidade de Eduarda que a fizeram acreditar que não havia “descansar” depois da chegada de Mateus, que ela precisaria se movimentar por vários cenários e acionar outras agências – como a da filha mais velha, para que Mateus consiga acessar direitos que ela tem descoberto neste contexto. Como afirma Eduarda: “é uma rotina de muito cansaço.” A dedicação empenhada a Mateus se reverbera na forma como ela precisou organizar sua vida para ter mais possibilidades de cuidar do filho.

## **AS FACES DO CANSAÇO**

O cansaço pode ser interessante para pensarmos os tipos diferentes de maternidade e sua relação com o mundo moderno, com a divisão sexual do trabalho e com a “organização social do cuidado”. As faces do cansaço apresentadas nas narrativas de nossas interlocutoras são apontadas para situar as relações de poder atreladas aos marcadores sociais. As ausências, ou excesso de ausências, na vida das mães de micro são percebidas na falta de tempo, falta de dinheiro, falta de disposição, falta de políticas públicas adequadas, falta de acessibilidade... faltas!

As motivações para o “sentir-se” cansada são tantas que nos parecem inesgotáveis. No contexto em que nos deparamos com uma maternidade acentuada pela excessiva responsabilização e sobrecarga, que a emergência da SCZV impõe a essas mulheres (SCOTT et al., 2017) e que com pouca frequência são mães de “primeira viagem”<sup>13</sup> (CARNEIRO; FLEISCHER, 2018), podemos tratar da noção de cansaço de uma forma estendida. Um cansaço estendido do fazer muito: acordar muito mais cedo, ir em busca dos serviços terapêuticos, cumprir vários deslocamentos e frequentar

---

<sup>13</sup> Carneiro e Fleischer (2018, p.711) tratam dessa questão de maneira mais aprofundada.



reuniões em resposta a melhoria dos serviços públicos, ou também o cansaço do deixar de fazer, de quando por algum motivo, seja adoecimento ou impedimento da tarefa por alguma falha dos serviços, não é possível cumprir todas as atividades que são exigidas nesta situação e que se desenvolvem acerca da ideia de “boa mãe de micro”, aquela que deve se dedicar a todo momento ao filho.

A abordagem sobre o cansaço aparece em outros estudos, geralmente, vinculado às noções de estresse e frustração adquiridas nas atuais relações de trabalho, em que a precarização das condições de trabalho é uma constante no Brasil contemporâneo. No artigo “Diversos nomes para o cansaço”, a partir de um olhar voltado para o “campo da clínica geral e dos saberes psi”, as autoras nomeiam quadros centrados “[...] no sintoma de fadiga: a síndrome da fadiga crônica e o Burnout” (ZORZANELLI et al., 2016, p. 77). Assim, ressaltam a necessidade de uma investigação a respeito da fadiga e lançam luz sobre os aspectos que permeiam o cansaço e a exaustão com base nas “entidades clínicas” para a compreensão do fenômeno.

A articulação dessas categorias se faz presente na intenção de averiguar, cronologicamente, como os quadros patológicos em que a perda de interesse e uma constante expressão de inatividade foram associadas às formas de fadiga e exaustão “sem causa orgânica detectável”, e como essas categorias foram manejadas. Os dois diagnósticos se assemelham a tipos de depressão, contudo possuem especificidades próprias. A primeira categoria, a síndrome da fadiga crônica (SFC), é uma síndrome funcional que atinge, em maior número, mulheres pertencentes às classes populares, e pode ser caracterizada por “exaustão incapacitante”. Acredita-se que a doença possa estar associada a uma infecção viral<sup>14</sup>, mas há uma barreira (construída entre somático e o psíquico) que impede que o diagnóstico seja preciso (ZORZANELLI et al., 2016). O *burnout*, por sua vez, está associado veemente ao estresse e à incapacidade do exercício laboral, ele aparece como uma forma de inaptidão na qual o indivíduo, por mais esforços que empreenda para a realização de uma atividade, sente-se “incapaz”.

Para as autoras:

---

<sup>14</sup> Entre a descrição dos sintomas da doença estão: “mal estar, dores generalizadas, fraqueza muscular, aumento da temperatura corporal, linfonodos dolorosos, perturbações neuropsicológicas” (ZORZANELLI et al., 2016, p. 79).

Apesar da tradicional associação a características pessoais de dedicação extrema e auto exigência de desempenho (relacionadas, por sua vez, às atividades de cuidado ou de excessiva responsabilidade), considera-se que os principais determinantes do burnout são as más condições do ambiente de trabalho: sobrecarga, pressão de tempo, demandas conflitantes, falta de autonomia e apoio social, problemas referentes a hierarquia, regras de operação, recursos e distribuição espacial. Tais condições decorreriam das recentes transformações do mundo do trabalho envolvendo: reestruturação produtiva, demissões em massa, precarização e a exigência crescente de trabalhadores ‘polivalentes’ (ZORZANELLI et al., 2016, p. 81).

Da mesma maneira que a SFC, o diagnóstico de *burnout* sofre de uma imprecisão e controvérsia, mas neste caso porque o reconhecimento da condição crônica no paciente pode ser carregado de conotações morais individuais, como o fracasso, ao mesmo tempo em que sofre um estigma de estar vinculado a doenças mentais (ZORZANELLI et al., 2016). Em razão das complexidades de ordem tanto moral quanto social, estes são assuntos que merecem maior profundidade e atenção:

Se, por um lado, cria-se um meio extremamente propício para que o mal estar seja compreendido por meio de uma explicação viral ou somática – como no caso da SFC, florescente em meios sociais que valorizam muito a autonomia pessoal –, por outro lado, mesmo entre o “público” dos profissionais de cuidado/serviços – que admitem mais facilmente a existência de coerções sociais e interdependências – a abordagem dita psicossocial parece oscilar entre um pólo mais próximo à ideia de causalidade social das perturbações e outro pólo em que o “psicológico” se sobrepõe como determinante, devendo o indivíduo aprender a dominar suas emoções para não adoecer (mas, também, para se manter como um “bom trabalhador”, i.e., aquele que responde adequadamente às exigências desse novo mundo do trabalho). É nesse sentido que alguns pesquisadores franceses da sociologia do trabalho (como Marc Loriol, Valérie Boussard, Marie Buscatto) veem no burnout um caso de “psicologização” das questões laborais, constituindo-se em uma outra forma de individualização, calcada na ênfase na “singularidade” e no desenvolvimento de uma moral de florescimento pessoal (ZORZANELLI et al., 2016, p. 81).

Nesse sentido, o cansaço aparece enquanto categoria, muitas vezes naturalizada não só pela seara biomédica, mas por outros campos disciplinares. É importante, assim, pensarmos na construção do cansaço enquanto categoria analítica, refletindo em como pensamos o cuidado e naturalizamos o cansaço. Por que o cansaço é tão frequente nessas narrativas? E por que é um assunto pouco explorado entre



nossas pesquisadoras e pesquisadores?

Débora, outra protagonista deste cenário, nos estimulou a compreender a interseccionalidade do cansaço. Ela tem 31 anos, é nascida em uma cidade do interior que fica a 70 km da capital. Sua rotina atualmente é voltada aos cuidados de sua filha Aline que foi diagnosticada com microcefalia logo que nasceu, após “descansar”. Essa rotina, atualmente, inclui no mínimo duas idas a hospitais (geralmente Fundação Altino Ventura e o Instituto de Medicina Integral) na capital, Recife, somando por vezes três horas de viagem. Além de Aline, Débora tem mais três filhos e, recentemente, está em uma nova gestação. Antes da chegada de Aline, Débora trabalhava como cozinheira em uma usina, mas teve que abdicar do emprego para se dedicar aos cuidados da filha. Ela cuida sozinha dos quatro filhos, porque o marido trabalha fora e pouco fica em casa, não partilhando o trabalho de cuidado das crianças e o trabalho doméstico.

Por morar no interior, Débora utiliza uma van disponibilizada pela prefeitura<sup>15</sup> para viajar na companhia da filha em busca das terapias, mas essa forma de mobilidade é também um desafio neste cenário. Há muitos conflitos com motoristas, que muitas vezes tratam mal essas famílias, pensando que o trajeto é difícil em uma cidade com muitos engarrafamentos e com ruas nada adaptadas para incluir as pessoas com deficiência.

O cansaço, do qual Débora nos fala, é associado às relações de cuidado, para o qual precisa repartir seu tempo entre os cuidados de Aline, dos outros três filhos, da casa e do companheiro (quando presente). Essa configuração se destaca pela maneira em que os indivíduos tendem a se autocobrar nas relações construídas socialmente. Para Débora, essa forma de organizar seu dia a dia e se repartir em várias “dá muito trabalho”: “É uma rotina de muito cansaço. Me sinto muita cansada. Eu fico tão cansada que quando eu chego em casa de viagem eu só quero dormir, eu só tenho vontade de me deitar. A gente precisa de muito apoio, é muita pressão para gente, a gente merecia uma palavra de consolação” (notas de campo, Raquel Lustosa).

---

<sup>15</sup> O uso do transporte pela prefeitura é uma conquista parcial, nem todas as mães conseguem esse direito. Ou seja, varia de município a município o direito a essa mobilidade.

## RESSIGNIFICANDO O CANSAÇO A PARTIR DE UMA “MISSÃO”

À medida que os bebês como Mateus crescem, fica mais difícil transitar pelas ruas com eles. Alguns bebês já pesam 15 quilos. A dificuldade não se dá somente pelo peso deles: apesar de alguns deles terem cadeira de rodas, as ruas da cidade não são acessíveis a estas, e isso se agrava quando a região em que a família mora é de alto relevo, e, portanto, composta por morros. Nesse tipo de trajeto se torna impossível transitar com cadeira de rodas, e as cuidadoras então precisam subir as escadarias com filhos e mochilas nos ombros e nas costas.

Os percursos acionados em nome da qualidade de vida do filho são grandes. O “vai e vem” é tão intenso que Eduarda reclama com muita frequência de dores físicas, principalmente nas costas por conta do peso de Mateus que, à época da temporada de campo, tinha um ano e seis meses. Em suas palavras é a “correria”:

É uma correria que eu não desejo para ninguém, mulher. [...] Ele foi um presente, mas é como eu disse, não desejo pra ninguém. É óculos, remédio, fralda, comida... É muito difícil mesmo, não desejo nem pro pior inimigo. Meu marido trabalha, né, então não tenho ajuda de ninguém (notas de campo, Raquel Lustosa).

Ter um filho, mesmo que nas condições de Eduarda – uma mãe que enfrenta dificuldades nesses deslocamentos –, não deixa de ser visto por ela como uma dádiva, um presente, algo precioso, mas que ela “não deseja para ninguém”. Os dois elementos “um presente” e “indesejado” se inscrevem na lógica do “paradigma do dom” descrito por Caillé (2002), inspirado em Mauss, enquanto uma obrigação tripla de dar, receber e retribuir, seja um presente, uma oferta ou um favor. A mãe acolhe esse presente divino com amor, porque ele se insere no ciclo da obrigação moral dessa tríade. Isso dialoga com muitas narrativas sobre a deficiência, para as quais recorrer a religiosidade pode ser um caminho explicativo. Sob esse olhar a maternidade é um ganho de ordem divina, interpretada como uma “missão” (PINHEIRO; LONGHI, 2017). Independentemente das dificuldades e mudanças que essa missão acarreta, ela foi



atribuída a elas por Deus e é, dessa forma, irrecusável. A retribuição se dá entre outros sentidos, através do “dar o melhor de si” para a criança. Mesmo que para dar o “melhor de si”, elas precisem muitas vezes “descuidar de si” (LAGARDE, 2004), pelo pouco tempo que dispõem e muito pela desigual repartição dos cuidados com o filho.

Outra mãe, Zélia, negra, de 27 anos, relatou-nos que o nascimento de sua filha com microcefalia a motivou a abandonar seu marido que a agredia. Por isso, ela afirma que talvez sua filha teria “vindo para isso”, ou seja, para a libertar de uma situação de violência. “Parece que Luara foi especial para mim dar um jeito de sair da casa”, ela disse, relatando-nos as agressões do ex-marido, que até a expulsava de sua própria casa. Naquela época de pesquisa, Zélia estava há um mês sem ver a sua outra filha de três anos, porque o pai, esse mesmo ex-marido, viajou com a garota sem dizer para onde, configurando uma situação de sequestro. Havia um mandado de busca e apreensão contra ele e Zélia acionou a Lei Maria da Penha também, porque, como afirma, ele “tentou invadir minha casa para me agredir”. Zélia, assim como outras mães, sente-se escolhida por Deus, porque “Deus não dá mais peso do que a gente pode carregar” e, portanto, sua filha seria um testemunho de sua força. De todo modo, são aspectos que recaem com força sobre a mulher que se vê como única encarregada pela vida desse bebê.

A correria mencionada, a responsabilidade individualizada e a luta coletiva ganham muitos sentidos à história de vida de Eduarda, Zélia, Débora. Aos poucos, Eduarda, por exemplo, revelava-nos de forma contrastante que o “descansar” de Mateus estava a deixando cansada. Nos mostrava que a maternidade de um filho com deficiência exigia muito mais que uma maternidade considerada “típica”, como havia conhecido em suas duas gestações anteriores à de Mateus. Aqui, Eduarda nos alertava sobre o seu processo de aprendizado e responsabilidade com “o outro” sozinha e apontava o cansaço como fruto de uma responsabilidade extraordinária, ao dever de cumprir com o papel da “boa mãe”. De acordo com Welter et al. (2008) em referência aos estudos de Moreira, os contornos da “boa mãe” são bem delineados e promovem a substancialização e a normatização da experiência da maternagem de acordo com

regras prescritas, que, acrescentamos, variam bastante de acordo com o universo simbólico e social da mulher em questão. Já a transgressão dessas regras promove “[...] sentimentos e sensações numerosos tais como ‘frustração’, ‘angústia’, ‘auto-recriminações’, ‘culpabilização’, ‘impotência’, ‘sensação de imaturidade’ etc” (WELTER et al., 2008, p. 114).

Dessa forma, o cansaço pode ser um caminho para compreender os excessos e a sobrecarga que conduz a figura moral da “boa mãe” a uma série de responsabilidades nos meandros da síndrome. Reflexões acerca do que seria a “boa mãe” emergiram fortemente durante nossa pesquisa. Parte da figura da boa mãe seria se doar por completo aos filhos e, algumas mães pareciam envergonhadas ao admitir que saíam para se divertir e encontrar amigas, como se isso não fizesse parte da ideia de uma “boa mãe de micro”. Em vários momentos, as mães ressaltavam o fato de não pensarem em ter novos parceiros por “não ter espaço para essas coisas” mais nas suas vidas. Parece que a “boa mãe” seria aquela em que a posição de mãe se sobressai frente a todos os outros aspectos da vida da mulher. Para Moreira et al. (2018, p. 702), “[...] a divisão assimétrica do trabalho do cuidado as coloca na posição de principais responsáveis pelas condições de saúde dessas crianças, exigindo uma rotina intensa de tratamentos especializados.”

Os estudos de Hirata (2016a, 2016b) trazem grandes considerações para pensar a organização social do cuidado e como a mulher ocupa uma posição central nesta esfera. Isto porque, a partir de uma construção social – e não biológica, como historicamente foi reforçado –, o cuidado de seres dependentes é um trabalho que foi imposto à mulher para manutenção da vida. Para a autora:

O trabalho do cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes [...] O trabalho de cuidado de idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais foi exercido durante muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada” de forma gratuita e realizada por amor (HIRATA, 2016a, p. 54).

O cansaço foi associado, pelas mães, aos cuidados intensivos a esses bebês. Cuidados que se baseiam na busca por informações de uma síndrome pouco



conhecida, em itinações terapêuticas, na busca pelo direito a benefícios sociais para os filhos e que geralmente implicam no acesso aos serviços, às entidades públicas e à política social do Estado. Esse extenso nicho do cuidado – ou itinerário de cuidado, como ressaltado por Bonet (2014) – reflete a luta pela vida e desenvolvimento destas crianças.

### **“ELAS DÃO UMA ESCAPADINHA PRA CÁ” - A SOLIDÃO DAS MÃES DO INTERIOR**

Em regiões mais afastadas e, portanto, mais suscetíveis a maiores congestionamentos, estão as “mães do interior”. O deslocamento, nesse sentido, coloca-se como desafio constante na realidade dessas mulheres. Muitas não conseguem se integrar da mesma forma aos serviços de saúde e às ONGs de apoio<sup>16</sup>. Elas experienciam menos possibilidades de interagir com as mães da capital e de manter vínculo com essas redes. Geralmente, essas mulheres precisam acordar mais cedo e dispor de tempo para organizar as coisas do filho para esses grandes deslocamentos, intensificados pelo trânsito da metrópole. Cientes das condições particulares das mães do interior, as ONGs buscam promover sua inclusão nas redes gerais. Na página oficial da UMA é possível ver diferentes “pontos de apoio” no interior.

Em uma de nossas visitas a uma das sedes, encontramos voluntárias e mães em meio aos preparativos para a comemoração do dia das mães. Conversamos com as mães ocupadas com a decoração de um palco. Perguntamos às mães: “A decoração é para ficar até sábado [o dia das mães]?”. Uma delas respondeu: “Se tudo der certo, até dia 11.” Uma mãe nos explicou: “A reunião das mães do interior é dia 11. Os encontros não são separados, mas a prefeitura<sup>17</sup> só libera ônibus pra elas virem uma vez por semana ou até de 15 em 15 dias, aí elas vão ao médico e na terapia, e depois dão uma

---

<sup>16</sup> Como já mencionado, as principais ONGs que acolhem as mães de micro são a AMAR e a UMA. Ambas têm sua sede em Recife.

<sup>17</sup> Nem todas as prefeituras disponibilizam transporte coletivo para as mães.



escapadinha pra cá.”

O transporte coletivo está somente a serviço da mãe na condição de cuidadora. O autocuidado e interação com as outras mães não são previstos, apontando para a falta de preocupação com a saúde dessas mulheres, como se somente a saúde dos bebês estivesse sob responsabilidade dos municípios. A cuidadora aparece nessa política então como sujeito secundário, como extensão do corpo do bebê (VALIM, 2017).

### **“A GENTE TÁ NA CAVERNA” - SOLIDÃO IMPOSTA POR CONDIÇÕES DA CRIANÇA E DESUMANIZAÇÃO**

Além de transporte precário e longas distâncias (ALVES; FLEISCHER, 2019), há mais um motivo para a solidão das mães e outras familiares cuidadoras: o isolamento imposto por uma condição da criança microcefálica, como o peso ao serem carregadas e problemas respiratórios que inviabilizam longas viagens. Conhecemos cuidadoras cujas crianças sofrem falta de oxigênio e por isso não podem frequentar lugares com muitas pessoas e pouca circulação de ar, como ônibus e salas lotadas.

Ângela, uma avó de micro, atentou-nos para esses aspectos em uma visita nossa à sua casa. Ângela é negra e tem por volta de 40 anos. Na companhia de Caio, seu neto, ela ia, aos poucos, mostrando a complexidade dos cuidados com o neto. “A gente está meio na caverna”, disse Ângela. Ela explicou que não estava conseguindo sair muito com Caio. Ele não podia ficar em lugares cheios de gente porque nestes tem pouco oxigênio e o “oxigênio dele baixava demais.” Por isso, Ângela não frequentava tanto as ONGs. As terapias de Caio estavam acontecendo somente em um local, pois o micro-ônibus do centro os buscava em casa.

Além desses espaços, a igreja – lugar ao qual Ângela gosta de ir – tem se tornado cada vez menos frequente em sua rotina. A complexidade do cuidado a Caio, além da questão da “baixa saturação” (sua falta de oxigênio), envolve outro aspecto narrado a partir das suas idas menos frequentes à igreja. A outra razão é que as



peessoas “Olham assim (para Caio)”, mesmo em um espaço que ela tem como ponto de apoio e fé. Mas não só na igreja. Como Ângela diz, “em todos os cantos olham (assim), até no médico. Olham com pena, com nojo.” Sua indignação transpareceu através de sua fala acelerada: “Olhar é até normal, né, todo mundo olha para todo mundo o tempo todo. Olhar é normal. Mas agora olhar com desprezo! Eu me arreto. E quando chamam ele de bichinho. Não é bicho, é ser humano.” Mais tarde ela também comentou:

Já sofri muito com isso. Eu queria colocar ele numa caixinha às vezes, bem guardadinho para ninguém maltratar, ninguém olhar com desprezo e com nojo. Claro que eu também queria um bebê perfeito, mas ele simplesmente é desse jeito aí que ele é e pronto. A dor amadurece a gente. É muito difícil. Eu queria poder viajar, ir para igreja e tal. Mas o suporte da mãe de Caio sou eu (diário de campo, Yazmin Safatle).

A desumanização das crianças também se dá através das fronteiras fluidas entre pesquisa e tratamento biomédico. Encontramos Jucilena, outra “mãe de micro”, e sua filha Luana conversando com uma moça que fazia perguntas sobre exames que a bebê teria ou não feito. Ela portava um crachá escrito: “Pesquisadora...”. Era dia de mutirão, conforme nos foi explicado por Jucilena, que estava com uma pasta carregada de documentos. “Mutirão” é uma série de exames realizados nas crianças de três em três meses e funciona como exames de rotina. Jucilena estava lá com uma lista de mais de 10 exames para fazer. “E isso tudo hoje?”, indagamos, surpresas. “Isso, tudo hoje”, respondeu. Aparentemente, essa bateria de exames parecia ser específica para crianças com microcefalia, por conta da relação com o vírus Zika. Mais tarde, descobrimos que se tratava de uma pesquisa de duas instituições em parceria. Não ficou nítido se as mães sabiam que os exames eram usados para fins de pesquisa e estudo. Ao que tudo indica elas não sabiam que, naquela ocasião, estavam sendo estudadas, assim como seus filhos. As consultas eram feitas rapidamente, uma atrás da outra.

Falamos em uma desumanização das crianças, pois seus corpos estão em constante observação e avaliação pela biomedicina, na medida em que também suas terapias e tratamentos diversos se confundem com os estudos efetuados. Desde a



existência intrauterina, os bebês já são “pacientes” e objetos de intervenção biomédica. Do mesmo modo falamos de uma desumanização que acontece pelas barreiras sociais às pessoas com deficiência (DINIZ, 2007), designadas como tal em comparação com uma corporeidade normativa.

*Capacitismo* é o nome atribuído à violência e discriminação específica de pessoas com deficiência. A humanidade das pessoas é assim hierarquizada. Poderíamos falar em uma “escala de humanidade” em que o mais humano é corpo normativo e perfeito e a escala decresce de acordo com a divergência deste corpo. Alguns exemplos de preconceito acontecem por parte de motoristas de ônibus que não param para pessoas com deficiência entrarem e outras pessoas que se referem às crianças com SCZ como “ETs” e “filhas do mosquito”. O modelo social da deficiência (DINIZ, 2007) consiste em abandonar uma visão biomédica da deficiência enquanto tragédia pessoal ou como incapacidade e lesão, e passar a enxergá-la como uma das várias formas de estar no mundo. Forma que é negada por uma sociedade que procura impor seus padrões de normatividade às pessoas com deficiência.

“A caverna” é uma boa metáfora para o isolamento de quem tem sua condição humana negada. As cuidadoras estão “na caverna” junto a suas crianças, porque sofrem com a desumanização a que estas estão expostas cotidianamente. Essa “caverna” faz alusão às condições nas quais essas crianças são lidas socialmente e tem seus corpos, em muitos casos, invadidos. Em contraponto a essa questão, muitas mulheres procuram, ainda que em difíceis condições, circular mais com esses bebês como forma de reivindicar a humanidade deles. “Sair da caverna” é uma maneira de atuar em nome das deficiências dos filhos.

## **“CORRER ATRÁS” E “DAR O BALE”**

Reivindicar direitos no contexto da SCZV se dá por estratégias muito bem reforçadas e replicadas entre as mulheres neste circuito, mas sobretudo aprendidas nas malhas do cuidado cotidiano, através dos agenciamentos múltiplos, como sugere



Bonet (2014). Em uma das ocasiões do campo, adentramos uma sala grande em uma instituição, na qual as mães aguardavam o horário das terapias de seus filhos, e também aproveitavam para conversar, trocar experiências e descansar, ainda que por pouco tempo, nos tatames dispostos ao redor sala.

Algumas falavam sobre o cansaço pela falta de tempo – uma das mães lamentou não ter conseguido almoçar naquela tarde. Em uma conversa próxima, outras mães comentavam sobre a morte de uma das crianças, que depois descobrimos ter sido um menino chamado Marcos. Marcos foi o caso de um bebê que não teria sido atendido adequadamente. Ele teria feito uma cirurgia da válvula para retirar líquido acumulado por causa de hidrocefalia, condição que estava afetando muitas crianças naquele momento. O bebê sofreu complicações por causa da cirurgia e teve cinco paradas cardíacas. Ele estava em um hospital de referência da capital pernambucana, mas não havia vaga na UTI para ele. Uma neurologista de outro hospital conseguiu então uma UTI para Marcos ficar, mas já era tarde demais. Para algumas mulheres, ele faleceu por causa disso, já que não recebeu a atenção e os procedimentos na rapidez necessária. A comoção no caso da morte de bebês como Marcos é geral e as mães comentam o ocorrido nos grupos do WhatsApp e manifestam seu luto nas redes sociais, notificando, nesses casos, que “mais um anjo voltou para o céu.”

Em decorrência dessa conversa, Geovana, avó e cuidadora de uma criança com SCZV, nos falou da necessidade do “correr atrás” dos serviços de saúde para impedir que mortes como a de Marcos se tornassem frequentes. Por exemplo, se seu neto estiver com falta de ar e tiver mais quatro pessoas na fila de espera, era preciso pressionar os servidores e as servidoras do hospital para ele ser atendido com maior rapidez. “Por isso eu brigo, pra ele ser atendido logo, porque tem que ser rápido quando é assim.” “Brigar” é uma das dimensões do “correr atrás”. “Brigar” também assume as formas de “esculhambar” (FLEISCHER, 2017, p.14) e de “dar o bale” (LIRA, 2017). “Dar o bale”, expressão comum em Pernambuco, significa brigar, discutir, criar confusão. A mulher balista é uma mulher estigmatizada como “briguenta” e “dar o bale” é sua forma de se expressar e desabafar. Nesse contexto, “dar o bale” é também

uma estratégia política de reivindicação e de se fazer ouvir<sup>18</sup>. A fala, portanto, é uma estratégia política priorizada. Fleischer (2017) discorre sobre a importância que o “falar” assume para as mães de micro e sobre as diferentes entonações e significados do falar. De acordo com a autora, a solidão é amenizada através da fala: “falar era ampliar sua rede de apoio” (FLEISCHER, 2017, p.14).

Há ocasiões em que “dar o bale” entra em conflito com o ideal de “boa mãe”, já mencionado em tópico anterior, quando se presume que “com jeitinho e educação”, expressando também o ideal de mulher calma e delicada, os objetivos seriam alcançados com maior facilidade. Por isso, “dar o bale” pode levar a mãe de micro a uma forma de solidão por falta de compreensão e uma avaliação moral negativa dessa estratégia de reivindicação por parte de familiares (LIRA, 2017).

Muitas vezes essas mulheres afirmam: “se não for assim não dá” (LIRA, 2017, p.54). De acordo com elas, trata-se de uma estratégia que se faz necessária, principalmente nos momentos de urgência, em que a vida da criança possa depender de uma reação rápida. Para Lira (2017),

Pode se identificar bônus em ser uma mãe de micro balista, tais como se transformar aos poucos em uma mulher com força e empoderamento na voz e nos atos, capaz de ativar dispositivos civis, questionar e enfrentar burocracias que, se paralisada, podem levar embora a vida de suas crias (LIRA, 2017, p.56).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste contexto que descrevemos, podemos considerar que o peso social da epidemia do Zika foi atribuído em boa parte às mulheres cuidadoras das crianças com a síndrome congênita, em sua maioria mães e avós. Importante atentar para o fato das mães de micro serem predominantemente mulheres jovens, negras e pobres. Se socialmente já se espera delas que descuidem de si para cuidar dos outros, isso se intensifica tendo em vista as expectativas sociais voltadas ao ideal da “boa mãe”.

---

<sup>18</sup> Fleischer (2017) e Lira (2017) discorrem acerca das vantagens e desvantagens do bale enquanto estratégia política.

Seu cansaço é naturalizado, tanto pela biomedicina, pelo Estado como um todo, quanto pela sociedade civil. Buscamos mostrar como o cansaço (tanto o cansaço das ausências, como o cansaço do excesso e da sobrecarga) surge como uma extensão crucial do cuidado. Por isso, compreender o significado do cansaço e sua posição liminar entre excessos e ausências se faz imprescindível.

Os diferentes cenários que contribuem para a solidão das mães de micro, como a solidão da desinformação, a solidão do isolamento condicionado por questões de saúde da criança e pelo preconceito são amenizadas pela “fala”, retomando Fleischer (2017) e pelas redes de solidariedade e de luta pelos direitos de sua família, que vem se formando e fortalecendo desde o “surto”, atravessando as tensões existentes e reconstruindo suas estratégias políticas.

As “mães de micro do interior” vivenciam cansaços e solidões diferentes daqueles vivenciados pelas mães de micro da cidade de Recife: elas estão mais isoladas, têm menos acesso tanto aos serviços de saúde e informação, quanto aos grupos de acolhimento. O cuidado, por sua vez, coloca-se no centro da vida das mulheres-mães-cuidadoras, mas não desaba apenas em cansaço e em solidão, mas também em empoderamento e redes de solidariedade entre as mulheres.

Enquanto sujeitos políticos essas mulheres assumem desafios que fogem da esfera da “vida privada” da qual tratam muitos/as estudiosos/as, por se tratar de reivindicações e batalhas que ocorrem no espaço público. Falamos, portanto, em itinerâncias do cuidado. As mulheres ocupam o espaço público ao circular pela cidade no transporte coletivo, ao bater à porta do ministério da saúde e ao participarem de palestras e entrevistas sobre o epifenômeno. Elas se tornam ativistas em nome da deficiência de seus filhos. Diante disso, essa rede de apoio que elas constroem é, talvez, um dos símbolos mais concretos em seus cotidianos.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Raquel. Um dia com Josi: uma fotoetnografia do cuidado e do cansaço. **Interface** (Botucatu), v. 22, n. 66, p. 975-980, set. 2018 ISSN 1414-3283. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-32832018000300975&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832018000300975&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 20 out. 2018.
- ALVES, Raquel; FLEISCHER, Soraya. 'O Que Adianta Conhecer Muita Gente e no Fim das Contas Estar Sempre só?' Desafios da maternidade em tempos de Síndrome Congênita do Zika Vírus. **Revista Antropológicas**, Recife. Ano 22, v. 29(2), n. 2, p. 6-27, 2018. ISSN 2525-5223. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/239316>>. Acesso em: 20 de out. 2018.
- BASTOS, Olga; DESLANDES, Suely. A experiência de ter um filho com síndrome congênita. **Cad. Saúde Pública [Online]**, v. 24, n. 9, pp. 2141-2150, 2008. ISSN 1678-4464. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000900020&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2008000900020&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 mai. 2019.
- BONET, Octavio. Itineranças e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, outubro, 2014, p. 327-250. ISSN 2238-3875.
- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: O terceiro paradigma**. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 328 p. ISBN: 9788532627766.
- CARVALHO, Layla. Vírus Zika e Direitos Reprodutivos: entre as políticas transacionais, as nacionais e as ações locais. **Caderno de Gênero e Diversidade**. Recife, v. 3, n. 2, 2017, p. 93-102. ISSN 25256904. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22013>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- CARNEIRO, Rosamaria, FLEISCHER, Soraya. "Eu não esperava por isso. Foi um susto": conceber, gestar e parir em tempos de Zika à luz das mulheres de Recife, PE, Brasil. **Interface** (Botucatu), v. 22, n. 66, p. 709-719, set. 2018 ISSN 1414-3283. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v22n66/1807-5762-icse-22-66-0709.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and violence against Women of Color, **Stanford Law Review**, v. 43, p.1241- 1299, 1993. ISSN: 1939-8581
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016 [1981] 262 p. ISBN 978-85-7559-508-4.
- DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007 Coleção Primeiros Passos, vol. 324. 96 p. ISBN 9788511001075



DINIZ, Debora. **Zika: do Sertão nordestino à ameaça global**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 192 p. ISBN: 978-8520013120.

HIRATA, Helena. O trabalho do cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016a, ISSN: 1806-6445. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

Hirata, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cad. Pagu** [online]. 2016b, n. 46, p. 151-163. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460151>>. Acesso em: 27 out. 2018.

FARIAS, Juliana, VIANNA, Adriana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cad. Pagu** [Online], n. 37, p. 79-116, 2011. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>>. Acesso em: 29 out. 2018.

FAUR, Eleanor. **El cuidado infantil en el siglo XXI**. Mujeres malabaristas en una sociedade desigual. 1. ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014. ISBN 978-987-629-397-6.

FLEISCHER, Soraya. Segurar, caminhar e falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma “mãe de micro” no Recife/PE. **Caderno de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 93-112, 2017. ISSN 25256904. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/21983/14754>>. Acesso em 28 out. 2018.

GARDOU, Charles. Quais são os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? **Revista Lusófona de Educação**, v. 8, p. 53-61, 2006. ISSN: 2525-5223. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/692>>. Acesso em 28 out. 2018.

GONZALES, Lélia. Sexismo e racismo na cultura brasileira, **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. ISSN 2318-4620. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso 28 out. 2018.

LAGARDE, Marcela. Mujeres cuidadoras: entre la obligación y la satisfacción. **Revista Emakunde**, Congreso Internacional SARE 2003: Cuidar cuesta: costes y beneficios del cuidado. Vitoria-Gasteiz, Emakunde/Instituto Vasco de la Mujer, 2004, p. 155-161. ISSN 0214-8781 Disponível em: <[http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/marcela\\_lagarde\\_y\\_de\\_los\\_rios/mujeres\\_cuidadoras\\_entre\\_la\\_obligacion\\_y\\_la\\_satisfaccion\\_lagarde.pdf](http://pmayobre.webs.uvigo.es/textos/marcela_lagarde_y_de_los_rios/mujeres_cuidadoras_entre_la_obligacion_y_la_satisfaccion_lagarde.pdf)>. Acesso: em 20 jun. 2017.

LEAL, Maria do Carmo et al. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Cad. Saúde Pública** [online], v. 30, supl. 1, 2014. ISSN 1678-4464 Disponível em: <<http://ref.scielo.org/dkh38f>>. Acesso em 29 mai. 2019.

LIRA, Luciana, SCOTT, Russell, MEIRA, Fernanda. Trocas, Gênero, Assimetrias e Alinhamentos: experiência etnográfica com mães e crianças com a síndrome congênita do Zika. **Revista Antropológicas**, Recife Ano 21, v. 28, n. 2, p. 206-237, 2017. ISSN 2525-5223. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/236293>>. Acesso 28 out. 2018.

LIRA, Luciana. Mães de micro: Três redes de cuidado e apoio no contexto do surto da síndrome congênita do Vírus Zika no Recife - PE. Monografia. Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19314/1/2017\\_LaysVenancioLira.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19314/1/2017_LaysVenancioLira.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In: **Homophobia and Education**. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983.

LUSTOSA, Raquel. Relato: Mãe e bebê com microcefalia são abandonados por 37 horas nas ruas de Recife, 2018, **Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/16/relato-or-mae-e-bebe-com-microcefalia-sao-abandonadas-por-37-horas-nas-ruas-de-recife/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MAISONNAVE, Fabiano, Oito em cada dez bebês com danos do zika nascem de mães negras, **Folha de São Paulo**, publicado em 12 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1812302-oito-em-cada-dez-bebes-com-danos-do-zika-nascem-de-maes-negras.shtml>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MELLO, Anahi; NUERNBERG, Adriano. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Rev. Estud. Fem.** [online], v. 20, n. 3, p.635-655, 2012. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n3/03.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2019.

MOREIRA, Martha; MENDES, Corina; NASCIMENTO, Marcos. Zika, protagonismo feminino e cuidado: ensaiando zonas de contato. **Interface** (Botucatu), v. 22, n. 66, p. 697-708, 2018. ISSN 1807-5762 Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1414-32832018000300697&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-32832018000300697&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 mai. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 232 p. ISBN 978-8527310802.

PACHECO, Ana. **Mulher negra**: afetividade e solidão, Salvador: Editora da Universidade Federal de Bahia, 2013. 337 p. ISBN 978-85-232-1115-8.



PARTO do Princípio - Mulheres em Rede pela Maternidade Ativa. **Dossiê da Violência Obstétrica “Parirás com dor”**. Dossiê elaborado para a CPMI da Violência Contra as Mulheres, Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367.pdf>>. Acesso em:

PORTO, Rozeli; MOURA, Patricia. Salvador. O Corpo Marcado. A construção do discurso midiático sobre Zika Vírus e Microcefalia. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, mai./ago. 2017. ISSN 2525-6904. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

PINHEIRO, Diego; LONGHI, Marcia. Maternidade como missão! A trajetória militante de uma mãe de bebê com microcefalia em PE. **Revista Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, p. 113-133, 2017. ISSN: 25256904. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22216>>. Acessado em 10 out. 2018.

SCOTT, Russell. et al. Dossiê: A Epidemia de Zika e as Articulações das Mães num Campo Tensionado entre Feminismo, **Caderno de Gênero e Diversidade**, Deficiência e Cuidados. Recife, v. 3, n. 2, p. 93-102, 2017. ISSN: 25256904. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22013>>. Acesso em 10 out. 2018.

VALIM, Thais. **“Ele sente tudo o que a gente sente”**: Um estudo antropológico sobre a sociabilidade dos bebês nascidos com a síndrome congênita do Zika no Recife/PE. Monografia [Bacharelado em Antropologia]. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

WELTER, Ivânia; CETOLIN, Sirlei Fávero; TRZCINSKI, Clarete; CETOLIN, Simone. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 98-119, jan./jun. 2008. ISSN 1677-9509.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e sociedade**, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

ZORZANELLI, Rafaela; VIEIRA, Isabela; RUSSO, Jane. Diversos nomes para o cansaço: categorias emergentes e sua relação com o mundo do trabalho. **Interface** (Botucatu) [Online], v. 20, n. 56, p. 77-88, 2016. ISSN 1807-5762. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622015.0240>>. Acesso em: 28 out. 2018.

Recebido em: 31/10/2018

Aceito para publicação em: 28/03/2019



# ESPAÇO ABERTO



**A MÚSICA RELIGIOSA DA ROMARIA DO SENHOR DIVINO ESPÍRITO  
SANTO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA INFÂNCIA**

***The religious music of Divine Holy Spirit's Pilgrimage in the  
process of construction of childhood***

Hagner Malon da Costa Silva

Graduado em História (UNIRON/Porto Velho-RO), mestre em Música (UFMG), Brasil.

E-mail: hagnercosta@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 146-177, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837

**RESUMO.** O artigo que segue é resultado de pesquisas realizadas entre os meses de março e junho de 2012, sobre a Romaria do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé. Todas as informações foram coletadas através da convivência com todos os contextos que permeiam os trabalhos dos festejos. Em primeiro lugar, faremos um breve relato sobre o contexto social e histórico da região do Rio Guaporé. A etapa seguinte contém uma descrição da dinâmica dos festejos. Por fim, vamos demonstrar a relevância da atividade musical na construção da vivência infantil. Tal questão deverá ser fundamentada pelos conceitos de territorialização e desterritorialização presentes nas obras de Deleuze e Guattari.

**PALAVRAS-CHAVE.** Romaria do Senhor Divino Espírito Santo. Infância. Territorialização. Desterritorialização.

**ABSTRACT.** The following article is the result of researches carried out between march and june of 2012 on the Divine Holy Spirit's Pilgrimage of the Guaporé Valley. The information was collected through the interaction with the contexts that permeate the festivities. At first place we will do a brief report about the social and historical context of the Guaporé River's region. The following step contains a description of the festivities' dynamic. At the end we will show the relevance of musical activities in the construction of children's experience. This issue should be based on the concepts of territorialization and deterritorialization present in the work Deleuze and Guattari.

**KEYWORDS.** Divine Holy Spirit's Pilgrimage. Childhood. Territorialization. Deterritorialization.

Este artigo é resultado de pesquisa realizada entre os meses de março e junho de 2012, sobre a Romaria do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé, região fronteira entre o Estado de Rondônia e o departamento boliviano do Beni. Conhecida também como missão ou caminhada, a referida Romaria é uma peregrinação religiosa fluvial, tendo como finalidade levar a presença do Espírito Santo a todas as comunidades da região. A jornada da fé, que dura 45 dias, é executada por uma equipe de dedicados devotos (SILVA, 2014, p. 9), entre os que tradicionalmente figuram um grupo de oito a dez crianças. Neste artigo, apresentarei as principais características deste festejo popular, prestando especial atenção aos seus aspectos musicais e às relações das crianças com a música religiosa.

Para tanto, o artigo está dividido em três partes. Inicialmente, apresento a forma como a pesquisa foi negociada e construída, com foco na relação deste pesquisador com a comunidade. Em seguida, apresento brevemente o contexto, a dinâmica e os principais personagens do festejo, bem como descrevo a Romaria observada por este pesquisador. Por fim, tento demonstrar a relevância da atividade musical na construção da vivência infantil, com base nos conceitos de territorialização e desterritorialização presentes nas obras de Deleuze e Guattari.

## **SOBRE O PROCESSO E A RELAÇÃO DE PESQUISA**

Este pesquisador, que nasceu e cresceu em Rondônia, sempre conheceu a festa do Divino Espírito Santo, seja por comentários de amigos devotos ou mesmo pela escola. Ao longo da instrução do ginásio, houve um crescimento do interesse por estudar a história dos estados da região norte. Tal desejo se concretizou com a graduação em história, no ano de 2009, além de uma viagem para estudar mestrado em música (desejo permanente) em Minas Gerais.

Por volta de 2010, já morando em Belo Horizonte e cursando uma disciplina isolada do Programa de Pós-graduação em Música da UFMG, construí um projeto de pesquisa envolvendo a temática do Santo. Ao final desse ano, estive na cidade de Costa

Marques em Rondônia, com o intuito de erigir entendimentos junto à comunidade do Divino sobre a realização do trabalho acadêmico. A primeira pessoa com quem entrei em contato foi o Senhor Dionísio Faustino, então Presidente Geral das Irmandades do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé. Após uma apresentação dos objetivos, o trabalho foi aceito e voltei para Minas Gerais, onde participei do processo seletivo do mestrado, tendo sido aprovado com êxito.

No ano seguinte voltei a Costa Marques e, durante os meses de fevereiro e março, conheci os devotos e lideranças importantes dos festejos. Sete dias antes do começo da Romaria, pude participar da catequese, um treinamento com a equipe responsável pela missão. Foram dias importantes, principalmente por ser a oportunidade de formar um contato de amizade junto aos futuros companheiros de viagem.

A Irmandade Geral de Costa Marques me introduziu à tripulação. Dias antes, mediante a uma entrevista com o Padre da Paróquia, fui alertado sobre a necessidade de enviar um comunicado às outras comunidades, sobre a presença de um pesquisador durante a Missão. No passado, algumas irmandades foram defraudadas por “pesquisadores” e fotógrafos que não deram o retorno de seus trabalhos de registros e pesquisas. Todas essas solicitações foram por mim transmitidas ao Presidente Geral das Irmandades do Vale do Guaporé.

Diante das principais lideranças dos festejos e da tripulação, pactuei exibir todos os registros e documentos expressos em minha etnografia. Deste modo, ao término da pesquisa, uma cópia da dissertação foi entregue a cada irmandade. Juntamente aos escritos foi anexado um filme documentário sobre os dias de caminhada. Em Costa Marques, foi entregue uma cópia de todas as filmagens realizadas. Aos companheiros de tripulação, entreguei um DVD com momentos importantes da viagem, além das fotos, cartas e demais favores realizados com o objetivo de estreitar a amizade e o acesso a informações.

O festejo observado para esta pesquisa teve início na manhã do dia 8 de abril de 2012, com a realização de uma Missa do Envio na Basílica do Divino em Costa Marques.





A partida da tripulação do porto sucedeu-se na noite desse mesmo dia. Os festejos de encerramento aconteceram no dia 27 de maio na localidade de Piso Firme, na Bolívia. Como mostrarei mais adiante, existe um cronograma que prevê a data e as comunidades a serem visitadas. O período de permanência em cada comunidade é calculado a partir do tamanho e quantidade de devotos. Foi possível perceber que o convívio entre a tripulação se torna delicado. São muitos dias em um pequeno barco, transportando o dinheiro das ofertas e acompanhando os símbolos do Santo.

A relação de convivência com as comunidades foi repleta de percalços e progressos. Em algumas comunidades, o trabalho era bem aceito e as pessoas eram receptivas. Todavia, houve lugares onde o acesso foi laborioso. Parte deste processo ocorreu devido à desconfiança da coletividade diante do visitante aparelhado com equipamento eletrônico e caderno de campo. Não se pode negar que a aversão deve ser respeitada e compreendida pelo personagem estrangeiro. A filmadora e o caderno ainda são personagens dotados de realce. Ao passar dos dias, a confiança foi sendo estabelecida e filmagens, registros e diálogos foram sendo facilitados. Ao final da caminhada foi possível estabelecer vínculos de amizades.

O relacionamento no barco do Divino modalizava de acordo com alguns fatores, dentre eles podemos citar: exigência dos devotos, cobrança dos superiores, problemas pessoais, desgaste físico devido a oscilações no clima, mudança no quadro de saúde da equipe e responsabilidade com a saúde das crianças. Ante estes fatores, o pesquisador buscou observar e ser sensível ao momento certo de interpelar. As situações diárias da caminhada (reclamações sobre o canto dos remeiros e observações dos mais velhos na equipe) eram bons registros para os cadernos de campo. Não havia uma rotina fixa de trabalho.

Em suma, todos os esforços foram avolumados através de contrapartida estipulada em diálogos entre pesquisador e devotos. Dois personagens importantes estabelecendo uma dinâmica que Roy Wagner (2017) chama de “invenção”. O objetivo principal da investigação esteve centrado em escrever uma etnografia sobre o papel da música nos festejos e, após a conclusão do trabalho de campo, foi possível escrever o

trabalho etnográfico sobre a relação entre música e cultura. Entretanto, durante a caminhada foi possível notar outros pontos de interesse, dentre eles a problemática da presença da criança.. Os registros e reflexões sobre a infância estiveram no texto final da dissertação, de maneira sumária, assim como outras questões. A partir destes “débitos analíticos” surgiu a ânsia de redigir um trabalho explorando essa temática, o que finalmente posso fazer neste momento.

### **A ROMARIA DO SENHOR DIVINO ESPÍRITO SANTO DO VALE DO GUAPORÉ: contexto, dinâmicas e personagens**

O Vale do Guaporé é uma região fronteira de limites estabelecidos pelo Rio Guaporé, dividindo o Estado de Rondônia com o Departamento boliviano do Beni (Figura 1). O rio é o único itinerário de comunicação e abastecimento às localidades, cujas populações são usualmente referidas como “ribeirinhas” ou “beradeiras” (SILVA, 2014, p.9). No seu território, marcado pela diversidade, existem estreitas cidades com pescadores e autônomos, comunidades de remanescentes quilombolas, reservas indígenas, reservas ambientais, postos de fiscalização e fazendas particulares. O culto ao Senhor Divino Espírito Santo chegou ao Vale do Guaporé no ano de 1894, quando o cuiabano Manoel Fernandes Coelho trouxe de Vila Bela da Santíssima Trindade, antiga capital de Mato Grosso, a Coroa de prata que simbolizava o Sr. Divino Espírito Santo, para que fosse venerada pelos fiéis no Vale do Guaporé.

No decorrer do século XX, o Divino passou por uma expansão chegando a distintas comunidades do eixo binacional, seguindo o percurso fluvial. Esse processo culminou na elaboração de um estatuto redigido pelos devotos do Vale do Guaporé, determinando o funcionamento dos festejos. No intuito de acomodar a caminhada, cada localidade criou a sua irmandade com um corpo administrativo subordinado à sede localizada em Costa Marques<sup>1</sup>, Rondônia. Atualmente, o Vale do Guaporé conta

---

<sup>1</sup> A sede das Irmandades passou a ser em Costa Marques devido ao título de basílica atribuído pelo papa Bento XV à Igreja do Divino Espírito Santo, localizada nesta cidade. O decreto de Basílica Menor foi proclamado por Dom Geraldo Verdier, no dia 17 de maio de 2009.

com doze irmandades, sendo sete no Brasil e cinco na Bolívia (SILVA, 2014, p. 9). As diretorias elegem uma equipe com a responsabilidade de levar a Coroa do Divino por todas as localidades.



**Figura 1:** Mapa do Percurso da Romaria. Legenda: A) - Início (Guajará-Mirim); B) - Fim (Pimenteira do Oeste); C) - Percurso da Romaria no Rio Guaporé, São Miguel e Paraguá. Fonte: viagemdeferias.com

A presença do Senhor Divino Espírito Santo é representada por três emblemas: Coroa (direita), cetro (centro) e bandeira (esquerda) (Figura 2). Durante o exercício etnográfico, foi possível perceber que os devotos construíram a narrativa dos símbolos como arquétipo da Pessoa do Espírito Santo. Os assíduos devem venerar o Divino Espírito Santo através das representações: é formada uma fila e as pessoas vão andando de joelhos, beijam a bandeira, o cetro e, por fim, a Coroa é posicionada na cabeça do devoto. A Coroa é revestida em papelão em sua parte inferior, onde os fiéis depositam as ofertas.

Os ornamentos ou fitas cobrem todo o “corpo” da Coroa, proibida de ser vista “nua”. Não é permitido o registro de foto ou qualquer espécie de imagem sem as fitas abençoadas. Tal restrição é um exercício de segurança para evitar a ganância de algum escamoteador. Todas as fitas são abençoadas e muitos fiéis alimentam a fé no poder de

cura dos adornos. Na comunidade existe a expressão “o Divino vai estar em minha casa”, fazendo menção aos símbolos.



**Figura 2:** Símbolos do Divino. Fonte: Arquivo pessoal.

Os membros que conduzem a Coroa são sempre designados pelas Irmandades. Três embarcações estão disponíveis para a missão: o “Mestre Tiago” (Figura 3, à direita), barco com motor de alta potência que transporta as outras embarcações e o gerador de energia; a Dalila “Chata” (Figura 3, à esquerda), que é uma pequena balsa, onde viajam todos os membros da tripulação acomodados em redes, além de comportar cozinha e banheiro; e o “Batelão” ou “Carité” (Figura 4), sinônimo de “igreja”, que é onde a Coroa do Divino permanece durante a viagem. No interior desta última embarcação encontra-se um baú com as contribuições financeiras dos fiéis. A Carité acomoda todas as cerimônias de chegada e saída nas comunidades.



**Figura 3:** Da esquerda para a direita: Chata (Dalila) e Mestre Tiago. Fonte: Arquivo pessoal.



**Figura 4:** Batelão. Fonte: Arquivo pessoal.

A tripulação é composta por 33 pessoas que participam com as seguintes funções:

- Remeiros: são promesseiros sorteados no ano anterior. Impulsionam o barco com remadas cadenciadas, usam lenços brancos amarrados na frente. Os promesseiros ainda devem exercer funções musicais: cantar para anunciar a presença do Santo e mover o Batelão por via dos remos.
- Encarregado da Coroa: este é o responsável por guardar o símbolo em questão durante toda a viagem, conferir e administrar o dinheiro das contribuições.

- Encarregado do Batelão: é encarregado de zelar a “Carité” com manutenção e logística necessárias. A presente colocação exige conhecimento de culinária durante as longas horas de viagem.
- Mestre dos Foliões: o mestre conduz o violão, canta com os foliões, vela pela integridade física destes e prepara o repertório.
- Foliões: são pequenos cantores na faixa etária de 8 a 16 anos. A tripulação viaja com oito a dez garotos que se revezam durante a caminhada. As crianças devem cantar sempre onde estiver a presença da Coroa. O ofício é estritamente musical.
- Salveiro: solta os tiros de ronqueira<sup>2</sup>. O lançador aciona o alarme na proa da Carité e quando a Coroa está na comunidade, acompanha o Santo com tiro de fogos de artifício. A sinalização da pólvora no canhão anuncia a manifestação da procissão do Santo.
- Capitão: Comandante responsável por pilotar o barco e tomar decisões referentes à parte mecânica, além de responder pela tripulação em eventual fiscalização das autoridades marítimas.
- Motorista: encarregado da manutenção do motor. Durante a caminhada, o motor é submetido a várias manutenções, o que inclui troca de peças e lubrificação.
- Mensageiros: trabalham na limpeza das embarcações e na vigilância dos pertences dos tripulantes. Pouco antes da chegada da Coroa, o mensageiro vai ao porto e comunica a presença da mesma.
- Baterista ou Caixeiro: condução dos remeiros durante as cerimônias no Batelão através dos ritmos do tambor. Logo após o Santo aportar, o caixeiro deve tocar em todos os momentos em que a procissão estiver transportando os símbolos do Divino.
- Alferes da Bandeira: trabalham pela preservação e transporte do mastro com a bandeira do Divino.

---

<sup>2</sup> Ronqueira: Instrumento de som e alarme (pequeno canhão) de alerta para breves acontecimentos comemorativos, chegada e saída da Carité e nas celebrações (DIRETORIA, 2011, p. 7).



A partir do momento em que a equipe se hospeda nas localidades, as responsabilidades pela condução dos festejos devem ser direcionadas aos seguintes personagens:

- **Diretoria Local:** prepara com dedicação a Visita Anual da Romaria do Divino na localidade a fim de que tenha o melhor proveito possível para a fé e a vida espiritual dos habitantes da localidade.
- **Imperador e Imperatriz:** legitimamente sorteados, merecem obediência por parte de todos os membros das Irmandades do Senhor Divino Espírito Santo. A eles compete estarem presentes na recepção do Batelão que conduz os símbolos, cortejos (posição) nas celebrações, cortejos às visitas nas residências dos irmãos e devotos, sempre presentes onde estiverem os símbolos do Senhor Divino Espírito Santo.
- **Mordomos:** também legitimamente sorteados, eles são os agentes de ligação entre Imperador, Imperatriz e Diretoria; são os recepcionistas, pessoas às quais é confiada a Missão de guiar a romaria das visitas nas residências dos irmãos e devotos do Senhor Divino Espírito Santo. São eles que indicam as residências que devem ser visitadas diariamente, o horário de início e encerramento.

## OS FESTEJOS

Quando a frota se aproxima do porto da cidade de Costa Marques, toda a tripulação se encontra equipada com um colete branco. Os remeiros estão trajados com faixa branca na cabeça ornada com a sigla D. E. S. (Divino Espírito Santo) (Figuras 5 e 9). Na cabeça dos foliões, a faixa é usada na forma de capuz, única exceção entre todos os tripulantes.

Os remeiros adentram ao batelão, seis em cada lado da embarcação. Cada um recebe o seu remo. Na proa do batelão vai o sauveiro; quatro foliões ficam de pé no



meio dos remeiros e do lado do mestre. O caixeiro se posiciona em pé atrás dos remeiros e ao lado direito do encarregado da Coroa. Ao lado esquerdo deste está o alferes da bandeira. Na parte de trás do batelão está o encarregado responsável por guiar a Carité. Na cobertura do Batelão ficam os outros quatro foliões como cantores reservas.

Depois de todos em seus lugares, dois dos remeiros tocam a buzina, em seguida o saveiro dispara o primeiro tiro. O caixeiro inicia a cadência e todos os remeiros começam a se aproximar do porto para o início da chegada.

No cais, é possível ver uma grande concentração de pessoas. Algumas estão com meio corpo submerso pela água, segurando velas e fazendo orações. A partir do momento em que o Batelão do Divino é visto, os devotos fazem grande silêncio e todos passam a ouvir e assistir à chegada.

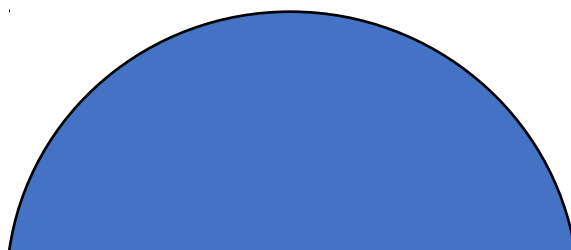
Para iniciar os cantos, o saveiro dispara o segundo tiro de ronqueira e então o caixeiro muda a cadência. Os remeiros passam a fazer uma coreografia com os remos, tal movimento é sincronizado e cria um efeito de meia lua com a água do rio; o gesto é uma forma de saudar a comunidade. Os remeiros devem cantar e remar. Nesse instante são doze vozes, seis do lado esquerdo da Carité e seis do lado direito (Figura 5).



**Figura 5:** Carité, logo após a saída de uma comunidade. Os remeiros estão sentados na beira da embarcação. O saveiro permanece na proa do batelão e o encarregado do Batelão está em pé com colete verde na parte traseira da embarcação. Fonte: Arquivo pessoal.



Logo após o canto dos remeiros, são os foliões que cantam. Neste instante, o caixeiro muda a cadência. Toda a cerimônia vai seguir por alternância, ou seja, os remeiros e foliões se revezam nos cantos de saudação à comunidade. As canções vão terminar quando o batelão realizar o percurso de duas meia-lua e meia e aportar na beira do rio (Figura 6). Percorrer com o roteiro estabelecido com o Batelão é uma forma de expressar saudação e respeito por todos os devotos presentes.



**Figura 6:** Percurso do Batelão.

Em terra, a tripulação do Divino segue um roteiro estabelecido pela irmandade local. As atividades são: visita às casas de devotos, novenas realizadas pelos remeiros, vigília constante à Coroa e participação em missas, quando há um padre à disposição na comunidade.

A novena consiste em uma série de orações que são cantadas pelos promesseiros. Geralmente, três solistas cantam juntos um verso e em seguida os remeiros repetem o refrão em coral. E assim a novena é realizada, na base de orações em forma de pergunta e resposta com o coral de remeiros. Durante toda a Romaria, a novena não é cantada quando o barco está em viagem, ou seja, esta cerimônia é exclusiva para a comunidade.

Todas as noites, os moradores aguardam com expectativa as vigílias. Em Surpresa<sup>3</sup>, a primeira vigília foi realizada na igreja. Tudo acontece depois da novena e se estende por toda a noite. Nesse período, os remeiros têm a Missão de vigiar o Santo através do regime de plantão, dividindo os horários. A vigília é animada com músicas e

---

<sup>3</sup> Distrito, localidade ou comunidade de ribeirinhos que vivem às margens do Rio Guaporé. Esta localidade pertence ao município de Guajará-Mirim – RO.

o repertório é conduzido através de violão, atabaque, pandeiro e vozes. Normalmente, todos os remeiros cantam juntos, formando um intenso coral.

Por todos os 45 dias de caminhada, a equipe da Missão deve sempre realizar as mesmas atividades mencionadas anteriormente, ou seja, celebrações de chegada e saída, refeições nas casas dos fiéis, novenas, visitas domiciliares e vigílias.

Alterações na ordem dos acontecimentos ocorrem quando a Romaria estaciona no local dos festejos finais. Podem ser vistos vários barcos que se somam, oriundos de várias localidades, no intuito de acompanhar os cinco dias de festejos e devoção. Em 2012, o ato final ocorreu na localidade de Piso Firme (Bolívia). As comemorações consistiam em visitas às casas dos devotos, novenas, missas, refeições e baile noturno promovido pela comunidade local.

Durante os cinco dias, os membros das Irmandades locais se reúnem para a prestação de contas anual, montagem do roteiro do festejo seguinte, decisão da localidade final do próximo festejo e (de dois em dois anos) eleição de uma nova diretoria geral das irmandades de todo o Vale do Guaporé.

O fechamento dos festejos ocorre com o levante do mastro (Figura 7). Este importante monumento apresenta vinte e dois metros de altura e é feito do tronco de um açazeiro. Todos os acabamentos de pintura e preparação do mastro devem ser elaborados pelo Capitão do Mastro.



**Figura 7:** O mastro. Fonte: Arquivo pessoal.

O levante do mastro ocorre durante a noite, por volta das 19h. Toda a comunidade de Piso Firme, juntamente aos devotos, cerca de quinhentas pessoas, dirige-se à casa do Alferes da Bandeira, saúda-o e em seguida todos se dirigem ao ponto da mata onde está localizado o mastro. Todos os homens então se reúnem e carregam o mastro para erguê-lo em frente à igreja (Figura 8).



**Figura 8:** Missa Campal de domingo. À esquerda, o mastro, e à direita, a igreja. Fonte: Arquivo pessoal.

A caminhada é um momento comovente e festivo. Os devotos consideram a subida do mastro como uma demonstração de graça e poder do Divino Espírito Santo. Com a alçada do mastro, foi possível contemplar uma salva de fogos de artifício e, em seguida, a equipe da Romaria é liberada de suas funções e todos seguem para o baile de cúmbia.

## **A SONORIDADE DA INFÂNCIA**

Durante minha viagem à Romaria, entre os dias 9 de abril e 28 de maio de 2012, os foliões foram treinados em Costa Marques (primeira semana de abril) por Francisco

Chavier<sup>4</sup>, também conhecido por “Cabeça”. Antes do treinamento há uma seleção, e a organização escolhe de oito a dez crianças na faixa etária entre 8 e 16 anos. Algumas famílias recomendam os filhos ou netos na missão com a função de cumprir a promessa por uma graça recebida. Outras crianças se candidatam por vontade de viajar e conhecer outras comunidades. Do ponto de vista musical, a idade é um fator importante devido ao timbre agudo da voz.

Mulheres não podem participar da Romaria. A capacidade física é a principal justificativa dada à ausência feminina. Existe uma trama acerca da questão da mulher: os mais experientes afirmam que mulheres não podem entrar no Batelão ou mesmo em qualquer embarcação do Divino. Quando os festejos se encerram, as restrições são abolidas e muitas famílias voltam para as suas casas nos barcos do Divino. A contenção da presença feminina sempre é aplicada para as funções da tripulação nos festejos. É comum testemunhar senhoras ocupando graus administrativos e de chefia nas irmandades, mas o espaço acaba quando se refere aos tripulantes da missão.

Seguidamente era possível ouvir relatos de mulheres que questionavam a ausência feminina no Batelão e buscavam ocupar esse espaço. Infelizmente este trabalho não aprofundou esta importante questão. No entanto, foi possível testemunhar o crescimento das mulheres em cargos de presidência das irmandades.

Toda a documentação dos foliões relativa às crianças é providenciada pela organização da Romaria e o Conselho Tutelar. Os cantores devem levar material escolar. Aulas são ministradas por professores da rede pública ou pelo padre que viaja com a equipe. No entanto, na ocasião pesquisada, a rede escolar não disponibilizou professores de seus quadros escolares e o padre não podia atender à missão. Diante da necessidade, e por ter licenciatura em história, este pesquisador foi incumbido com a responsabilidade das aulas.

Todos os conteúdos foram elaborados a partir das deficiências de cada um. Não foi ministrado nenhum material novo, de modo que as aulas funcionaram como reforço escolar. Matemática e ciências foram as áreas de maior defasagem. Não havia um horário definido para as aulas, elas sempre ocorriam quando o batelão estava viajando

---

<sup>4</sup> Nome fictício criado para preservar a imagem pessoal.

e a tripulação tinha um período de folga. Sendo assim, os dias de aulas eram imprevisíveis devido ao tempo dedicado aos festejos, que desgastava fisicamente os foliões.

Em cada oportunidade, as aulas duravam cerca de uma hora e meia. Cada folião era avaliado de acordo com o domínio do argumento, demonstrado através dos exercícios realizados. Durante os 45 dias de caminhada, os foliões fizeram atividades de ciências (biologia), redação e matemática. Para explicar sobre as espécies de animais, foi necessário usar exemplos práticos que envolviam os seres vivos que faziam parte do cotidiano das crianças, citamos como exemplo: onça (mamífero) e aves (ovíparos). Aulas de ciências ocorriam através de experiências científicas práticas, por exemplo, demonstrar o processo de calefação da água utilizando uma chapa de metal quente no sol, ou mesmo visualizar algumas espécies de animais presentes na floresta.

Para exercitar a escrita, era solicitado elaborar uma redação explicando o funcionamento da embarcação ou o procedimento de trabalho do capitão do barco e dos remeiros. Nesta fase, os foliões faziam entrevistas com o capitão ou com alguém da equipe. A partir do conhecimento adquirido, os meninos elaboravam seus exercícios, com a devida orientação didática. Nas horas de recreação, os foliões costumavam nadar no rio, jogar bola, ou praticar qualquer outra atividade física (pegar fruta em árvore e brincar de corrida).

A maioria das crianças que participa da missão provém de famílias de pescadores, agricultores, fazendeiros, indígenas e quilombolas que viviam do cultivo da castanha e do turismo. Todas dominavam e aprendiam os ofícios exercidos pelos pais, e usavam estes conhecimentos como brincadeiras.

No decurso da viagem, foi possível encontrar algumas contrariedades entre os foliões e alguns membros da equipe. Os remeiros costumeiramente conclamavam sobre o comportamento das meninas, ou seja, correria, balbúrdia e falta de atenção na hora do canto. As admoestações do Mestre, sempre se referiam à rouquidão na voz, desafinação nos ensaios e nas cerimônias.



Por parte dos foliões ocorriam queixas sobre cansaço, fome, sono e falta de liberdade para brincar com os outros membros da equipe. No entanto, o prazer em cantar era fator presente, muitas vezes ocorria disputa para cantar. Os adultos usavam um diálogo frequente acerca dos infantes: “Professor, vai dá aula pra esses meninos, inventa alguma coisa pra estes meninos se ocuparem”. Muito comum era a troca de mestre, ou seja, em algumas comunidades um membro da irmandade pedia a oportunidade de cantar e tocar com as crianças. A oportunidade sempre era gentilmente cedida, mas alguns tocavam um repertório não familiar aos foliões, gerando um constrangimento aos pequenos. Na verdade, não poderia ter contentamento em ser pego de surpresa em público. Apesar destes imprevistos, as crianças cultivavam um prezar pela performance musical.

O meu método de familiaridade às crianças foi lento e gradativo, ou seja, com o passar dos dias de caminhada era possível obter acesso ao pensamento e fala sobre a caminhada. A filmadora foi o principal elemento de desconfiança. Ninguém gostava de ser registrado, guardada a exceção das performances musicais. Diante de certas ocasiões, os foliões precisavam ser orientados em evitar brigas internas, que podia surgir por vários motivos dentre eles: disputa para cantar e brincadeiras exageradas.

## **INFÂNCIA E MÚSICA**

Nos festejos não existe uma restrição de espaço relacionada às crianças, todas podem estar no meio dos adultos e participar de todos os momentos sociais existentes. A única observação se refere aos horários, ou seja, os cantores devem dormir cedo e cantar no outro dia. Existem dois cargos exclusivamente musicais na caminhada, que são caixeiro e folião. Sendo assim, para poder participar em um destes cargos é preciso ter as habilidades de canto e dominar o repertório. A música traduz a definição da criança em meio a todos os personagens. Os demais protagonistas se relacionam com a pequenez, por meio do “filtro” estabelecido pela atividade sonora.



O folião não deve ser pensado como um herdeiro passivo. Uma posição de titularidade deve ser legada à criança em sua participação fundamental na ação de conduzir a presença do Santo. Existe uma ação de estar presente na paisagem sonora e virtual da procissão. A criança não é só o adulto de amanhã que herdará um legado, ela já é em si o legado, junto aos outros companheiros, justamente por estar ali cantando e contribuindo na passagem do Divino pelas comunidades.

Na missão, o corpo da criança é subordinado a um novo cotidiano, uma “linha de fuga” (DELEUZE; GUATARRI, 1997), delimitando a dessemelhança entre duas “singularidades heterogêneas” (CASTRO, 2018). O som (música) gera a consignação de duas vivências da infância: Estado x Divino. A primeira efetividade diz respeito à regência, delineando o ser criança através de dispositivos legais e instituições burocráticas responsáveis pelo exercício dos direitos e deveres da infância. Diante de tal definição, podemos citar como exemplos o Conselho Tutelar, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal. Em um sistema de leis, é possível captar a lógica de uniformizar uma visão da pequenez como um estágio do ser vulnerável a ser representado por um ser completo em sua “identidade de sujeito”, o adulto.

Durante a caminhada do Santo, a criança é musical, ou seja, existe uma outra complexidade inerente através da sonoridade. O som pode ser considerado uma corrente demarcando a existência de uma diferença fundamental de papéis sociais assumidos pelo folião. Torna-se necessário afirmar estarmos observando a manifestação da capacidade humana de desenvolver a heterogeneidade. A música gera o movimento (relação).

Este novo processo inicia com os treinamentos. Nos vários encontros sonoros observados, os cantores participavam de ensaios em duas etapas: acerto das vozes, agudo e grave, e criação do arranjo com acompanhamento do violão e caixa. Na medida em que todos cantavam, os foliões e o arranjador comentavam sobre erros na entonação ou até mesmo davam sua opinião na seleção do repertório. Em certos momentos, os foliões debatiam entre si sobre as desafinações e erros.



Todo este processo era permeado por momentos que variavam da severidade à descontração. A tradição do canto exige uma técnica de postura correta, ou seja, todos os foliões devem estar em pé, em posição ereta e com os braços cruzados (Figura 9). Diante da necessidade da performance em volume ampliado, os cantores usam os braços para pressionar o diafragma. Deste modo, não é permitido cantar andando ou movimentando os braços. O lenço na cabeça é uma forma de identificação do folião.



**Figura 9:** Mestre e Foliões. Fonte: Arquivo pessoal.

Conforme observado na figura anterior, os foliões sempre estão com roupas e lenços brancos, cor que representa a paz. Contudo, é possível observar na imagem crianças com camisas em outras cores. Esta situação pode ocorrer durante a procissão, sendo assim, o lenço na cabeça é o principal acessório de identificação. Na falta do branco, é possível usar outras cores.

O modelo de veste sofre uma alteração na manhã seguinte ao levante do mastro, durante a missa do encerramento dos festejos. Neste dia, pela manhã, as crianças vestem uma bata branca (Figura 10), assim como o mestre e o caixeiro. A vestimenta representa a pomba do Espírito Santo.

**Figura 10:** O Mestre e Foliões durante a Missa Campal diante do mastro e da igreja. Fonte: Arquivo pessoal.



O ensaio se repetiu em toda a caminhada. Havia algumas comunidades mais exigentes com o aspecto sonoro. Nesses casos, antes de realizar a chegada, o mestre sempre podia ser visto ensaiando com os foliões e testando quem estaria preparado para cantar durante as cerimônias de chegada.

Em ocasiões de treino, o mestre trabalhava com atenção e gravidade, diante de erros na afinação ou subtração de versos. O mestre tocava e os foliões cantavam. No decorrer das canções, era pedida a troca dos cantores e assim o mestre podia auferir quem estaria preparado para atuar. As repreensões eram tênues, algo como um olhar, ou até mesmo uma ordem: “troca de cantor”. A opinião dos devotos era fundamental para o prestígio tanto do mestre como dos cantores. Quando as vozes estavam afinadas e cantando os versos certos, o mestre e os foliões granjeavam prestígio e eram cotados em futuras caminhadas.

Os valores musicais colocados aos foliões são volume, afinação e memorização de versos. A alta intensidade se torna efetiva na maioria das situações, onde as vozes deveriam ser captadas em ambientes abertos, com ausência de amplificação. O ambiente acústico da floresta era fundamental na ampliação do canto.

Através da Figura 11 foi possível tecer certas interpretações. Canções entoadas em compasso binário, andamento trabalhado em torno de 70 bpm (*adagio*), cadência constante em todas as canções do repertório. O andamento da canção e, conseqüentemente, da procissão, pode ser alterado em condições adversas: chuva e vento forte. Mesmo diante de chuva ou calor excessivo, a música só pode parar em ocasiões extremas como risco do batelão virar no rio em meio a um vento, ou tempestade que coloque em risco os foliões e demais membros da procissão.

The image shows a musical score for Soprano and Contralto. It consists of two systems of music. The first system is marked *ff* and the second system is marked *9*. The lyrics are in Portuguese and describe the arrival of the Holy Spirit.

**System 1:**

Soprano: *ff* Na que la nu vem dou ra da des ceu Deus no sso Se nhoo or

Contralto: *ff* Na que la nu vem dou ra da des ceu Deus no sso Se nhoo or

**System 2:**

Soprano: *9* E le su bin do nos man do o o o o Seu Es pí ri to Con so la dor

Contralto: *9* E le su bin do nos man do o o o o Seu Es pí ri to Con so la dor

**Figura 11:** Transcrição da canção de chegada na comunidade.  
Fonte: Arquivo pessoal.

O arranjo vocal deve ser estritamente trabalhado em duas vozes, ou seja, uma dupla ao soprano e outra no contralto. No trecho demonstrado na Figura 11, a música é executada na tonalidade de mi bemol maior e não tem título. A voz do soprano é a mais aguda e é acompanhada pelo contralto, que trabalha em movimento paralelo sempre em intervalo de terça. A dinâmica da peça segue uma linha linear, ou seja, sempre em fortíssimo. As canções são curtas, com duração de cerca de 50 segundos, sendo assim, durante as cerimônias, os foliões cantam de três a quatro canções ou repetem um mesmo tema várias vezes.

Em muitas ocasiões foi possível ouvir queixas de devotos que não conseguiam entender as letras das canções. Conforme o mestre Cabeça, as canções muitas vezes não são assimiladas pelos devotos, devido ao erro de respiração dos cantores. O erro no tempo de respiração poderia causar falha na entonação melódica. Estas falhas ocorrem principalmente após um longo trajeto de cantoria, onde era perceptível o cansaço físico e mental de todos.

O canto não era a única atividade musical. Através do convívio com o mestre, as crianças sempre tinham a liberdade de tentar dedilhar qualquer repertório musical ao violão. Os dedilhados das canções do Divino eram o repertório praticado com

frequência pelas crianças. Na maioria das vezes o Mestre fazia observações sobre a forma certa de tocar os repertórios. Além do violão, os cantores também tentavam tocar a caixa. Tal ocasião ocorria quando toda a equipe estava de folga, sendo assim, os foliões tocavam e o caixeiro ensinava através de elogios ou repreensões que podiam vir tanto do mestre como de qualquer um dos membros da equipe que soubesse tocar o violão.

O ritmo de assimilação da cultura musical do Divino variava de acordo com o interesse de cada folião e com a disposição de tempo e vontade por parte dos membros da equipe. Das oito crianças que participaram dos festejos, cerca de quatro se interessavam pelas músicas a ponto de pedir para tocar e aprender.

Todos os passos do mestre e do caixeiro podiam ser acompanhados pelos foliões. Quando o caixeiro desmontava o tambor para pintar e limpar, havia uma criança observando todo o processo, e em alguns momentos auxiliando nestes trabalhos. Nesta etapa, é possível perceber que durante a Romaria os foliões participam de uma realidade social onde a educação musical se torna uma prática acentuada e fundamental no desenvolvimento de uma nova geração de devotos, de modo que todos os passos e etapas dos festejos estão sendo alicerçados na memória dos pequenos devotos, que sempre desejam ser remeiros ou alferes da bandeira.

Na saída para a caminhada é advertido que a missão vai começar e todos precisam tomar cuidado com a voz. Nos quarenta e cinco dias, as crianças cantam durante as cerimônias no Batelão, procissão nas comunidades e visitas domiciliares. Cada situação exige um repertório. Em uma cerimônia de chegada ao batelão, os foliões cantam os seguintes versos:

*Canto 1:  
De todos é de quem chega  
O amor deste Senhor  
Certamente vai gozares  
Lá no Céu é o Redentor*

*Deus Ihe salve casa santa*



*Onde Deus seja morada  
Entre pias e água benta  
E a hóstia consagrada*

*Canto 2:  
A Pombinha vem voando  
Vem por cima de nossa cidade  
Vem dizendo viva, viva  
Viva a todos os moradores*

As visitas domiciliares são realizadas em procissão. A bandeira, o mastro e a Coroa vão à frente, acompanhados pelos foliões, o mestre e toda a equipe. Ao chegar em frente à casa, são cantados os seguintes versos:

*Nesta casa entraremos  
Com a formosa bandeira  
E nela vem retratada  
E o Povo verdadeiro*

Nos festejos, o expediente diário das crianças chegava a aproximadamente oito horas. No ato de cantar, os foliões devem estar em pé com braços cruzados e a cabeça levantada ao lado do mestre. Havia revezamento entre dois quartetos de vozes. Ao anoitecer o mestre levava todos ao jantar e em seguida ao descanso. Não havia bebida gelada nas refeições.

Ao fim da canção, todos adentram a casa e a Coroa é venerada pelos anfitriões. Na saída, os foliões cantam novamente e a procissão segue o seu caminho.

## **A INFÂNCIA COMO MATÉRIA DE EXPRESSÃO**

Nos festejos, a música reestrutura a vivência infantil de tal modo que existe uma série de medidas que proporciona à criança uma oportunidade de ser um sujeito ativo na construção simbólica do Divino. A exemplo disso, podemos citar a inserção em um novo tempo determinado pela devoção, formação intelectual em um contexto educacional distinto e dedicação exclusiva à atividade musical.



A performance passa a ser um enunciado onde tais extensões estão em coexistência. Deste modo, o órgão vocal e o condicionamento físico são preservados através do equilíbrio entre descanso e alimentação. O tempo de descanso e de atividades engendra uma nova temporalidade. Representar a expressão do poder do Espírito Santo significa estar abraçado a um ciclo inventivo de perspectivas sociais onde é perceptível a potência de captura no culto do Vale do Guaporé.

Diante dos festejos, a imagem da criança é diretamente vinculada à presença do Espírito Santo, seja pela música ou pelas vestimentas e presença física. Toda a função de responsabilidade é atribuída através de um ato criador, um instante em que o espaço do sagrado está alojado na imagem do infante.

O culto ao Divino estabelece um padrão estético e musical seguido pelos cantores durante a caminhada. Este padrão musical é baseado em uma tradição sonora que permeia a experiência auditiva dos fiéis, ou seja, as características estético-musicais estabelecidas exercem um efeito de agência. Para alcançar tal padrão, a criança deve estar submetida a um trabalho vocal e técnico. Deste modo, estamos diante de um distinto processo de ensino e aprendizagem. As etapas deste processo são aprovadas pela própria criança, que deseja cantar e atuar na Romaria.

Em contato com a aprendizagem do sagrado, a aquisição dos conhecimentos tem por função: aperfeiçoar a devoção; servir aos fiéis; e representar a presença do Divino. Os conceitos de *territorialização* e *desterritorialização* presentes na obra *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1997) são fundamentais ao trabalho de absorção, por parte de agentes externos, deste exercício menineiro. De acordo com Deleuze e Guattari (1997, p. 124): “[...] as qualidades expressivas, ou matérias de expressão entram em relações móveis umas com as outras, as quais vão “expressar” a relação do território que elas traçam com o meio interior dos impulsos e com o meio exterior das circunstâncias.

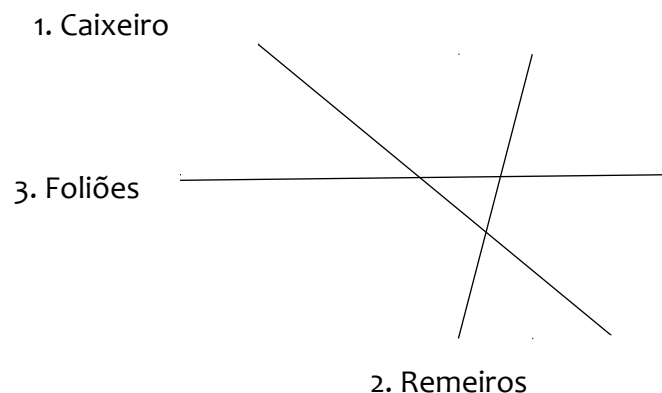
Os elementos materiais ou *matérias de expressão* podem ser definidos pelo conjunto das materialidades e afetos: fé, tempo, educação, sonoridade, estética, símbolos sagrados, tripulação e infância.



A correspondência entre as expressões dos festejos possui um caráter de formação. Estamos diante de uma reconfiguração de relações sociais (*desterritorialização*), onde o folião se desvencilha do convívio social convencional (*desterritorialização*) e adentra em uma distinta forma de vida. O novo papel atribuído à criança pode ser denominado de “rosto” ou “personagem rítmico” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 125).

Tal rosto ou personagem rítmico não está associado a um indivíduo ou a um perfil moral específico. Trata-se de enunciado, o folião, produzido pela interação entre as diferentes *matérias de expressão* que compõem os festejos do Santo (DELEUZE; GUATTARI, 1997). Os movimentos (*desterritorialização, desterritorialização*) desta nova relação, sintetizam a trama da passagem da criança por dois ambientes sociais distintos. Devemos estar diante de um deslocamento de ambientes.

Na figura abaixo, o caixeiro (Linha 1) determina a cadência das cerimônias. Em terra, o som da caixa determina o ritmo das atividades da Coroa nos vilarejos. As celebrações das novenas são entoadas pelos remeiros (Linha 2) que demarcam o seu lugar na vigilância dos símbolos do Santo e na condução do batelão. Os foliões (Linha 3) expressam o lugar da criança em saudar os fiéis com a representação da presença do Divino Espírito Santo.



**Figura 12:** Mapa da Territorialização. Fonte: Arquivo pessoal.

## CONTRAPONTO

Devido à falta de trabalhos relacionados ao Divino do Guaporé, devemos ampliar as distâncias em direção a um contraponto teórico.

No Rio Grande do Sul, os Guarani estão em pleno exercício da afirmação de seu modo de vida perante o mundo dos brancos. Tal estilo passa pelas crianças cantando e dançando.

As crianças estão ali, reforça o *kyringüé ruvíxá*, desempenhando um papel ativo, porque faz parte da cultura Mbyá que crianças participem dos corais, cantando, dançando e tocando instrumentos musicais. A apresentação e o canto das crianças são aprovadas pelas próprias crianças e por seus familiares, representando ganhos de ordem simbólica e material para todos os Guarani (STEIN, 2009, p. 126).

De modo vivo e engenhoso, a música viabiliza um campo de expressão de diferenças entre dois modos de infância (indígena ↔ homem branco). Os Mbyá desenvolvem um processo de comunicação de seu estilo de vida ao homem branco (*Juruá*). A música é um caminho de locução entre dois diferentes caminhos tomados pela infância. Tais relações se elucidam através de um importante pensador e indígena:

Ao se dirigir aos *juruá*, Vherá Poty preocupa-se em deixar claro o lugar ocupado pelas crianças e jovens nas ações dos corais, entre os quais diz ter muitas vezes ouvido críticas à presença de crianças, compreendida por estes não-indígenas como não voluntária e exploratória (STEIN, 2009, p. 127).

Em meio à performance dos pequenos é possível discernir a nervura de uma relação, onde o homem branco encontra dificuldades em enredar uma sociedade dotada por papéis sociais distintos. Toda relação entre singularidades pode gerar uma colisão. As diferenças sempre motivam o pensamento levando-o a um lugar de relativização das próprias convicções. Conscientemente, o objetivo principal dos Mbyá reside em convocar os *juruá* (STEIN, 2009, p. 127) a pensar sobre a pertinência da diversidade.

No estilo de vida Mbyá, todas as crianças tomam consciência da importante mediação dos sons para o contato com outros seres do mundo. Este papel não é de



exploração, mas uma expressão. A enunciação é a música como acesso ao mundo externo.

Em primeiro lugar, nesta lógica a natureza exerce uma agência expressiva, pois é entendida como parte do cosmo, que não é de forma alguma passivo. Animais, vegetais, minerais, ventos, raios, pedras, donos de seres do mundo, são alguns destes agentes “da natureza” que se revestem de diferentes naturezas e agem sobre os Mbyá. Humanos e divindades também constituem este coletivo de naturezas. E todos – humanos, divinos e outros seres do mundo – nos encontramos na comunicação viabilizada pelos sons e movimentos rituais (STEIN, 2009, p. 129).

Os Mbyá Guarani convivem com a infância, que enriquece a vida dos pais e da comunidade.

Os filhos produzem uma série de transformações nos pais, que se tornam mais maduros e capazes de compreender e expressar *mborayú* (reciprocidade, o amor maior), *nhembojeroviá* (o respeito profundo, a sabedoria de como se comunicar com a natureza), *pyaguaxú* (coragem) e adquirir *kuaá* (sabedoria) (STEIN, 2009, p. 127).

De semelhante modo, os foliões proporcionam ganho simbólico através do ato de cantar e despertar a busca pela presença do Espírito Santo. O exemplo dos Mbyá engendra dois vínculos com o Divino. O primeiro é a constituição do som como uma linha de fuga, abalizando a multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1997) sobre a infância. A performance musical comprova a existência da capacidade humana em “inventar” (WAGNER, 2017) os personagens sociais. O segundo pode ser estabelecido pela participação ativa da criança na construção das estruturas simbólicas.

A criança que nasce no território dos Xikrin, no Pará, pode visitar o espaço dos homens, coletar informações e transmitir às mulheres e vice-versa. A rede de comunicação da aldeia passa pela interpretação de uma criança que: “[...] tem uma mobilidade pelo espaço da aldeia, seja nas casas, na periferia, seja na ocupação do pátio, que lhes dá maior desenvoltura do que têm os adultos para a observação dos diferentes contextos de interação e debate na sociedade” (COHN, 2000, p.173).



Sendo assim, “[...] as crianças Xikrin, portanto, realizam, assim como os adultos, essa intersecção entre as relações sociais que recebem das gerações anteriores e aquelas que põem em prática e atualizam” (COHN, 2000, p.174).

A infância se constrói sob diferentes perspectivas. No caso dos Xikrin, a própria pequenez é a linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1997), se distinguindo como o ser que vive entre o dualismo: masculino e feminino. Deste procedimento é possível avistar a criança que escapa ao dualismo, sendo então fundamental na rede de comunicação da aldeia.

Na vida Mbya, a música vincula a pequenez em um papel de grande responsabilidade na expressão do estilo de vida ao mundo dos brancos. Em meio aos Xikrin, a criança estabelece uma complexa rede de informações através da interpretação das atividades realizadas nos diferentes espaços. Mediante aos festejos do Divino, a música propicia o sublinhar da multiplicidade (DELEUZE; GUATTARI, 1997) sobre a vivência da criança.

O contorno estabelecido anteriormente nos faz pensar que os três fenômenos sociais citados ganham traços de correspondência no que se refere ao desenvolvimento da diferença e do papel ativo ocupado pela infância. A pequenez está conceituada em espaços de performance proporcionados pela relação entre diferentes elementos sociais. No entanto, é necessário pensar que, em todos estes exemplos apresentados, a criança é um personagem ativo no ganho simbólico e social, ou seja, não é só ser herdeiro de um “amanhã”, mas ser o construtor do “hoje”.

## **CODA**

A composição da infância na Caminhada do Divino está fortemente baseada na atividade musical. Durante o texto foi demonstrado o percurso dessa construção. O aspecto sonoro tem um poder de agência que move as temporalidades e instaura outros ambientes de vivência musical e ensino e aprendizagem. Este efeito é proporcionado pela rede de significações dos festejos.



Em primeiro lugar, procuramos estabelecer o contexto social e histórico dos festejos, tal processo situou o leitor diante do contexto de um território pouco frequentado por estudos e pesquisa em música. A etapa seguinte foi de descrever o funcionamento dos dias de caminhada. Neste estágio fez-se necessário demonstrar o papel da música na construção do ambiente de devoção ao Santo. O último passo foi de dissertar sobre a construção de uma nova vivência musical infantil, através da atividade musical.

No intento de demonstrar este evento, mostra-se uma descrição densa de todos os passos da criança, desde os primeiros ensaios, onde o folião inicia um processo de treinamento vocal, auditivo e de memorização das canções. Em seguida, a criança ingressa nos festejos e toda a rotina alimentar e social deve ser regulada de acordo com as necessidades do canto.

O padrão estético-sonoro presente na cultura musical dos fiéis impulsiona o folião a se submeter a um papel social onde existe a responsabilidade de ser um personagem complexo e essencial na construção social da Romaria. Por meio desta consideração, podemos pensar que o canto infantil é uma matéria de expressão, ou seja, um enunciado revelando novas possibilidades de vivência para a infância, que é um corpo construído exclusivamente para e através da atividade sonora.

Os festejos do Santo nos revelam um processo de produção de diversidade. Neste caso, a grande força responsável por criar uma nova vivência infantil é a música. Podemos afirmar que estamos diante de uma construção sonora.

Os estudos antropológicos ainda caminham a passos lentos no entendimento da infância. A pesquisadora Pereira (2013, p. 32) afirma que:

Fundamentalmente, é preciso que nós, adultos, antropólogos, consigamos olhar a criança como um 'outro', inteiro e pleno, um agente social por si, e não como um 'nós' em ponto pequeno que temos vagamente guardado na memória, nem como um mero projecto ou esboço daquilo que os anos e a experiência nos tornaram.

Necessária é a discussão sobre a relação estipulada entre o pesquisador e os pesquisados (crianças). Sem dúvida, é preciso pleitear sobre a pertinência da criança na



relação com o especialista. Algumas perguntas devem ser arranjadas, vejamos algumas: Qual o espaço da criança na relação com o estudioso? Tal relação está presente no levantamento de hipóteses? Como a criança desenvolve a correspondência com os demais personagens culturais?

Possivelmente, o estudo de Roy Wagner em *A invenção da cultura* (2017) pode nos fornecer instrumentos teóricos para a investigação da criança. Wagner indica a observância da cultura enquanto uma invenção a partir da relação do pesquisador e pesquisado:

A relação que o antropólogo constrói entre duas culturas – a qual por sua vez, objetifica essas culturas e em consequência as “cria” para ele – emerge precisamente desse seu ato de “invenção”, do uso que faz de significados por ele conhecidos ao construir uma representação compreensível de seu objeto de estudo (WAGNER, 2017, p. 34).

Em meio à relação é possível refletir sobre os espaços e vozes pertinentes ao trabalho. Neste sentido, os questionamentos sobre o envolvimento musical da criança com a Romaria, e conseqüentemente com a pesquisa, é uma forma de expressar a idiossincrasia da relação estabelecida entre o pesquisador que vos escreve e os foliões do Divino. É perfeitamente lícito que minha pesquisa possa conter limitações justamente em seu principal objetivo de protagonizar a criança. Contudo, acredito ser pertinente expressar a iniciativa de validar a afirmação elementar que no âmbito da Romaria do Senhor Divino Espírito Santo, existe uma construção de uma forma distinta de infância.

## REFERÊNCIAS

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Ubu editora/n-1 edições, 2018.

COHN, Clarice. **A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIRETORIA da Irmandade do Senhor Divino Espírito Santo. **Livreto Elaborado com autorização da Diocese de Guajará-Mirim/RO**. Costa Marques/RO: Edição Especial, 2011.

PEREIRA, Angela Nunes Machado. **Brincando de ser criança: contribuições da etnologia brasileira à antropologia da infância**. 341 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Lisboa, Portugal, 2003.

SILVA, Hágner Malon da Costa. **A Romaria do Senhor Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé: uma etnografia do significado musical**. 153 f. Dissertação (Mestrado em Música e Cultura) – Escola de Música, UFMG, Belo Horizonte, 2014.

STEIN, Marília Raquel Albornoz. **Kyringüé mborai - os cantos das crianças e a cosmo-sônica Mbyá-Guarani**. 308 f. Tese (Doutorado em Etnomusicologia) – Instituto de Artes, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Recebido em: 27/11/2018

Aceito para publicação em: 26/01/2019





**A VARGEM DO MANGUE DE RIO TINTO:  
direitos territoriais, tradicionalidade e comunitarização na  
Paraíba, Brasil<sup>1</sup>**

***Vargem do mangue in Rio Tinto:  
territorial rights, tradition and communitarization in Paraíba, Brazil***

Sérgio Brissac

Doutor em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (bolsa da Capes). Perito do Centro Nacional de Perícia do Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República, lotado em Fortaleza, Ceará. Vice-coordenador do Comitê de Laudos da Associação Brasileira de Antropologia.

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 178-213, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IV Semana de Antropologia do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em abril de 2018.

**RESUMO.** Este artigo é uma versão de laudo pericial apresentado ao Ministério Público Federal, acerca da Vargem do Mangue, comunidade no município de Rio Tinto, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. Desde 2001, desenrola-se conflito entre empresários que postulam a posse de uma área de 517 hectares e os membros da comunidade, que cultivam a terra nessa mesma área há décadas. O principal quesito a ser respondido no laudo foi acerca da tradicionalidade ou não da comunidade. A sua caracterização como tradicional atrairia a competência do Ministério Público Federal. A Vargem do Mangue tem peculiaridades que a distinguem do que seria o estereótipo de uma “comunidade tradicional”. Entretanto, o trabalho de campo e a reflexão antropológica conduziram o autor a afirmar que realmente se trata de uma comunidade tradicional. Neste artigo são apresentadas as razões que fundamentam tal afirmação.

**PALAVRAS-CHAVE.** Comunidades tradicionais. Direitos territoriais. Conflitos fundiários. Laudos antropológicos.

**ABSTRACT.** This article is a version of an expert report presented to the Brazilian Federal Prosecutor's Office (Ministério Público Federal) about Vargem do Mangue, a community in the municipality of Rio Tinto, state of Paraíba, Northeast Brazil. Since 2001, there has been a conflict between entrepreneurs who postulate ownership of an area of 517 hectares and members of the community, who have cultivated land in the same area for decades. The main question to be answered in the report was about the traditionality or not of the community. Its characterization as traditional would attract the competence of the Federal Prosecutor's Office. Vargem do Mangue has peculiarities that distinguish it from what would be the stereotype of a “traditional community”. However, the fieldwork and anthropological reflection led the author to affirm that it is really a traditional community. This article presents the reasons for this assertion.

**KEYWORDS.** Traditional communities. Territorial rights. Land conflicts. Anthropological reports.

## INTRODUÇÃO

Uma situação de conflito fundiário no Nordeste do Brasil, no interior do estado da Paraíba, município de Rio Tinto, motivou um grupo de trabalhadores rurais a demandar, em 2014, a atuação do Ministério Público Federal (MPF). Há várias décadas, famílias de pequenos agricultores faziam suas roças às margens do Rio Mamanguape, em uma área sujeita às cheias anuais do rio e por isso considerada, no passado, de pouco interesse econômico. Entretanto, em 2001, a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) ingressa com uma ação reivindicatória contra esses agricultores. Pouco depois, em 2002, alguns empresários italianos afirmam que adquiriram da CTRT essas terras e que os agricultores deveriam sair delas, que seriam utilizadas para a carcinicultura, a criação de camarões em viveiros. Diante da resistência da comunidade, chegam ao lugar capangas armados que ameaçam os agricultores. Naqueles dias, um trator destrói esses roçados da comunidade, que já se encontravam próximos do tempo da colheita. Os empresários ajuízam em 2003 uma nova ação, possessória. Muitos dos agricultores abandonam a área, mas um grupo resiste, cria uma associação e obtém uma primeira vitória judicial: em abril de 2004 o Juízo da Comarca indefere a medida liminar pedida pelos empresários.

Por aproximadamente nove anos, o processo não teve movimentações significativas. Os agricultores que resistiram permaneceram cultivando a terra e o empreendimento de carcinicultura não chegou a ser instalado. Porém, em novembro de 2013, o Juízo designa uma audiência para o início do ano seguinte. Em janeiro de 2014, os agricultores, assessorados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, solicitam a atuação do MPF. No mês de fevereiro de 2014 ocorre a audiência judicial e é concedida pelo Juízo uma medida liminar favorável a um novo empresário, que teria adquirido a área. Quando se dirigiram ao MPF, os agricultores se afirmaram como membros de uma comunidade tradicional. Se não o fossem, a atribuição para atuar no caso não seria do MPF e sim do Ministério Público Estadual. Por outro lado, caso se confirmasse o caráter tradicional da comunidade, isto

embasaria a continuidade da atuação do MPF. Assim, o procurador da República José Godoy Bezerra de Souza solicitou uma perícia antropológica acerca da tradicionalidade ou não dessa comunidade. Em 2015, fui designado para realizar essa perícia. Poder-se-ia dizer que essa comunidade não se enquadra no estereótipo de uma “comunidade tradicional”, já que, por exemplo, seus membros não habitam uma só localidade e alguns deles, inclusive, moram na zona urbana do município. Mas, um laudo pericial, enquanto peça técnico-científica, como afirma a antropóloga Alexandra Barbosa da Silva, visa justamente trazer “à tona uma visão e uma realidade que antes não havia encontrado espaço de (ou poder para) manifestação” (SILVA, 2015, p. 160). Assim, o objetivo deste artigo é descrever o trabalho de campo realizado e apresentar as razões que me levaram a concluir acerca da tradicionalidade dessa comunidade.

O trabalho etnográfico foi realizado durante 15 dias, de 25 de setembro a 9 de outubro de 2015. Iniciou-se com uma reunião em João Pessoa, na Procuradoria da República na Paraíba, com a presença de representantes do referido grupo social, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, do Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB) e da Comissão Pastoral da Terra. Após a reunião, desloquei-me para Rio Tinto, onde permaneci até o dia 09 de outubro. Na manhã do dia 26 de setembro, foi realizada uma reunião com as famílias do grupo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, durante a qual me apresentei como perito em antropologia designado pelo MPF. Dialoguei com os participantes acerca das atividades a serem desenvolvidas durante a perícia, ouvindo deles informações iniciais acerca de seu modo de vida e narrativas da memória relativa à terra em litígio.

Nos dias subsequentes, realizei entrevistas com os membros da comunidade e os acompanhei em seu trabalho na terra em questão, que eles denominam “Vargem do Mangue”. Visitei todas as famílias que ocupam a Vargem do Mangue em sua porção oeste (mais próxima da cidade de Rio Tinto), assim como várias famílias que ocupam a porção leste da Vargem do Mangue, mais próxima à localidade de Taberaba. Com estas últimas, também realizei uma reunião específica, no dia 05 de outubro.



Ao longo do trabalho de campo, também acompanhei vários membros do grupo social em suas atividades na feira de Rio Tinto, em momentos de sociabilidade e lazer, percorrendo também a área de mangue junto ao Rio Mamanguape e entrevistando aqueles membros que realizam atividades de pesca e coleta de crustáceos. Entrevistei também pessoas idosas que já trabalharam no local; a Cacique Potiguara Cal, da Aldeia Monte-Mor; a analista ambiental Thalma, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, Valdirene, e o vice-presidente do mesmo sindicato, Danilo. Junto ao Cartório de Rio Tinto, retirei certidão referente à matrícula do imóvel em litígio. Por fim, realizei reunião de encerramento no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, quando as famílias elaboraram a cartografia social de seu território e fizeram uma avaliação da interação com o antropólogo ao longo do trabalho etnográfico.

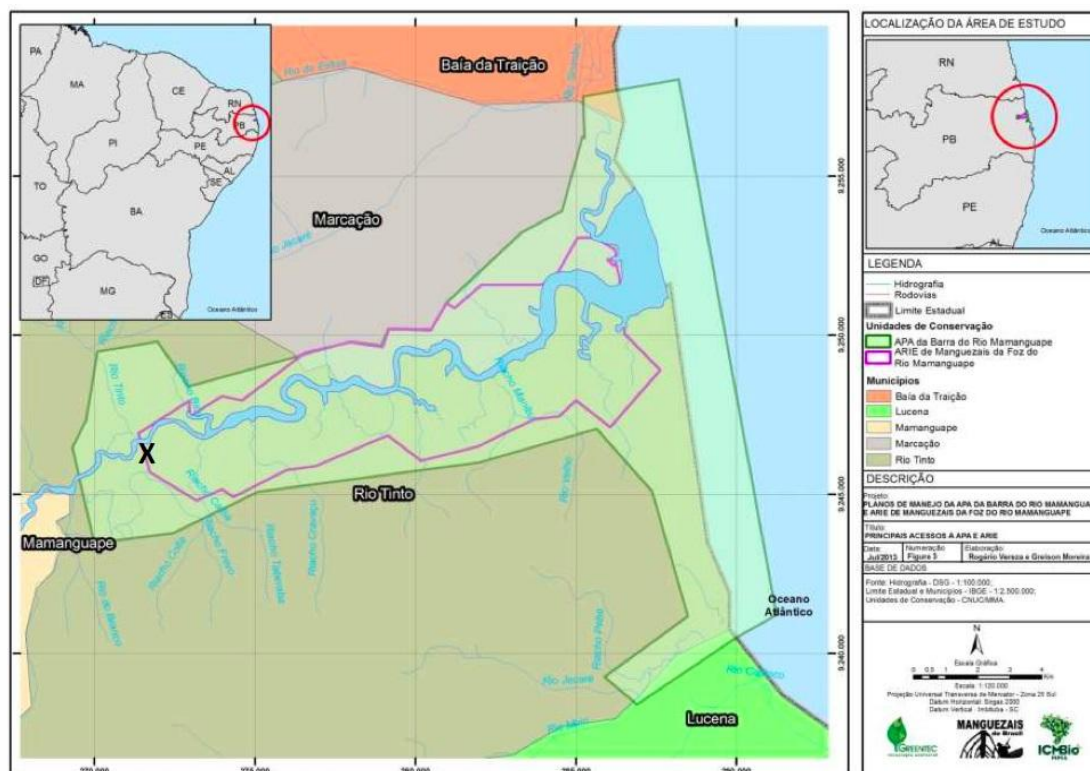
Tendo percorrido o itinerário metodológico da etnografia, realizei observação participante, entrevistas e elaboração de trajetórias de vida, visando construir uma descrição densa desse grupo social. Atenção especial foi dada à interação do grupo com o território. Percorri extensamente a área utilizada por ele, fotografando lugares e marcando pontos georreferenciados. Os dados geográficos coletados foram cotejados com a cartografia social elaborada pelo próprio grupo, de forma a obter um panorama dos usos e fazeres do grupo social inscritos na extensão territorial utilizada por ele. Além desse enfoque sincrônico, busquei uma perspectiva diacrônica, através do estudo dos processos históricos mais amplos que se deram na região de Rio Tinto e dos percursos históricos específicos dos grupos sociais em interação.

## **O ESTUÁRIO DO RIO MAMANGUAPE E O MUNICÍPIO DE RIO TINTO**

A região mais ampla na qual se situa o grupo social e o próprio município de Rio Tinto é o estuário do Rio Mamanguape (vide figura 1). O relevo da região é plano, constituindo o vale do referido rio. Em 1985, pelo Decreto nº 91.890/1985, foi criada a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Manguezais da Foz do Rio Mamanguape (BRASIL, 1985). Oito anos depois, o Decreto nº 924/1993, criou a Área de Proteção



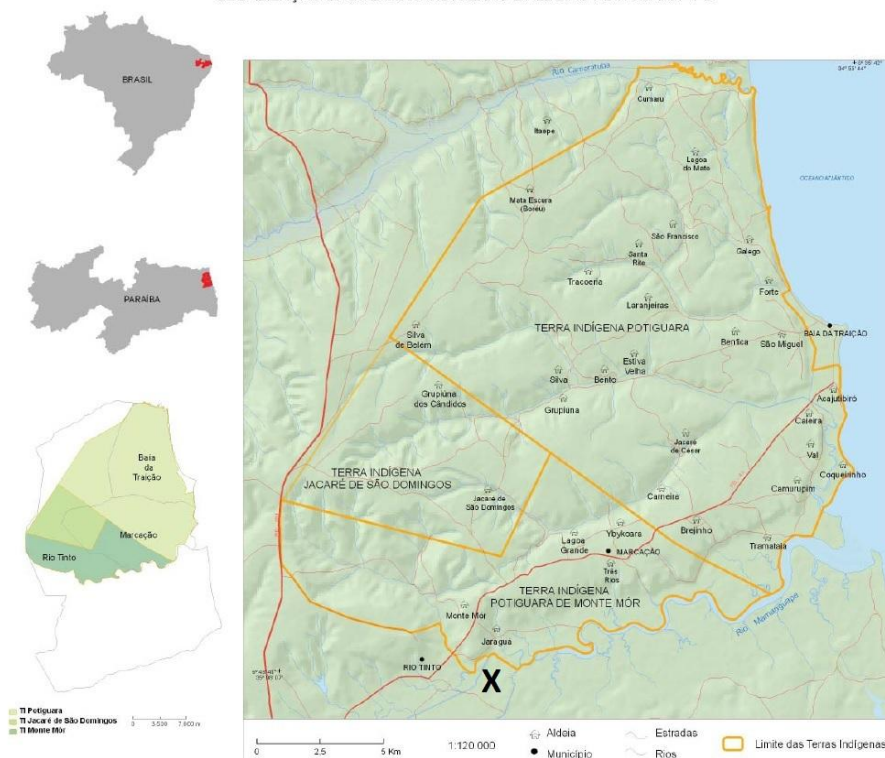
Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape (BRASIL, 1993). No mesmo decreto, foram indicados os objetivos de manejo para essa Unidade de Conservação, dentre eles: “IV – melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais” (Id.).



**Figura 1:** Mapa da APA da Barra do Rio Mamanguape (em verde-claro) e da ARIE de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape (delimitada pela linha rosa). A letra X, acrescentada por mim, indica a área em litígio, totalmente inserida na APA e parcialmente inserida na ARIE. Fonte: ICMBio, 2014.

O município de Rio Tinto, possuía, de acordo com os dados do censo de 2010, 22.976 habitantes e uma área de 464,883 km<sup>2</sup>. Sua população é 56,8% urbana e 43,2% rural, ainda segundo o IBGE. É significativa na região a presença do povo indígena Potiguara (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012). Uma parcela do território do município, assim como dos municípios limítrofes de Marcação e Baía da Traição está delimitado como terra indígena. São as Terras Indígenas Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mor (vide figura 2).

## LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS E ALDEIAS POTIGUARA - PB



**Figura 2:** Mapa das Terras Indígenas e Aldeias Potiguara – PB. A letra X, acrescentada por mim, indica a área em litígio, que faz divisa com o sul da Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor, separada desta pelo Rio Mamanguape. Fonte: CARDOSO, Guimarães, 2012.

Outra presença significativa na região é a da Companhia de Tecidos Rio Tinto (doravante CTRT ou Companhia), fundada pela família Lundgren, de origem sueca. Vale (2012) apresenta dados relevantes para contextualizar historicamente a relação da CTRT com os indígenas Potiguara e os conflitos fundiários decorrentes da implantação e atividade da Companhia, que inicia com a aquisição de terras em 1917 na região de Mamanguape. Os Lundgren já possuíam fábrica têxtil na cidade de Paulista, em Pernambuco, e conjunturas favoráveis, como a isenção fiscal de 25 anos oferecida pelo governo da Paraíba e a maior distância do movimento operário em Recife, parecem ter sido fatores que levaram à escolha de terras paraibanas para a construção de sua nova unidade fabril. E Vale narra os fatos que se sucederam a essa decisão:

A implantação deste projeto, na Paraíba, resulta de variáveis, desde a conjuntura econômica e seus desdobramentos. Pelo acordo com o governo

da Paraíba, os Lundgren partem em 1917, para a compra de terras do que viria a ser a nova cidade-fábrica. Para tanto, encarrega-se Arthur B. de Góes de conhecer terrenos na Aldeia da Preguiça, pequena comunidade habitada por pescadores e índios, à esquerda do rio Mamanguape. (VALE, 2012, p. 63).

Essa expansão não se dá sem conflitos. Para tanto, tenha-se a contenda com os índios potiguaras, que acusam os Lundgren de posse ilegal de suas terras, em Monte Mór e São Miguel da Baía da Traição. A fábrica havia se apossado dessas “terras cortando suas árvores para o uso da madeira nas construções das instalações fabris e para lenha das caldeiras”. (PANET, 1998, p. 58). Diante dos fatos, entre 1929 e 1930, o presidente do estado, João Pessoa, resolve a questão. José Octávio de A. Mello, ressalta que Pessoa, em suas anotações, utiliza Relatório de 1923, encaminhado à Diretoria de Proteção aos Índios, observando o seguinte:

*“Os terrenos distribuídos aos índios de Monte-Mór estão ocupados pelas grandes indústrias Lundgren e o terrenos que figuram como devolutos no referido anexo também foram pelos mesmos açambarcados, com ou sem justos títulos de que possam oportunamente se valer.”* MEDIDAS a tomar. Caderneta de anotações presidenciais. Correspondência passiva – 1929 2º Pasta. João Pessoa. Arquivo Presidente João Pessoa/Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. s.d.p. Apud MELLO, 1992, p. 299.

Os Lundgren, no período de construção da cidade-fábrica, não só compram terras em torno do Engenho da Preguiça, como também se apropriam das pertencentes aos índios potiguaras. João Pessoa trata de rever tal posse no Serviço de Proteção aos Índios, visando à demarcação das terras indígenas. Em novembro de 1929, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, designa uma comissão tendo a frente o inspetor do Serviço de Proteção, no estado do Mato Grosso, engenheiro Antônio Martins Vianna Estigarribia, para analisar:

*“As bases de um acordo sobre as terras dos antigos aldeamentos do índios de Monte Mor e São Miguel da Bahia da Traição, de modo a assegurar aos remanescentes dos índios potiguaras a posse das terras de que carecem para os trabalhos de lavoura e criação.”*

Porém, com o assassinato de João Pessoa, em julho de 1930, as medidas de demarcação das terras não se efetivam (VALE, 2012, p. 73).

Mais de 70 anos após os eventos de 1930 na Paraíba, a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor teve enfim sua portaria declaratória assinada em 2007, sendo que a Terra Indígena Potiguara e a Terra Indígena Jacaré de São Domingos já haviam sido anteriormente declaradas e homologadas. A partir da perspectiva indígena, em seu *Etnomapeamento Potiguara*, assim é descrita a instalação da CTRT por Cardoso e Guimarães:

As terras dos Potiguara, em sua história mais recente, foram ocupadas por grandes proprietários, dentre eles a poderosa família Lundgren, donos da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), conhecida no Brasil inteiro por meio da cadeia de lojas “Casas Pernambucanas”, acelerando o processo de invasão do território indígena e de destruição dos ambientes. A fábrica de tecidos se instalou às margens do rio Mamanguape, limite sul do atual território

indígena. Em 1918, iniciaram a drenagem e canalização das águas de uma lagoa ali existente, derrubaram a mata e abriram os primeiros caminhos (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012, p. 16).

No ano de 1932, a CTRT chegou a contar com 14 mil operários (*Id.* p. 74). E no ano seguinte, Frederico Lundgren recebe a visita do presidente Getúlio Vargas e, posteriormente, a CTRT recebeu um grande contrato da Marinha do Brasil, para o fornecimento de tecidos para a farda dos marinheiros (*Ibid.*). Em seu apogeu, as instalações da Companhia chegaram a ocupar mais de 330.000 m<sup>2</sup> (*Id.* p. 75). Entretanto, nos finais da década de 1960 a CTRT começa a declinar, devido à concorrência das indústrias têxteis do Sul e Sudeste brasileiro. Com a crise, vêm as demissões e a venda de terras:

A crise na fábrica, no início da década de 1970, é sentida com a demissão em massa de trabalhadores, em consequência os Lundgren, deliberam desfazer-se paulatinamente de parte das terras, que em parte é destinada, como observa Amélia Panet, para o cultivo da cana-de-açúcar, no contexto da criação do PROÁLCOOL: “A Cia. negociou algumas casas, alguns prédios públicos com os moradores e começou a vender suas terras, estas em sua maioria foram destinadas às destilarias de álcool, que as usam no plantio da cana-de-açúcar, cultura típica da região desde os primórdios de sua ocupação. Com o PROÁCOOL, instituído em 1975, a maioria das terras do município de Rio Tinto foram destinadas, a partir da década de 80, ao cultivo da cana-de-açúcar, desfigurando a paisagem da região e destruindo grande parte das reservas de mata atlântica que ainda existiam no local. De 1981 à 1985, a Companhia de Tecidos Rio Tinto se desfez da maioria de suas terras.” (PANET, 1998, p. 40). Gradativamente a fábrica, entre 1983 e 1990, caminha para o fim de suas atividades. Em 1990, os Lundgren desativam-na por completo, segundo o diretor Walter Shummacher, devido às circunstâncias econômicas (VALE, 2012, p. 76).

O impacto ocasionado pela introdução massiva do cultivo da cana-de-açúcar foi sentido pelos pequenos agricultores da região. Assim como a CTRT, as grandes usinas açucareiras são um elemento que determina fortemente o meio ambiente, a paisagem e as relações sociais na região.

No que toca à Companhia, essa presença não ficou no passado: ainda que tenha havido o fechamento das instalações fabris, a CTRT continua atuando na região, administrando seus interesses imobiliários. Como observa Vale e como pude constatar no campo, “a maioria das casas de Rio Tinto é de propriedade da família Lundgren” (*Id.*

p. 77), o que faz com que a CTRT ainda tenha um peso econômico, político e simbólico significativo no município.



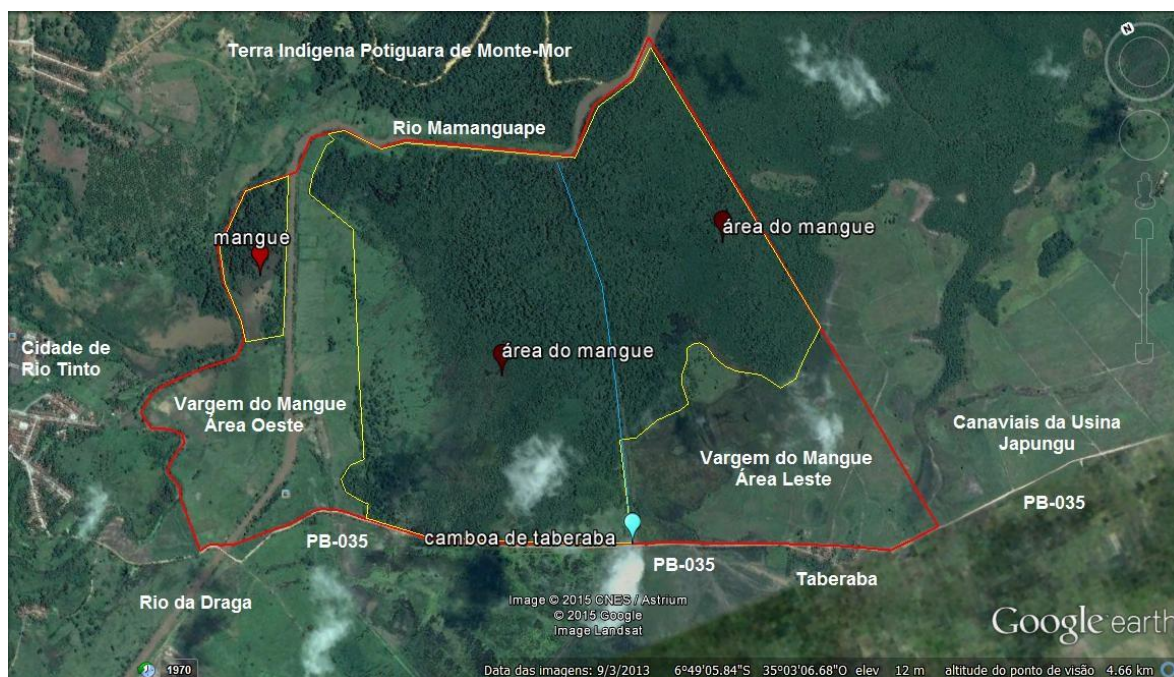
**Figura 3:** Praça João Pessoa, a praça central de Rio Tinto, com estátua de Frederico Lundgren e a Igreja Matriz de Santa Rita de Cássia, que reproduz o estilo arquitetônico da fábrica da CTRT. Fonte: Foto do autor, 7 de outubro de 2015.

Entrevistei uma família que morava há décadas numa casa com amplo quintal e árvores frutíferas, pertencente à CTRT, pagando aluguel, e recentemente teve de se mudar para uma casa exígua, sem quintal, por conta de pressões de um preposto da Companhia. A casa foi demolida e na área será construído um condomínio. A promessa que foi feita à família era de que ela se tornaria proprietária da casa menor e não mais necessitaria pagar aluguel. Porém, a CTRT não fez a transferência do imóvel e continua a exigir o pagamento mensal do aluguel. O grande quintal com fruteiras lhes garantia um mínimo de segurança alimentar, mas agora dependem exclusivamente da agricultura de subsistência. Quando lhes perguntei se não iriam procurar os seus direitos, me disseram, com lágrimas nos olhos, que tinham medo.

Este episódio possibilita perceber como permanece atual na região a truculência e o poder de grandes empresas. O contexto de violência que ficou impresso na memória da comunidade nos eventos ocorridos em 2001 e 2002, desde que ocorreu, de

forma paroxística, através de ameaças de capangas e destruição de plantios, se repete de forma insidiosa nas microviolências do cotidiano.

## COMUNIDADE DA VARGEM DO MANGUE



**Figura 4:** Imagem de satélite mostrando a área de ocupação da Vargem do Mangue, podendo-se observar à esquerda parte do núcleo urbano de Rio Tinto. O polígono delineado em amarelo indica a área do imóvel em litígio, de 517 hectares, segundo dados do Incri, de 2004. Fonte: Imagem do Programa Google Earth trabalhada pelo autor.

A área ocupada há décadas pelo grupo social em estudo para suas atividades de subsistência – agricultura familiar e pequena criação de gado – localiza-se à margem direita do Rio Mamanguape, tendo a oeste o referido rio (que nesse trecho é estreito e de pouco volume de água, já que o volume maior foi canalizado para o “Rio da Draga”), ao norte e ao leste uma área de mangue e ao sul a rodovia não-pavimentada PB-035.

Na figura 4, a área ocupada pelo grupo situa-se na porção oeste (esquerda) do polígono delineado em amarelo. Mas a área de uso para atividades de subsistência do grupo é mais ampla, já que também é integrada pelas áreas de mangue a norte e a leste, onde membros do grupo pescam e realizam coleta de crustáceos. O grupo social está organizado numa associação desde o ano de 2002, a Associação Comunitária dos

Pequenos Criadores de Animais e Agricultores da Margem do Rio Mamanguape (doravante Associação Comunitária da Margem do Rio), que tem forte diálogo com o ICMBio e disposição de usar seu território de forma sustentável.

Ressalte-se que parte significativa da área está inserida na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape e que a área está integralmente inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, sendo que a Associação Comunitária da Margem do Rio integra o Conselho Consultivo da APA e da ARIE. Dentro do perímetro do imóvel em litígio há uma segunda área de uso coletivo, junto à localidade de Taberaba. Também essa ocupação tem perdurado por décadas e os agricultores e pequenos criadores de gado que lá trabalham estão organizados numa segunda associação: a Associação Comunitária dos Moradores de Taberaba.

A Vargem do Mangue encontra-se a poucos quilômetros da foz do Rio Mamanguape (aproximadamente 15 km em linha reta) e é amplamente afetada pelas marés. Conforme a maré, vazante ou enchente, o teor de sal na água varia substancialmente. Quando a maré está enchendo a água no rio é salgada. Isto impede que se pratique uma agricultura de irrigação com a água do rio. Assim, os cultivos são de sequeiro, sobretudo o feijão de corda, mas também a melancia, o melão, a batata-doce.

Por outro lado, na estação chuvosa os terrenos são muitas vezes inundados, o que inviabiliza os cultivos durante uma parte do ano. Os pequenos criadores de gado mantêm os seus rebanhos, formados por poucas cabeças de gado, em regime de confinamento. Dessa forma adequam-se às exigências ambientais relacionadas à APA. Não há na área qualquer casa, justamente devido às enchentes periódicas. Em certos anos, como em 2014, não há inundações, mas em outros chegou a ser necessário chegar ao local de canoa para retirar produtos a ponto de colher, frente à chegada inesperada das águas.

Assim, os que trabalham na Vargem do Mangue têm as suas moradias em diversos lugares da região. Muitos moram no centro de Rio Tinto. Dona Luzia, por



exemplo, que mora no início da área urbana, tem a sua casa na Rua São José, a 1,4 km de distância, e pode chegar na entrada da Vargem do Mangue com apenas 15 minutos de caminhada, gastando menos de 20 minutos para chegar de casa à sua roça. Outros que moram um pouco mais distante, como Seu Antônio, que tem sua casa em Mamanguape, chegam à Vargem de bicicleta. Várias famílias moram em Areia Branca, localidade que fica a 4 km de distância, após Taberaba. E outras moram em Boa Vista, que fica após Areia Branca, a 6,5 km de distância da Vargem do Mangue. Na verdade, essa distância de poucos quilômetros entre o local de habitação e o local de cultivo é bem usual em muitas comunidades rurais.

Na região da área em litígio, a vegetação nativa é de manguezal. No entanto, os desmatamentos acima referidos atingiram também as matas ciliares do Rio Mamanguape e atualmente é possível visualizar amplos descampados. A várzea às margens do Mamanguape já era outrora ocupada por pequenas roças, muitas delas de indígenas da etnia Potiguara. Com o declínio da CTRT, alguns pequenos agricultores que anteriormente trabalharam (ou tiveram alguém da família que trabalhou) na fábrica de tecidos também se juntaram aos “caboclos”, ou seja, os indígenas Potiguara, que já utilizavam a várzea. Igualmente, alguns pequenos criadores de gado passaram a lá deixar seus animais a pastar.

Segundo os entrevistados, não se sabe ao certo se a área pertencia à CTRT ou se eram terras da União. De qualquer forma, naquele tempo, o poder da Companhia no município de Rio Tinto independia de registros imobiliários. No entanto, essas áreas não tinham valor econômico significativo para a CTRT, que já havia explorado a madeira do mangue que lá existia, de tal forma que os pequenos posseiros eram tolerados, permanecendo lá por décadas, sem lhes ser reclamado o pagamento de qualquer foro ou renda.

Por volta da década de 1970, tendo por objetivo solucionar as frequentes enchentes na cidade de Rio Tinto, realizou-se a dragagem de um novo leito para um trecho de aproximadamente 9 km do Rio Mamanguape, situado em torno de 300 metros a sudeste do traçado original do rio. Esse trecho, que corta ao meio a porção

oeste da Vargem do Mangue, ficou conhecido popularmente como o “Rio da Draga”, ainda que em alguns mapas figure como o próprio Rio Mamanguape.

Tal dragagem ocasionou que, ano a ano, na ocasião das enchentes, mais areia viesse a ser depositada nas margens do Mamanguape, de sorte que a faixa arenosa foi se tornando progressivamente mais extensa. Aquela terra que nos meses da estação chuvosa ficava inundada pela maré e que durante outros meses ficava infestada de insetos – “as muriçocas e mutucas são de cortar com o facão”, disse-me um agricultor – não era cobiçada na época. Justamente por isso, constituía-se um refúgio para a povo pobre, que podia obter de modo informal uma pequena parcela de terra para a sua subsistência. Com o aumento da faixa de areia nas margens do Rio da Draga, areia apropriada para o cultivo do feijão, houve também um progressivo aumento de agricultores ao longo das décadas de 1980 e 1990, de tal sorte que, no início da década de 2000, de acordo com alguns entrevistados, o seu número se elevava a quase uma centena de famílias.

Logo na reunião inicial do trabalho de campo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, defrontei-me com uma situação imprevista: a presença de membros de um grupo social aparentemente diverso: moradores da localidade de Taberaba, situada a 4 km de distância da entrada para a Vargem do Mangue. Ao contrário dos trabalhadores desta última, os moradores de Taberaba não figuram no polo passivo da ação de reintegração de posse que suscitou a solicitação de perícia antropológica por parte do MPF. Assim, à primeira vista, não haveria que enfocá-los no laudo pericial. Mas o próprio grupo teve a iniciativa de me procurar e expor as suas razões.

Esse grupo de moradores de Taberaba – que não constitui o universo total de habitantes dessa localidade – trabalha no mesmo imóvel rural, mas em sua porção leste. Após o tempo dos conflitos em 2001 e 2002, foi obtido junto ao INCRA, pelas lideranças da comunidade da Vargem do Mangue, em 2004, o memorial descritivo e o mapa do imóvel em litígio. E, assim como havia trabalhadores na porção mais próxima a Rio Tinto, igualmente havia (e há) trabalhadores que ocupam a várzea na área que se



situa em frente a Taberaba. São 36 famílias de Taberaba que trabalham no interior da terra em litígio. De acordo com eles, sua presença na área remonta a várias décadas, assim como os trabalhadores do setor oeste. E, do mesmo modo que lá, há pessoas que trabalham na lavoura e outros que são pequenos criadores de gado.

Dentre os moradores de Taberaba que visitei, apresento aqui alguns dados da entrevista com Paulo, de 59 anos. Casado com Maria José, de 68 anos, e pai de 8 filhos, Paulo disse que é “nascido e criado” em Taberaba. E continua:

Meu pai foi trabalhador fundador da Companhia, faleceu há 20 anos, chegou aqui em 1940. Logo no começo ele trabalhava pagando diária, depois pagava foro e depois pagava aluguel. Há uns 20 anos era muito ruim. Os homens botavam casa abaixo. Há 17 ou 20 anos formamos a Associação (Comunitária dos Moradores de Taberaba). Depois que formamos a Associação, a Companhia começou a se afastar e as coisas foram melhorando. Aí, depois, chega outra pessoa e diz: “O terreno aqui é meu”. A polícia quis entrar no meio. A gente disse: aqui só tem pai de família, o lugar de vocês é na cidade, buscando bandido! Eles vieram com arame. Quando os homens da usina Japungu chegaram eu entendi.

Os trabalhadores da Vargem do Mangue, na sua porção leste, deparam-se mais de perto com a problemática causada pela ocupação do solo pelas usinas de cana-de-açúcar. No interior do imóvel, bem próximo a três moradias da comunidade, há uma área ocupada pela Usina Japungu com 25 hectares de cana-de-açúcar plantada. O problema mais grave, de acordo com os moradores, é a pulverização de agrotóxicos. Afirmou uma senhora, que mora em uma das casas, que quando o “veneno” é pulverizado ela não aguenta e tem de sair de casa com seus filhos. Já no exterior do imóvel, mas contíguo a ele, há extensos canaviais da mesma usina, que são também pulverizados com agrotóxicos. Na reunião, muitos moradores afirmaram sua presença na área há décadas e expressaram sua determinação em permanecer na terra na qual trabalham. Solicitaram a atuação do Ministério Público Federal, no sentido de obter a regularização das terras que ocupam.

## **PARA ALÉM DE UMA VISÃO REIFICADA DE COMUNIDADE TRADICIONAL**



Marco fundamental na conceituação sociológica e antropológica de comunidade tradicional é a reflexão de Max Weber (1864-1920) acerca da distinção entre *Gemeinschaft* – palavra alemã que costuma ser traduzida ao português como “comunidade” – e *Gesellschaft* – traduzida frequentemente como “sociedade” ou “associação”. Tal binômio é apresentado em sua obra clássica *Economia e sociedade*. Weber, entretanto, baseou-se nas ideias do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1835-1936), que propunha essas duas palavras para caracterizar a dicotomia entre, por um lado, os laços sociais baseados em interações pessoais (*Gemeinschaft*) e, por outro, as interações sociais indiretas, com seus papéis impessoais e valores formais (*Gesellschaft*).

Assim, para Tönnies (1947), *Gemeinschaft* referir-se-ia aos grupos sociais baseados no sentimento de unidade e afeto mútuo, como a família e a vizinhança em contextos pré-modernos e rurais, enquanto a *Gesellschaft* teria por foco os grupos impessoais, organizados segundo interesses individualistas próprios de um contexto moderno e urbano. Weber, por sua vez, compreende *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* como *tipos ideais* para acentuar os elementos-chave em jogo na transformação de sociedades agrárias em estados capitalistas. Se a *Gemeinschaft* se enraíza num sentimento subjetivo “afetivo ou tradicional”, a *Gesellschaft* baseia-se no “acordo racional e consentimento mútuo”:

[...] a ação comunitária refere-se à ação que é orientada pelo sentimento dos agentes de pertencimento a um todo. A ação societária, por sua vez, é orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado (WEBER, 1982, p. 215).

A primeira edição de *Economia e sociedade* é de 1921, mas, Weber continuará desenvolvendo seu pensamento em edições subsequentes de sua obra, o que o levou a modificar o primeiro par conceitual *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, passando a utilizar estas palavras no gerúndio: *Vergemeinschaftung* e *Vergesellschaftung*, para acentuar o caráter processual dessas noções<sup>2</sup>. Tendo em conta essa evolução no pensamento

---

<sup>2</sup> Agradeço o Prof. Mauro Almeida, que ministrou conferência para os peritos em antropologia do MPF no curso “Comunidades tradicionais, desenvolvimento e transformações socioculturais: o desafio do

weberiano, o professor Mauro Almeida propôs uma nova tradução para a citação anterior:

Uma relação social denomina-se ‘comunitarização’ (*Vergemeinschaftung*) quando e na medida em que a atitude da ação social repousa num copertencimento (afetivo ou tradicional) subjetivamente sentido pelos participantes. Em contraste, “uma relação social denomina-se ‘societarização’ (*Vergesellschaftung*) quando e na medida em que a atitude da ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou a fins). (WEBER, 2000, p. 25; PANTOJA, COSTA e ALMEIDA, p. 131).

Ora, em que tal afirmação é iluminadora para a situação social sobre a qual aqui refletimos? Em artigo enfocando o surgimento de novas identidades étnicas numa reserva extrativista no Acre, Pantoja, Costa e Almeida (*ibid.*) evocam a mesma contribuição de Weber, apontando que, ao falar de “comunitarização” o sociólogo alemão “preocupa-se desde o início em rejeitar qualquer reificação ou naturalização de ‘comunidade’, afirmando que não basta a existência de ‘traços herdados’ em comum num conjunto de indivíduos para que haja ‘relações comunitárias’”. Assim, se tratamos de examinar se determinado grupo social constitui-se como comunidade tradicional, o primeiro passo é afastar a reificação, ou seja, não se trata de entender meramente “comunidade tradicional” como uma substância<sup>3</sup>, formada de determinados atributos externos a serem constatados pelo perito como presentes ou não no referido grupo.

Assim, um adequado enfoque epistemológico não fundamentaria o caráter tradicional de uma comunidade em uma imemorialidade ou ancianidade da sua ocupação em determinada área, nem privilegiaria a detecção de sinais externos de diferenciação em relação a populações vizinhas. Como afirma Grünewald (2011, p. 90), “identidades e fronteiras sociais (ou étnicas) são construções coletivas e não elementos substantivos pressupostos por agentes individuais externos”. Vejamos o

---

diálogo intercultural aquém e além das assimetrias”, em 2015, em Brasília, por nos fazer notar a relevância desse desenvolvimento do pensamento weberiano para a compreensão das comunidades tradicionais no Brasil.

<sup>3</sup> Weber, no capítulo “Relações comunitárias étnicas” de seu *Economia e Sociedade*, estuda a crença no pertencimento étnico, destacando que “a crença na afinidade de origem – seja esta objetivamente fundada ou não – pode ter consequências importantes particularmente para a formação de comunidades políticas” (WEBER, 2000, p. 270). Essa construção subjetiva, que vai além da existência ou não de uma origem comum, é o que estrutura as interações sociais e as organiza.



que Weber afirma que caracteriza uma comunitarização:

Uma relação social surge somente quando eles de alguma maneira orientam seu comportamento uns para com os outros – não apenas cada um deles face ao mundo circundante – com base nesse sentimento; é só na medida em que esta relação evidencia um sentimento de copertencimento é que surge uma “comunidade” (*Gemeinschaft*) (WEBER, 2000, p. 26).

Trata-se, portanto, de uma conformação, uma *percepção* do grupo que é *mobilizada* para a ação social - “orientam seu comportamento uns para com os outros”, no dizer de Weber. Aqui se chega à dimensão política da comunitarização: o sentimento de pertencimento comum conduz o grupo social a comprometer-se visando o mesmo projeto histórico, que pode ser verificado no trabalho de campo etnográfico.

Destaco ainda a importância do conceito de “processo de territorialização”, tal como proposto por João Pacheco de Oliveira (1998), para pensar como se dá a reorganização de um grupo social em um dado território em meio à sua autoatribuição identitária, no caso em tela, a sua autoidentificação como “comunidade tradicional”. Pacheco de Oliveira define processo de territorialização como o movimento pelo qual um grupo social “vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais” (OLIVEIRA, 1998, p. 56). Com essa formulação, ele se alinha à ênfase atribuída por Fredrik Barth (2000) à interação social entre entidades sociais distintas como o ponto fulcral da *etnicidade* ou *identidade*. Mas Oliveira quer ir além, apontando o contexto intersocietário específico no qual se dá a gênese dessas identidades sociais, que é o contexto do Estado-nação. Ou seja, será olhando detidamente para as *situações históricas* específicas que poderemos compreender o processo social em seu devir.

Por fim, apresento aqui o conceito de territorialidade proposto por Paul Little (2002). O autor, partindo de “uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos” (LITTLE, 2002, p. 3), define a territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar,



controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland*” (*ibid.*). Já que um território é produzido por essas condutas do grupo social, “isso implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (*ibid.*) e, por sua vez, tal territorialidade terá suas expressões. Neste sentido, o autor utiliza a noção de *cosmografia*, que define como:

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (*id.*, p. 4).

É a partir destes referenciais teórico-epistemológicos que se pode fazer uma leitura antropológicamente pertinente da definição oficial de povos e comunidades tradicionais, de acordo com o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

[G]rupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Os avanços do pensamento antropológico refletiram-se também na esfera jurídica. Muito da perspectiva aqui abordada consubstanciou-se normativamente, por exemplo, na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e na Constituição Federal Brasileira de 1988. O Prof. Alfredo Wagner de Almeida (2008) aponta para a virada que significou o artigo 231, ao deixar de lado uma concepção essencialista que vinculava os direitos territoriais indígenas a uma imemorialidade dificilmente demonstrável e reconhecer que as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” são aquelas:

[...] por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas

atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988).

Ora, Almeida expõe que, de acordo com a Constituição Federal, “a ocupação permanente de terras e suas formas intrínsecas de uso caracterizam o sentido peculiar de ‘tradicional’” (ALMEIDA, 2008, p. 39). Avançando sua reflexão, ele chega a uma formulação que nos pode servir de sumário de muitas das contribuições da ciência antropológica acerca das comunidades tradicionais:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente uma certa identidade. A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do estado (ALMEIDA, 2008, p. 118-119).

## **CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS**

Claudecir da Silva Braz, conhecida como Cal, é Cacique da Aldeia Monte Mor e vereadora do município de Rio Tinto. Em entrevista que me concedeu, expôs a sua preocupação com a situação da comunidade da Vargem do Mangue, sujeita a perder a terra que garante a sua sustentabilidade:

Desde criança conheço esse pessoal que ocupa essa área, trabalhando e tirando de lá a sua subsistência. Ano passado fomos tomados de surpresa por





uma decisão de uma liminar que pedia a área de volta. E o pessoal ficou assustado. Pra quem é aqui da cidade e conhece sabe que aquela área é ocupada por eles há muitos anos. Porque eu tenho 42 anos e desde criança a gente sempre presenciou que é uma área ocupada por eles. E sempre foi uma área produtiva, plantam o feijão, o milho, a batata. Então, a gente fica preocupada, porque vê que aquelas pessoas estão ali sobrevivendo há tanto tempo com a sua agricultura, tirando sua sustentabilidade e, de repente, o terreno foi vendido pra esse empresário que ninguém nunca viu na cidade. E, sem consultar as pessoas, fazer uma perícia ou vistoriar a fundo, saiu essa liminar dando ganho a esse senhor e querendo tirar de lá todas essas pessoas. Por isso eu sugeri às pessoas que procurassem seus direitos.

Também afirmou a sua memória e de sua avó acerca da presença de pessoas trabalhando na Vargem há mais de 50 anos e evocou os conhecimentos compartilhados entre indígenas e os trabalhadores da Vargem do Mangue acerca dos recursos naturais da maré, então abundantes.

Nós, indígenas, somos solidários, temos parentes lá, somos amigos e a gente tem sempre se ajudado. E até porque é uma questão social, a gente tentar proteger os nossos parentes e amigos que buscam sobreviver fora da aldeia. Nossos vizinhos, porque é só a maré que nos separa! Quantas vezes a gente não atravessava o rio pra pegar uma batata, porque sempre teve esse elo de troca, pegar uma batata, um feijão verde no dia em que estavam pescando... Minha avó só pescava e vivia de agricultura, então a gente sempre teve esse elo. Tem ali pessoas há mais de 50 anos naquela área, porque eu era criança, acompanhava minha avó ali e ela já conhecia. Tive uma infância acompanhando minha avó e a maré era muito rica. Você trazia camarão, peixe, de todas as qualidades, era uma festa de caranguejo! Hoje a gente não tem mais aquela área bonita, que a batata saía pelo leirão! E hoje a gente vê a terra assoreada por causa da cana-de-açúcar... Em 2002, quando teve aquele conflito nós também apoiamos, fizemos uma Audiência Pública com o Incra, o ICMBio, e desde então a gente vem lutando pra dar apoio moral que eles precisam pra permanecer nas suas áreas. E tinha um pessoal mais velho, indígena, que trabalhava ali, o Seu Mansinho, o Manoel Guilherme sempre trabalhou ali com a família dele. E era esse elo. Por isso, a gente nunca quebrou o elo de apoio a eles.

A época da *andada* do caranguejo, os diferentes teores de sal conforme as fases da maré, as plantas do mangue, o regime de cheias do rio, os animais que habitam a Vargem, os modos de cultivo, e toda uma gama de conhecimentos experienciais, transmitidos e recriados a cada geração, que possibilita um uso múltiplo e sobretudo sustentável de seu território<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A partir das entrevistas com os membros da comunidade da Vargem do Mangue, em um trabalho de

Também realizei entrevista com Thalma, bióloga, analista ambiental do ICMBio. Ela está lotada na APA da Barra do Mamanguape desde 2007, mas antes trabalhava exclusivamente no Projeto Peixe-boi pelo Centro de Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA/ICMBio, dentro da Unidade de Conservação. Desde 2010, passou a atuar também em outras atividades além do Projeto Peixe-boi. Afirmou que seu contato com os membros da Associação Comunitária da Margem do Rio se deu “no final de 2012 e início de 2013, quando foi realizado o cadastro das famílias dessa comunidade”. Ela apresentou alguns dados relevantes sobre a área e seu uso pela comunidade:

Já há muitos anos não existe na área uma mata ciliar, somente há uma vegetação baixa de capim e pequenos arbustos. Na estação chuvosa esta área fica inundada e eles não a utilizam. Depois, já fertilizada, eles a cultivam, produzindo a sua agricultura de subsistência quando as águas recuam. Eles dão uma distância de 8 a 10 metros da calha do rio. As cabeças de gado são poucas e são criados já fora da área de preservação permanente. Os animais não pastam soltos, mas em currais. O forte deles mesmo é a agricultura. Observei durante a vistoria que eles trabalham com áreas de pousio, fazem essa rotação de culturas. Como líder, o Seu Antônio afirmou que não permite o uso de agrotóxicos. E, de fato, nunca recebemos nenhuma denúncia de uso de agrotóxicos.

E fez sua avaliação quanto à presença do grupo na APA da Barra do Maranguape, considerando plausível a possibilidade de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS):

Como é uma área que já vem sendo cultivada há muitos anos, a presença deles é algo bem-vindo pela Unidade de Conservação. Eles estão sempre abertos a conversar e discutir, nos pediram cursos de capacitação. Eles mostram uma disposição em dialogar e até mesmo reflorestar. Considero que a constituição de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup> seria uma alternativa adequada para eles.

Dona Luzia, 51 anos, expressou assim sua atenção e cuidado pela terra em que trabalha, assim como o seu afeto:

---

campo etnográfico mais prolongado, seria possível delinear a sua *cosmografia*, seus saberes, usos específicos e vínculos afetivos constituídos historicamente em sua relação com o seu território.

<sup>5</sup> A RDS é um tipo de Unidade de Conservação de uso sustentável destinada a abrigar populações tradicionais, previsto na legislação do SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Vide artigo 20 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).



Uma terra em que a gente trabalha não é para ser poluída, não! É pra ser cuidada! Eu digo: o que tiver de plástico, bota num saquinho e leve pra fora, pra não ir pra dentro da terra. Que quando a gente corta a terra e tem um pedacinho de plástico, aquilo daí já derrota a terra. Quando vem a cheia bem grande, a terra da gente fica cheia de plástico, de garrafa, lá do rio. A gente trabalha aqui, mas a gente tem muito cuidado com essa terra. Por que nós tem cuidado? Porque nós precisamos disso aqui! Daqui nós tira o nosso sustento. A gente agradece a Deus por uma terra dessa maravilhosa! Se não fosse tão seca, a gente plantava maniva de macaxeira... Apesar de todos os apertados que a gente passa, a gente tira de letra. Sabe por quê? Aqui é um alívio que a gente tem, onde a gente pode trabalhar. Porque a gente sabe que tem um pedacinho de terra pra trabalhar, pra plantar uma macaxeira, um jerimum, um melão, um feijão, uma melancia... Isto aqui é a minha vida, se eu perder isso aqui, não sei o que vai ser de mim. Se um dia os homem tomar essa terra da gente, o que vai ser da gente? A gente vai viver de quê? Porque a gente não tem outro meio de vida. Mas a gente confia no Deus vivo, que ele nunca vai deixar seus filhos desamparados. A gente sem esse pedacinho de terra, a gente somos que nem um passarinho que perdeu a asa...

Dona Diomar, conhecida como Dona Castanha, tem 56 anos e mora em Taberaba. Ela é filha do lugar. Seu marido também nasceu lá. Chama-se João, tem 53 anos. Eles têm 7 filhos e 8 netos. Dona Castanha tem agora plantado batata e feijão na Vargem do Mangue. Ela aprendeu a ser parteira quando tinha 15 anos, com sua avó, Massomila, que faleceu há 25 anos, com 80 anos de idade.



**Figura 5:** Tereza e Vitória, da Vargem do Mangue, observam o covo feito de modo artesanal por Tereza, utilizado por ela em suas frequentes pescarias. Fonte: Foto do autor, 29 de setembro de 2015.

Não é com frequência que Dona Castanha faz partos, só quando há casos de urgência. Ela conta que já faz 2 anos que ela “cortou o umbigo de um”. Mas o que diariamente Dona Castanha faz é rezar para todos que a procuram. Começou quando se tornou mãe, benzia os seus próprios filhos. Sua avó também lhe ensinou algumas rezas. Certo dia, alguém lhe pediu que rezasse sua criança, que teve visível melhora. Logo, surgiram pedidos frequentes. Seu marido critica o fato de ela gastar muito tempo atendendo as pessoas. Mas ela afirma que, mesmo que seu marido reclame, ela não vai deixar de rezar. Observe-se aqui a extrema relevância da atividade ritual, e, especialmente, das práticas rituais de cura, no processo de comunitarização desse grupo, na medida em que está estreitamente relacionado às dinâmicas identitárias e reforça a coesão social.

## **NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA**

O senhor José Francisco, de 60 anos de idade, conhecido como Seu Maré, após o falecimento de sua esposa, há três anos, deixou de trabalhar na Vargem do Mangue. Ele mora atualmente em Mamanguape e a localização de sua casa me foi indicada por D. Gerusa, 57 anos, sua cunhada. A trajetória de vida de Seu Maré está intimamente relacionada com a Vargem do Mangue. Sua família é de origem indígena e seu pai, conhecido como Seu Mansinho, foi citado por vários dos entrevistados como figura de grande importância na Vargem, muito estimado por todos. Com voz suave – como devia ser a de seu pai – o Seu Maré começou a narrar sua vida:

Meu nome é José Francisco do Nascimento, mas o povo só me conhece como Maré. Eu nasci na Baía da Traição, *meu pai era caboclo*, e eu vim menino da Baía da Traição pra Mamanguape. Nos 70, meu pai já trabalhava lá pelo mangue. Comecei a trabalhar na agricultura com 5 anos de idade, mas eu tinha 20 e poucos anos quando fui trabalhar com meu pai por lá. Eu comecei vendo o meu pai trabalhar naquela vargem já cansado, dentro de uma barraquinha, cheio d'água... Quando chovia, a casa ficava cheia d'água. E eu pensei: “vou acompanhar o meu pai!” E comecei ficando mais ele, plantando feijão, batata, macaxeira, abóbora. É muito bom quando o filho começa a trabalhar junto com os pais. A gente produz melhor, não é isso? Lá tinha o Seu Miguel, o Morais, o Seu Gabriel... Até que ele foi pra Regina, terra dos caboclos, também. Aí eu fiquei no lugar dele. Meu filho, eu não vou poder



trabalhar mais, que eu tô cansado... A gente ia pescar de anzol, passava o dia inteiro lá, era muito trabalhador ele... O nome dele era Francisco Inácio, mas o apelido era Seu Mansinho. Eu vi que o local era muito bom, pelo fruto, e resolvi trabalhar lá. E é um lugar muito bom, tive um bom fruto ali, bom produto. E fomos trabalhando e dando fruto no terreno e graças a Deus dava tudo certo. Diz que o filho só puxa o pai quando é cego, né? No trabalho, na convivência, no respeito, na delicadeza, não é isso? Então, o que a gente pode puxar é assim, porque a gente não pode tudo chegar, e avançar, não! Chegar calmo, escutar os outros, a gente escutar o que ele vai dizer, se explicar bem, tudo é importante... A história do meu pai ali naquela vargem é muito velha...

Seu Maré fez menção à sua ancestralidade indígena e às práticas culturais e referências éticas passadas de geração a geração. Pela tradição oral, experiência e observação, os filhos aprendem dos pais. Na Vargem, aquele complexo ecossistema, formado por terras férteis e mangue, múltiplas formas de reprodução social se desenvolviam.

Quando comentei que nos autos do processo foi dito que os agricultores chegaram na Vargem em 2001, Dona Gerusa falou:

Foi muito antes! O Seu Mansinho envelheceu naquela maré! Começou ainda jovem. Isso aí é uma mentira muito cabeluda. Eu comecei a frequentar essa vargem do Maré no tempo que Seu Mansinho tava novo ainda! Não é de agora, recente, é de muito antes. Ele faleceu com 94 anos, aqui nesta casa.

Perguntei se no tempo de Seu Mansinho, a Companhia não lhes incomodava. Dona Gerusa respondeu:

A Companhia em si não ia incomodar, ou querer tomar terreno... Se fosse da Companhia esse terreno, pra início de conversa, ela ia encher de vigia pra não deixar ninguém entrar! A história de Rio Tinto é desses alemães que invadiram o lugar, que mataram muitos índios, botaram fogo nas aldeias, escravizaram outros... Como que esse povo tem uma documentação legal? Que cartório passou tudo bonitinho, se Rio Tinto, toda essa redondeza daqui é indígena? Aí vêm os alemães pra cá, tomam posse de tudo e dizem, eu tenho documento... Não é pra se pensar?

Armando, 51 anos, apelidado “Babia”, atual vice-presidente da Associação Comunitária da Margem do Rio, narrou sua história de vida e a ligação de sua família com a Vargem do Mangue. Ele mora na Comunidade de Areia Branca, junto a seu pai, Luiz, de 82 anos, e sua mãe, Carmelita, 72 anos. Areia Branca é composta por aproximadamente 110 famílias. Armando conta como eles chegaram na Vargem, na década de 1980, a mesma na qual se deu a chegada e expansão das usinas de cana-de-

açúcar na região:

Meu pai começou a trabalhar na Vargem em 1985. Tinha um calumbi (um mato de espinho) e a gente tava tirando ele, pra depois plantar. Mas chegou um homem armado e disse que lá não podia, que era da usina. Aí, em 1986 veio uma ordem que podia trabalhar todo mundo. Foi o Dr. Marcelo, que trabalhava na Marinha. Segundo as pessoas mais antigas, disse que ele chamou o representante da Usina Japungu na época e da Companhia, atrás que eles mostrassem os comprovantes que eram os documentos da terra, e lá não apareceu ninguém. Aí ele chamou na época a presidente do sindicato e disse: “Dona Zulmira, a senhora agora pode chamar os trabalhadores e mandar os trabalhadores plantar a área que a área tá livre pra eles”. Aí ela foi de volta, mandou chamar papai lá e disse: “Seu Luís, o senhor pode fazer o trabalho agora que ninguém vai interromper mais não”. E foi tanto que a gente começou a trabalhar, a gente lá mesmo onde a gente tá hoje, eu lembro que chegou duas vezes o carro da SUDENE, um jipe, eles perguntavam se tava tudo legal se ninguém tava perturbando. E, não, ninguém perturbando... até 2001, quando chegou essa angústia pra gente... e aí ficamos nesse sufoco.

As memórias de Babia apontam para um momento em que um servidor público constatou a existência de terrenos de marinha<sup>6</sup> na Vargem do Mangue e garantiu a destinação social desse bem público. A partir de 1986, a família dos Miranda pôde cultivar com tranquilidade na Vargem durante 15 anos, até os eventos de 2001 e 2002.

Se anteriormente poderiam ser de menor interesse econômico áreas como a Vargem do Mangue, com o avanço dos empreendimentos de carcinicultura, essas terras próximas ao litoral, sob o influxo das marés, se tornaram locais potencialmente elegíveis para a instalação de viveiros de camarão.

Antônio, 55 anos, atual presidente da Associação Comunitária da Margem do Rio, agricultor e pequeno criador de gado na Vargem do Mangue há 28 anos, descreveu-me os meses angustiantes vividos pelo grupo a partir de 2001. De acordo com ele, nesse ano, a CTRT, através de sua advogada, procurou os agricultores da Vargem do Mangue, propondo-lhes que saíssem do local, e oferecendo em permuta terras em lugar distante, já próximo à divisa com o Rio Grande do Norte. Considerando

---

<sup>6</sup> Provavelmente, esse servidor público trabalhava no Patrimônio da União (atualmente SPU, Secretaria do Patrimônio da União) e não na Marinha, já que o termo “terrenos de marinha” não tem nenhuma relação com a Marinha do Brasil, mas sim designa determinadas áreas ao longo da costa e também às margens de rios e lagoas que sofrem influência das marés que são de propriedade da União Federal. O Decreto-Lei nº 9.760 de 1946 (BRASIL, 1946) é que dispõe sobre a delimitação dessas áreas, que tem por parâmetro uma faixa de 33 metros medida em direção à terra, a partir da linha do preamar-médio de 1831, ou seja, o ponto limite da média das marés altas no ano de 1831. Para uma breve informação oficial sobre o tema, consulte a página da SPU, no portal do Ministério da Economia (BRASIL, online, s/d).



a distância e a secura das terras oferecidas, o grupo recusou a permuta, o que levou a CTRT a ingressar com uma ação contra eles na Vara Única da Comarca de Rio Tinto. Entretanto, pouco tempo depois, chega à cidade um grupo de empresários italianos, afirmando que haviam adquirido uma propriedade de 517 hectares – dentro da qual estaria situada a Vargem do Mangue – e que em breve implantariam nela um empreendimento de carcinicultura.

Os empresários italianos não somente entraram com uma nova ação de reintegração de posse, como também começaram a pressionar os agricultores. A partir daí, recrudescer o conflito e o tempo subsequente ficou fortemente gravado na memória do grupo como tempo de arbitrariedades, insegurança e violência. Os empresários contrataram homens armados, que invadiram a área tradicionalmente utilizada pelos pequenos agricultores, construindo lá uma barraca e nela permanecendo, como forma de pressão sobre o grupo. Foi contratado um tratorista para derrubar as roças, que naquele momento se encontravam próximas do tempo da colheita. E assim foi feito. Vários daqueles que entrevistei narram, ainda hoje com emoção, o que sentiram ao ver destruída pelo trator a roça que há meses cultivavam.

Assim se expressa Antônio acerca da repercussão desse tempo sobre o grupo de agricultores da Vargem: “Já tinha uma união entre nós, até aquele tempo, mas aí com o conflito é que se juntou tudinho. A gente se juntou muito mais.” Essa situação histórica foi decisiva no processo de territorialização desse grupo social. Pode-se constatar que anteriormente o grupo já se constituía como comunidade, mas os laços de sociabilidade e solidariedade se estreitaram significativamente a partir dos eventos ocorridos.

Dona Luzia, já mencionada acima, afirma que trabalha há 24 anos na Vargem do Mangue. Lembra claramente de quando iniciou sua lida no lugar porque, conta ela, “quando cheguei pra trabalhar aqui meu filho tinha 1 ano e 6 meses de idade, e hoje em dia ele tem 26 anos”. Luzia mora com seu filho Antônio, sua sobrinha e filha adotiva Vitória, de 11 anos, e sua amiga Tereza (vide figura 5). Ela contou suas recordações do tempo do conflito:

Em 2002 foi difícil, a gente é pequenininho. Amanhã vai ser um novo dia,



então vai ser melhor pra gente, sem abaixar a cabeça. A gente olha pro dia de amanhã... Quando os homens entrou aqui, eu quis recuar, porque pensava no meu filho, que naquele tempo era um rapazinho de 14 anos. Eu disse: “Meu filho não vai dormir lá, porque se chegar a polícia, o quê que vai ser?” Mas aí eu disse: “Sabe de uma coisa? Vamos deixar nossa casinha e vamos pra lá, passar a noite lá”. E nós ficava, mesmo morrendo de medo. E por que nós ficava morrendo de medo? Tinha um barracão ali, e o pessoal dentro, tudo armado. E a gente desarmado! Aí um dormia, pra descansar a cabeça e o outro cuidando. Quando eles entraram lá, a gente tava com a roça toda madura, muita fava, muito milho, cajueiro, mamão botando... Tiraram as fotos, pro pedido de indenização, mas nada! Na minha vida, nunca tinha visto aquilo: chegar ali com o trator e derrubar tudo que a gente tinha! Quando eles destruíram lá, passemos necessidade, mesmo. Quando passemos lá, tava um homem armado, e ele disse: “Isso é como tirar doce de criança!”. Pra nós doeu muito! Quando a gente passou ali e vi as batatas da Preta – que ela tinha uma leira todinha de batata – tudo destruído... homem, aquilo foi uma injustiça muito feia! E eles dizer que invadimos a terra deles! O rico pisa em cima do pequeno, sabendo o rico que ele só come porque nós que somos pequenininho planta uma batata e leva pra feira. Se não fosse o pequeno, ele comia uma batata, tiradinha na hora? Dói mesmo, dói uma dor que o senhor pensa que não vai passar... Só sabe quem passou por isso.

Os agricultores e pequenos criadores de gado certo dia decidiram levar o gado até o centro da cidade de Rio Tinto, deixando-o em frente a Prefeitura, como forma de protesto. Após essa iniciativa, conseguiram ser recebidos pelo então juiz da comarca. Os pequenos agricultores e criadores, diante da iminência de serem despejados, organizaram uma associação para defender seus direitos: a Associação Comunitária da Margem do Rio, fundada em 07 de abril de 2002. Afinal, segundo declaram os entrevistados, aqueles que ingressaram com a ação não conseguiram provar que detinham realmente a propriedade da área, na qual há significativa porção composta de terrenos de marinha, de propriedade da União Federal.

Assim, a ação permaneceu por mais de dez anos quase sem movimentação na Vara Única da Comarca de Rio Tinto. Em 2001, antes do início dos conflitos, segundo os relatos que ouvi, entre 60 e 100 famílias trabalhavam na área. Muitos temeram pela própria vida e decidiram deixar a Vargem do Mangue. Vários idosos não mais trabalham e outros faleceram. Hoje, são 25 famílias que participam ativamente da Associação Comunitária da Margem do Rio e trabalham na lavoura e pequena criação de gado na Vargem do Mangue.

O primeiro presidente da Associação foi Valdemir, conhecido por Valdo. Seu





mandato foi de 2002 a 2004. O seguinte presidente foi Luizinho, irmão do atual vice-presidente, Armando. Ele cumpriu dois mandatos, de 2005 a 2009. Posteriormente, mudou-se para o interior do Pará, onde reside atualmente. Em seguida, houve um tempo em que ninguém foi eleito e depois houve a eleição de Antônio, que agora se encontra em seu segundo mandato.

Realizei longa entrevista com Valdo e apresento a seguir um trecho de suas declarações, uma descrição vívida dos eventos de 2001 e 2002, que tão fortemente repercutiram na comunidade.

Meu pai nasceu em Juarez Távora em 1913 e com 14 anos chegou em Rio Tinto. Na fazenda onde ele morava, ele passava necessidade e aí teve de vir pra cá, pela oportunidade da fábrica. Meu avô veio depois que ele arranhou casa e começou a trabalhar. Tudo isso vem desde 1927, quando meu pai veio pra cá e começou essa história com a gente aqui. Eu sou filho natural da cidade, não saí daqui pra nada, só pra João Pessoa, pra estudar, mas, mesmo assim, todo dia na cidade, ia e voltava. E sempre o que era que a gente fazia? Nos finais de semana a gente corria pro mangue, pra pescar, pra catar caranguejo, pra buscar uma melhora de vida, que naquele tempo a dificuldade era grande. Hoje tem dificuldade mas não é igual à daquele tempo, era muito mais complicado naquele tempo. E ele plantava lá no mangue, um pedacinho de macaxeira, batata, inhame e toda vida foi... depois a cidade foi crescendo, ele montou uma borracharia, que não tinha na cidade, foi desenvolvendo. Mas a gente sempre ia pescar um caranguejo, com ratoeira, armava de noite e de manhã ia catar o caranguejo guaiamum. E sempre foi, e manteve. E mais pra frente, quando comecei a me entender por gente, comecei a criar um bezerrinho amarrado por lá, e dois e três, hoje a gente tem uns nove ou dez cabeças de animais e a gente trabalha lá com esses animais e quando não tem seca a gente planta uma parte. E quando foi em 2002, a gente foi surpreendido com esses caras que chegaram aí, esses italianos que disseram que compraram as terras e começou aquele móido todo. Depois que entraram na Justiça pedindo reintegração de posse eles entraram lá com trator, cortaram... Eu tinha lá 500 pés de coco, eles passaram o trator em cima e deixaram plano... Inclusive tem um processo na Justiça que a gente entrou junto com o Sindicato pedindo indenização, que o Sindicato comprovou que os pés de coco foram danificados pelo trator deles, isso já deu tanta confusão... No começo foi difícil, eu fui obrigado a enfrentar a luta mesmo. Eles colocaram segurança armado, com o apoio do delegado da época.

Antônio Gabriel tem 63 anos. Trabalha na agricultura, mas também na pesca, que é uma ajuda, principalmente no inverno, quando tem o camarão. Ele mora com a sua esposa, Maria de Fátima, de 62 anos, em Mamanguape. Costuma fazer o percurso de sua casa à Vargem do Mangue de bicicleta, e é assim que chega para nossa entrevista. Seu irmão, Gabriel, de 53 anos, trabalha somente pescando.



Em sua casa, mora com um neto, Gledson, de 15 anos. Tem três filhos, na faixa dos 30 anos. Eles começaram a trabalhar na Vargem desde os 7 anos até a adolescência. Depois casaram e cada um procurou sua vida. Os pais de Antônio trabalhavam numa fazenda produtora de fibra de agave num sítio de Mamanguape. Ele conta que, quando seu pai morreu, ele tinha 9 anos. Sua mãe, quando ficou viúva, continuou por um tempo na fazenda, onde se tinha de trabalhar 3 dias para o dono da fazenda e somente 2 dias restavam para a pessoa trabalhar para si mesma. Depois de um tempo sua mãe não aguentou e foi despejada da fazenda. Foi para a rua com 6 filhos. Eles ficaram dormindo numa casa de farinha, por muitos anos. Depois, um senhor de idade, que trabalhava como gari na prefeitura, casou-se com a sua mãe e eles foram morar numa casa alugada. Quando criança, ele trabalhava como balaieiro, fazendo frete na feira, levando as compras para as pessoas. Na mesma época, ele trabalhava na agricultura, para ter algo que comer. Narra, então, como chegou à Vargem do Mangue:

Desde 1970, eu pescava nesse rio. E o pessoal foi vendo terreno desocupado, bom de plantar e foram plantando. Isso aqui era um mangue fechado que fazia medo passar. Às vezes, a cheia era grande. Essa água botava lá na fábrica, era um horror. Ainda tem vezes que a cheia dá lá no calçamento. Aí o governo fez a dragagem, se não me engano entre 1970 e 1972. Aí começou a lançar areia com a cheia por aqui. Aí quando eu pescava por aqui, via terreno por aí, mas não sabia com quem falar... Aí o Seu Francisco Sales me deu uma pontinha de nada de terreno. Isso foi em 1981, quando eu comecei a pagar o sindicato rural, tá na carteira.

Antônio Gabriel rememora tempos árduos em sua vida, inclusive um regime de sobre-exploração ao qual sua mãe esteve submetida, sem outra opção de sobrevivência. Em contraste com isso, um uso coletivo e solidário da terra na Vargem, onde um trabalhador passa a outro o direito de uso, segundo suas possibilidades de utilização desse recurso.

Escutar as trajetórias de vida, assim como realizar as demais práticas do trabalho etnográfico, possibilitou-me elaborar um laudo pericial no qual afirmei e fundamentei a tradicionalidade da comunidade da Vargem do Mangue. Ao refletir acerca da ética no agir do antropólogo<sup>7</sup> que se dedica à elaboração de laudos, Silva também abordou as possíveis consequências de nosso trabalho com os laudos:

Parece evidente que a conduta que temos, por formação profissional, de conhecer e respeitar os modos específicos de fazer, bem como as crenças e os modos de ver o mundo dos integrantes dos grupos com que lidamos (algo que por si só já não é unívoco internamente a cada grupo, sendo então nosso

---

<sup>7</sup> Cf. minhas ponderações acerca da dimensão ética no agir dos antropólogos dedicados a laudos periciais em BRISSAC, 2015.

trabalho o de perceber lógicas e conjuntos de práticas específicas), em suma, ao realizarmos nossos estudos, incluindo os laudos, nos tornamos profissionais com uma particularidade. Simplesmente, ao fazermos nosso trabalho, geralmente revelamos lógicas e ações de dominação e imposição em nada “naturais” – embora tidas como tais. Como consequência, descortinamos também interesses de grupos hegemônicos de poder (SILVA, 2015, p. 158-159).

No momento da entrega deste artigo para a publicação, ainda não houve um desfecho para o conflito relativo à Vargem do Mangue. Até o presente, os pequenos agricultores da comunidade continuam cultivando o seu território; não foram implantados empreendimentos de carcinicultura nem qualquer outra atividade econômica do empresário litigante; segue tramitando a ação de reintegração de posse no Juízo da Comarca de Rio Tinto, assim como tem curso o Inquérito Civil na Procuradoria da República na Paraíba.

## CONCLUSÕES



**Figura 6:** Reunião de conclusão do trabalho etnográfico, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto. Os participantes apresentam a cartografia social que elaboraram. Fonte: Foto do autor, 3 de outubro de 2015.

Estamos na terra da União, então sabemos que é nossa. A União é nossa, não é? Se a terra é da União, ninguém vai tirar da gente. Se todos que tiver trabalhando com a gente, tiver um pensamento só, tenho certeza que dá certo (palavras de Dona Luzia).

Os vínculos afetivos entre os membros da comunidade da Vargem do Mangue e

o seu território, os usos que eles fazem dessa terra e a trajetória histórica de sua relação com esse lugar, assim como sua luta para defendê-lo, constituem o que Little (2002) designou como *cosmografia*. Ao longo do trabalho de campo foi possível identificar o esforço deles em converter a Vargem do Mangue em *homeland*.

Tal territorialidade manifestou-se intensamente nas narrativas aqui apresentadas: o conjunto de saberes postos em prática pelo grupo nas relações territoriais por eles desenvolvidas, os conhecimentos específicos comunicados e atualizados na relação com o mangue, com a várzea, com os animais, com os vegetais cultivados. O destacado empenho da comunidade na sustentabilidade ambiental caracteriza mais um traço relevante de seu percurso como comunidade tradicional. Porém, a par com a dimensão da territorialidade, a dinâmica de “comunitarização” é, no meu entendimento, decisiva para fundamentar a tradicionalidade da Vargem do Mangue.

A fala de Dona Luzia, escolhida como epígrafe destas conclusões, parece-me reveladora. A relação espontânea traçada entre a condição da terra, que Dona Luzia está convencida de ser uma terra *da União*, e a *união* enquanto atributo do seu grupo – A União é *nossa*, não é? – explicita de modo inequívoco o que o leitor já deve ter em mente: o grupo social da Vargem do Mangue é uma *comunidade*.

Os laços de sociabilidade tecidos ao longo de décadas, relações de parentesco, amizade, compadrio, e a articulação espontânea do discurso do *nós* constituem o grupo e o estruturam segundo aquela dinâmica de relações de pertencimento que Weber denominou de “comunitarização” (*Vergemeinschaftung*).

O gerúndio indica o caráter dinâmico e processual desse “tornar-se comunidade”. E o interessante a observar na situação concreta da Vargem do Mangue é que o outro polo desse movimento, a “societarização” (*Vergesellschaftung*) não é excluída. Diante dos “apertos”, das violências e injustiças sofridas, o grupo compreende que precisa se organizar para superá-las e funda a Associação Comunitária da Margem do Rio. Nesse peculiar movimento de “societarização”, essa comunidade expressa o seu caráter tradicional. O fundamento da comunitarização do grupo é o vetor que o projeta para o futuro, na esperança de um território liberto.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: \_\_\_\_\_. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Mauro W. B. de; PANTOJA, Mariana. Justiça local nas reservas extrativistas. In: **Raízes**, v. 23, n. 1, jan.-dez. 2004, p. 27-41. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_2.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_2.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

AMORIM, Paulo Marcos de. **Índios camponeses:** os potiguara da Bahia da Traição. Dissertação (mestrado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1970.

ARRUDA, Rinaldo. Populações 'tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: **Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Vol. 1. Conferências e Palestras. Curitiba, 1997.

BARRETO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. A. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas:** modernidade e invisibilidade. São Paulo, Fapesp/Annablume, 2006, p. 109-143.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9760.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 91.890, de 5 de novembro de 1985**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1985/D91890.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1985/D91890.html)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 924 de 10 de setembro de 1993**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D0924.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0924.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em:



<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.040 de 7 de Fevereiro de 2007**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>.  
Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL, online. Ministério da Economia. **Terrenos de marinha**. Brasília: Ministério da Economia/SPU. Disponível em:  
<<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/bens-da-uniao/terrenos-de-marinha>>. Acesso em 27 abr. 2019.

BRISSAC, Sérgio. Os embates da questão Anacé: a atuação de antropólogos na efetivação de direitos territoriais indígenas no Ceará. In: OLIVEIRA, J. P. de; MURA, F.; SILVA, A. B. **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, 2015. p. 280-306.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. (Org.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CORTEZ, Creuza Soares. **Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

CUNHA, Manuela C. da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Populações indígenas, povos tradicionais e preservação da Amazônia. In: CAPOBIANCO, L. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira, Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios**. São Paulo: Instituto Socioambiental/Estação Liberdade, 2001, p. 184-193.

DANTAS, Anna Aline Roque Santana. **Rio Tinto, Impacto do declínio econômico na organização espacial**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2009.

DUPRAT, Deborah. O Estado pluriétnico. In: SOUZA LIMA, A. C. e BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Além da Tutela: bases para uma política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

\_\_\_\_\_. O Direito sob o marco da pluriétnicidade/multiculturalidade. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pareceres Jurídicos: Direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2007.

GOUVÊA, Hilton. A européia Rio Tinto. **A União**. João Pessoa, 25 de jan. 2007.

GRABNER, Maria Luísa (Org.) **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as**



**Unidades de Conservação de Proteção Integral. Alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais.** Brasília: MPF/6ª Câmara, 2014.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Ilha de Aritingui: sociogênese e territorialização de uma comunidade tradicional ribeirinha. **Raízes**, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 76-93. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_325.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_325.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório antropológico sobre a Comunidade de Aritingui.** Apresentado nos autos do processo n. 0009202-87.2005.4.05.8200, na condição de assistente técnico do Ministério Público Federal. João Pessoa, 2011, inédito.

ICMBIO. **Plano de Manejo da APA da Barra do Rio Mamanguape e da ARIE de Manguezais da Foz do Rio Mamanguape.** Brasília, 2014. 335 p.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A Tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero, 1988.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais:** por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia, 2002. Disponível em: <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

MELLO, José Octávio de Arruda. **A Revolução Estatizada. Um estudo sobre a Formação do Centralismo em 30.** 2. ed. João Pessoa: Universitária, 1992.

MOREIRA, Juliana Fernandes; ANDRADE, Maristela Oliveira de. 2008. **Conflitos sócio-ambientais na APA da Barra do Rio Mamanguape:** O caso da atividade de carcinicultura. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT1-1049-950-20080510214634.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os instrumentos de bordo: Expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, O.S.; LUZ, L. e HELM, C.M. (Org.). **A perícia antropológica em processos judiciais.** Florianópolis: ABA/Comissão Pró-Índio/Editora da UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana** v. 4, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93131998000100003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

PANET, Amélia de Farias. **Proposta de apoio turístico com desenvolvimento**



**sustentável. O caso da APA da Barra do rio Mamanguape.** Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: USP, 1998.

PANTOJA, M. C.; COSTA, E. M. L.; ALMEIDA, M. W. B. de. Teoria e prática da etnicidade no Alto Juruá acreano. In: **Raízes**, v. 31, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 118-136. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_253.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_253.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: Novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In: SOUZA LIMA, A. C.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Org.). **Além da Tutela: bases para uma política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

SILVA, Alexandra Barbosa da. Antropologia e laudos: de ética, de imparcialidade e a etnografia como processo prático. In: OLIVEIRA, J. P. de; MURA, F.; SILVA, A. B. **Laudos antropológicos em perspectiva**. Brasília: ABA, 2015. p. 142-168.

TELLA, Marco Aurélio Paz. **Conflitos e o papel de antropólogos numa ação de reintegração de posse no estado da Paraíba**. Trabalho apresentado na IV Reunião Equatorial de Antropologia. Fortaleza, 2013. Disponível em: <[http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/35\\_trabalho\\_001244\\_1373846766.pdf](http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/35_trabalho_001244_1373846766.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história. A atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto, Paraíba (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em História). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008.

\_\_\_\_\_. Da Aldeia da Preguiça à ativa colmeia operária: O Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte (1917-1924). **Revista Crítica Histórica**, Ano III, nº 5, jul. 2012, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume 1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa, revisão técnica de Gabriel Cohn. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

Recebido em: 03/12/2018

Aceito para publicação em: 24/04/2019







**O OUTRO INVISÍVEL:  
O PAPEL DO BRANCO NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO  
RACISMO NO BRASIL**

***The invisible Other: the role of white people in the construction  
and conservation of racism in Brazil***

Ana Maria Guedes do Nascimento

Mestre em Saúde Pública, FIOCRUZ/PE. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. E-mail: anaguedes@hotmail.com.br

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 214-229, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

**RESUMO.** O estudo das relações raciais é tema discutido em distintos campos do saber, sem, no entanto, esvaziar-se e nem se colocar dentro de uma mesma chave interpretativa. Ao contrário, desvela-se em análises várias, que complexificam o entendimento do racismo, do preconceito e da discriminação racial. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever o papel do branco como categoria analítica e a sua neutralidade na construção e manutenção do racismo no Brasil. Para isto, foram utilizados como eixos temáticos os estudos sobre branquitude e branqueamento, que se afinam com os escritos pioneiros de Alberto Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento e Frantz Fanon. Início por uma abordagem geral da construção dos estudos das relações raciais, com a finalidade de aglutinar o debate sobre o sujeito branco, no sentido de percebê-lo como pressuposto essencial para construção e manutenção da desigualdade, da discriminação e do preconceito racial.

**PALAVRAS-CHAVE.** Relações raciais. Branquitude. Racismo. Discriminação

**ABSTRACT.** The study of race relations is a topic discussed in distinct fields of knowledge, without, however, emptying and placing itself within the same interpretative key. On the contrary, it reveals itself in several analyses, which complexify the understanding of racism, prejudice and racial discrimination. In this sense, the objective of this work is to describe the role of the white as an analytical category and its neutrality in the construction and maintenance of racism in Brazil. For this, studies on whiteness and whitening were used as thematic axes, which are tuned with the pioneering writings of Alberto Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento and Frantz Fanon. Beginning with a general approach to the construction of the studies of racial relations, in order to agglutinate the debate on the white subject, with the purpose of perceiving it as an essential assumption for the construction and maintenance of inequality, discrimination, and racial prejudice.

**KEYWORDS.** Race relations. Whiteness. Racism. Discrimination.

## INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as questões raciais no Brasil possuem um crivo histórico: antes e depois de 1930. O motivo dessa bipartição revela-se não por mudanças singulares na percepção e interpretação do objeto de análise (até então centrado no negro como entidade biológica), mas de forma múltipla e sobretudo alinhada às características ideológicas de quem o explicava e como o explicava à época, uma vez que os estudos sobre raça eram, nesse contexto, interesse das ciências jurídicas e biomédicas, embasados em teorias nascentes da criminologia e de modelos das ciências naturais, com uma forte concepção eugênica atrelada.

Apenas no transcorrer da década de 1930, momento em que ocorrerá a implantação dos primeiros cursos de Sociologia no Brasil, e do diálogo estabelecido com sociólogos, antropólogos e outros intelectuais de escolas estrangeiras, é que parece ser provocada uma nova perspectiva teórica, em que novos métodos de observação e análise são elencados, permitindo-se assim o começo de uma reinterpretção da história do negro no Brasil e das relações raciais estabelecidas (GUIMARÃES, 2005).

Este novo momento, porém, não se faz sem novos vieses. Se a perspectiva racista, nacionalista, biologicista, cientificista, eugenista dos primeiros estudos sobre o negro não pressupunha uma racionalidade democrática e igualitária entre indivíduos culturalmente diferentes, tampouco isso ocorrerá de forma óbvia nos estudos subsequentes. O componente dialógico e relacional deste debate, cujo norte reside na sua própria denominação teórica (relações raciais), permanece obscurecido. Outras categorias analíticas, como classe, status, herança escravagista, foram inseridas e, além de provocarem um ofuscamento do problema em si, serviram de base para construção de um mito relativamente perene de que a sociedade brasileira é democrática racialmente.

O termo relação pressupõe uma consideração que resulta da comparação de dois ou mais objetos. Na definição de Abbagnano (2007, p. 990), é um “modo de ser ou comportar-se dos objetos entre si”. Este termo, bem como o seu entendimento, cuja ação pressupõe relacionar-se, não foi suscitado na maior parte do tempo

dentro do recorte histórico do estudo sobre raça, racialização e racismo no Brasil. As análises clássicas possuem um viés unilateral, em que o negro e termos conexos configuram o cerne do debate. A categoria “branco” só será acionada num período posterior, sobretudo mais próximo ao presente, dando vazão às aporias de estudos pensados num objeto relacional, onde o outro da relação era invisível.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é descrever o papel do branco como categoria analítica e a sua neutralidade na construção e manutenção da desigualdade racial no Brasil, tangenciando o discurso consistente de democracia racial, bem como os fundamentos da desigualdade de classe como suporte da diferença, dos preconceitos e dos distanciamentos sociais. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica, na qual utilizo os estudos de Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento como eixos norteadores, além dos escritos pioneiros de Alberto Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, dentre outros que estabelecem diálogos com estes autores, sem deixar de mencionar a obra de Frantz Fanon, que em 1952, antes que qualquer outro o fizesse, já expunha sobre o que viria a ser chamado de *Teoria pós-colonialista* e apontava a ideologia da cor e a sua negação como suportes ao racismo.

## **DESIGUALDADES RACIAIS: IDENTIFICANDO O PROBLEMA**

A história dos quase quatro séculos da escravidão no Brasil é tema amplamente debatido em distintos contextos e campos do conhecimento, o que não o torna um assunto esvaziado e nem o faz se alojar dentro de uma mesma chave interpretativa. Ao contrário, corrompe-se em análises várias, tantas vezes supérfluas, outras aprisionadas a estigmas ou ainda imersas em teorias que problematizam racismo, preconceito e discriminação como resultantes das diferenças de classe, sendo estas consequências – óbvias ou não – da escravidão, mas, supostamente, superáveis um dia. Parte deste problema se atém ao fato da comparação acrítica dos tipos de relações entre negros e brancos existentes em outros países, sobretudo com os Estados Unidos (EUA). Fato este identificado nos estudos precursores de Donald Pierson (1971[1943]), que já se faziam sob a

perspectiva social e não biológica do problema, assim como nos escritos de Gilberto Freyre (2003[1933]), que contribuíram de forma ímpar para a construção do mito da democracia racial.

Alguns trabalhos mostram como os cientistas sociais tomaram o modelo norte americano como padrão para “comparar, contrastar e entender a construção das raças em outras sociedades” (GUIMARÃES, 1995, p. 27), o que apenas serviu para obscurecer o entendimento e mesmo o reconhecimento sobre as “raças”<sup>1</sup>. Este autor mostra que as dinâmicas de conflito, violência e segregacionismo próprias daquele modelo faziam com que as relações dissimuladamente pacíficas estabelecidas no Brasil, pautadas pelo distanciamento social, forjado no status e na economia, equânimes juridicamente, formassem e reforçassem a ideia de democracia racial, complexificando o entendimento das nossas diferenças.

A desigualdade social, traçada no binômio raça-classe e, posteriormente, cor<sup>2</sup>-classe, mostrar-se-á central nas pesquisas desenvolvidas desde aquelas realizadas na Bahia, por Pierson, no início dos anos de 1930, e ganhará força por ocasião da realização do projeto Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) no Brasil, realizado na década de 1950. O entendimento balizador era de que havia sim um preconceito de cor, mas subjacente a outro aspecto que era central, que delineava as atitudes de separação social: a classe. Com a ideia de entender a discriminação entre brancos e pretos em São Paulo, Florestan e Bastide (2008 [1955]), em estudo realizado dentro da proposta do projeto Unesco, enfatizaram o papel da estrutura econômica como preponderante no estabelecimento dos diferentes papéis sociais, por cidadãos pertencentes a um ou outro grupo de cor.

A partir da observação da população paulistana, estes autores fazem importante análise da passagem do negro da condição de escravo à de cidadão, tendo como premissa os diversos modelos de sociedade e buscando inserir a população negra dentro das fases ou ciclos da evolução da economia, entendendo

---

<sup>1</sup> Grifo do autor (GUIMARÃES, 1995).

<sup>2</sup> Categoria que substituirá o termo raça por um largo período, na tentativa de corrigir/impedir as atrocidades estimuladas por uma concepção disseminada pelo viés biológico, de inferioridade racial e que trouxe consequências aterradoras, nos projetos de nação, povo e nacionalidade tão bem reconhecidas nos períodos intra e entre guerras. Como analisado por Guimarães (2005), a categoria “raça” será resgatada nas últimas décadas do século XX como possibilidade de identificar as diferenças entre brancos e não brancos e o racismo existente.

que só a partir da absorção do negro nos quadros econômicos que as diferenças raciais poderiam ser mitigadas.

Florestan faz uma interpretação do Brasil com base numa formação multiétnica, forjada nas lutas e atravessada pelos processos de escravidão, industrialização e urbanização, de onde desenvolve um percurso, quase evolucionista, que se faz da sociedade de castas, para a sociedade de classes e, portanto, considera uma luta social perene, voltada para a conquista de direitos e transformação das estruturas sociais. Assim, a revolução social se torna tema recorrente nos seus estudos, que possibilita a compreensão de transformação da sociedade por esta via, pois “permite conhecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro” (IANNI, 1996, p. 26).

Desse modo, considerando o momento do capitalismo, o perfil populacional daquela cidade à época do projeto UNESCO, bem como o foco analítico destes estudos – classe –, é possível compreender o otimismo manifesto de Florestan Fernandes ao intuir uma superação dos conflitos gerados pelo preconceito de cor, uma vez que estes seriam suplantados com o desenvolvimento econômico por vir, mesmo quando pensada a dicotomia apresentada nas suas perspectivas teóricas<sup>3</sup>.

Na atualidade, pesquisadores conseguem desenhar os equívocos desse pensamento e apontar as raízes do racismo, incluindo o papel de reforço do mesmo, quando se relega o preconceito e a discriminação a uma elaborada retórica classista, bem como a supressão do termo raça em substituição e valoração da categoria “cor”.

Guimarães (1999) estabelece uma base para a compreensão do racismo dentro de três dimensões: uma com base biológica (racialismo): uma com aspecto moral, por tratar de forma diferente representantes de diferentes raças; e uma última de posição estrutural de desigualdade social entre as raças, que seria consequência da diferença de tratamento. Portanto, equalizar antirracismo (estrutural/moral) ao antirracismo (biológico) e sua utilização para negar os fatos

---

<sup>3</sup> Não busco, nesse momento, discorrer sobre a complexidade da ruptura epistemológica ocorrida na carreira deste intelectual, em virtude do golpe político-militar instaurado no Brasil em 1964, mas apenas enfatizar que grande parte de sua obra versa sob um paradigma classista, seja, como classificado por Matos (1994), num aspecto mais acadêmico/reformista, em que se insere o grosso dos seus estudos sobre o negro, seja no período político/revolucionário, quando inclusive investe na carreira política (após perseguição, que o afasta das atividades acadêmicas), empunhando um clássico discurso e projeto de esquerda.

da discriminação e das desigualdades raciais acabaram por se tornar elementos de uma ideologia racista, negando a discriminação e a desigualdade raciais existentes.

Carlos Hasenbalg (2005 [1979]) é um dos primeiros estudiosos a escrutinar as diversas contradições investigativas, que situavam o problema das desigualdades na perspectiva da herança da escravidão e das classes constituídas no país, quando o objetivo era elucidar a dinâmica das relações entre brancos e não brancos<sup>4</sup>. Em outra via de investigação, ele demonstra a tese de que as desigualdades apresentavam um claro componente racial e que não poderiam ser reduzidas às diferenças de educação, renda, classe ou cor, lançando novas luzes sobre a situação do negro em termos de emprego, renda, residência, educação. Este entendimento é crucial para alicerçar estudos atuais sobre as desigualdades de tratamento e as discriminações raciais, e possibilita a reentrada do termo raça como único capaz de aglutinar todas as diferenças e permitir o combate ao racismo dissimulado (GUIMARÃES, 1999).

Hasenbalg (2005), por isso, também rejeita a esperança descortinada por Florestan Fernandes (BASTIDE; FLORESTAN, 2008) de que os negros poderiam ter uma integração tardia na sociedade de classes e, ao contrário, afirma que esta integração demorada e subordinada dos negros criou uma situação de desvantagens pouco flexíveis, cujo preconceito e a discriminação racial só reforçam.

Antes, porém, da tese contundente de Carlos Hasenbalg, versando em outra cadência, mas também preciso no reconhecimento das falhas e lacunas nos discursos em torno da raça, o brado veemente de Guerreiro Ramos traz para o debate alguns aspectos inovadores para outras reflexões das relações raciais. Num momento de efervescência dos estudos sobre discriminação racial no Brasil, sustentados pelas pesquisas da UNESCO, utilizou um tom que incitava os ânimos e provocou respostas ácidas de alguns dos desafetos que ganhou nesse embate. Entre as críticas fervorosas que proferiu foi enfático ao afirmar que a sociologia do negro no Brasil era um engano a se desfazer.

---

<sup>4</sup> Reflexões e análises já foram realizadas, incluindo, nesse esforço, espaço para polêmicas em relação à dicotomia, paradoxalmente, unilateral utilizada pelo autor: branco e não branco. Embora se encontre valor em retirar a categoria *negro* como premissa do estudo, ele o faz a partir de uma escolha, em que coloca todo o grupo alvo do racismo como parcela de não pertencimento, como entidade que existe para figurar a negação, ou seja, como *não ser*.

O negro tem sido estudado, no Brasil, a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade europeia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço.

Por consequência, a partir de uma posição científica, de caráter funcional, isto é, proporcionadora da autoconsciência ou do autodomínio da sociedade brasileira, importa, antes de estudar a situação do negro tal como é efetivamente vivida, examinar aquela literatura, tendo em vista desmascarar os seus equívocos, as suas *ficelles* e, além disso, denunciar a sua alienação (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 163, grifos do autor).

Guerreiro Ramos, em sintonia com o pensamento de Abdias Nascimento, disseca as teorias hegemônicas, descrevendo-as como falácias infundadas e insuficientes, que provocaram a permanência de conceitos equivocados, com viés imperialista e com poderoso fator de alienação. Assim, também de acordo com Frantz Fanon (2008[1952]), a europeização do mundo abala as culturas que alcança, patologizando-as, criando ambivalências estéticas e uma série de mitos, que distorcem a realidade, padronizam o branco como norma e alvo, ao passo que discriminam, marginalizam, inferiorizam e prosseguem numa série de eufemismos que ocultam um extermínio contínuo e famigerado da raça, da identidade, da cultura do negro e do negro em si (NASCIMENTO, 1978; GUERREIRO RAMOS, 1995).

Nesta perspectiva, a análise de Frantz Fanon (2008) é fundamental quando se pretende uma abordagem de temas raciais centrados nos conflitos de ordem pós-colonial e, sobretudo, pelo desvelar do branco como esteio das relações de opressão. Será, no entanto, pela primeira vez no cenário brasileiro, que o *indivíduo sem cor* emerge como pressuposto essencial na construção das desigualdades e afirmação dos preconceitos, até então envolto numa teia complexa de neutralidade, normatização e garantia de privilégios, que relegava ao negro a condição de indivíduo de segunda classe.

O mito que impera na problemática exclusiva do negro, sustentado pela ideia de classe, tende a se desmontar, trazendo um significado dialético, em que o branco assume o papel de patologia cultural e a brancura se expressa como problema efetivo, de fundo psicológico e só muito secundariamente econômico. Dessa forma, entende-se que o desejo de ser branco afeta os nativos governados por europeus e os estudos sobre o negro no Brasil são documentos ilustrativos da ideologia da brancura, da claridade (GUERREIRO RAMOS, 1995; GUIMARÃES, 2008).



No início da década de 1990, um estudo no campo da psicologia social, encabeçado pela Dra. Iray Carone, pesquisadora da Universidade de São Paulo, retoma a ideia de branquitude e apresenta argumentos sobre o legado deste conceito na construção da identidade do negro no Brasil. Em parceria com a também pesquisadora Dra. Maria Aparecida Silva Bento, Carone organiza e publica, em 2002, o livro que se tornou referência no campo das ciências sociais, no qual, através de uma perspectiva psicológica, elas apontam para a problemática da construção perene de neutralidade e invisibilidade do branco enquanto sujeito produtor do racismo. É nessa direção que sigo a partir de agora.

## **BRANCURA E BRANQUITUDE: NEUTRALIDADE E PRIVILÉGIO**

Como antecipação às reflexões sobre a branquitude na atualidade, para compreensão da exclusão social, humana e cultural imposta ao negro no Brasil, Clóvis Moura (1994) aponta para a questão do nascente capitalismo no país, em meados do século XIX, mostrando que este se faz sobre uma base escravagista e a partir de uma relação peculiar a saber. Ele explica como o capital aqui instalado, bem como seus idealizadores e dirigentes, pela sua origem externa, fazem com que todos os espaços econômicos que deveriam ser ocupados por uma classe burguesa nativa em formação, negra por excelência, fossem, contrariamente, ocupados por estrangeiros, em sua maioria ingleses. Esse fato se inicia num período denominado de “escravismo tardio” (MOURA, 1994, p. 53), para se aprofundar por meio das políticas de imigração, cuja lógica se assentava na ideia de branquear, através de uma estratégia demográfica de repovoamento, que se acentuaria com o crescimento da indústria e das cidades conseqüentemente.

Enquanto ao escravo sobrepunha-se uma política de destruição de grupos familiares, negação da ancestralidade, recusa à manutenção da língua e da religião, ao imigrante europeu dava-se o oposto; era garantida toda a conservação de sua cultura, religião e até mesmo da língua. Essa situação se amplifica na negação da posse de terra ao negro, na recusa em lhe atribuir cidadania, no impedimento de livre circulação nas cidades e no acesso ao trabalho remunerado. Assim, a rejeição

étnica torna-se crucial para o impedimento da mobilidade social, pois os mecanismos de seleção étnica se tornam centrais para reproduzir poderes econômicos, políticos e sociais. Havia, nesse sentido, apenas um viés a ser desfeito: o fato da população branca ser minoritária quantitativamente.

Em consonância, vale lembrar que as sofisticadas teorias biologicistas de inferioridade do negro, presentes à época de término formal da escravidão no Brasil (e além), dão espaço a análises de cunho estratégico, onde as políticas de imigração começam a se tornar consenso no sentido de corrigir o “defeito da raça” que povoava majoritariamente as terras brasileiras. Este fato aponta para o imigrante branco como único capaz de executar trabalho dentro do contexto de produção capitalista. O branqueamento da raça urge (AZEVEDO, 1987).

Dessa forma, fica evidente que, mesmo por mecanismos diferentes – demográficos, políticos, econômicos, morais – em quase um século e meio de estudos sobre as raças e as relações entre elas presentes no Brasil, uma ideia se sobressai e torna-se perene: a do branqueamento. Reconhecendo-se ou não o racismo, ou negando-o num preconceito à brasileira, a ideologia do branco europeu dominante torna-se a ideologia de todos, em detrimento do ponto em que o indivíduo esteja posicionado na escala cromática disponível. No prefácio à primeira edição do livro *Psicologia Social do Racismo*, Kabengele Munanga reafirma, de forma precisa, o que já havia sido proferido por Frantz Fanon, Guerreiro Ramos e Abdias Nascimento, “a interiorização (dos comportamentos sociais) pode, a rigor, levar à alienação e à negação da própria natureza humana para os que nasceram escuros, oferecendo-lhes como único caminho de redenção o embranquecimento físico e cultural” (MUNANGA, 2002, p. 11). Neste sentido, a identidade, o ideal de pertencimento a um povo, a autoestima, foram pautadas pela desvalorização da população negra e pela supervalorização idealizada da população branca.

Iray Carone enfatiza, assim, as diferentes concepções de miscigenação desde o período pré-abolicionista, e que tem hoje uma conotação discursiva que “[...] atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação ou falta de identidade étnica positiva” (CARONE, 2002, p. 17). Considerando ser este um discurso do branco, a autora lança a pergunta crucial, já trazida por Fanon em meados do século passado: *como um*

*problema das elites brancas (branquear) passou a ser interpretado como um problema do negro?* Nesse contexto, a autora reafirma que só é possível uma resposta razoável a essa questão, inserindo o autor das representações sobre o negro no debate. Inserir, visualizar e apontar aquele que discrimina, o sujeito preconceituoso, que até então, se não exterior às relações, era colocado sob uma auréola de neutralidade que o protegia, à medida que aumentavam as implicações negativas em relação ao grupo de cor.

É com esse recorte de implicação de raça, como termo essencial para caracterização do racismo e o entendimento singular de que a categoria “negro” é uma construção normativa do opressor, semanticamente fundamentada pelo olhar do branco colonizador (BENTO, 2002), que os conceitos de branquitude e branqueamento dão um novo sentido aos estudos das relações raciais. Assim, a branquitude pode ser um ponto de vista, um lugar na estrutura, uma norma, uma categoria relacional (SILVA, 2017), que se amplia e se infere de forma terminante nas relações sociais, como deixa claro Iray Carone:

Não é posto, nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade e a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna um alvo preferencial de descargas de frustrações impostas pela vida social (CARONE, 2002, p. 23).

O descortinar do indivíduo branco, nos estudos das relações raciais brasileiras, revela um acordo silenciado entre os membros dessa população de não se fazer parte dos fatores determinantes da permanência das desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que as reforça e direciona para o negro a responsabilidade por elas. A presença do branco como hipótese básica do racismo, que o faz, portanto, promotor da ideologia da brancura, catalisa uma série de compreensões que permaneceram inertes ao longo do tempo, como o reconhecimento do privilégio do branco e de como a marca indelével da cor desloca os sujeitos em escalas sociais de superioridade e inferioridade, em que a expressão simbólica de pertencer a uma

população fenotipicamente marcada pela claridade da pele diluía-se nas classes e reforçava-se na valoração individual.

O racismo no Brasil é multifacetado e o caminho escolhido por estas autoras e por outros no sentido de trazer luz a esse complexo campo de pesquisa não é retilíneo, nem sem escarpadas, no entanto, parece imprescindível para Bento (2002) a apreensão do conceito de privilégio – já anteriormente mencionado, como possibilidade de entender a discriminação e a consequente manutenção das desigualdades. Nesse sentido, a autora tenta esclarecer como a discriminação se metamorfoseia em processos que extrapolam o preconceito, num sentido de interesse e de manutenção de vantagens.

Desta forma, o negro constituído revela-se como a antítese do branco que o constitui sem que, no entanto, estabeleça-se um discurso de alteridade, pois o outro, o não branco, é o depositório daquilo que é indesejado, do que representa ameaça, do que não é admitido. Segundo Silva (2017), esse mecanismo antitético serve como justificativa de uma hierarquia social pautada na superioridade racial, que sendo própria das relações de dominação, tem se mostrado estratégia eficiente nos diferentes contextos, mantendo os privilégios e o local de poder do grupo autodeclarado branco.

O negro, assim, é continuamente excluído da normatividade e implicado num outro generalizado, cujo branco, num pacto narcísico, silencia-se sobre o racismo (BENTO, 2002). Quando questionado, nega-o e encara quaisquer hipóteses racistas como um problema do negro. Não se enxerga, tal qual um “drácula diante de um espelho” (CARDOSO, 2017, p. 184), como fonte causal e normativa das desigualdades, receptor de vantagens materiais e simbólicas, que só se aprofundam ao longo do tempo, como resultado da distribuição desigual de poder.

A invisibilidade alia-se de forma conveniente ao discurso de poder, em que as teias de opressão se ramificam, perpetuando a desigualdade e garantindo o privilégio do homem branco. Não sem razão, Miranda (2017) questiona a hipocrisia no que tange a não percepção das vantagens estabelecidas e, consequentemente, no interesse não manifesto da sua manutenção. Torna-se, então, minimamente coerente inserir no debate, para além do reconhecimento do privilégio, a não negação da brancura como passaporte a ele. Não negar compreendo ser tão

importante quanto o reconhecer-se privilegiado nas relações de poder desigual. Reconhecer pressupõe descoberta; não negar, porém, vai além, pois implica algo já sabido, mas convenientemente mantido à sombra dos interesses nas vantagens continuamente obtidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por trás desse aspecto de invisibilidade e neutralidade subjaz o privilégio, e seja ele convicto, dissimulado ou ignorado, perpetua-se de forma silenciosa, como condição central para alimentar a negação ao racismo. Enunciar o racismo pressupõe reconhecer o privilégio e, conseqüentemente, não enxergar na brancura a norma. Pressupõe autocrítica, não suficiente apenas pelo olhar através da porta de vidro, como dito em analogia precisa por Piza (2002), tampouco suficiente pelo ventilar sutil que perpassa os vãos da porta. Parece ser imprescindível quebrá-la e, quem sabe, rasgar-se um pouco nos estilhaços espalhados, mas tão invisíveis e neutros da brancura.

Quando Frantz Fanon, Guerreiro Ramos e outros patologizam a brancura, apontam categoricamente para o fato de que não há neutralidade na relação branco/não branco – colorido/sem cor. Mostram, por fim, que não há um fator externo (herança escravagista, classe, determinismo biológico) que possa minimamente explicar as diferenças e as desigualdades estabelecidas entre esses grupos, que não a construção de um modelo normativo idealizado, que subjuga tudo que se apresenta como diverso, distorcendo o outro em ruim, feio, incapaz, perverso. Há assim uma dissimulação generalizada, que garante a manutenção de privilégios de forma conveniente e articulada ao discurso de isenção.

Certamente, incluir o branco nos estudos das relações raciais não é fator suficiente para a derrocada do racismo à brasileira. Hegemonicamente, mantém-se o pensamento de inexistência de desigualdade social tendo como fator causal a raça e tudo que se inclui na definição desse termo. No entanto, a mudança de cenário e a inserção do branco no palco das relações e, mais além, como protagonista do discurso de poder que o pressupõe norma, que o idealiza e

diametralmente desqualifica e inferioriza o negro, torna-se central para um diálogo mais aberto e equânime, e que incorra numa nova perspectiva de democracia racial. Democracia não fundada na superficialidade de uma convivência não violenta e cordial, mas imersa na possibilidade de relações plurais, nas quais a externalidade corpórea não seja o fio delineador de diferenças e da alocação de indivíduos numa sociedade que os categorize em superiores e inferiores.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – Séc. XIX**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e branqueamento no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-57.
- CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 175-195.
- CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 13-23.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003 [1933].
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do branco brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1995. p. 215-240.
- \_\_\_\_\_. O problema do negro na sociedade brasileira. **Cadernos de Nosso Tempo**, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun., 1954. Republicado em Schwartzman, Simon (ed.). O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981. p. 39-69.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça e anti-racismo no Brasil. **Novos estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 43, p. 26-44, nov. 1995.
- \_\_\_\_\_. Raça e os estudos das relações raciais no Brasil. **Novos estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 54, p. 147-156, jul. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2ed. São Paulo: Editora 34, 2005.
- \_\_\_\_\_. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos estudos**, São Paulo: CEBRAP, n. 81, p. 99-114, jul. 2008.
- HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. **Estud. av.**, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, abr. 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141996000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MATOS, Bráulio Tarcísio Porto de. Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. **Caderno Linhas Críticas**, Brasília, n. 3 e 4, p. 149-171, jul. 1996.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia? In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 53-68.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 9-11.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A., 1978.

PIERSON, Donald. **Branços e pretos na Bahia: Estudo de contato racial**. 2ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 [1943].

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 59-90.

SILVA, Priscila Elizabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

Recebido em: 06/12/2018

Aceito para publicação em: 18/04/2019





**A LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: notas sobre o lugar da  
Antropologia**

***Social sciences licentiate's degree: notes on the role of  
Anthropology***

Krislane de Andrade Matias

Mestra em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professora do Instituto Federal de Goiás e da rede particular do Distrito Federal. E-mail: krislane.amatias@gmail.com

Nicholas Moreira Borges de Castro

Mestre em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. E-mail: profcsnicholas@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 230-245, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837

**RESUMO.** Esse ensaio visa discutir o lugar da Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB) e, de maneira mais específica, o papel da antropologia nessa formação. Busca-se refletir sobre o descompasso entre essa formação nos níveis de graduação e de pós-graduação e o exercício do saber antropológico fora do universo da pesquisa acadêmica, na docência da disciplina sociologia na educação básica. Ao longo do texto, são analisados o currículo acadêmico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UnB, bem como documentos oficiais que orientam o trabalho pedagógico na educação básica. Entende-se que a licenciatura é preterida em função do bacharelado, refletindo a hierarquização da pesquisa sobre o ensino no âmbito acadêmico. É discutida também a relação entre os campos da antropologia e da educação e suas consequências.

**PALAVRAS-CHAVE.** Ensino de Sociologia. Ensino Médio. Licenciatura. Antropologia. Formação de professores.

**ABSTRACT.** This essay aims to discuss our training and formation in anthropology at the University of Brasilia, seeking to reflect on the mismatch between this training at undergraduate and graduate levels and the exercise of anthropological knowledge outside the universe of academic research, while teaching discipline sociology in high school. Throughout the text, the academic curriculum of the undergraduate course in Social Sciences of the University of Brasilia, as well as official documents that guide the pedagogical work in basic education, are analyzed. It is understood that the degree is deferred according to the bachelor's degree, reflecting the hierarchy of research on teaching in the academic field. The relationship between the fields of anthropology and education and its consequences is also discussed.

**KEYWORDS.** Sociology Teaching. High School. Job Market in Anthropology. Teacher Training.

## A LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA<sup>1</sup>

Neste ensaio, apresentaremos algumas reflexões acerca da formação em licenciatura oferecida pelo curso de Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB). Compreendemos que esta é apenas uma experiência no universo da habilitação “licenciatura em Ciências Sociais” oferecida pelas universidades brasileiras e que este é um rico *lócus* de pesquisa.

Nossa intenção com este trabalho também é abrir um leque de questões que talvez possam servir de orientação para futuras pesquisas, como, por exemplo, a comparação de diferentes currículos e suas propostas pedagógicas, a aplicação das normativas do Ministério da Educação, relativas à licenciatura em Ciências Sociais, os aspectos políticos e pedagógicos presentes na organização de habilitações etc. A produção deste ensaio foi motivada, assim, pelo interesse em refletir e contribuir com a discussão sobre o valor da formação de professores para a educação básica no campo das ciências sociais e, mais especificamente, da antropologia.

Na Universidade de Brasília (UnB), a formação em ciências sociais é oferecida pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS). Implementado em 1962, o curso é a única graduação no Distrito Federal a formar antropólogos, sociólogos e docentes habilitados a lecionarem a disciplina de sociologia na educação básica<sup>2</sup> (LEAL, 2017). Atualmente, são oferecidas quatro opções de habilitação aos estudantes, três bacharelados e uma opção de licenciatura, que são respectivamente: a) Bacharelado em Ciências Sociais; b) Bacharelado em Antropologia; c) Bacharelado em Sociologia; d) Licenciatura em Ciências Sociais<sup>3</sup> <sup>4</sup>. A opção pelas habilitações é

---

<sup>1</sup> Agradecemos a Alexandre Fernandes pela prontidão e pelas excelentes observações sobre esse texto e aos apontamentos apresentados pelos pareceristas, fundamentais para o processo de escrita deste ensaio.

<sup>2</sup> Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) o sistema educacional brasileiro é dividido em educação básica e ensino superior. A educação básica, de caráter obrigatório, é organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

<sup>3</sup> Para que o estudante seja considerado apto a se formar nas habilitações descritas, ele deve cursar, no mínimo, 168 créditos.

<sup>4</sup> Não existe uma habilitação de Bacharelado em Ciência Política dentro do curso de Ciências Sociais da UnB, pois desde 1976 esta disciplina possui um departamento próprio na Universidade de Brasília, hoje chamado Instituto de Ciência Política (IPOL).

feita no transcorrer do curso, com orientação de que seja realizada a partir do terceiro semestre<sup>5</sup>.

Os estudantes que optam pela licenciatura precisam cursar, além da grade curricular comum às quatro habilitações, outras seis disciplinas oferecidas por quatro diferentes departamentos e institutos: a disciplina Língua de Sinais Brasileira – Básico, oferecida pelo Instituto de Letras; Organização da Educação Brasileira, Psicologia da Educação e Didática, ofertadas pela Faculdade de Educação; e Fundamentos de Desenvolvimento e Aprendizagem, ofertadas pelo Instituto de Psicologia.

A única disciplina obrigatória e específica para os que cursam a Licenciatura em Ciências Sociais oferecida pelo ICS/UnB é Prática de Ensino em Ciências Sociais. Essa disciplina possui seis créditos e é composta por encontros presenciais e pelo estágio obrigatório. Embora a Licenciatura em Ciências Sociais seja cursada por estudantes vinculados aos Departamentos de Sociologia e de Antropologia, a responsabilidade pela licenciatura e pela oferta dessa disciplina cabe apenas ao Departamento de Sociologia<sup>6</sup>.

Considerando a existência de apenas uma matéria da licenciatura vinculada ao ICS/UnB, percebe-se considerável desinteresse pela formação de professores da educação básica. Essa pouca preocupação dos Departamentos de Antropologia e de Sociologia com a formação oferecida parece corroborar o senso comum acadêmico, que identifica a licenciatura como uma opção menor, com pouco prestígio e escolhida por estudantes que não tiveram outras opções. Essa escolha dos departamentos reforça uma dicotomia entre bacharelado e licenciatura, expressa através da noção de “pesquisa x ensino”, de modo que as atividades do primeiro são valorizadas em detrimento do segundo (DINIZ-PEREIRA, 2006). Nesse sentido, é oportuno citar o artigo de Soares (2011), em que descreve o processo de naturalização dessa polaridade ainda no momento de formação dos estudantes:

Nas Ciências Sociais e humanas, o bacharelado é procurado por aqueles estudantes que pretendem fazer pesquisa ou se dedicar à vida acadêmica,

---

<sup>5</sup> Ressalta-se que a autora e o autor deste ensaio cursaram tanto o Bacharelado em Antropologia como a Licenciatura em Ciências Sociais pela UnB.

<sup>6</sup> O Departamento de Antropologia optou por não fazer parte da formação dos estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais sob o argumento que a habilitação em Antropologia teria como objetivo a formação de bacharéis em Antropologia.

o que é legítimo. No entanto, o que se observa é que os pesquisadores dessas áreas se concentram em suas demarcações epistemológicas e se esquecem do necessário diálogo com a formação de professores. Em um curso de Letras, por exemplo, chega-se ao inacreditável fato do estudante formar-se professor de Língua Portuguesa sem aprender qualquer coisa a respeito dos processos de alfabetização, dos processos de aquisição dos fundamentos da linguagem. Muitas vezes o licenciado aprecia e admira aquele que faz pesquisa pura em linguística, em história etc., mas o contrário não acontece, ou seja, o bacharel, quase sempre, deprecia aquele que se dedica à arte de ensinar os fundamentos científicos para crianças e jovens (SOARES, 2011).

É importante destacar que no ensino médio a disciplina de Sociologia também abrange em seu currículo conteúdos das áreas de Antropologia e de Ciência Política. O fato de a formação para o magistério na educação básica ser de responsabilidade do Departamento de Sociologia<sup>7</sup>, de modo que Instituto de Ciência Política (IPOL)<sup>8</sup> e Departamento de Antropologia (DAN) não tenham nenhuma relação com a licenciatura, revela a fragmentação da formação oferecida pela UnB aos interessados em lecionar no ensino médio. Essa dissociação entre as habilitações, em especial entre os bacharelados e a licenciatura, longe de apresentar ganhos, contribui para o empobrecimento da formação dos futuros professores que atuarão no ensino básico (JINKINGS, 2007).

## LUGAR E PERCEPÇÃO DA DOCÊNCIA E SEUS REFLEXOS

Nas Ciências Sociais, para ser reconhecido enquanto pesquisador é necessária densa formação teórica e metodológica na área. Geralmente essa formação começa na graduação, quando os estudantes são iniciados em projetos de iniciação científica e grupos de estudo. Após a conclusão da graduação, é comum que os formados que planejam permanecer na área acadêmica façam seleções para o mestrado acadêmico e, em seguida, para o doutorado.

Grande parte dos pesquisadores doutores na área de ciências sociais atuam em instituições públicas de ensino superior. Nessas instituições, a carreira de

---

<sup>7</sup> O Instituto de Ciências Sociais da UnB (ICS/UnB) é composto pelos Departamentos de Antropologia (DAN) e de Sociologia (SOL) e pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA).

<sup>8</sup> Para obterem o título de Bacharelado em Ciência Política oferecido pelo Ipol/UnB é exigido que estudantes cumpram o mínimo de 178 créditos.

pesquisador está vinculada à carreira de docente, de modo que os concursos que selecionam profissionais para atuarem nos departamentos e institutos são, inclusive, para o cargo de professor. Cabe destacar que os concursos públicos para docentes contam com a prova de desempenho didático entre as etapas necessárias para a aprovação no concurso.

Logo, nas instituições públicas de ensino superior, um profissional que possui formação teórica reconhecida pelos seus pares e pela comunidade acadêmica para atuar como pesquisador presta um concurso para professor e divide-se entre docência e pesquisa, além de outras atividades. É interessante notar que ainda assim a formação para a docência é continuamente negligenciada, especialmente nos programas de pós-graduação (SARTORI, 2014).

O paradoxo se intensifica no momento em que os bacharéis com alta formação técnica em pesquisa e pouca ou nenhuma formação em docência se candidatam para o cargo de professor. Esses profissionais serão os responsáveis pela formação de novas gerações de pesquisadores com alta formação técnica e pouca ou nenhuma formação em docência, que provavelmente ambicionam atuar como professores de universidades e institutos. Sobre este aspecto, é oportuno citar que:

[...] no Ensino Superior é onde se verifica menor diversidade em relação às práticas didáticas. As aulas expositivas são as mais frequentes e o professor de modo geral aprende a ensinar por ensaio e erro. O professor constitui a principal fonte sistemática de informações, e uma das habilidades que mais incentiva nos alunos é a memorização. A prática mais constante de avaliação da aprendizagem consiste em aplicar provas e dar notas, que com frequência também é usada como meio de estabelecer autoridade em relação ao aluno. Aos alunos, por sua vez, cabe colocarem-se na condição de ouvintes e esperar que os professores “deem aulas” (GIL, 2012, p. 6).

É inegável que a docência ocupa grande parte do tempo desses profissionais enquanto trabalhadores das ciências sociais. Se nesse contexto o professor “aprende a ensinar por ensaio e erro”, através da experiência cotidiana em sala, a preocupação em formar bons docentes, capacitados metodologicamente para exercerem tal função, que possuam base pedagógica consolidada e experiência prática, não é uma preocupação dos departamentos, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Sobre esse aspecto, é oportuno citar Sartori:

Mesmo existindo diferentes níveis de avaliações acerca da importância que as licenciaturas e os cursos de pós-graduação exerceram na formação dos docentes, eles consideram que a aprendizagem do ofício de professor para o ensino superior tem ocorrido mais pela experiência e fora dos espaços de formação acadêmica, a qual pode ser sintetizada na frase do professor Milton: “*Eu não aprendi docência, nem na graduação, nem na pós-graduação*” (SARTORI, 2014, p. 16).

A compreensão de que ensinar é algo “prático” e de que se aprende no cotidiano desse ofício, quando os profissionais já estão empregados e trabalhando como docentes, é a percepção dominante. Nesse caso, não se faz necessária a formação pedagógica, teórica e metodológica e as reflexões sobre o ato de ensinar, como aponta Gil:

Boa parte desses professores aprendeu seu ofício como os antigos aprendiam: fazendo. Os professores universitários não recebem preparação pedagógica específica e mesmo ao longo da sua vida profissional raramente têm a oportunidade de participar em cursos, seminários ou reuniões sobre métodos de ensino e avaliação da aprendizagem. A pedagogia fica, portanto, ao sabor dos dotes naturais de cada professor (GIL, 2012, p. 8-9).

Nessa direção, Sartori (2014) informa que muitos professores de antropologia não tiveram acesso à formação sistemática voltada à docência, mesmo nos programas de pós-graduação. A prática docente que exercem é uma forma de reprodução dos ensinamentos que obtiveram com professores cuja atuação consideram inspiradoras. Com isso, é comum que os professores reproduzam modelos e práticas sem reflexão sobre a eficácia desses métodos para a apreensão do conteúdo por parte dos estudantes (SARTORI, 2014).

O fato de o ato de ensinar ser fruto de repetição e de prática docente não reflexiva pode contribuir para afastar estudantes das ciências sociais. Estratégias utilizadas por professores em outras épocas, com público interessado em se especializar em antropologia, por exemplo, podem ser consideradas obsoletas e desinteressantes para adolescentes que cursam o ensino médio. Dauster (2015, p. 43) nos lembra que “o ofício do educador é diferente da prática do antropólogo, mesmo quando o antropólogo milita em projetos educativos e sociais”. Para esta autora, ao educador cabe, “por meio de ações simbólicas [...] transmitir, inculcar

valores e saberes, segundo determinados parâmetros [...] ensinar, orientar, avaliar, transformar” (DAUSTER, 2015, p. 43).

Percebe-se que a docência carrega consigo imensas expectativas atribuídas a ela por toda a sociedade. Porém, para ensinar e estabelecer vínculos é necessário aprender, estudar e treinar. Quando não há essa preparação, torna-se mais comum que professores e estudantes não consigam estabelecer vínculos e que o processo ensino-aprendizagem seja incompleto para ambos. Nessas situações, não é difícil que o docente se sinta frustrado e solitário ao exercer sua profissão.

Handfas e Teixeira (2007) rejeitam a ideia de que a formação do professor se constitui como ato “espontâneo ou improvisado”. Para as autoras, é necessário que a universidade reflita sobre o ensino das ciências sociais na educação básica e concilie as dimensões teórica e prática relacionadas à formação inicial e atuação do professor, de forma que esse seja estimulado a seguir nessa direção:

Reafirma-se a concepção de que a formação e a prática pedagógica devem englobar a dimensão do trabalho educacional e científico do professor, o que implica refletir sobre as questões referentes ao ensino da Sociologia no ensino médio, tendo como foco a escola – ambiente complexo e multifacetado – e a interação entre seus agentes em seus variados matizes. Nessa perspectiva, a escola é pensada como espaço privilegiado de estágio e, a Prática de Ensino, como espaço privilegiado de formação inicial e continuada dos professores (HANDFAS; TEIXEIRA, 2007, p. 141).

A atuação dos antropólogos na educação básica poderia ser, além da docência, ponte entre o conhecimento produzido na universidade e o que é transmitido na educação básica. Para que haja alguma possibilidade de isso acontecer é fundamental que os departamentos acolham as demandas dos antropólogos docentes, estimulem e desenvolvam pesquisas sobre a disciplina e a atuação docente na educação básica e promovam a construção de formação permanente para esses profissionais.

Os professores também são sujeitos de transformação, que compreendem a realidade em que estão inseridos e que possuem papel fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Sobre aspecto, Pereira (2007, p. 147) afirma:



Sugere-se a ideia do professor como sujeito de transformação se opondo à condição do sujeito que nega a realidade em que está inserido (VASCONCELLOS, 2003). O professor deve entender o ensino e a avaliação, por exemplo, como aspectos do processo de aprendizagem que merecem o maior cuidado. Acreditamos que o professor de Sociologia deve ter uma postura de sociólogo-professor e assim aplicar o que aprendeu em seu curso de Ciências Sociais. Como aprendeu a pesquisar é um pesquisador, portanto deve ser um professor-pesquisador e não simplesmente um reproduzidor de ideias. É importante auxiliar o aluno a desconstruir e reconstruir o conhecimento, considerando a sala de aula como um espaço de estudo e de pesquisa.

Outra dificuldade na prática dos professores é que o curso de ciências sociais é extremamente teórico, tendo poucas disciplinas dedicadas a instrumentalizar antropólogos para atuar fora dos muros da universidade. Sem essa instrumentalização, torna-se mais difícil para os graduados articularem as diferentes teorias aprendidas na formação acadêmica com a realidade encontrada em sala de aula. Esse fato, somado a pouca importância dada à licenciatura, contribui para que os professores da educação básica habilitados em antropologia encontrem dificuldades em transmitir os conceitos adquiridos em sua formação para o alunato.

## **A ANTROPOLOGIA NO CURRÍCULO ESCOLAR**

Sabe-se que a antropologia não é um componente curricular obrigatório no ensino médio. No entanto, esse fato não impede que questões e temáticas fundamentais desse saber científico estejam presentes em documentos que orientam o ensino médio no Brasil e no Distrito Federal. Em nível nacional, as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM)<sup>9</sup> caracterizam a estrutura e os princípios que devem orientar esta etapa da educação básica. Já quanto ao DF, a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) possui o Currículo em Movimento da Educação Básica<sup>10</sup>, documento que descreve a organização curricular e as concepções político-pedagógicas que devem guiar o trabalho no magistério.

---

<sup>9</sup> As DCNEM foram redefinidas na Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação, de 30 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012).

<sup>10</sup> Link para acesso ao texto do Currículo em Movimento:

<[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur\\_mov/5\\_ensino\\_medio.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/cur_mov/5_ensino_medio.pdf)>.

Ambos os textos permitem uma reflexão sobre as relações entre educação e antropologia, bem como sobre a presença desta última na própria concepção do ensino médio, área de atuação por excelência dos licenciados em ciências sociais. Ressaltamos, para início da discussão, alguns princípios do ensino médio descritos nas DCNEM:

Art. 5º: O Ensino Médio em todas as suas formas de oferta e organização, baseia-se em:

[...]

VII – reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;

VIII – integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

§ 1º O trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

§ 2º A ciência é conceituada como o conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

§ 3º A tecnologia é conceituada como a transformação da ciência em força produtiva ou mediação do conhecimento científico e a produção, marcada, desde sua origem, pelas relações sociais que a levaram a ser produzida.

§ 4º A cultura é conceituada como o processo de produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos, políticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Art. 6º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas.

No trecho destacado, podemos notar que o trabalho pedagógico deve contemplar o exercício da alteridade – conceito central do conhecimento antropológico –, de maneira que essa postura é norteadora das relações entre os chamados “sujeitos do processo educativo”. Além disso, temos a descrição da “cultura” como uma das quatro dimensões a serem trabalhadas e articuladas no currículo do ensino médio, ao lado do “trabalho”, da “ciência” e da “tecnologia”. Ao analisarmos o parágrafo 4 do artigo 5º das DCNEM, percebemos que a noção de “cultura” expressa no documento é condizente com as discussões feitas sobre esta categoria analítica no campo da antropologia, indicando a presença de seu saber

científico na concepção contemporânea de currículo escolar e, conseqüentemente, da própria escola como instituição.

Se analisamos o Currículo em Movimento, documento elaborado e organizado pela SEEDF, a presença da antropologia fica explícita nos “conteúdos” a serem trabalhados na matriz curricular da área de ciências humanas, visto que temáticas fundamentais e tradicionais do campo antropológico são especificadas. “Natureza e cultura”, “história e cultura afro-brasileira”, “relativismo cultural”, “identidade, diversidade e gênero”, “religiosidade africana e indígena”, “religiões afro-brasileiras”, “etnocentrismo”, “aspectos antropológicos e sociológicos da formação do povo brasileiro” e “conflitos étnicos, culturais e xenofobia” são alguns dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula que expressam mais claramente a presença e a importância da ciência antropológica no ensino médio. Além disso, há uma série de outras temáticas elencadas que não são tão influenciadas pela análise da antropologia, se considerarmos o contexto do campo mais alargado das ciências humanas, mas que podem ser (e são) apropriadas como objeto de estudo por aquela.

Pode-se constatar essa realidade analisando não apenas os conteúdos curriculares do ensino médio, mas os próprios livros didáticos, que geralmente trabalham o conteúdo a partir das três frentes disciplinares que compõem o campo das ciências sociais. É com segurança que se pode entender a antropologia como um saber relevante na formação escolar no nível do ensino médio, bem como na concepção de escola e do processo de ensino-aprendizagem elaborados nos documentos de Estado que orientam a educação.

Neste sentido, Dauster (2015, p. 45) argumenta que: “uma ‘educação’ em antropologia vai além de nos fornecer um conhecimento do mundo, de pessoas e de suas sociedades. A prática antropológica ‘educa’ e forma outra percepção do mundo, abrindo olhos e mentes para outras possibilidades de existência”. Como já foi dito, é urgente que haja articulações entre o conhecimento adquirido na academia com aquele que é o seu maior campo de trabalho: a licenciatura. Entendemos que a análise de Gusmão (1997) acerca da relação entre a antropologia e a educação se mantém precisa: “um campo de confrontação, em que a

compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e à educação, a condição de prática”.

Takagi (2016) traz provocações necessárias sobre a indiferença das ciências sociais em refletir sobre a formação de novos professores de sociologia para a educação básica, bem como suas dificuldades com a docência e o currículo adotado:

O processo educacional vivido no curso produz tamanha adequação social que, ao ingressar, o aluno vive momentos de conflito, especialmente pelas dificuldades de acompanhá-lo, mas, ao longo do curso, ele assume que o conhecimento é mais relevante do que o exercício profissional. O licenciando acaba por assumir “papéis e atitudes dos outros”, ou seja, ele concorda com o projeto da intelligentsia de que os “altos estudos” definem o sociólogo, mas nem sempre coordena esse papel com o de docente. Além disso, com o pouco tempo destinado à licenciatura, por causa do número reduzido de disciplinas desta e do excessivo número do bacharelado, não consegue problematizar a docência em Ciências Sociais para dialogar com a formação do bacharel. Ao final, o licenciado em Ciências Sociais assume como seu o mundo das elites, de acordo com as intenções reveladas no currículo, e o mais preocupante: é possível que ele reproduza essa concepção na educação básica (TAKAGI, 2016, p. 166).

Não é incomum que pessoas que escolheram a antropologia como ofício ouçam perguntas como: “O que é antropologia?”, “Qual o ofício do antropólogo?” e “Para quê/ quem ela serve?”. Esses questionamentos revelam o desconhecimento de grande parte da população sobre a disciplina, presente dentro dos muros da universidade e, muitas vezes, ignorada fora dela. Tornar a antropologia, seus clássicos, conceitos e discussões acessíveis ao público que tem contato com a disciplina no ensino médio é uma forma de popularizar e democratizar a disciplina além de promover possível renovação, uma vez que divulgar a disciplina pode contribuir para atrair jovens para atuarem no campo das ciências sociais. Acreditamos que ter contato, estudar e se envolver com a antropologia contribui para novas formas de pensar e transformar a vida, como reflete Dauster (2015, p. 53): “ler antropologia é uma experiência transformadora da subjetividade, das formas de estar no mundo e de nele atuar e, certamente, de construir outras problematizações na esfera do conhecimento”.

Por fim, faz-se necessário salientar a contradição presente na construção da licenciatura como formação desprestigiada nas ciências sociais e, em especial, na

Universidade de Brasília, quando na contramão desse processo tem-se um interesse do campo da educação na antropologia. Oliveira (2015) relata que:

A Educação enquanto campo científico tem se consolidado historicamente por meio de um amplo diálogo com outras ciências, destacando-se a sociologia, filosofia, psicologia e história. Todavia, desde meados dos anos 80 do século passado, com a chamada “crise de paradigmas”, com certo esgotamento das investigações quantitativas que vão dando lugar à pesquisa qualitativa e à explosão da diversidade cultural no cenário pós-moderno, nota-se um crescente interesse por parte de pesquisadores da educação pela antropologia– num primeiro momento, visando a superação de uma visão dicotômica que concebe a segunda como ciência e a primeira como prática (Gusmão, 1997). Posteriormente, tal interesse também se direciona à busca de suporte teórico e, especialmente, metodológico com a etnografia, tendo em vista a discussão das culturas na educação e na escola (OLIVEIRA, 2015 p. 11).

É urgente, portanto, que as ciências sociais, e em particular a antropologia, repensem o lugar da licenciatura em seus currículos, visto que o atual tratamento oferecido a essa formação reforça hierarquias de conhecimento que nada auxiliam os estudantes de graduação e pós-graduação na busca por uma formação mais completa e integral, tampouco produz diálogos com outros campos de conhecimento fundamentais para a própria disseminação do saber antropológico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este ensaio buscou refletir sobre o lugar da licenciatura no campo das ciências sociais e, sobretudo, na antropologia. Partindo da realidade dessa formação pela Universidade de Brasília, refletimos sobre o lugar da docência na formação do antropólogo, tanto no que diz respeito a sua preparação para atuar no ensino superior como no ensino médio. Outro ponto que destacamos é a presença do saber antropológico nos documentos de orientação do currículo de ensino e do trabalho pedagógico, presente em componente curricular obrigatório, e que a antropologia é difundida na forma de conteúdos e temáticas próprias e/ ou com longa tradição de estudos na disciplina. Desse modo, questiona-se a ausência de articulação entre antropologia e educação como campos do saber acadêmico na formação dos estudantes da UnB.

A omissão e desinteresse pela educação básica revelam, em última instância, a falta de preocupação com a difusão do conhecimento antropológico em larga escala. Se a escola é uma instituição que, por princípios expressos em diretrizes curriculares, deve promover conceitos e discussões de cunho antropológico, não deveriam antropologia e educação construir diálogos mais intensos nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, tripé fundamental da universidade? Sob o risco de ampliar o hermetismo de seu campo acadêmico, não estaria a antropologia se furtando a participar de maneira significativa do debate público sobre diversos temas importantes para a compreensão das sociedades contemporâneas? Longe de oferecer respostas definitivas, o presente ensaio objetivou explicitar reflexões que permitam questionar algumas tensões do campo das ciências sociais e contribuir para reflexões sobre a formação docente para educação básica e as ciências sociais, a fim de promover uma discussão sobre as consequências de uma formação fragmentada e insuficiente no que diz respeito à licenciatura em ciências sociais.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 02 de 30/01/2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao\\_ceb\\_002\\_30012012.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf)>. Acesso em: 06 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- DAUSTER, Tania. Um diálogo sobre as relações entre etnografia, cultura e educação: representações e práticas. **Linhas Críticas**, v. 21, p. 39-56, 2015.
- DINIZ-PEREIRA, J. E. A formação de professores nas licenciaturas: velhos problemas, novas questões. In: \_\_\_\_\_. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2012.
- GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. **Cadernos CEDES**, v. 18, p. 8-25, 1997.
- HANDFAS, Anita; TEIXEIRA, Rosana da Câmara. A prática de ensino como rito de passagem e o ensino de Sociologia nas escolas de nível médio. **Revista Mediações**, v. 12, p. 131-14, 2007.
- JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. **Revista Mediações**, v. 12, p. 113-130, 2007.
- LEAL, Sayonara. Dispositivos de normatização do ensino de sociologia na escola: formação e saberes docentes de licenciandos em Ciências Sociais no Distrito Federal. **Educação & sociedade**, v. 39, p. 1075-1099, 2017.
- OLIVEIRA, Amurabi. Apresentação: Antropologia e Educação. **Linhas Críticas**, v. 21, n. 44, p. 11-17, jan./abr. 2015.
- PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando futuros professores de sociologia. **Revista Mediações**, v. 12, p. 143-157, 2007.
- SARTORI, Ari José. O ensino da Antropologia nos cursos de graduação: “o que ensinam” e “como ensinam”. **Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, UFRN, Natal RN, 2014.
- SOARES, Ademilson de Sousa. Licenciatura versus bacharelado: a cultura da polarização na formação inicial dos professores. **Póesis Pedagógica**, v. 9, n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2011.
- TAKAGI, Cassiana. A formação do professor de sociologia do ensino médio: um estudo sobre o curso de Ciências Sociais da universidade de São Paulo. **Inter-Legere**, v. 1, n. 18, p. 150-167, 2016.

Recebido em: 30/06/2018

Aceito para publicação em: 02/11/2018





# ENSAIOS VISUAIS





**“AS MÃES SÃO AS MAIORES TERAPEUTAS”**

***“Mother are the greatest therapists”***

Amanda Antunes

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/DAN), Universidade de Brasília (UnB), Brasil. Bolsista CNPq. E-mail: amandaarso12@gmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 246-255, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837

# 1. O MORRO DA CONCEIÇÃO.



ANTUNES, 2018

## 2. CHEGANDO AO CERVAC.



### 3. HIDROTERAPIA: MÃES, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E CRIANÇAS.





## 5. O PAPEL ATIVO DAS ACOMPANHANTES.



## 6. AS PRÁTICAS SENSORIAIS.







## **“AS MÃES SÃO AS MAIORES TERAPEUTAS”**

### ***“Mother are the greatest therapists”***

Amanda Antunes

Tradicionalmente são as mulheres as que ocupam os papéis de cuidado das crianças de nossa sociedade. Isso fica ainda mais evidente quando participamos de espaços frequentados por crianças que necessitam de cuidados especiais, como em hospitais ou em centros de terapias. São mães e avós que preenchem os hospitais atrás de atendimentos para suas crianças, bem como acompanham as terapias das crianças nos centros terapêuticos.

As fotos que compõem esse ensaio fotoetnográfico (ACHUTTI, 2004) fazem parte de uma visita feita à Recife/PE em setembro de 2018, onde – junto com outras pesquisadoras de Brasília que fazem parte do projeto de pesquisa intitulado *Zika e microcefalia: um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias no estado de Pernambuco* – pude acompanhar um pouco do cotidiano das crianças e acompanhantes em um centro de terapia.

O Cervac (Centro de Reabilitação e Valorização das Crianças) é uma instituição que tem mais de 30 anos e atua no Morro da Conceição, atendendo não somente as crianças afetadas pelo surto do Zika, mas uma variedade de crianças com doenças raras e deficiências. O Cervac é descrito por suas frequentadoras como um lugar acolhedor e familiar. Não é incomum os momentos de descontração, desabafos e trocas de experiências e conhecimentos. Além disso, diferentemente de outros centros de terapia, as mães são vistas pelas profissionais de saúde como as maiores terapeutas, por isso, essas profissionais não somente

realizam os exercícios propostos diretamente com as crianças, mas também convidam as acompanhantes a participarem de todo o processo ativamente.

As acompanhantes não aguardam o fim da sessão de terapia do lado de fora da sala (como acontece geralmente), mas entram na piscina, realizam exercícios de práticas sensoriais e de mobilidade com seus filhos/netos, entre outros, o que parece tornar o momento das terapias leve e divertido tanto para as mães quanto para crianças. Assim, o trabalho é feito em conjunto e as mães são reconhecidas e valorizadas como agentes de todo o processo de cuidado terapêutico das crianças.

## REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia da biblioteca jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Recebido em: 05/04/2019

Aceito para publicação em: 17/04/2019



**OLHARES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA  
SENHORA DO LIVRAMENTO: PERCEPÇÕES PARA O CUIDADO  
CULTURAL**

***Looks to the Quilombola Community Nossa Senhora do  
Livramento: perceptions for the cultural care***

Nádile Juliane Costa de Castro

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail:  
nadiledecastro@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 256-263, jan./jun. 2019

ISSN 2447-9837



**Foto 1:** Casa de enchimento (barro) em um dos terrenos na comunidade remanescente quilombola (2016).



**Foto 2:** Artefatos de madeira (cadeira) (2016).



**Foto 3:** Artefato de madeira produzido via caule de árvore e utilizado como banco (2016).



**Foto 4:** Utensílio de metal utilizado para fins diversos (2016).



**Foto 5:** Casa antiga de enchimento (barro) (2016).



**Foto 6:** “Fogão” de barro (2016).



**Foto 7:** Sanitário tipo “retrete” (2016).



**Foto 8:** Estrutura parcial de uma casa feita com caules de árvores da região (2016).





**Foto 9:** Espaço para otimização do Junco (*Juncus spp*) que é utilizado como fonte de renda (2016).



**Foto 10:** Junco (*Juncus spp*) sendo organizado em um dos barracões da comunidade. O extrativismo do junco é muito comum na comunidade e nos arredores da região (2016).

## **OLHARES PARA A COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO: PERCEPÇÕES PARA O CUIDADO CULTURAL**

### ***Looks to the Quilombola Community Nossa Senhora do Livramento: perceptions for the cultural care***

Nádile Juliane Costa de Castro

Este ensaio visual tem por objetivo revelar, por meio de um processo fotográfico, simbologias do cotidiano de uma população remanescente quilombola, dialogando com o imaginário do leitor sobre os espaços registrados. Este trabalho é parte de uma pesquisa de campo realizada na Rota Turística Belém-Bragança por meio do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, via atividade curricular, que teve como objetivo identificar a atual situação da rota turística por uma visão interdisciplinar. As imagens foram realizadas por meio de câmera Canon Rebel T1i, com foco nos artefatos do cotidiano da comunidade, e após diálogo com lideranças locais.

Essa rota inicia-se na capital de Belém e finaliza no município de Bragança, no Estado do Pará. O registro ocorre na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé-Açú - PA, que é originária de populações remanescentes quilombolas. Nessa comunidade não há equipamentos de saúde e, portanto, há somente profissional com função de agente de saúde. Desse modo, os registros foram direcionados ao território e à cultura, que é um dos determinantes sociais e de saúde, e por certo deve ser considerado no olhar do profissional de saúde.

Abordar a dinâmica desses espaços pela captura de imagens possibilita estudá-los e compreendê-los. A fotografia tem realizado o registro de



ambientes, populações e culturas, contribuindo de modo significativo por meio de múltiplas análises, para entender o imaginário e sensações (SIMONIAN, 2007). No mais, ao registrar habitações e demais artefatos, é possível compreender o modo de vida desta população, o que é essencial para identificar riscos a agravos e direcionar um cuidado baseado na cultura.

Ademais, a sutileza das pequenas simbologias constrói os espaços e seus cotidianos, permitindo assim que se faça uma leitura do ambiente e se reflita sobre as determinações espaciais que implicam em riscos e/ou benefícios à saúde. Logo, o estudo da cultura e ambiente é parte integrante dos determinantes sociais e de saúde, que são essenciais para a atuação do cuidado cultural proposto por Madeleine Leininger no que remete à atuação técnica em saúde (LEININGER, 1983).

## REFERÊNCIAS

LEININGER, Madeleine. **Cultural care: an essential goal for nursing and health care.** In: National meeting of the American Association of Nephrology Nurses and Technicians, Philadelphia, 1983.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). **Imagens e pesquisa na Amazônia: ferramentas de compreensão da realidade amazônica.** Belém: Alves Gráfica e Editora, 2007, p. 15-52. Ilustrado.

Recebido em: 01/08/2018

Aceito para publicação em: 07/11/2018

# RESENHAS



## RESENHA

**BUBANDT, Nils. 2014. *The empty seashell. Witchcraft and doubt in an Indonesian island*. Ithaca: Cornell University Press. 293p.**

Marcelo Moura Mello

Professor na Universidade Federal da Bahia. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ), Brasil. E-mail: [mmmello@gmail.com](mailto:mmmello@gmail.com)

Áltera, João Pessoa, v. 1, n. 8, p. 264-271, jan./jun. 2019.

ISSN 2447-9837

“Eu nunca vi um bruxo canibal”. Com essas palavras, Nils Bubandt inicia seu instigante *The empty seashell. Witchcraft and doubt on an Indonesia Island*. Esse testemunho faz lembrar a famosa experiência de visão da substância-bruxaria, logo colocada em dúvida e racionalizada, de E. E. Evans-Pritchard (1901-1973). Os paralelos (e as diferenças) entre *The empty seashell* e *Bruxaria, oráculos e magia* são notáveis. Tal como entre os Azande, em Buli, um pequeno vilarejo localizado na ilha de Halmahera, na Indonésia, as pessoas distinguem nitidamente a bruxaria da feitiçaria (p. 2). Entretanto, e esse é um ponto fundamental, a experiência de não ver, ou seja, a presença e a ausência da bruxaria em Buli, está no centro da etnografia de Bubandt (p. ix), cuja obra enfatiza questões relativas à dúvida, ao invés da crença.

Preocupações em torno da crença não raro resultaram em assimetrias, para utilizar a terminologia de Bruno Latour, como se não-modernos depositassem fé absoluta em suas crenças, enquanto a modernidade seria caracterizada pelo conhecimento fundado no racionalismo, no ceticismo e na dúvida. Esquemáticamente falando, é como se a onipresença de crenças (na bruxaria, por exemplo) saturasse o mundo de povos como os Azande de certezas. Bubandt, por sua vez, mostra-se particularmente atento às incertezas relativas à bruxaria, e à consequente necessidade de precaução quanto a ela.

As investidas dos *gua*, bruxos canibais que atacam pessoas para comer seu fígado, implicam em uma experiência que, embora excessivamente corporal (os *gua* espancam, possuem, molestam e matam), não é totalmente acessível ao conhecimento e aos sentidos humanos. Isso significa que as condições de conhecimento de qualquer coisa sobre bruxos (sua epistemologia) são sempre atravessadas por contradições, mesmo que, ontologicamente, bruxos existam. Deste modo, sugere Bubandt, “a bruxaria não é um objeto de crença, mas uma *aporia* experimental [...] a realidade da bruxaria nunca pode ser estabilizada na crença. Ao invés disso, é continuamente deixada em suspenso, em dúvida. A bruxaria é mais presente através de sua ausência” (p. xiv-xv). Ou, como coloca no primeiro capítulo, “em verdade, nada sobre os *gua* é certo” (p. 2).

Curiosamente, a dúvida ocupa um lugar crucial e estranho na antropologia:



sempre em seu centro e sempre tangenciada. Desde a publicação de *Bruxaria, Oráculos e Magia*, obra muito atenta às ambivalências, ao ceticismo e às incertezas, como bem pontua Bubandt, os estudos antropológicos sobre a bruxaria foram dominados por um “paradigma explanatório”, que identifica a centralidade da dúvida na percepção das pessoas sobre a bruxaria conquanto conceba-a como prova da força das crenças e/ou como algo secundário, cumprindo uma função explicativa (p. 7-12). De acordo com Bubandt, a bruxaria não tem função política ou papel social evidentes. Epistemologicamente, não está vinculada de modo claro a qualquer conhecimento e significado humanos. Trata-se de uma forma de indeterminação, pois sua natureza intrínseca é continuamente desmentida pela impossibilidade de conhecê-la integralmente (p. 5).

*The Empty Seashell* debruça-se sobre a agência que emerge das inquietações suscitadas pela dúvida, sendo apresentado como “uma investigação crítica sobre a relação entre agência e dúvida pelas lentes da bruxaria” (p. 5-6). Na introdução e no capítulo 1 as balizas teóricas da obra são formuladas, os diálogos com teorias, clássicas e contemporâneas, sobre a bruxaria avançados, e o intrigante e ímpar conceito derridiano de aporia apresentado. Em Derrida, esclarece o autor, aporia trata de uma experiência interminável, um enigma da experiência que não tem resolução definitiva e que não é passível, portanto, de ser determinado, categorizado ou localizado em uma ordem significativa (p. 6). Representa um impasse que produz perplexidade e dúvida. A aporia não tem um fim; ao invés disso, é um começo que coloca problemas à experiência (p. 37-38). Como coloca o autor:

[...] embora aporias possam ser um fato geral da vida, elas naturalmente crescem e se alimentam de concepções particulares e práticas de ser, e também são embebidas de condições históricas, políticas e culturais particulares [...] quando se deparam com elas, as pessoas necessitam continuamente produzir soluções, por mais que essas soluções sejam inadequadas. Em Buli, essas soluções são construídas em forma de *bricolage*, composta de materiais e assuntos culturais que se tornam disponíveis por condições históricas, políticas e sociais mutantes. A aporia e suas soluções parciais são parte de um mesmo todo emergente e instável (p. 38).

Dessa operação analítica extraem-se algumas consequências. Em primeiro lugar, o questionamento de um dos principais legados dos estudos sobre a bruxaria,

presente desde Evans-Pritchard, qual seja: a distinção entre fatos reais e crenças. Em segundo lugar, a bruxaria não é concebida enquanto fenômeno exótico, mas como um *problema* altamente teórico e reflexivo para as pessoas de Buli. Em terceiro lugar, as relações entre bruxaria e modernidade são abordadas de um novo viés: a modernidade possibilita novas reflexões sobre os problemas e as aporias da bruxaria. Não se trata de conceber a bruxaria como discurso social tradicional que possibilita às pessoas ajustar contas com as novas, e ambivalentes, condições sociais que emergiram com a modernização (p. 7-15).

Embora ganhe novos contornos conforme o momento histórico, a dúvida se funda nos próprios mitos. Como exposto no capítulo 2, a mitologia de Buli não é, para Bubandt, fonte de conhecimento totalmente estável ou confiável sobre a natureza e as ações dos *gua*. Ao invés de formarem um sistema de certeza ontológica, os relatos mitológicos sobre as origens dos *gua* são instâncias de uma epistemologia da conjectura, cujas incertezas são ontologicamente institucionalizadas (p. 63-64). Os mitos de origem dos *gua* analisados no segundo capítulo contêm contradições relativas aos modos pelos quais alguém se torna um bruxo. Nesse sentido, mitos oferecem várias respostas, e não explicações unitárias, acerca das origens da bruxaria (p. 72-73).

Os problemas da bruxaria e as promessas de suas resoluções são tratados em uma chave histórica nos capítulos 3 e 4. Promovida pelo trabalho missionário de calvinistas holandeses, a conversão em massa ao cristianismo indica que, em um primeiro momento, novas expectativas quanto ao fim da bruxaria (p. 78-80) e aos problemas relacionados à morte e aos *gua* (p. 105) foram criadas. Progressivamente, a permanência visceral e cruel dos *gua* reverteu as promessas do cristianismo de acabar com a bruxaria. Frustrações e decepções, similares à natureza fraudulenta e enganosa dos próprios bruxos-canibais (p. 117), prevaleceram na longa duração.

Assim, a esperança quanto à possibilidade do fim da bruxaria teve que se defrontar com o horror radical dos *gua*. Como se demonstra mais adiante no livro, no sexto capítulo, a ininteligibilidade da bruxaria incita as pessoas a construírem histórias em busca de respostas à interminável experiência dos *gua*. A natureza aporética dos *gua*, sua inacessibilidade, requer uma constante busca por atribuição de sentido. A bruxaria em Buli veio, então, a funcionar como história. Na medida em





que as pessoas investigavam as aporias de um ataque, este se tornava mais inteligível ao ser conectado a ataques prévios de *gua*, tornando-os inteligíveis de novas maneiras (p. 158).

No capítulo cinco, Bubandt avança uma “teoria corporificada da bruxaria”, atenta à natureza corporal do universo de Buli, no qual objetos, grupos sociais e trocas rituais possuem dimensões corporais (p. 140). A bruxaria é, essencialmente, abjeta; seu horror, visceral. Os *gua* são espíritos canibais que seduzem os corpos de bruxos humanos e destroem os corpos de suas vítimas. A desconstrução de corpos e as moléstias físicas e sexuais infligidas, revelam uma dimensão central da bruxaria em Buli, a saber: a questão de comer e de ser comido (p. 119).

Os ataques dos *gua* a instâncias vitais dos humanos (os órgãos sexuais) e ao repositório das emoções humanas (o fígado), são uma expressão de sua voracidade pela vida dos outros. Esses seres matam suas vítimas ao removerem sua sombra-consciência, fazendo-os perder qualquer lembrança dos ataques, tornando seus corpos estranhos a si mesmos, desagregando as partes elementares que tornam os humanos, humanos. Ademais, uma pessoa se torna bruxo quando o espírito de um *gua* toma o lugar de sua sombra-consciência, transferindo seus desejos canibais a outrem (p. 123-130). O bruxo e os *gua* são, simultaneamente, excessivamente corporais e inteiramente desincorporados. A bruxaria é, então, uma aporia de um ser corporificado, cuja experiência corporal viola o próprio mundo, na medida em que este é modelado pelo corpo humano (p. 117-120; 140).

O capítulo seis gravita em torno das “políticas espirituais”, das conexões entre os imaginários estatais e as realidades da bruxaria. Bubandt explora as consequências políticas não previstas dos planos de se erradicar a bruxaria, que foi atrelada a práticas animistas e crenças ditas supersticiosas, durante o regime autoritário e desenvolvimentista de Hadji Suharto, entre 1966 e 1998. Apesar dos ímpetos (um tanto ambivalentes) modernistas do regime, os *gua* se tornaram mais visíveis, mais problemáticos (p. 153). Em um período de intensas transformações, a bruxaria foi continuamente (re)produzida e reinventada. Outrossim, no mesmo capítulo Bubandt retoma conexões entre história e bruxaria. O próprio modo de operação de bruxos e dos *gua* oferece pistas a esse respeito. Se, de um lado, os *gua* removem a sombra, ou *gurumin*, de suas vítimas, de outro devolvem às vítimas,



arrogantemente, sua sombra-consciência, fazendo-as lembrar dos ataques. Essa memória recuperada é a única maneira por meio da qual os humanos podem conhecer diretamente a bruxaria, mas isso não é isento de riscos: a revelação desse conhecimento implica na morte.

Nesse sentido, a bruxaria, e sua cura, são batalhas em torno do segredo e da socialidade, sobre a memória e seus perigos. O paradoxo da verdade sobre a bruxaria em Buli é de que o *gua* revela a verdade sobre si mesmo, embora proíba a enunciação dessa verdade. Em suma, a verdade e a morte estão enredadas: somente por meio da bruxaria se detém alguma memória dos ataques de bruxos (p. 40; 143-144). Fica evidente, nesse trecho da obra, que a atenção conferida às dúvidas não implica em dualismos. Ou seja, dúvidas relacionam-se de modos complexos com certezas, incertezas, hesitações e com o processo de constituição, e desconstituição, de verdades.

O capítulo seguinte explora as implicações sociais e epistemológicas da excepcional, desconcertante e estranha possibilidade de que qualquer pessoa possa ser um bruxo. A inacessibilidade fundamental da bruxaria é uma premissa existencial para potenciais bruxos, assim como para suas potenciais vítimas. De forma mais desconcertante ainda, pode ser impossível conhecer o interior da própria mente, desconhecer a si mesmo. Uma vez que as incertezas são integrais às aflições causadas pela bruxaria – tanto para bruxos quanto para suas vítimas –, Bubandt sugere que o que está em jogo aí é a “aporia da alteridade” em sua forma monstruosa: o misterioso perigo associado à outridade que caracteriza as relações intersubjetivas com outras pessoas, assim como todas as relações do sujeito consigo mesmo.

O reconhecimento, em Buli, assim como em várias sociedades do Pacífico, da impossibilidade de se conhecer os pensamentos internos ou os sentimentos dos outros, constitui uma “doutrina perspectiva” que estabelece certos parâmetros para aquilo que constitui a socialidade, a interação social e a propriedade social (p. 182-187). Assim, “a realidade da bruxaria em Buli não é apenas um fato social e histórico; é uma aporia existencial que demanda uma ética particular de precaução e o cultivo deliberado de um self orientado para os outros” (p. 192).

Tecnologia, dinheiro e os futuros da democracia, título do oitavo capítulo,



trata da bruxaria à luz dos fenômenos ligados à descoberta de vastos recursos de níquel e o estabelecimento de companhias mineradoras na região. Em poucos anos, as condições de vida locais alteraram-se significativamente – da agricultura e pesca de subsistência para uma economia monetária dependente da mineração. As quantias de dinheiro disponíveis aos moradores desde então foram convertidas em bens de consumo, como bicicletas, geradores de energia, telefones celulares, roupas e aparelhos de som estéreos. Em Buli, a modernização trouxe o potencial de varrer a bruxaria, inclusive porque os *gua* são avessos a sons e luzes, amplificados após a chegada da eletricidade (p. 212-220).

No entanto, se novas tecnologias se ligam à promessa moderna de dissipar a bruxaria, a feitiçaria e os espíritos, os próprios bruxos têm suas ferramentas e técnicas, podendo assumir qualquer forma, humana e não-humana, inclusive tornando-se objetos mecânicos. Desse modo, as expectativas de que os *gua* fossem finalmente banidos com a modernização são minadas por outros possíveis efeitos da tecnologia: renovar a bruxaria (p. 223-225). De acordo com Bubandt, não é nem a modernidade, nem a tecnologia ou a monetarização da sociedade, que está em jogo, mas a articulação dos *gua* com essas novas condições sociais (p. 235).

Como salienta o próprio autor na conclusão da obra, o ponto central não é determinar se a bruxaria recrudesce ou desaparece com a modernização. Antes, é mais produtivo tratar etnograficamente de como a modernidade é experienciada como algo exitoso ou falho sob as condições da bruxaria. Em diálogo com obras recentes que tratam das relações entre feitiçaria e modernidade em contextos africanos (Adam Ashforth, Peter Geschiere, Harry West, John e Jean Comaroff), Bubandt também destaca os aspectos experimentais, fragmentários e ambivalentes da bruxaria. Entretanto, o autor questiona a tendência desses estudos de enfatizar as funções e os significados da bruxaria (paradigma explanatório). Embora não deixem de tratar de dúvidas, acabam por redomesticá-la, de modo que a ambivalência regressa enquanto um aspecto temporário, mas resolvível, da crença.

Assim, a bruxaria torna-se um sistema cujas contradições internas parecem adequadas para direcionar e explicar as contradições da modernidade. Em suma, em Buli o problemático não é a modernidade, o parentesco ou a economia global, mas sim a bruxaria, que nunca é domesticada por um sistema de crenças ou de



significados que fornece respostas a problemas sociais ou a um mundo em mudança (p. 238-240). Nesse sentido, a sociedade não vem primeiro. Talvez, sugere, uma teoria da bruxaria que não negue o social, mas abstenha-se de atribuir à dimensão social um poder explanatório, mágico, por detrás, ou acima, da bruxaria, possa se beneficiar do conceito de aporia, pois a bruxaria é fundamentalmente inacessível: a conjectura é o melhor que as pessoas podem fazer diante dela (p. 245-246).

As conchas habitadas por nautilóides, moluscos marinhos presentes nos recifes de Buli, constituem indícios de um crime, de uma possibilidade temida. Cefalópodes ausentes são um dos índices da realidade ocultada e inegável da bruxaria, uma evidência da presença ausente dos *gua*. O próprio fato de que a realidade da bruxaria se esconde de seres humanos significa que se deve ser ainda mais precavido. Isso não significa que as pessoas não tenham interesse teórico no assunto, como sugeriu Evans-Pritchard; ao invés disso, é a contradição, patente para todos em Buli, que aumenta a necessidade ontológica e epistemológica da bruxaria.

Ontologicamente bruxos são reais, mas essa realidade tem um estatuto ambíguo porque é expressa na ausência, assim como na presença. Isso significa que a epistemologia da bruxaria, as condições de saber qualquer coisa sobre bruxos, é sempre algo pleno de enigmas a serem solucionados. Se a bruxaria clama por explicações, ao mesmo tempo resiste a explicações definitivas. Bubandt demonstra capacidade ímpar de gerar novas inquietações, pois sua teoria etnográfica faz jus às preocupações epistemológicas e ontológicas dos habitantes de Buli, que desestabilizam as soluções propostas por paradigmas antropológicos sobre a bruxaria.

Recebido em: 04/01/2019

Aceito para publicação em: 04/06/2019

